



COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE



ES PECIAL

COMUNICAÇÃO E LIBERDADE COMMUNICATION AND FREEDOM

Editores Temáticos | Thematic Editors
Luís António Santos & Liziane Guazina

Diretoras | Directors
Madalena Oliveira & Sandra Marinho

Título | *Title*: Comunicação e Liberdade | *Communication and Freedom*

Direção (Edição da Secção Varia) | *Direction (Varia Edition)*

Madalena Oliveira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Sandra Marinho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Edição Temática | *Thematic Edition*

Luís António Santos, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Liziane Guazina, Departamento de Comunicação Organizacional, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial | *Editorial Board*

Alain Kiyindou, Laboratoire de recherche MICA, Université Bordeaux Montaigne, França

Ana Claudia Mei Oliveira, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Annabelle Sreberny, Centre for Global Media and Communications, University of London, Reino Unido

Barbie Zelizer, School for Communication, University of Pennsylvania, Estados Unidos da América

Berta García, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Cláudia Álvares, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Claudia Padovani, Dipartimento di Scienze Politiche, Giuridiche e Studi Internazionali, Università Degli Studi Di Padova, Itália

David Buckingham, Communication and Media, Loughborough University, Reino Unido

Divina Frau-Meigs, Département Monde anglophone, Université Sorbonne Nouvelle-Paris 3, França

Fabio La Rocca, Laboratoire d'Études Interdisciplinaires sur le Réel et les Imaginaires Sociaux, Université Paul Valéry Montpellier 3, França

Felisbela Lopes, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Fernanda Ribeiro, Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço, Memória", Universidade do Porto, Portugal

Filipa Subtil, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal/Instituto de Comunicação da Nova, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Gustavo Cardoso, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Hannu Nieminen, Faculty Common Matters, University of Helsinki, Finlândia

Helena Pires, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Helena Sousa, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Isabel Ferin Cunha, Instituto de Comunicação da Nova, Universidade Nova de Lisboa, Portugal/Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal

Ismar de Oliveira Soares, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, Brasil

Janet Wasko, School of Journalism and Communication, University of Oregon, Estados Unidos da América

José Manuel Pérez Tornero, Departamento de Periodismo y de Ciencias de la Comunicación, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha

Lúcia Oliveira, Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, Portugal

Manuel Pinto, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Maria Immacolata Vassallo de Lopes, Departamento de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Michalis, School of Media and Communication, University of Westminster, Reino Unido

Maria Teresa Cruz, Instituto de Comunicação da Nova, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Muniz Sodré, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nelia R. Del Bianco, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil/Universidade Federal de Goiás, Brasil

Paulo Serra, LabCom – Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal

Raúl Fuentes Navarro, Departamento de Estudios de la Comunicación Social, Universidad de Guadalajara, México

Rosa Cabecinhas, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Sara Pereira, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Sonia Livingstone, Department of Media and Communications, London School of Economics and Political Science, Reino Unido

Teresa Ruão, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Tristan Mattelart, Centre d'analyse et de recherche interdisciplinaire sur les médias, Université Paris 2 Panthéon-Assas, França

Vera França, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Vincenzo Susca, Département de Sociologie, Université Paul-Valéry Montpellier 3, França

Xosé López García, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Zara Pinto Coelho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Conselho Consultivo | *Advisory Board*

Aníbal Alves, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

António Fidalgo, Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Universidade da Beira Interior, Portugal

José Bragança de Miranda, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Margarita Ledo, Departamento de Ciencias da Comunicación, Universidad de Santiago de Compostela, Espanha

Michel Maffesoli, Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien, Université Paris Descartes Sorbonne, França

Miquel de Moragas, Centre d'Estudis Olímpics, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha

Moisés de Lemos Martins, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Murilo César Ramos, Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasil

Produção Editorial | *Editorial Production*

Assistência Editorial | *Editorial Assistance*: Sofia Salgueiro, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Tradução e Revisão Linguística | *Translation and Linguistic Revision*: Anabela Delgado, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Indexação e Integrações | *Indexation and Integrations*

SCOPUS | ScIELO | ERIH PLUS | Qualis Capes (A3) | MIAR | Latindex | CIRC (B) | OpenEdition | Google Scholar | Academia Search Premier | BASE | CEDAL | DOAJ | Journal TOCs | MLA | RevisCOM | OAIster | EZB | ROAD | COPAC | ZDB | SUDOC | RepositóriUM | RCAAP | Dialnet | Indexar | Scimago

Imagem da Capa | *Cover Image*: Luís António Santos **Design da Capa** | *Cover Design*: Luís Pinto

URL: <https://revistacomsoc.pt/>

Email: comunicacoesociedade@ics.uminho.pt

A *Comunicação e Sociedade* é editada semestralmente (dois volumes/ano), em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal *Comunicação e Sociedade* is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit should go to URL above.

Editora | *Publisher*:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Universidade do Minho

Campus de Gualtar

4710-057 Braga – Portugal

Telefone | *Phone*: (+351) 253 601751

Fax: (+351) 253 604697

Email: cecs@ics.uminho.pt

Web: www.cecs.uminho.pt

© Autores / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

e-ISSN: 2183-3575



Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Financiamento Plurianual do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade 2020-2023 (que integra as parcelas de financiamento base, com a referência UIDB/00736/2020, e financiamento programático, com a referência UIDP/00736/2020).

This publication is funded by national funds through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., within the Multiannual Funding of the Communication and Society Research Centre 2020-2023 (which integrates base funding UIDB/00736/2020 and programmatic funding UIDP/00736/2020).

SUMÁRIO | CONTENTS

Nota Introdutória: Comunicação e Liberdade	7
<i>Introductory Note: Communication and Freedom</i>	
Luís António Santos & Liziane Guazina	

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

Em Busca da Credibilidade Perdida: Reflexões Sobre as Reconfigurações da Práxis Jornalística na Era da Mídia	15
<i>In Search of Lost Credibility: Reflections on the Reconfigurations of Journalistic Praxis in the Age of Mediatization</i>	
Marcio Martins Calil, Kátia Lerner & Fábio Castro Gouveia	

Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas: A Rádio-Voz da Liberdade	33
<i>Armed Forces Movement Command Post Here: The Radio-Voice of Freedom</i>	
Helena Lima & Ana Isabel Reis	

“A Consciência da Revolução Síria”: Resistência Criativa nas Faixas e Cartazes de Kafranbel (2011–2018)	47
<i>“The Conscience of the Syrian Revolution”: Creative Resistance in the Banners From Kafranbel (2011–2018)</i>	
Leila Nachawati Rego	

Das Ações Censórias à Resistência: Mobilizações em Defesa da Liberdade de Expressão Artística no Brasil	65
<i>From Censorship to Resistance: Mobilisations in Defence of Freedom of Artistic Expression in Brazil</i>	
Maiara Orlandini, Bruna Silveira de Oliveira, Marina Mesquita Camisasca & Fernanda Nalon Sanglard	

Expansões e Retrações de Liberdades no Sistema de Mídia Brasileiro: Mecanismos de Responsabilização e de Captura	87
<i>Expansions and Retractions of Freedoms in the Brazilian Media System: Mechanisms of Media Accountability and Capture</i>	
Ana Beatriz Lemos da Costa & Jairo Faria Guedes Coelho	

Plataformas Digitais Para a Política Participativa: Espaços de Diálogo Entre Cidadãos e Representantes Públicos	109
<i>Digital Platforms for Participatory Politics as a Space for Dialogue Between Citizens and Public Representatives</i>	
Elizabet Castillero-Ostio, Álvaro Serna-Ortega & Andrea Moreno-Cabanillas	

Na Encruzilhada Digital: Economia da Atenção, Liberdade de Expressão e Regulação de Plataformas — Análise de Problemáticas e Perspectivas de Solução da União Europeia	137
<i>At the Digital Crossroads: The Attention Economy, Freedom of Expression, and Platform Regulation — Challenges and Prospects for Solutions in the European Union</i>	
Marina Maria Soares Silva	

Jorge de Sena, Liberdade de Pensamento nos Média e a Comunidade (Inter)Cultural de Língua Portuguesa	151
<i>Jorge de Sena, Freedom of Thought in the Media and the Portuguese-Speaking (Inter)Cultural Community</i>	
Lurdes Macedo, Nuno Bessa Moreira & Vanessa Ribeiro Rodrigues	

LEITURAS | BOOK REVIEWS

Recensão do Livro <i>Comunicação Radical. Depatriarcalizar, Decolonizar e Ecologizar a Cultura Mediática</i>	173
<i>Radical Communication. Depatriarchalize, Decolonize and Green Media Culture Book Review</i>	
Bárbara Tomiatti Giancola	

A Comunicação (Não) Interseccional de Instituições de Ativismo Tecnológico que Atuam na Promoção da Igualdade de Género nas Tecnologias da Informação e da Comunicação em Portugal 181

The (Non-)Intersectional Communication of Technological Activist Institutions Promoting Gender Equality in Information and Communication Technologies in Portugal

Micaela Cabral, Sónia de Sá & Carla Cerqueira

“Aprendo Aqui o que Não Aprendo em Mais Lado Nenhum”: Análise de uma Comunidade Online na Área da Saúde 201

“I Learn Here What I Don’t Learn Anywhere Else”: An Analysis of an Online Healthcare Community

Aldina Margato & Jorge Vieira

Fabulações do Antropoceno em Playlists de *Dark Ambient* no YouTube 223

Fabulations of the Anthropocene in Dark Ambient Playlists on YouTube

Marcelo Bergamin Conter, Ana Christina Cruz Schittler & Paulo Henrique Costa Albani

“O Mesmo Rigor, o Mesmo Pluralismo”: Análise da “Parceria Transatlântica” Entre os Jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* 243

“The Same Rigour, the Same Pluralism”: An Analysis of the “Transatlantic Partnership” Between Público and Folha de S. Paulo Newspapers

Thaís Braga

NOTA INTRODUTÓRIA: COMUNICAÇÃO E LIBERDADE

INTRODUCTORY NOTE: COMMUNICATION AND FREEDOM

Luís António Santos

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Liziane Guazina

Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

A consciência de que a liberdade é um valor supremo tem raízes profundas na história do pensamento filosófico e político. Não obstante, quer pela amplitude da ideia de um “agir livre”, desde o pensamento como forma de ação, quer pelo dinamismo próprio das sociedades, onde todos os dias novos desafios instabilizam o que já se julgava certo, continuam a ser inquietantes os termos em que se experimenta (ou não) a liberdade. No campo da comunicação, a assunção global (menos universal do que sugerem os Direitos Humanos, no entanto) do princípio de liberdade de expressão também não tem sido suficiente para garantir que os cenários de restrição estão ultrapassados.

O *ranking* da associação Repórteres Sem Fronteiras (ver <https://rsf.org/pt-br/ranking>) dá conta de realidades que são muito preocupantes em países onde a censura e os ataques a jornalistas (nalguns casos assassinados, noutros detidos ou alvo de violência) mantêm como horizonte baixo o valor da liberdade de expressão. Se os números regularmente divulgados por organizações deste tipo são suficientemente alarmantes, não menos o são novas formas de limitação e novas vulnerabilidades que põem hoje em causa a plenitude deste princípio. Já não haverá dúvidas de que às bem-aventuranças das tecnologias da comunicação — que ampliaram o acesso à informação e democratizaram a produção de conteúdos — estão agora associados outros riscos e ameaças para as liberdades fundamentais de pensamento, opinião, criação, expressão e ação.

Os discursos de ódio, que se tornaram um tema crítico no contexto das redes sociais, são um dos domínios onde se discute como dilema ético o problema da liberdade de expressão (Gorenc, 2022). O mesmo acontece com o fenómeno da desinformação, em particular das *fake news*, um território onde parece haver um pouco mais de aceitabilidade à definição de limites à liberdade (Mathiesen, 2019). Recorrentemente identificado com o contexto dos média sociais (Shu et al., 2020), o problema da desinformação, que é reconhecido como uma ameaça à democracia (Iosifidis & Nicoli, 2021; Trottier et al., 2020), prende-se com o facto de já não corresponder a uma espécie de privação do direito a ser informado, mas antes a uma violação da liberdade pela perversão da informação veiculada.

Nos tempos de censura explícita ou nas geografias onde ainda se experimentam regimes de controlo formal da comunicação e dos fluxos de informação, o limite à liberdade decorre de estratégias de silenciamento, que se traduzem num “não se pode dizer”

ou na inibição da revelação. O que torna, porém, inquietante a sensação de que a liberdade continua a ser um valor frágil é agora menos a atividade censória assumida e mais o exercício de manobras de distorção, geração de ruído e subversão, inclusive como estratégia de comunicação política de autoridades públicas para influenciar a agenda pública, estimular a polarização e criar identificação com as audiências (Recuero, 2024). À subtil ação deliberada de enganar sob a aparência da verdade junta-se um conjunto de outros factos que contribuem para o estilhaçamento do pensamento livre e sugerem um regresso necessário à emblemática obra *Sobre a Liberdade*, de John Stuart Mill (1859/2023). O debate sobre a liberdade como princípio ético a partir do campo da comunicação supõe, então, compreender novas variáveis: (a) os graves constrangimentos económicos e a precariedade que afetam sobretudo as empresas jornalísticas, com efeitos óbvios no emagrecimento dos corpos redatoriais e, por conseguinte, uma crítica condenação à uniformização do pensamento, ou mesmo à extinção do pensamento; (b) o descomprometimento dos cidadãos, em muitas circunstâncias denunciando uma deficitária literacia mediática; (c) a emergência do populismo digital de cunho autoritário e o trânsito viral de informação; (d) a plataformização e a algoritmização das escolhas; e (e) a taxa de urgência aplicada a praticamente todas as atividades humanas, em condenação à ditadura do relógio.

A relação entre comunicação e liberdade tem sido entendida como um dos pilares fundamentais da vida democrática, da produção de conhecimento e da própria convivência social. É por essa razão que o fim das ditaduras — como a que vigorou em Portugal até 1974 (em muitos aspetos semelhante à que vigorou no Brasil até 1985) — tem um significado muito particular para o campo da comunicação e dos média. O fim do Estado Novo representou não só o fim da censura prévia, mas também o início do ensino superior do jornalismo e uma importante dinamização do mercado dos jornais e das rádios, primeiro, e da televisão quase 20 anos depois. A eliminação do lápis azul deu lugar a uma nova esperança para a expansão do pensamento, da criatividade e da crítica.

A implantação do regime democrático em Portugal abriu caminho para uma experiência de liberdade que completou em 2024 meio século de história. Revolucionária a muitos níveis, a mudança que se experimentou a partir de abril de 1974 teve um impacto particularmente expressivo no campo da comunicação. O panorama mediático transformou-se, para, finalmente, acompanhar as tendências de desenvolvimento promovidas pela tecnologia. Ao mesmo ritmo do chamado mundo desenvolvido, Portugal não é já, por isso, alheio às múltiplas dimensões em que a comunicação se constitui como espaço de disputa pela liberdade.

Organizado a pretexto das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal, este volume temático especial da *Comunicação e Sociedade* reúne oito textos que, a partir de diferentes geografias e sob diversos ângulos, põem em perspetiva a relação entre comunicação e liberdade. A abrir o dossiê, Marcio Martins Calli, Kátia Lerner e Fábio Castro Gouveia discutem as reconfigurações da práxis jornalística num ecossistema mediático em que intervêm novos atores sociais e digitais e funções algorítmicas. Com base em entrevistas a jornalistas de cinco regiões do Brasil, os autores

procuram compreender como se têm transformado as rotinas das redações, concluindo que os imperativos de tempo e a lógica de plataforma da informação têm motivado a renúncia do poder de autonomia dos jornalistas em termos de decisão editorial.

Focada na própria história do 25 de Abril, a abordagem de Helena Lima e Ana Isabel Reis reconstrói o papel da rádio na revolução, lembrando os momentos da madrugada de 1974 em que o Rádio Clube Português se tornou o posto de comando do Movimento das Forças Armadas. Num texto em que recuperam os episódios que conduziram à rendição do Governo de Marcello Caetano, as investigadoras da Universidade do Porto assinalam que o carácter inovador do Rádio Clube Português na época, com emissão de noticiários de hora a hora, quer para Portugal continental quer para o Ultramar, terá contribuído para a escolha por esta emissora, que as forças do regime terão tentado silenciar várias vezes.

Também sobre as estratégias de comunicação durante uma revolução é o artigo de Leila Nachawati Rego, que analisou imagens de faixas e cartazes divulgados por ativistas de Kafranbel, uma cidade do norte da Síria. Considerando que estes elementos comunicativos se transformaram “numa ferramenta eficaz para narrar histórias e resistir durante a revolta síria” (p. 59), a autora — especialista em estudos de conflitos e dos média — lembra que “as mobilizações e os processos revolucionários que se desenrolaram na região foram impulsionados desde o início por uma forte aspiração à liberdade de expressão” (p. 50). Conclui, por outro lado, que “o recurso ao humor, à sátira e a referências globais demonstra um esforço estratégico para alcançar diversos públicos e destacar temas universais” (p. 60).

A propósito de um outro contexto político — o do Brasil, no período entre 2017 e 2022, que teve como presidentes Michel Temer, primeiro, na sequência do *impeachment* de Dilma Rousseff, e Jair Bolsonaro, depois —, um grupo de investigadores de Belo Horizonte procurou identificar mobilizações sociais pela liberdade de expressão artística. Tendo por referência “89 atos caracterizados como censura, tentativa de censura, intimidação de artistas ou repressão a expressões artísticas” (p. 71), Maiara Orlandini, Bruna Silveira de Oliveira, Marina Mesquita Camisasca e Fernanda Nalon Sanglard analisaram as manifestações de reação, que classificaram em quatro categorias: campanhas, protestos de rua, ações alternativas e *hashtags*. Não obstante o cenário político adverso, a sociedade brasileira evidenciou, segundo as autoras, uma capacidade de resistência favorecida pela popularização da internet, que oferece “oportunidades inovadoras”, como o “ativismo *hashtag*” (p. 81).

Numa análise ao sistema de média brasileiro, Ana Beatriz Lemos da Costa e Jairo Faria Guedes Coelho enfatizam a importância das liberdades de imprensa, de expressão e de opinião e identificam os fatores que as favorecem e os que as podem comprometer. Neste contexto, consideram que a implementação de mecanismos normativos e regulatórios tem o potencial de “promover um movimento expansor” das liberdades, ao mesmo tempo que “o aumento da concentração da propriedade e da coerção ideológica (...) geram um movimento retrator” (p. 102). Num texto em que regressam aos conceitos de *accountability*, transparência e participação, os autores colocam um acento particular nas questões de financiamento dos média, ao considerarem que “as formas como as

instituições de mídia são financiadas são um fator determinante para essa balança entre responsabilidades e capturas” (p. 102). Por isso, defendem que “o equilíbrio entre liberdade financeira e limites à exploração comercial é necessário para que as liberdades dos consumidores/cidadãos sejam minimamente respeitadas” (pp. 102–103).

O artigo “Plataformas Digitais Para a Política Participativa: Espaços de Diálogo Entre Cidadãos e Representantes Públicos” tem um enfoque especial na liberdade de participação na criação de conteúdos. A partir de uma análise exploratória de interações na plataforma digital Osoigo.com, “um portal online que promove a política participativa acessível ao público em geral” (p. 113), Elizabet Castellero-Ostio, Álvaro Serna-Ortega e Andrea Moreno-Cabanillas, da Universidade de Málaga, em Espanha, procuraram compreender as interações entre cidadãos e representantes públicos. Os resultados apontam para uma grande diversidade de questões dirigidas pelos cidadãos a políticos de todo o espectro ideológico, embora com evidência para formulações com uma tendência de esquerda. Com uma orientação particular para os temas sociais, as interpelações dos cidadãos também revelam um interesse por assuntos económicos. Já no que diz respeito às respostas dos políticos, o trabalho dos autores salienta uma propensão para a adoção de “um tom moderado, equilibrado e coerente” (p. 128).

Também sobre plataformas, mas numa perspetiva de regulação, o artigo de Marina Silva problematiza a atividade das *big tech*, ao mesmo tempo que atravessa os conceitos de economia da atenção e liberdade de expressão. Numa altura em que os algoritmos tomam decisões em nome dos utilizadores, num “ambiente caracterizado pela automatização” (p. 140), percebe-se, diz a autora, que está em curso um “projeto de captura incansável da nossa atenção” (p. 141). A relação entre a maneira como se orienta a atenção e a maneira como nos expressamos, bem como o agravamento de fenómenos de desinformação, polarização e discurso de ódio, são para Marina Silva razões que justificam um entendimento segundo o qual, embora possa significar “traçar uma linha de liberdade de expressão” (p. 144), a regulação dos média digitais em estados democráticos é uma “condição inevitável para um funcionamento íntegro das plataformas” (p. 147).

Depois de artigos que focam a liberdade no exercício da criatividade, a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, a liberdade de opinião e a liberdade de participação, no texto assinado por Lurdes Macedo, Nuno Bessa Moreira e Vanessa Ribeiro Rodrigues, a invocação que mais encontramos é a da liberdade de pensamento. Os autores debruçam-se sobre o itinerário literário e crítico de Jorge de Sena, “um intelectual proscrito pelo regime autocrático português” (p. 154), cujo pensamento não terá tido significativa expressão nos média. Mapeando os conteúdos “da autoria de, ou sobre, Sena, em vários média, durante um arco temporal de mais de 80 anos” (p. 154), o trabalho empírico desta abordagem sugere que os média terão criado “narrativas sobre Sena que pouco contribuem para o conhecimento acerca do seu itinerário intelectual, e ainda menos acerca do seu pensamento sobre a C(I)CPL [Comunidade (Inter) Cultural de Língua Portuguesa]” (p. 166).

A relação da comunicação com a liberdade tem matizes diversos que mobilizam referências de diferentes campos. Neste dossiê, cruzam-se contributos que convocam abordagens da história, dos estudos jornalísticos, da economia política dos média e dos

estudos dos média na sua relação com o estudo dos conflitos ou com os estudos literários. Muito longe, porém, de esgotarem os pretextos pelos quais a liberdade será sempre um tema sensível no domínio das ciências da comunicação e dos estudos sociais e humanísticos em geral, os artigos reunidos neste volume sinalizam pelo menos alguns dos pontos críticos que uma sociedade livre não deverá poder ignorar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Gorenc, N. (2022). Hate speech or free speech: An ethical dilemma? *International Review of Sociology*, 32, 413–425. <https://doi.org/10.1080/03906701.2022.2133406>
- Iosifidis, P., & Nicoli, N. (2020). *Digital democracy, social media and disinformation*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429318481>
- Mathiesen, K. (2019). Fake news and the limits of freedom of speech. In C. Fox & J. Saunders (Eds.), *Media ethics, free speech, and the requirements of democracy* (pp. 161–179). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203702444>
- Mill, J. S. (2023). *Sobre a liberdade* (P. S. Gomes, Trad.). Ideias de Ler. (Trabalho original publicado em 1859)
- Recuero, R. (2024). *A rede da desinformação: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Editora Sulina.
- Shu, K., Wang, S., Lee, D., & Liu, H. (2020). *Disinformation, misinformation, and fake news in social media. Emerging research challenges and opportunities*. Springer.
- Trottier, D., Kloza, D., Kuzelewska, E., Terzis, G., & Konstantinou, I. (2021). *Disinformation and digital media as a challenge for democracy*. Intersentia.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Luís António Santos é professor associado do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, membro integrado e diretor-adjunto do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Os seus interesses de investigação incluem as mudanças que ocorrem no jornalismo, as novas plataformas de produção de conteúdos (nomeadamente, redes sociais), o serviço público de média e os estudos de som e rádio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7062-0307>

Email: lsantos@ics.uminho.pt

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho – Campus de Gualtar – 4710-057 Braga

Liziane Guazina é professora na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, pesquisadora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma universidade e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso. É coordenadora dos Grupos de Pesquisa Observatório do Populismo do Século XXI e Cultura, Mídia e Política, ambos certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberania Informacional. Os seus interesses de investigação incluem comunicação e política, jornalismo político, comunicação pública e comunicação e género.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4765-6918>

Email: lguazina@unb.br

Morada: Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte – Brasília-DF – CEP 70910-900



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

ARTIGOS TEMÁTICOS | *THEMATIC ARTICLES* 

EM BUSCA DA CREDIBILIDADE PERDIDA: REFLEXÕES SOBRE AS RECONFIGURAÇÕES DA PRÁXIS JORNALÍSTICA NA ÉRA DA MUDIATIZAÇÃO

Marcio Martins Calil

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil
Concetualização, investigação, metodologia, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Kátia Lerner

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil
Concetualização, metodologia, administração do projeto, supervisão, redação – revisão e edição

Fábio Castro Gouveia

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia & Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Administração do projeto, supervisão, redação – revisão e edição

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre os processos de reconfiguração pelos quais a práxis de produção jornalística da notícia nas redações vem passando diante da concorrência com novos atores sociais que produzem, fazem circular e consomem notícias das plataformas sociais, no contexto da sociedade contemporânea midiaticizada. Essas transformações trazem desafios teóricos, epistemológicos, éticos e profissionais para os pesquisadores do campo do jornalismo, pois são atravessadas por questões como o combate à desinformação, a verdade, a pós-verdade, as disputas do poder simbólico discursivo e as novas dinâmicas de produção jornalística e da circulação dos enunciados na esfera pública digital. Para conduzir as reflexões e auxiliar no entendimento de possíveis estratégias que o jornalismo precisa lançar mão no atual ecossistema midiático para manter sua autoridade, credibilidade e protagonismo de enunciador público da verdade, contextualizamos as transformações históricas nos processos de produção da notícia na redação jornalística e perspectivas sobre a influência do fenômeno da midiaticização, complementando com resultados de entrevistas com jornalistas que trabalham em alguns dos principais jornais impressos/online do Brasil sobre as mudanças físicas e culturais da rotina das redações nas últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE

jornalismo, midiaticização, desinformação, poder simbólico, *gatekeeping*

IN SEARCH OF LOST CREDIBILITY: REFLECTIONS ON THE RECONFIGURATIONS OF JOURNALISTIC PRAXIS IN THE AGE OF MEDIATISATION

ABSTRACT

This paper reflects on the reconfiguration processes that have reshaped journalistic praxis in newsrooms, particularly in response to the growing competition from new social actors who

produce, circulate, and consume news on social media platforms within the context of a mediated society. These transformations present significant theoretical, epistemological, ethical, and professional challenges for journalism researchers as they intersect with issues such as the fight against disinformation, the concepts of truth and post-truth, discursive symbolic power struggles, and the evolving dynamics of journalistic production and the circulation of information in the digital public sphere. To guide our reflections and explore the strategies journalism must adopt in today's media ecosystem to preserve its authority, credibility, and role as a public truth-teller, we contextualise the historical evolution of newsroom news production processes and perspectives on the influence of mediation. This is complemented by insights from interviews with journalists working at leading Brazilian print and online newspapers, examining the physical and cultural changes in newsroom routines over the past few decades.

KEYWORDS

journalism, mediation, disinformation, symbolic power, gatekeeping

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo, historicamente, é objeto de pesquisa e apontado como importante agente produtor de sentidos, de construtor de confiança (ou desconfiança) nas instituições sociais, além de buscar se posicionar como defensor e “olhos e ouvidos” da sociedade, de quarto poder e de representante político do cidadão. Dentre as instituições sociais que se sobressaem e reivindicam o discurso hegemônico no espaço público sobre a verdade na modernidade está o jornalismo, que se consolidou, angariando legitimidade para explicar os acontecimentos no mundo.

Nos últimos anos, a prática de produção jornalística experimenta novos processos de reconfiguração, impulsionados tanto pela concorrência com os atores sociais que produzem, fazem circular e consomem notícias das plataformas digitais em escala, velocidade e alcance inéditos, quanto pelas transformações culturais proporcionadas pela mediação da sociedade. Esse cenário envolve a profusão de informações disseminadas na internet e a crescente tentativa do jornalismo de retomada de seu protagonismo e hegemonia da enunciação da verdade.

Essas transformações trouxeram desafios teóricos, epistemológicos, éticos e profissionais para os pesquisadores do campo do jornalismo. Nesse contexto, visando contribuir para a superação desses desafios, a primeira parte deste artigo reflete sobre o papel do jornalismo em torno de temas contemporâneos em voga como a desinformação, a verdade, a pós-verdade e as disputas do poder simbólico discursivo, nos quais conceitos como “autoridade”, “credibilidade” e “confiança” são centrais. Na sequência, apresentamos discussões teóricas acerca das transformações históricas que envolvem os processos de produção da notícia no ocidente, em geral, e no Brasil, em particular, e o cenário que aponta para as reconfigurações da prática na redação, com as novas dinâmicas de produção jornalística e de circulação dos enunciados na esfera pública digital.

Por fim, apresentamos algumas perspectivas latino-americanas e europeias sobre a teoria da mediação, complementando com os resultados de entrevistas com

jornalistas que trabalham em alguns dos principais jornais impressos/online do Brasil, sobre a transição da rotina das redações nas últimas décadas, atravessadas pelo fenômeno da midiaticização. Com isso, procuramos auxiliar no entendimento das estratégias do jornalismo no atual ecossistema midiático para manter seu protagonismo de enunciador público da verdade.

2. JORNALISMO, CONFIANÇA E VERDADE

Para legitimar seus valores, suas práticas e seus discursos sobre a verdade, Albuquerque (2013) diz que podemos identificar no jornalismo, de maneira explícita, um papel político como um agente comprometido com a defesa da liberdade de expressão e um instrumento a serviço da cidadania, que cobra das autoridades governamentais uma prestação de contas dos seus atos, na linha do chamado “quarto poder”, “de olhos e ouvidos” da sociedade. Para o autor, este é o modelo preponderante adotado pelo jornalismo brasileiro, com uma característica particular de se assumir também como poder moderador dos outros três poderes independentes constituídos — executivo, legislativo e judiciário —, papel acentuado a partir do fim do regime militar no Brasil, em 1985.

Implicitamente, podemos identificar o jornalismo mediando os processos comunicacionais e pleiteando para si um papel eminentemente técnico, ao reivindicar o conceito de “objetividade e isenção jornalísticos”, que “identifica no distanciamento emocional e político dos jornalistas em relação aos eventos que relatam um pré-requisito para a produção de informações confiáveis” (Albuquerque, 2013, p. 6). Um “distanciamento” que ao longo do tempo o próprio jornalismo vem tratando de encurtar, contexto que se tornou evidente durante a cobertura brasileira da pandemia da COVID-19. O jornalismo, então, busca se aproximar emocional e politicamente do seu público, por intermédio de comportamentos mais humanizados de repórteres e âncoras/apresentadores, externando opiniões, emoções e reações diante de matérias e no relato ao vivo dos acontecimentos. Essas mudanças foram notórias no telejornalismo, mas também percebidas em manchetes e no conteúdo dos jornais impressos e online.

Em torno da confiança e da verdade, Waisbord (2018) menciona que o jornalismo faz uso de determinadas regras e normas do próprio campo como estratégia para validar suas informações como verdadeiras. Contudo, a despeito desse esforço contínuo de querer relatar a verdade dos acontecimentos, o autor chama a atenção para o fato de a verdade na notícia ser um processo coletivo construído, em vez de um atributo particular emitido unidirecionalmente pelo jornalismo. Ou seja, as noções de “verdade” e “notícia” estariam relacionadas ao uso que se faz das notícias produzidas não somente pelo jornalismo, mas também por outras fontes a que o consumidor passa a ter acesso e que não necessariamente aplicam mais as filtragens, seleções e decisões características dos cânones jornalísticos.

No contexto contemporâneo, designado por alguns autores como “pós-modernidade” (Lyotard, 1979/2009), “era da pós-verdade” (Harsin, 2018) ou “modernidade tardia” (Giddens, 1991), Harsin (2018) nos lembra que o jornalismo é uma das instituições

que têm sofrido crescentes questionamentos acerca da sua autoridade para dizer e distinguir a verdade, assim como em relação à sua confiança institucional pública, credibilidade e supostas isenção e objetividade. Cenário que se acentuou a partir dos anos de 2015 e de 2016, marcados pelos episódios da votação do Brexit e a eleição de Donald Trump, respectivamente.

A crise fiduciária epistemológica, caracterizada pela desconfiança nos contadores da verdade social e historicamente autorizados, é, para Harsin (2018), um dos problemas públicos da pós-verdade, que ele define como uma condição sociopolítica, que envolve também desonestidade e crise de autoridades confiáveis. Os dois problemas públicos da pós-verdade, segundo o autor, seriam: epistêmicos (falso conhecimento e reivindicações de verdades concorrentes) e ético-morais (desconsideração consciente de evidências factuais ou uso estratégico intencional de mentiras).

Ou seja, como ressalta Cesarino (2021), “a pós-verdade é uma condição epistêmica onde qualquer enunciado pode ser potencialmente contestado por qualquer um, a um custo muito baixo” (p. 77), atingindo principalmente a comunidade científica e os demais sistemas peritos. Isso se torna ainda mais agudo tendo em vista o atual contexto comunicacional, marcado pela abundância de informação, que dificulta o acesso a fontes confiáveis para orientar as ações, fenômeno denominado pela Organização Mundial da Saúde de “infodemia”.

Para enfrentar a disputa pela atenção com os milhares de novos atores digitais na internet e pela tentativa de retomada do protagonismo discursivo sobre a verdade, discute-se a necessidade de a mídia jornalística se reconfigurar não apenas estruturalmente — com reflexos como a precarização, sobrecarga de trabalho e redução do quadro de profissionais nas redações —, mas também culturalmente, com mudança de estratégias ante a velocidade, o alcance e o dinamismo das redes sociais na atual sociedade midiaticizada.

3. PERCURSOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Não é a primeira vez que o jornalismo passa por processos de transformação, tanto na práxis como conceitualmente. O jornalismo, como toda prática social, pode ser analisado ao longo de uma construção histórica, sujeito às interações e às mudanças contextuais de cada época. Um olhar sobre a periodização das transformações pelas quais passaram os processos de produção jornalísticos da notícia, e a instituição jornalismo, ajuda-nos a buscar pistas para a compreensão, por exemplo, sobre a perda de credibilidade e do reconhecimento público do próprio jornalismo.

Trabalhos acadêmicos sobre a história do jornalismo mostram que a imprensa ocidental, ao longo do século XIX e até às primeiras décadas do século XX, de um modo geral se caracterizava pelo teor opinativo dos fatos, de relações estreitas com a política e uso de uma gramática mais próxima ao estilo literário, passional, panfletário e quase sempre parcial em prol de grupos institucionais que financiavam os jornais (Hjarvard, 2012; Pereira & Adghirni, 2011; Ribeiro, 2000).

Antes de se tornarem instituições independentes empresariais, os jornais eram ferramentas de comunicação e divulgação para outras instituições sociais, como sindicatos, associações e, especialmente, para partidos políticos, já a partir do século XIX, período que o pesquisador dinamarquês Stig Hjarvard (2012) chamou de “sistema de imprensa de partido” (p. 71). O autor nos lembra que, apesar de serem um produto com a apresentação, formato e conteúdo noticiosos, poucos possuíam sequer um conselho editorial jornalístico propriamente dito, independente.

Para Hjarvard (2012), o primeiro passo para a imprensa conquistar sua autonomia como instituição, e a conseqüente profissionalização da atividade jornalística rumo a um desenvolvimento essencialmente comercial, foi a sua transformação em uma instituição cultural, quando adota o conceito *omnibus* de coletivo (i.e., para todos) e passa a noticiar assuntos de diferentes instâncias sociais que não mais somente de interesses políticos, como arte, família, saúde, entre outros.

Essa associação entre imprensa e publicidade, iniciada ainda no século XIX tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, possibilitou a popularização da imprensa e o desenvolvimento dos jornais-empresa, que acompanharam o próprio crescimento da economia de mercado, principalmente estadunidense, o que contribuiu para o processo de transformação dos impressos, os chamados “penny papers” (Schudson, 1981). Estes passaram a adotar uma linguagem neutra e imparcial, transitando do perfil opinativo para o informativo e objetivo, com reformulação, racionalização e padronização textual e gráfica, seguindo uma lógica industrial de otimização de custos.

No Brasil, essas transformações para o jornalismo empresarial só começaram a ganhar força a partir da década de 1950. Até então, a imprensa permanecia ainda muito vinculada a grupos políticos e dependentes de verbas do Estado. Ribeiro (2000) aponta que, adotando o modelo e as técnicas estadunidenses de estruturação da notícia, como o emprego do lide (*lead*) e o conceito da “pirâmide invertida”, a imprensa busca demonstrar que privilegia uma informação “objetiva” e “imparcial”, em detrimento do comentário pessoal e opinativo vigente, como se a utilização dessas técnicas redacionais fosse garantidora de uma neutralidade sobre a narração dos fatos.

Também a partir desse período, Ribeiro (2000) faz menção a uma crise da imprensa brasileira, mas dessa feita ligada à concentração de empresas jornalísticas e ao fechamento de muitos jornais e revistas, mais uma vez decorrente de fatores políticos e econômicos. Pelo viés político, muito devendo-se à ascensão de forças conservadoras no Brasil, esse quadro se acirra na ditadura militar, nos anos 60, com censura aos jornais e manipulação das verbas publicitárias, privilegiando as empresas jornalísticas simpáticas ao regime.

A partir de uma nova lógica de mercado, mas ainda sob o controle e as restrições da censura, esse novo modelo de jornal atravessa o período da ditadura militar, em que uma das principais inovações nas redações foi a especialização das editorias, processo que, segundo Silva (2017), ocorre ao longo dos anos 70 e acentua-se nos anos 80, acompanhando os movimentos de redemocratização da sociedade civil, fortalecendo coberturas de pautas relacionadas à saúde e à educação.

Os reflexos desse processo de redemocratização instauram um outro momento para o jornalismo brasileiro, em que esses profissionais se posicionam de modo distinto, como fiadores da democracia, prestadores de serviços de utilidade pública ao cidadão, respondendo às reclamações e demandas de um leitor/consumidor, com pautas de interesse voltadas para temáticas como emprego, habitação, segurança, educação, saúde e qualidade de vida. O jornalismo passa a pleitear para si o lugar de protagonismo na enunciação da verdade e de defensor dos direitos do cidadão.

4. RECONFIGURAÇÕES E PERSPECTIVAS DA PRÁXIS JORNALÍSTICA

Após esse breve percurso por algumas das mudanças históricas pelas quais o jornalismo passou, voltemos nosso olhar para os processos de mudanças estruturais da prática jornalística, buscando acompanhar as influências e a transição da convergência digital nas redações e os reflexos nessa práxis e no mercado de trabalho para o profissional do jornalismo, que começaram a se consolidar e problematizar a partir dos anos 90.

Pereira e Adghirni (2011) descrevem, cronologicamente, quatro jornalismo propostos por Brin et al. (2004)¹, e sugerem que vivenciamos os reflexos do quarto tipo de jornalismo: o “jornalismo de comunicação” (décadas de 1970/1980), caracterizado pela diversificação e pela subordinação da oferta de informação a partir das preferências do público-alvo, evidenciado pela atual “caça” aos cliques e curtidas, e influenciado pelos chamados “tópicos de tendência” das redes sociais. Esses reflexos se caracterizariam pelas mudanças no cenário socioeconômico e acirramento da concentração dos conteúdos em algumas poucas empresas de comunicação, e pela precarização das condições de trabalho do profissional e diminuição dos postos de trabalhos nas redações.

Para Deuze e Witschge (2016), há um novo sistema jornalístico em que, em princípio, os jornalistas possuem mais autonomia e individualidade para negociar seus contratos de trabalho nas redações, porém com (poucas) ofertas de salários e, geralmente, mais baixos, e instabilidade no emprego, marcando a deterioração das condições laborais nas empresas tradicionais de comunicação, cenário explicitado pelas entrevistas com jornalistas, que apresentaremos adiante.

Os autores, apesar de reconhecerem a relevância social do papel do trabalho jornalístico das redações, mencionam a necessidade de um movimento para além da centralidade das redações, ou seja, para outras frentes remuneradas de atuação profissional. Eles argumentam que o jornalista não tem de ser necessariamente um trabalhador contratado por uma organização jornalística tradicional para ser reconhecido como parte do sistema jornalístico.

Esse movimento para fora das redações jornalísticas e as instabilidades e precarização nos postos de trabalho nas redações podem ser analisados tanto sob o ponto de vista de causalidade, como de consequência, de alguns desses novos cenários e perspectivas que envolvem a reconfiguração da práxis jornalística. Apesar dessa reconfiguração

¹ Os outros três são: (a) jornalismo de transmissão, no século XVII, “com o objetivo de transmitir informações das fontes diretamente ao seu público” (p. 43); (b) jornalismo de opinião, início do século XIX, a serviço das lutas políticas; e (c) jornalismo de informação, final do século XIX, seguindo o “modelo de coleta de notícias sobre a atualidade” (p. 44).

de novos espaços de reorganização do trabalho jornalístico em função do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na sociedade midiaticizada contemporânea, o mercado jornalístico tradicional ainda se depara e tem de confrontar a concentração e o monopólio de grandes empresas de mídia “conectadas em grandes conglomerados de plataformas que vão monopolizando a circulação de informações no mundo” (Figaro, 2021, p. 24), e que permanecem atraindo os recursos publicitários da internet e monetizando a prática da coleta de dados, sob a lógica da exploração capitalista e dos preceitos neoliberais (Figaro, 2021; Figaro & Silva, 2020).

O atual momento de insegurança e instabilidade nos postos de trabalho nas redações é uma das consequências dos novos cenários e perspectivas que envolvem transformações no ambiente redacional. Um desses aspectos é que diversas organizações públicas e privadas, que durante décadas eram fontes e forneciam personagens das matérias do jornalismo tradicional, passaram a criar e gerir seus próprios canais de comunicação com a sociedade, principalmente por meio das novas tecnologias digitais. Seja contratando diretamente em seus quadros de funcionários, seja pela contratação de assessorias de comunicação terceirizadas, os profissionais que prestavam serviços para essas empresas passam a produzir os conteúdos que são divulgados/compartilhados diretamente pelas organizações. Elimina-se a necessidade do envio do tradicional comunicado de imprensa e a ansiedade gerada pela expectativa de filtragem (*gatekeeping*) pelas redações e divulgação de informações dos seus assessorados por meio dos veículos do jornalístico tradicional.

Ou seja, externamente às redações, tradicionais fontes jornalísticas — empresas e/ou indivíduos — passam a ser sujeitos jornalísticos da sua informação, como resultado da emergência e disseminação das novas tecnologias de informação, especialmente a popularização das plataformas de mídias sociais. Com as novas tecnologias digitais, o cidadão comum passa a buscar a informação com mais rapidez pela internet e a transitar rapidamente pelos *sites* jornalísticos, não ficando retido neles para consumir as notícias. Portanto, esse cidadão pode acessar diretamente as fontes especializadas, sem a necessidade da mediação da imprensa (Robalinho et al., 2020).

Ao ressaltar que a mídia vem perdendo o *status* inquestionável de fato da natureza, Couldry (2010) alerta que esse, até então, *status* imutável será cada vez mais questionado por vários atores sociais no novo espaço midiático em que se acirrará o embate entre atores e forças concorrentes (corporações de mídia, interesses comerciais em geral, governos, sociedade civil), dividindo-se e transitando no binômio produtor-consumidor de notícias na esfera digital.

Esse novo espaço midiático digital traz consigo não apenas mudanças de hábitos de consumo e circulação da mídia, novas ferramentas comunicacionais ou embates discursivos entre novos e antigos atores, mas compõe o dia a dia do nosso contexto social contemporâneo, em que quase tudo, o tempo todo, é atravessado pelos meios tecnológicos digitais. Estamos falando do conceito e do fenômeno que dão conta dos processos da midiaticização.

5. MUDIATIZAÇÃO

Há uma convergência entre os pesquisadores contemporâneos do campo de estudos sobre midiatização em relação ao caráter processual e dinâmico do fenômeno, e o olhar sobre as novas formas de mediação e interações sociais impactando a vida social para além dos dispositivos técnicos comunicacionais.

O fenômeno atravessa nosso cotidiano, com a percepção da presença ubíqua da mídia na chamada “sociedade midiatizada”, que se revela em diferentes formas e tempos do conceito, espraiados territorialmente, conformando novas geografias sociais. Esse espraiamento alcança a maior parte das nossas instituições sociais — justiça, política, educação, família, imprensa — e o dia a dia do cidadão, transformando as relações, os valores e a cultura da teia social. Os estudos do campo da midiatização procuram refletir sobre a dimensão em que a mídia influencia a sociedade, e vice-versa. Essas afetações recíprocas compõem uma perspectiva sobre o conceito da “midiatização” como um processo contínuo, e não como algo estanque e acabado em si.

França (2020) compreende tanto o fenômeno quanto o conceito da “midiatização” como um novo ambiente sociocultural, que introduz novos padrões de mediação e de interação, possibilitando novas formas de percepção e cognição:

o fenômeno diz respeito às mudanças no cenário técnico-comunicativo que vêm se delineando desde as últimas décadas do séc. XX e notadamente nos primeiros anos do séc. XXI. Já o conceito diz respeito às diferentes abordagens e formas de compreensão dessas mudanças – e é naturalmente plural (pois os tratamentos são múltiplos e nem sempre convergentes). (p. 25)

A pesquisadora faz a distinção teórica entre as definições de “mediação” e “midiatização”, trazendo a perspectiva apresentada por Muniz Sodré (2002) em seu livro *Antropológica do Espelho*, em que o autor nomeia o conceito de “médium” (midiatização) como o quarto *bios* de uma nova era, não apenas cultural, mas existencial. Ou seja, para além de uma dimensão instrumental comunicacional (de fazer pontes) e de circulação de informações (tecnomediações), a midiatização caracterizar-se-ia por “um novo modo de presença do sujeito no mundo, um *ethos* próprio, novas formas de relacionamento dos indivíduos, tendo a mídia como estruturadora das percepções e cognições; novas formas de sociabilização” (França, 2020, p. 28). Nesse sentido, as (tecno)mediações e a ênfase nos estudos da comunicação pelo viés tecnológico tenderiam a configurar, e mesmo a concentrar, uma perspectiva “midicêntrica”, abarcada por uma corrente tradicional de estudos denominada “teoria dos meios”, “através de autores que apresentam um foco específico no desenvolvimento das tecnologias comunicacionais” (França, 2020, p. 36). Em contraponto, as teorias da midiatização enfatizam a relação entre “os meios técnicos e cultura/sociedade”. Hepp (2014) nos auxilia nessa reflexão, distinguindo “mediação” como um conceito que teoriza o processo de comunicação como um todo, enquanto midiatização teoriza a mudança relacionada à mídia.

As pesquisas e perspectivas teóricas sobre o conceito de “midiatização”, as relações interacionais transmidiáticas e as transformações dos meios midiáticos comunicacionais e as influências sociais e culturais podem ser tomadas tanto sob a tradição institucionalista quanto pela socioconstrutivista (Hepp, 2014). Nesse contexto, seja

a mídia como instituição semi-independente influenciando outras instituições, ou ela mesma sendo influenciada e proporcionando “um espaço público comum para a sociedade como instância de interação” (Hjarvard, 2014, p. 42), que propicia às instituições defender seus interesses e aos seus membros debater e decidir assuntos de interesse comum (Hjarvard, 2014).

A tradição institucional se volta para o inter-relacionamento e as influências que as instituições de mídia, tradicionalmente as de massa, como uma instituição social autônoma (ou semiautônoma), exercem sobre as outras instituições sociais (Hepp, 2014). A socioconstrutivista, “enraizada no interacionismo simbólico e na sociologia do conhecimento”, interessa-se pelas práticas de comunicação cotidianas, “especialmente relacionadas à mídia digital e à comunicação pessoal – e enfoca a construção comunicativa em transformação da cultura e da sociedade” (Hepp, 2014, pp. 47–48).

De maneira geral, as abordagens europeias sobre mediação buscam recuperar a historicidade do conceito, abrangendo a mediação nas esferas política, da ciência e da religião, e seus impactos sobre indivíduos e sociedade (Carvalho, 2017). As transformações nos modelos dos meios de comunicação tradicionais de massa, especialmente a partir do exponencial crescimento do neoliberalismo na década de 80, e a mudança do modelo de comunicação pública para o modelo privado comercial, são algumas das razões para essa atenção com o resgate histórico europeu, abrangendo nesse viés o olhar diacrônico e sincrônico com a mediação das sociedades (Hepp, 2014).

Os estudos europeus também se debruçam sobre a mediação da sociedade, caracterizada pela transversalidade da mídia na vida cotidiana, e como ela se torna dependente de uma chamada “lógica das mídias”², especialmente as de massa, configurando um novo cenário comunicacional contemporâneo e impactando, por exemplo, a prática dos processos de produção jornalísticos da notícia, objeto de reflexão deste artigo.

Nessa visada, a mediação da cultura e da sociedade é um processo que se caracterizaria por uma dualidade: os meios de comunicação passam a estar “integrados às operações de outras instituições” (Hjarvard, 2014, p. 36) e, ao mesmo tempo, consolidam o *status* de instituição semiautônoma. O autor relativiza a problemática levantada por alguns pesquisadores em relação a uma excessiva dependência atual dos meios de comunicação por parte das instituições — se negativa ou positiva —, indicando que qualquer análise deve levar em conta os contextos específicos dessa relação meio de comunicação-instituição.

A mediação não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades: ela é, essencialmente, uma tendência que se acelerou particularmente nos *últimos anos do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e principalmente ocidentais*, ou seja, Europa, EUA, Japão, Austrália

² “O termo *lógica da mídia* é aqui empregado em reconhecimento ao fato de possuir a mídia um *modus operandi* próprio e características específicas (especificidades da mídia) capazes de influenciar outras instituições e a cultura e a sociedade em geral, à medida que estas se tornam dependentes dos recursos que ela controla e disponibiliza” (Hjarvard, 2014, p. 36). A definição proposta por Hjarvard foi, posteriormente, objeto de problematização no debate sobre o conceito, ao que o autor buscou explicitar, em trabalhos seguintes, que não operava a partir de uma lógica homogeneizante, reconhecendo as especificidades das mídias.

e assim por diante. Conforme a globalização avança, cada vez mais regiões e culturas serão afetadas pela midiaticização, mas provavelmente haverá diferenças consideráveis na influência que ela exerce. (Hjarvard, 2012, p. 65)

Hepp (2014) ressalta a importância de pesquisas sobre a midiaticização da vida cotidiana em temas como consumo, religião, política e educação, e como a própria evolução e mudanças nas práticas comunicativas na sociedade estão relacionadas à construção da realidade comunicativa, levando em consideração tanto a mídia de massa clássica quanto a nova mídia da internet e da comunicação móvel.

Por possuir características quantitativas e qualitativas, Hepp (2014) sugere uma aproximação entre as duas tradições — institucional e socioconstrutivista — para as pesquisas e abordagens sobre midiaticização, sob uma perspectiva transmidial. “Na era da crescente ‘mediação de tudo’, mídias diferentes estão totalmente envolvidas nas nossas construções comunicativas em mudança da cultura e da sociedade. Esse é o ponto em que devemos focar” (Hepp, 2014, p. 61).

A “mediação de tudo” (Livingstone, 2009) é um estágio em que a mídia penetra ubiquamente, moldando as relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e a sociedade. Hepp (2020) aponta que essa influência, para melhor ou para pior, está mais presente do que nunca na nossa história, e especialmente no fato de que mídia digital não é somente um meio ou ferramenta de comunicação, mas que se tornou um diário, constante e crescente fluxo gerador de dados das coisas e de todos. O pesquisador diz que vivemos o período da *mediaticização profunda*, o estágio avançado do processo de digitalização da mediaticização no qual “todos os elementos do nosso mundo social estão intrinsecamente relacionados às mídias digitais e às suas infraestruturas subjacentes” (Hepp, 2020, p. 5).

À luz dos efeitos dos algoritmos e do atual ecossistema midiático digital, Carlón (2022) nos atenta para um olhar concentrado nos nossos objetos de estudos sobre a problemática da circulação dos sentidos e produtos, que ele acredita se constituir em um novo paradigma, além da heterogeneidade tanto dos corpos midiáticos quanto dos novos enunciadores. O pesquisador argentino ressalta os estudos sobre a autonomia da circulação — privada, pública e íntima — digitalizada dos discursos e sentidos, agora não lineares, que se configuram em uma rede hipermediaticizada e *hiperlinkada*.

Para auxiliar na sua reflexão, Carlón (2022) distingue graficamente, por camadas, três grandes zonas de mediaticização: (a) as *mídias de massa* tradicionais (televisão, rádio, cinema e jornais), que controlam suas programações, linha editorial, tempo, espaço e vozes; (b) as *plataformas de redes sociais baseadas na internet* (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube, blogs, portais de notícias), que possibilitam o fácil compartilhamento de conteúdo e onde se instalam os novos enunciadores, muitos não institucionais, do espaço público, afetando as relações e configurações de poder simbólicas, passando a ter novas direções de circulação dos sentidos; e (c) o *underground* (WhatsApp, Zoom e Skype), que facilita a circulação privada e íntima dos sentidos.

O jornalismo tradicional se situa na primeira zona de mediaticização mencionada por Carlón (2022) — as *mídias de massa*. Para manter seu protagonismo enunciativo e

fazer circular seus sentidos e produtos, multidirecionalmente, no ecossistema da nova esfera pública digital, passa por reconfigurações, tanto estrutural quanto culturalmente. Alguns resultados e aspectos desse cenário, consequência das entrevistas com jornalistas que atuam nas redações de veículos de massa, apresentamos a seguir.

6. INVESTIGANDO AS RECONFIGURAÇÕES NA REDAÇÃO: METODOLOGIA, DEPOIMENTOS E DISCUSSÃO

Realizamos oito entrevistas do tipo semiestruturadas³ com jornalistas — cinco homens e três mulheres — de alguns dos principais veículos de comunicação impresso/online, das cinco regiões do Brasil, sendo sete entrevistas feitas pelo Google Meet e uma pelo WhatsApp. Seis entrevistados já trabalham e vivenciam a rotina de uma redação desde antes de 2004. Estabelecemos como critério o ano de 2004 por ser a data de criação do Facebook, reconhecidamente uma das primeiras e principais plataformas de rede social que impactaram, e continuam impactando, o atual ecossistema midiático. Os outros dois são jovens profissionais com menos de 30 anos de idade, portanto, de uma geração já afeita às novas tecnologias comunicacionais digitais.

Nas entrevistas foram abordadas questões acerca da ambiência, infraestrutura e processos de produção da notícia na redação jornalística, envolvendo contextos e realidades cotidianas, tais quais: reuniões e meios de prospecções para pautas, relacionamento com fontes, temporalidades da apuração da notícia, entrevistas, escrita das matérias, entre outras.

Buscamos compreender de que forma isso vem se reconfigurando e se adequando ao dia a dia da redação em função da concorrência com novos atores das plataformas digitais e do contexto contemporâneo midiático, em um cenário em que os formatos online dos veículos de comunicação também se viram compelidos a conquistar espaço e visibilidade em virtude do acesso e circulação imediatos das notícias por meio dos artefatos móveis (celulares, tablets, etc.). Investigamos ainda as transformações na produção da notícia com a incorporação à rotina da redação das novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, especialmente as plataformas de redes sociais, sob a perspectiva e influência do fenômeno da midiatização.

O binômio *tempo-espaço* predomina nos depoimentos de todos os jornalistas entrevistados, especialmente no que tange à concomitante escassez e aceleração do tempo em função da priorização do produto jornalístico online, que afeta uma adequada discussão e aprofundamento das pautas; processos de apuração e pesquisa da notícia, interlocução com fontes e entrevistados, além de mudanças na gramática redacional da matéria. Consequentemente — opinião predominante entre os profissionais das redações — esse contexto acaba por se refletir na qualidade do trabalho jornalístico, já prejudicado pela precarização, enxugamento nas redações e sobrecarga de trabalho.

Cada vez mais as redações têm menos profissionais. Eu sou de uma época que a gente chegava aqui na redação do jornal e a redação era lotada. Com

³ Aprovadas pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) – CAAE: 64944322.0.0000.5241.

o passar do tempo, houve um enxugamento muito grande, as equipes estão muito reduzidas. Então, muita coisa mudou. Por exemplo, quando eu comecei a trabalhar no jornal, eu era repórter só de um veículo. Hoje, criaram o conceito de redação integrada, eu produzo conteúdo *pra* quatro veículos diferentes. Então eu trabalho *pra* quatro, literalmente, com perdão da expressão, *tô* de quatro realmente, e recebo só por um veículo. (Jornalista 8, 12 de outubro de 2023)

Na minha editoria, a gente não consegue mais fazer isso (reunião de pauta) porque não estava encaixando com a nossa rotina de produção, porque hoje a gente produz 90% *pro* site e a gente tem uma meta de audiência muito alta. A nossa meta é 300.000 *pageviews* por dia, que é um negócio extremamente alto, e, então, a gente às vezes até abre mão mesmo de uma qualidade melhor de apuração. Porque a gente precisa publicar no *site* coisas que vão gerar cliques. Então, esse negócio de ouvir todo mundo passar por duas pessoas *pra* reler, *pra* poder consertar erro de português e tudo mais, isso é um negócio que está ficando *pra* trás. Isso compromete diretamente a qualidade do conteúdo, né? (Jornalista 5, 20 de julho de 2023)

A compressão e a distensão tempo-espacial laboral pressionam o profissional da redação em relação ao seu turno de trabalho. Na maioria das redações dos profissionais entrevistados, em que os veículos são impressos e/ou online, as tradicionais reuniões de pauta, com horários pré-determinados de início e fim, e a discussão presencial entre os profissionais acabam por se estender ao longo do dia, virtualmente. Seja porque as demandas das pautas são constantemente alimentadas e atualizadas por meio de plataformas de comunicação internas online (um Google Docs, por exemplo) na redação, de acesso obrigatório a todos os jornalistas da editoria. Seja porque as cobranças dos superiores pela apuração e postagem das notícias, no caso dos portais online dos veículos de comunicação, podem acontecer a qualquer momento por meio dos celulares.

Em contrapartida, comprime-se o tempo tanto para a apuração quanto para a redação e postagem das matérias. Diminui o espaço para contatos e trocas de informações com fontes ao longo do tempo, uma prática corriqueira ao longo de décadas entre os jornalistas e fontes, em que acabava se construindo uma relação de confiança mútua. A chamada “informação exclusiva”, que poderia gerar matérias mais elaboradas, ouvindo-se vários personagens, é prescindida pelo “furo” jornalístico online a qualquer custo, como “critério de manchetabilidade” (Signates, 2011), para se publicar em primeira mão, de imediato, antes do seu concorrente, muitas vezes sem a devida checagem para, se for necessário e conveniente, corrigir e atualizar ao longo do dia.

Reconfigura-se o critério jornalístico de periodicidade — o periódico, na acepção da palavra — tanto internamente à produção noticiosa da redação, em que a noção do prazo e fechamento da edição do jornal se dilui, literalmente, no tempo e no espaço, quanto externamente, em que se modificam hábitos e temporalidades sociais, como a

ida logo cedo à banca de jornais para comprar o seu jornal habitual, ou a expectativa pela entrega dos exemplares aos assinantes no horário determinado, em geral acompanhando a leitura da edição do dia durante o café da manhã, antes da ida para o trabalho.

Não é que seja certo, nem que seja errado, mas é porque a comunicação mudou. Em 2003, quando a gente recebia uma pauta, a gente tinha um tempo imenso *pra* poder fazer toda aquela apuração. E aí era uma apuração feita em detalhes. Principal diferença é, a gente enquanto repórter, a gente ia todos os dias para a rua. Sair da redação e ir para a rua, porque a entrevista que eu faço hoje é pelo Google Meet, por telefone ou até mesmo só pelo WhatsApp ou por e-mail, né? (Jornalista 3, 31 de julho de 2023)

Da produção, por exemplo, ela é cruel com quem trabalha em *site*. Cruel, porque você tem tempo estabelecido para fazer uma reportagem. Tem gente que fica monitorando quantas matérias cada repórter fez no período das cinco horas que ele ficou: “ah, fulano é? Só escreveu duas matérias? Hoje a fulana escreveu oito, não pode”. Tem o editor da manhã, o editor da tarde, tem o editor chefe e os editores de área, mas quem mais cobra é o dono, que ‘tá mais próximo ao editor de área, e eles ficam olhando todos os *sites*. Então, se ele vê no *site* concorrente e o dele não, ele liga para a redação ou vai na redação para pressionar. “vocês estão fazendo o que, vocês não viram isso ainda?”. Então, isso causa uma polvorosa, tipo causa um desespero entre os repórteres. (Jornalista 2, 20 de agosto de 2023)

Não tinha uma comunicação tão fácil, a gente não tinha chamadas de vídeo *pra* fazer as reuniões [de pauta]. Então, hoje a gente tem o WhatsApp, aí cada editoria tem os seus grupos *pra* poder fazer as conversas logo cedo e o horário também mudou. Antigamente, a primeira reunião de pauta era às 11h. Hoje, quando eu acordo, seis da manhã, já tem lá o editor executivo falando assim do que é que está rendendo. E por que é tão cedo? Porque a gente observa que aquilo que as pessoas querem consumir é logo pela manhã, se a gente perder o *timing*, não for logo, a gente não consegue alcançar essas pessoas. (Jornalista 3, 31 de julho de 2023)

O fator *sujeitos* também se salienta nas entrevistas, em que funções específicas tradicionais nas redações já não existem mais, como a do revisor (*copydesk*) e a do pauteiro. Mesmo a do diagramador está bastante restrita, já que os atuais software facilitam a edição e postagem do texto e fotografia da matéria pelo próprio repórter, de onde ele estiver, diretamente nas plataformas online do veículo de comunicação. Atualmente, todos na redação — editores, chefes de reportagem, repórteres e equipes de redes sociais — acabam se tornando potenciais pauteiros e *gatekeepers*, ao se verem obrigados a acompanhar diuturnamente perfis das plataformas sociais de atores digitais, como políticos, artistas, influenciadores, ou as tendências do momento da internet.

Em contrapartida, apesar do “enxugamento” de pessoal das redações e da consequente sobrecarga de trabalho para os jornalistas, novos profissionais que compõem equipes de redes sociais, presença quase que obrigatória na dinâmica atual da redação, se incorporam à práxis de produção jornalística. Porém, nada que contrabalance, em termos quantitativos de postos de trabalho, as antigas redações “abarrotaadas” de profissionais, trabalhando e se revezando em dois ou até três turnos diários.

Nas últimas décadas de transformações e transição nas redações de mídia jornalística tradicional, os jornalistas mais experientes se viram impelidos a assimilar e adequar suas práxis ao surgimento da internet, às novas tecnologias e ferramentas comunicacionais, ao crescimento e disseminação das plataformas de redes sociais e à penetração das lógicas algorítmicas das plataformas de redes sociais que permeiam as várias instâncias culturais da sociedade midiaticizada contemporânea. Por outro lado, os jovens profissionais, marcadamente os das gerações Y e Z, já chegam à redação com essa lógica digital da midiaticização e dos avanços tecnológicos incorporados à sua prática pessoal e profissional.

Então, eu coloco o título, eu coloco o subtítulo, eu faço o texto, eu coloco foto, eu coloco a legenda da foto, e eu coloco dentro do texto alguns *links* que fazem referências ao assunto. Então, tudo que é relacionado ao assunto eu coloco lá dentro. Então, tudo isso é o repórter que tem que fazer. Agora você imagina, a gente sobe quatro, cinco matérias no dia, só no portal. Olha o tanto de detalhe que a gente tem que fazer. (Jornalista 8, 12 de outubro de 2023)

Porque se você escreve *pro* impresso é de um jeito, se você escreve *pro* digital é outro, e é importante tentar fazer essa adaptação *pra* você poder passar informação e também ser bem ranqueado no Google. Pra mim é tranquilo me adaptar a essas mudanças, porque eu sei que esse é o futuro e eu já entrei no jornal um pouquinho mais com a cabeça de impresso, mas logo depois mudou *pra* do digital. Então, eu consigo assimilar isso mais tranquilamente, mas talvez para pessoas mais antigas, né...? (Jornalista 5, 20 de julho de 2023)

Eu acho que a gente se preparava mais [antes das redes sociais]. Mas eu não sou o tipo do cara que, “ah, na minha época era muito melhor”. Eu nem gosto disso, entendeu? Eu não quero dizer que na minha época era melhor. Acho que a gente está se adaptando às coisas que são inerentes à nossa profissão. (...) A internet é uma revolução tão grande, tão profunda. Ah, se a gente não se abraçar o rádio, a mídia, vão terminar. Não vão, porque, inevitavelmente, elas vão estar na internet. (Jornalista 7, 2 de outubro de 2023)

Em meio à infodemia que circula no espaço público digital da internet, um dos objetivos na disputa simbólica da narrativa jornalística é chamar a atenção, publicar e ser lido

primeiro. Para equilibrar forças com o dinamismo e velocidade da circulação dos novos atores sociais digitais, e pela própria concorrência entre os veículos de comunicação, o jornalismo online, influenciado pela lógica algorítmica e pela plataformação, começa a flexibilizar alguns cânones formais da estruturação da notícia, afetando a construção histórica de demonstração de profissionalismo, objetividade e imparcialidade jornalística. Um dos indícios dessa flexibilização em curso pode ser percebido no lide jornalístico

O lide tradicional tem a função de introduzir e prender a atenção do leitor logo no primeiro parágrafo da matéria. Na estrutura formal do lide, os manuais de redação (Folha de S. Paulo, 1992; Martins, 1997) e estudiosos (Wolf, 1985/2005) preconizam, dentre outros padrões, um estilo em que se valorize o discurso direto, sem repetição de palavras, e em que conste os tradicionais cinco “w”: *who* (quem), *what* (o quê), *when* (quando), *where* (onde); *why* (porquê), além do *how* (como). Sob a perspectiva da nova lógica algorítmica e de inteligência de dados e marketing para a circulação da notícia, a gramática redacional do lide, e de toda a notícia, ganha novos contornos.

A gente tem que deixar tudo adaptado porque às vezes no on-line pra gente fazer o SEO [otimização para os motores de busca] direitinho, como aquele que eu te falei pra atingir o leitor, a gente repete muitas palavras no digital porque tem que repetir mesmo, porque senão você não vai lá *pro* Google. (Jornalista 3, 31 de julho de 2023)

Você tem que colocar um título, que seja um título chamativo, mas que não seja apelativo, porque o Google tem palavras-chave que facilita a busca. Então, é uma série de detalhes que a gente tem que fazer quando a gente publica uma matéria na *web*. (Jornalista 8, 12 de outubro de 2023)

A otimização para os motores (*search engine optimization*, em inglês) de busca é uma estratégia orientada por profissionais de mídias sociais e monitorada por sistemas de métrica de audiência das plataformas de redes sociais e portais de notícias. Ela visa otimizar os conteúdos de uma página (ou matérias) para os mecanismos de busca na internet, fazendo com que elas apareçam nas primeiras páginas do *site* de busca e facilitem a recuperação, o clique pelo leitor, e com isso a permanência do usuário o maior tempo possível, gerando maior monetização. O Google Analytics e o Chartbeat são alguns exemplos de software de monitoramento da audiência de *sites* e de plataformas de redes sociais utilizadas por redações jornalísticas, que fornecem essas informações em relatórios em tempo real do comportamento e tráfego do usuário.

Dentre essas estratégias de otimização, estão o uso de *links*, a utilização de *hashtags* e a repetição de palavras-chave. O que em alguma medida contraria algumas das características do modelo da estruturação da notícia e dos critérios de noticiabilidade tradicionais, priorizando-se agora o tempo real, muitas vezes sem a devida acurácia de apuração e checagem, buscando unicamente a “caça” à taxa de cliques ou curtidas, tentando manter o leitor o máximo de tempo possível na página do veículo de comunicação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das entrevistas, pudemos inferir que a alteração da relação tempo-espaco na redação, as mudanças na práxis da produção noticiosa, com implicações nos tradicionais critérios jornalísticos de noticiabilidade, de estruturação gramatical da matéria, na eliminação dos postos de trabalho e na relação com fontes jornalísticas são alguns dos reflexos mais significativos que essa transição vem cobrando, especialmente em função da priorização do produto jornalístico online, comprometendo a qualidade do jornalismo, ressaltado pelos próprios entrevistados.

Para se adequarem aos novos tempos de plataformação do jornalismo (van Dijck et al., 2018), as decisões editoriais do dia a dia das redações dos veículos de jornalismo tradicionais passam a ser guiadas também pelas informações fornecidas por software de métricas, que, em última instância, muitas vezes são quem define a adequação e a atualização das manchetes e notícias online de acordo com os dados de rastreamento e monitoramento do usuário e dos tópicos de tendência do dia das plataformas. Com isso, os profissionais das redações, em constante pressão pelo imediato e pelo tempo real da informação, vêm renunciando ao seu poder de autonomia de decisão editorial, até então guiado pelos cânones jornalísticos de seleção e produção da notícia e critérios de noticiabilidade tradicionais, configurando-se um modelo híbrido nas redações: tradicional e plataformazados (van Dijck et al., 2018).

Cenário do ecossistema midiático contemporâneo da sociedade mediatizada que gera consequências no papel mediador da mídia jornalística tradicional e na rotina da produção da notícia na redação a partir do momento em que a informação, cujo protagonismo de enunciação e compartilhamento até então estava controlado e hegemônico no espaço das redações jornalísticas, passa a se disseminar rápida e exponencialmente pelas plataformas de redes sociais sem as tradicionais barreiras, filtros ou cânones e protocolos de edições da práxis jornalística, sendo influenciado cada vez mais pelos novos atores sociais digitais e pelas funções algorítmicas.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, por meio do Programa Capes PRINT – Programa Institucional de Internacionalização, na modalidade de Doutorado Sanduíche, realizado na Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. de. (2013). Em nome do público: Jornalismo e política nas entrevistas dos presidenciais ao Jornal Nacional. *E-Compós*, 16(2), 1–21.
- Brin, C., Charron, J., & De Bonville, J. (2004). *Nature et transformations du journalisme. Théorie et recherches empiriques*. Les Presses de l'Université de Laval.
- Carlón, M. (2022). ¿El fin de la invisibilidad de la circulación del sentido de la mediatización contemporánea? *DeSignis*, (37), 245–253. <https://doi.org/10.35659/designis.i37p245-253>
- Carvalho, C. A. de. (2017). *Mediatização e textualidades: Dimensões teóricas e aplicações empíricas*. PPGCOM UFMG.

- Cesarino, L. (2021). Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: Uma explicação cibernética. *Ilha: Revista de Antropologia*, 23(1), 73–96. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75630>
- Couldry, N. A. (2010). Mídia tem futuro? *Matrizes*, 4(1), 51–64. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v4i1p51-64>
- Deuze, M., & Witschge, T. O. (2016). Que o jornalismo está se tornando. *Parágrafo*, 4(2), 6–21.
- Figaro, R. (Ed.). (2021). *Discurso jornalístico e condições de produção em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia*. Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho.
- Figaro, R., & Silva, A. F. M. (2020). A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. *Contracampo*, 39(1), 101–115. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38566>
- Folha de S. Paulo. (1992). *Novo manual de redação*. Folha de S. Paulo.
- França, V. (2020). Alcance e variações do conceito de midiaticização. In J. Ferreira, P. G. Gomes, A. F. Neto, J. L. Braga, & A. P. da Rosa (Eds.), *Redes, sociedade e pólis: Recortes epistemológicos na midiaticização* (pp. 23–44). FACOS-UFMS.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (R. Filker, Trad.). Editora UNESP. (Trabalho original publicado em 1991)
- Harsin, J. (2018). *Post-truth and critical communication studies*. Oxford Research Encyclopedias.
- Hepp, A. (2014). As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: Pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. *Matrizes*, 8(1), 45–64.
- Hepp, A. (2020). *Deep mediatization*. Routledge.
- Hjarvard, S. (2012). Midiaticização: Teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, 5(2), 53–91. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v5i2p53-91>
- Hjarvard, S. (2014). *A midiaticização da cultura e da sociedade*. Editora Unisinos.
- Livingstone, S. (2009). On the mediation of everything: ICA presidential address 2008. *Journal of Communication*, 59(1), 1–18.
- Lytard, J. (2009). *A condição pós-moderna* (R. C. Barbosa, Trad.). José Olympio. (Trabalho original publicado em 1979)
- Martins, E. (1997). *Manual de redação e estilo*. O Estado de S. Paulo.
- Pereira, F. H., & Adghirni, Z. L. (2011). O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 1(24), 38–57.
- Ribeiro, A. P. G. (2000). *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Robalinho, M., Borges, S., & Pádua, A. (2020). *Dráuzio Varella e Atila Iamarino: Uma análise dos canais do YouTube dos influenciadores digitais como fontes de informação na pandemia da Covid-19*. *Comunicação & Inovação*, 21(47), 22–38. <https://doi.org/10.13037/ci.vol21n47.7298>
- Schudson, M. (1981). *Discovering the news: A social history of American newspapers*. Basic Books.
- Signates, L. (2011). As fontes assumem o furo: Fraturas e alternativas na prática jornalística ante as redes sociais. In J. F. Maia (Ed.), *Gêneros e formatos em jornalismo* (pp. 181–186). Editora PUC Goiás.
- Silva, T. R. N. (2017). *Jornalistas e fontes: Uma relação em movimento. Temas, vozes e silêncios na Saúde de O Globo (1987-2015)* [Tese de Doutorado, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde].

- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes.
- van Dijck, J., Poell, T., & De Waal, M. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- Waisbord, S. (2018). Truth is what happens to news, on journalism, fake news, and post-truth. *Journalism Studies*, 19(13), 1866–1878. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1492881>
- Wolf, M. (2005). *Teoria das comunicações de massa* (K. Jannini, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1985)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Marcio Martins Calil é doutor em Informação e Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz; mestre em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo e servidor público do Instituto Federal do Espírito Santo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5938-9642>

Email: marciomcalil@gmail.com

Morada: PPGICS - Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde Expansão do Campus: Av. Brasil, 4036 - sala 210 - Manguinhos, Rio de Janeiro - Brasil CEP: 21040-360

Kátia Lerner é doutora em Sociologia e Antropologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9677>

Email: katia.lerner@icict.fiocruz.br

Morada: PPGICS - Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde Expansão do Campus: Av. Brasil, 4036 - sala 210 - Manguinhos, Rio de Janeiro - Brasil CEP: 21040-360

Fábio Castro Gouveia é doutor em Química Biológica (Educação, Gestão e Difusão de Biociências), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tecnologista da Fundação Oswaldo Cruz, cedido para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0082-2392>

Email: fgouveia@gmail.com

Morada: PPGCI - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio Ibict/Eco-UFRJ: Rua Lauro Muller, 455 - 4º andar - Botafogo, Rio de Janeiro - Brasil CEP: 22290-160

Submetido: 30/11/2023 | Aceite: 13/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

AQUI POSTO DE COMANDO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS: A RÁDIO-VOZ DA LIBERDADE

Helena Lima

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras,
Universidade do Porto, Porto, Portugal

Concetualização, investigação, metodologia, administração do projeto, validação,
visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Ana Isabel Reis

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras,
Universidade do Porto, Porto, Portugal

Concetualização, investigação, metodologia, administração do projeto, validação,
visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Nos 50 anos do 25 de Abril de 1974, em Portugal, a rádio traz à memória os primeiros sons da liberdade. A escolha da rádio para veículo de transmissão não foi por acaso e várias razões podem explicar esta opção. No campo informativo português daquela década era um meio privilegiado, dada a elevada taxa de analfabetismo adulta. A rádio era ubíqua e a sua popularidade evidencia-se pela taxa de penetração, de aproximadamente 88%, sendo que em 1974 havia mais de um milhão de recetores de rádio que televisores (Cristo, 2005; Ferreira, 2013). Pelo seu lado, os militares contaram com a convivência de jornalistas, técnicos e locutores das emissoras para transmitir as senhas que deram início ao movimento militar que derrubou o Estado Novo. Foi através dos microfones da rádio que comunicaram a revolução à população e anunciaram a rendição do Governo de Marcelo Caetano. Transformada no posto de comando, é responsável pela escolha de alguns dos símbolos sonoros que identificam o 25 de Abril. O tema aqui apresentado procura fazer a reconstrução dos passos que marcaram a madrugada da revolução e os momentos que se seguiram. A metodologia adotada cruza informações dispersas que foram sendo publicadas e emitidas nos últimos 50 anos e a análise das reportagens radiofónicas feitas naquele período.

PALAVRAS-CHAVE

rádio, 25 de Abril, revolução, sons, jornalismo

ARMED FORCES MOVEMENT COMMAND POST HERE: THE RADIO-VOICE OF FREEDOM

ABSTRACT

On the 50th anniversary of the April 25 1974 Revolution in Portugal, radio recovered the first sounds of freedom. The choice of radio as the broadcasting vehicle was no coincidence, and there are several reasons for this choice. In the Portuguese information landscape of that decade, radio was a privileged medium, given the high rate of adult illiteracy. Radio was ubiquitous, and its popularity is evidenced by its penetration rate of approximately 88%, with over a million more radio receivers than television sets in 1974 (Cristo, 2005; Ferreira, 2013). For their part, the military relied on the cooperation of journalists, technicians, and broadcasters to transmit the passwords that initiated the military movement that overthrew the Estado Novo. Through the

radio microphones, they communicated the revolution to the population and announced the surrender of Marcelo Caetano's Government. Transformed into a command post, it was responsible for selecting some of the sound symbols that identify April 25. This theme seeks to reconstruct the key events that marked the dawn of the revolution and the subsequent moments. The methodology adopted combines scattered information published and broadcast over the last 50 years with an analysis of radio reports from that period.

KEYWORDS

radio, April 25, revolution, sounds, journalism

Que o poema seja microfone e fale
uma noite destas de repente às três e tal
para que a lua estoire e o sono estale
e a gente acorde finalmente em Portugal. — Manuel
Alegre, *País de Abril — Uma Antologia*

1. INTRODUÇÃO

É aceite por diferentes autores a importância que os média tiveram na revolução portuguesa de 1974, nomeadamente a rádio, que desempenhou um papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos. Os próprios militares reconhecem a sua importância para o êxito da operação. O Rádio Clube Português (RCP), dadas as suas características, foi escolhido para centro das comunicações, tornando-se assim o posto de comando do Movimento das Forças Armadas (MFA). O golpe militar foi pensado e organizado em articulação com a rádio e foi através dos seus microfones que se deu a luz verde inicial ao movimento. As operações seguintes transformaram a rádio no posto de comando de todas as ações planeadas, já que a radiodifusão funcionou, simultaneamente, como meio de comunicação interna entre os revoltosos e dos militares para a população portuguesa. O povo foi informado do que estava a ocorrer através de diversas comunicações radiofónicas que o punham a par sobre a evolução dos acontecimentos, desde a madrugada de 25 de abril até à rendição do regime, no Quartel do Carmo, em Lisboa, e também nos dias seguintes.

Nesta época, a rádio ocupava ainda um lugar central no panorama mediático nacional. Num país com uma taxa de analfabetismo elevada, a rádio mantinha as audiências, apesar de a televisão estar a entrar, embora lentamente, nos lares portugueses. A secundarização da televisão explica-se igualmente pelo fraco poder aquisitivo da população, mas também pelas limitações de difusão.

De início, Salazar não valorizou a rádio, só mais tarde o meio se tornou num poderoso instrumento de propaganda do Estado Novo. O regime controlou as emissões das rádios, privada e pública, de maneira a melhor as utilizar na máquina propagandística (Cordeiro, 2007; R. Santos, 2022b). Já durante o Marcelismo, esta tendência levou a uma intensificação da censura (Cristo, 2005; Ferreira, 2013; Ribeiro, 2002; Vieira, 2010).

Apesar disso, na fase final do regime, há uma “nova rádio”, mais contestatária e “mais virada para a vida” (Cristo, 2005, p. 23), que se foi afirmando com a contribuição dos programas noturnos a transformarem-se no novo horário nobre.

Os profissionais que integravam a equipa desses programas foram cúmplices na preparação da revolução e a rádio foi usada como transmissor de senhas, de mensagens, e de comunicados que marcaram a madrugada do 25 de Abril e os dias seguintes. Duas canções emitidas em duas rádios puseram a revolução em marcha: “E Depois do Adeus” nos Emissores Associados de Lisboa foi o sinal de avanço confirmado pouco depois pela “Grândola, Vila Morena” na Rádio Renascença. O primeiro comunicado do MFA foi lido aos microfones da RCP, tomado pelos militares e de onde foi comandada a revolução. Foi a partir da RCP que a população se foi mantendo informada sobre o que se passava. O papel desempenhado pelas rádios deve-se não só à conjuntura da época, mas também às ligações existentes entre os militares e os radialistas. Homens e mulheres que tiveram um papel ativo na preparação e no decorrer da revolução e que acabaram por ter um contributo decisivo na escolha daqueles que se tornaram os símbolos sonoros do 25 de Abril.

Nas ruas, foram os repórteres da rádio que captaram os sons e as vozes de uma nova etapa na história de Portugal: as manifestações populares, as palavras de ordem, as conversas, a libertação dos presos políticos, a prisão de agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, os disparos e os episódios de tensão ou confronto e, finalmente, os momentos que culminaram com a rendição do Governo de Marcelo Caetano.

A rádio fez jus a algumas das suas maiores características, a agilidade e a ubiquidade, e recentrou o lugar da reportagem, que acompanhou o desenrolar da revolução, registando todos os seus minutos, a par e passo. A função da rádio naqueles dias é reconhecida não apenas por militares, políticos e jornalistas (Maia, 1999; Ribeiro, 2002; Vieira, 2010), mas é igualmente audível nas transformações na programação e informação, resultantes desta conjuntura (R. Santos, 2022a).

Apesar do volume de informação disponível, mas disperso, há poucos estudos que aprofundem a função que a rádio desempenhou na Revolução de 74. Assim, o que propomos é apresentar um estudo sobre o papel da rádio na revolução do 25 de Abril de 1974. Nesse sentido, foi realizado um estudo prévio (ver Reis & Lima, 2014), em que foram cruzados dados obtidos na audição das reportagens radiofónicas realizadas no dia 25 de abril de 1974; em entrevistas, depoimentos, debates, documentários e reportagens publicadas e emitidas nos últimos anos; e em bibliografia sobre o tema.

A investigação aqui apresentada dá sequência a trabalho anteriormente realizado, partindo de bibliografia de referência, pesquisa de novos trabalhos entretanto publicados e a recolha de novos dados conhecidos mais recentemente. Parte desta nova informação resulta também das próprias comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que levaram ao conhecimento de novos dados e revelações. Tal como em estudos anteriores, procuramos intercalar os diferentes testemunhos presentes em reportagens, novas obras e a análise dos registos dos sons do 25 de Abril. Entendemos que o aprofundamento da linha dos acontecimentos nas rádios permite uma visão mais clara da

forma como se articularam os profissionais e os militares. Por outro lado, a análise da voz falada permite entender o papel da reportagem radiofónica dos sons de Abril, para além da dimensão militar.

2. A RÁDIO NA DITADURA

No início dos anos 70, Portugal era uma sociedade essencialmente rural e iletrada (Ribeiro, 2005). A taxa de população adulta analfabeta rondava os 25%, segundo dados dos censos de 1970 do Instituto Nacional de Estatística. A rádio era, ainda, o meio mais popular, com uma taxa de penetração de cerca de 88% e havia mais de um milhão de aparelhos de rádio do que televisores (Cristo, 2005; Ferreira, 2013). A emissão de rádio atingiu, diariamente, mais de 45% da população, enquanto 65% ouviam rádio pelo menos uma vez por semana em 1969 (R. Santos, 2017a). Nos anos 70, a televisão ainda não tinha entrado em todos os lares portugueses e o seu horário de emissão abrangia apenas uma parte do dia.

O panorama radiofónico português centrava-se em três grandes emissoras nacionais: RCP, emissora privada, propriedade da família Botelho Moniz, muito próxima do regime; Emissora Nacional (EN), emissora pública; e Rádio Renascença (RR), emissora católica. Além destas, existiam pequenas rádios na capital e no resto do país.

Nos anos 60, a rádio portuguesa foi dando sinais de transformações, que se viriam a consolidar no início da década seguinte, e que, de certa forma, criaram as condições para o que aconteceu na madrugada da revolução. A emissão de 24 horas ininterruptas foi uma delas, e a generalização dos noticiários à hora certa, iniciada pela RCP, estendeu-se às outras emissoras nacionais. Cristo (2005) chama-lhe a “nova” rádio, mais interessada “pelo que ocorre fora das suas paredes” e que reivindica uma atitude ativa perante a realidade, “observadora, curiosa e crítica, uma rádio com alma” (p. 23). Essa “nova” rádio era formada por jovens que vinham da Rádio Universidade, um laboratório de novos radialistas que procuravam inovar e tinham um estilo mais informal, mais próximo do ouvinte.

A Rádio Universidade teve um papel relevante, já que foi aí que muitos dos locutores e jornalistas iniciaram a sua atividade. Muitos transitaram para as emissoras nacionais e acreditaram numa nova forma de fazer rádio, que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes (Reis, 2022; R. Santos, 2017b). Nos anos 70, a EN e a RCP fizeram algumas experiências no domínio da informação que “fugiam aos cânones habituais” e foram inovadoras (Serejo, 2001, pp. 71–72). Entre estas experiências, refira-se, por exemplo, o novo conceito de noticiário, introduzido por Luís Filipe Costa na RCP. Inovando na linguagem e no formato, a antena abria-se para a informação de última hora, fora do tempo dos noticiários¹. Na RR, muitas vezes, os programas de informação de produção independente (Serejo, 2001) eram suspensos “temporariamente”, porque se enquadravam “nessa tentativa de realizar trabalhos próximos do jornalismo, tratando, muitas vezes de forma metafórica, a situação social” (Andringa, 2008, p. 9).

¹ Entrevista a Luís Filipe Costa, incluída no programa *Provedor do Ouvinte*, emitido na Antena 1 a 24 de julho de 2020.

Controlada pelo poder, a EN estava estagnada (S. C. Santos, 2013) e registava uma queda nas audiências. Os programas mais marcantes estavam nas rádios privadas e isso refletia-se no crescimento do número de ouvintes da RR e da RCP². É na RR, a “menos submissa” (Ribeiro, 2002, p. 33), e na RCP que surgem alguns programas tidos hoje como referências: *Limite*, *Página 1*, *PBX*, *Meia Noite* e *Em Órbita*, que fazem parte da memória da geração jovem daquela época (R. Santos, 2012). Não são programas para as grandes audiências, mas para um público restrito, informado e que procurava ouvir e decifrar o que havia escapado à censura. Esta característica explica, segundo Cristo (2005) e Ferreira (2013), a razão por que estes programas não terão contribuído para consciencializar o público da situação do país. Rogério Santos (2012), pelo seu lado, entende que uma programação mais próxima do público (como os programas *PBX* na RCP e do *Página 1* na RR), com envolvimento social e política, terá aberto brechas na opinião e conduziu à suspensão parcial ou definitiva de programas e autores na fase final do Estado Novo. Esta rutura por parte de jovens jornalistas não deixou de ser reconhecida. De acordo com Rogério Santos (2022a), a Casa da Imprensa atribuiu, em março de 1974, um prémio a Adelino Gomes pela sua participação no programa *Limite*. Toda a cerimónia acabou por se tornar num momento de resistência, através das intervenções deste jornalista, mas também dos participantes e do júri.

Rogério Santos (2022a) reporta os diferentes episódios que espelham uma rádio desobediente, quer pela suspensão e controlo dos programas, quer pelos despedimentos de jornalistas e a dificuldade que a censura e administrações tiveram em “repor a ordem”. O autor defende mesmo a tese de que “a rádio esteve na génese da transformação política do país” ainda antes da madrugada de 25 de Abril de 1974 (R. Santos, 2012, p. 15).

Esta irreverência não significa que a rádio estava isenta de censura. Era, tal como a televisão, controlada não tanto pelo lápis azul, mas por “medidas preventivas”, que asseguravam o controlo e a autocensura. As vozes discordantes não chegavam aos microfones, os presidentes dos órgãos de comunicação públicos eram nomeados pelo Presidente do Conselho e as administrações eram compostas por nomes próximos ao regime (Ferreira, 2013), mesmo nas entidades privadas como era o caso da RCP. Todas as estações funcionaram como veículo de propaganda do Estado Novo, eram a “voz do dono” (Cristo, 2005; Ferreira, 2013; S. C. Santos, 2013; Serejo, 2001), embora as formas de controlo pudessem assumir diferenças acentuadas. Tal é o caso da EN, uma vez que era a rádio controlada pelo Estado, contudo esse controlo terá levado também à sua estagnação e dificuldade em competir com as demais antenas (R. Santos, 2022a).

A par da obediência das administrações das rádios, o controlo das transmissões pela censura foi realizado de diferentes maneiras. Desde 1945 que o Secretariado Nacional da Informação foi a instituição responsável pela propaganda, informação pública, comunicação social, turismo e política cultural do Estado Novo. Coube ao Secretariado Nacional da Informação proporcionar formação a quadros com poderes executivos em estações de rádio. Foi também da sua responsabilidade o treino dos censores que faziam parte dos comités de censura colocados nas rádios.

² No início da década de 70, a Emissora Nacional terá passado dos 60% de audiência para os 50,1%, sendo ultrapassada pela Rádio Clube Português, que sobe dos 45% para os 50,5%. A Renascença passa dos 20% para os 39% (Ferreira, 2013, p. 15).

Outra das formas de controlo foi a obrigatoriedade de envio ao Comité de Censura dos textos por escrito, roteiros ou programas gravados antecipadamente 48 horas antes de cada transmissão. A autocensura e a escolha criteriosa dos locutores na transmissão ao vivo também contribuíram para o controlo apertado das emissões (Cristo, 2005).

A censura instala-se fisicamente nas rádios e intensifica-se durante o Marcelismo. Curiosamente, os censores do Exame Prévio³ tinham chegado à RR poucos dias antes do 25 de Abril e deixaram passar a senha para a revolução.

Como anteriormente referido, os programas no período da noite eram assegurados pelos novos profissionais, que não se identificavam com o regime. Esse terá sido um dos fatores que determinaram a escolha das rádios para se associarem ao movimento militar. Ser contra a situação facilitou o primeiro contacto. Exemplo disso é o relatado por Carlos de Almada Contreiras, Capitão de Mar e Guerra e militar de Abril, à RR, onde conta o processo muito informal de decisão da segunda senha: “ficou decidido debaixo do elevador de Santa Justa, no tal plenário onde estava eu e o Álvaro Guerra⁴, que a canção seria a Grândola’, afirma com um sorriso” (Gonçalves, 2023, para. 7)⁵.

A EN foi excluída por um conjunto de razões, sendo a principal, o facto de ser a emissora do Estado. Restavam a RCP, a RR e os Emissores Associados de Lisboa (EAL), que vieram a ter o seu papel na revolução. Os seus profissionais contribuíram de forma decisiva para o desenrolar dos acontecimentos, e na escolha de alguns sons que se viam a tornar os símbolos sonoros do 25 de Abril.

3. A RÁDIO COMO POSTO DE COMANDO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS: UMA ESCOLHA ESTRATÉGICA

Em estudo anterior (Reis & Lima, 2014), foram analisados os diferentes aspetos que determinaram as razões que colocaram a rádio como centro difusor da Revolução de Abril, assim como a linha de acontecimentos que se sucederam. É possível, através de novos elementos de recolha de investigação, preencher alguns dos momentos de escolha e decisão, mas também entender que as memórias daquela madrugada e do dia 25 podem revelar algumas contradições. Ainda assim, a participação das rádios no movimento prevalece como parte da estratégia delineada pelos militares, como testemunhou Otelo Saraiva de Carvalho (2014):

³ “Exame Prévio” é a nova designação da Comissão de Censura, segundo a Lei de Imprensa de 1972, Decreto-Lei n.º 150/72 (1972), da qual emanam as “instruções sobre o Exame Prévio”.

⁴ Jornalista do *República*, que foi o ponto de contacto entre os militares e os radialistas.

⁵ As versões são contraditórias: a citação é de Carlos de Almada Contreiras em “Grândola Vila Morena”, *A Senha da Revolução Escolhida Debaixo do Elevador de Santa Justa*, reportagem publicada a 29 de novembro de 2023, no site da Renascença; por sua vez, Carlos Albino, jornalista do *República* e da equipa do programa *Limite*, revela em diversas entrevistas ter sido ele a sugerir a escolha de “Grândola”, versão que Otelo Saraiva de Carvalho confirma na entrevista ao *Expresso*: “A Entrevista nos 40 Anos do 25 de Abril: ‘Apesar dos Excessos, a Revolução Foi um Êxito’” (Alves, 2021), embora contradiga o que escreve no livro *Alvorada em Abril* (Carvalho, 2014), em que conta que a proposta da música foi de Santos Coelho. No entanto, no artigo “Não Sei Se as Minhas Netas Terão o Tal Mundo com o Qual Sonhei Há 40 Anos” (Almeida, 2014), do *Tribuna de Macau*, de 2014, e em que o capitão é entrevistado, é referido que foi Carlos Albino, da Renascença, que sugeriu a Almada Contreiras a “Grândola, Vila Morena”.

as emissoras de radiodifusão e a Rádiatelevisão eram consideradas no plano de operações, objectivos importantes. Até mesmo fundamentais, na medida em que, através de comunicados radiodifundidos, podíamos motivar psicologicamente as massas populares para uma adesão ao movimento que entrava na luta decididamente a seu favor, e contra o regime. (p. 336)

O plano, como referido, apenas excluía a EN. Esta viria a ser ocupada pela necessidade de controlar o rádio do regime político.

Conquistar a “emissora oficial do regime” e silenciá-la, passando a utilizar outra, particular, entretanto também conquistada, parecia-me, do ponto de vista psicológico sobre a população, um golpe excelente. Pela afirmação de força e pela negação de utilização de uma odiosa *his mater's voice* que tal acto, simbolicamente representava. (Carvalho, 2014, p. 336)

Nesse sentido, foram feitos contactos dentro da emissora para agilizar a tomada do edifício. A relevância da rádio para o movimento está patente num dos documentos secretos onde se podia ler que todos as unidades nas operações deveriam munir-se de rádios que permitissem “manter uma escuta perfeita” dos emissores de Lisboa do RCP (Centro de Documentação 25 de Abril, 2014).

Dado o historial recente das rádios anteriormente referido, os militares de Abril tiveram contactos prévios com locutores e jornalistas seus conhecidos, mas também pessoas indicadas por terceiros, por merecerem confiança e que eram reconhecidos pela oposição ao regime. As rádios escolhidas para emitir as duas primeiras senhas foram os EAL e a RR, dadas as suas capacidades de emissão em Lisboa. Segundo Otelo Saraiva de Carvalho (2014), a RCP foi escolhida para ser a voz da revolução, um ato da própria rebelião, um desafio à ditadura. Depois de decidir em quais estações de rádio atuariam, o passo seguinte foi estabelecer contactos dentro de ambas as estações, o que não se revelou difícil. Durante a guerra colonial, alguns militares conheceram nomes ligados à rádio, seja porque eram camaradas de armas ou profissionais do meio radiofónico. O próprio Otelo chefiou a Secção de Radiodifusão e Comunicação Social do Gabinete de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica na Guiné.

É sabido que a escolha da RCP se deveu ao perfil moderno da rádio, mas também a aspetos importantes do ponto de vista militar, como a centralidade e a logística dos equipamentos e a possibilidade de manter a emissão em caso de corte de energia externo, uma vez que tinha um gerador. Tinha também um radiotelefone de ligação direta e, de acordo com Rogério Santos (2022a), os jornalistas desta rádio usavam o telefone, o telex e o gravador de fita magnética. Na luta com as concorrentes, a RCP foi pioneira a incluir uma ligação direta, via telefone, aquando do internamento de Salazar. Dadas as suas características, esta rádio tinha autonomia e podia continuar a emissão, tendo Otelo Saraiva de Carvalho (2014) salientado ainda a emissão de noticiários de hora a hora de madrugada para Portugal continental e para o Ultramar, dando assim notícia das movimentações às forças instaladas nas colónias. O modelo de noticiários da RCP

iniciou-se em 1961 e não deixou de se modernizar até ao final da ditadura, quer nos meios e formatos, quer num estilo muito próprio (R. Santos, 2022a).

As razões apontadas para a escolha das rádios levaram também a contactos prévios entre os revoltosos e jornalistas e outro pessoal das emissoras. João Paulo Diniz era o locutor que assegurava o programa noturno da Rádio Alfabeta (EAL). Diniz esteve em Bissau entre 1970 e 1972, onde apresentou o *Programa das Forças Armadas* na rádio e seria um dos contactos dos militares e de Otelo. Na altura da Revolução, o 1-8-0, criado em 1968, era um programa noturno muito popular. Após uma negociação sobre qual seria a música da primeira senha, “E Depois do Adeus” foi decidida, para não levantar suspeitas.

O primeiro sinal dos revoltosos foi emitido às 22h55, pela voz de João Paulo Diniz, que anunciava ao microfone: “faltam cinco minutos para as 23 horas. Convosco, Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74, ‘E Depois do Adeus’, uma canção de José Niza”. Ia para o ar a música que indicava às várias unidades militares, que aderiram ao movimento, para avançarem sobre Lisboa.

Num processo similar, a senha de confirmação foi resultado do historial do programa *Limite* (R. Santos, 2022a), e, mais uma vez, levou a uma série de contactos prévios. Nesta segunda senha, as informações e as entrevistas mais recentes dadas por diversas fontes podem assumir testemunhos contraditórios. A primeira indicação é de que um jornalista do *República*, que além desta redação fazia parte da equipa do *Limite*, fez a ponte entre Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Albino. Uma nova sequência de conversas leva a que a canção escolhida seja a “Grândola, Vila Morena”. Assim, à hora combinada acordada com os militares para a segunda senha, 00h20, Paulo Coelho, o locutor de serviço nessa noite, no programa *Limite*, põe no ar a primeira quadra da canção “Grândola, Vila Morena”, de José Afonso. Os poemas tinham sido gravados previamente por Leite de Vasconcelos, dadas as apertadas condições de censura de que o programa era alvo.

Mas devo dizer, agora que passaram 25 anos e no que está relacionado com o que me pediram, que apenas dois civis tiveram conhecimento do processo que culminaria com a senha do 25 de Abril: Manuel Tomás e quem dá testemunho nestas linhas. Álvaro Guerra foi um precioso elemento de ligação e naturalmente que não foi ouvido nem achado para a execução da senha; Leite Vasconcelos, que no seu dia de folga deu a sua voz a tudo o que tinha que ser dito nos exactos 11 minutos de duração do bloco previamente submetido às censuras; o estagiário de locução que estava na cabine (não quero dizer o nome antes que o encontre porque é um dos que têm andado para aí a mentir) estava longe de imaginar o que se iria passar e nada justificava que se lhe dissesse o que estava em jogo; a regência de estúdios onde em todo o caso poderia ser interrompida a emissão caso tivesse ocorrido alguma denúncia, estava debaixo de olho. Mas, acima de tudo, devo aqui testemunhar que o Manuel Tomás, para além de uma lealdade total, foi uma peça-chave para o êxito da pequena coisa que foi pedida - a senha. (Albino, 1999, para. 8)

“E Depois do Adeus”, nos EAL, e a “Grândola, Vila Morena”, na RR, foram o resultado da escolha e articulação entre os militares e os profissionais da rádio. Tendo sido os símbolos e as senhas que estiveram no arranque do golpe militar, não deixam de ser o resultado de uma harmonização da vontade dos operacionais das Forças Armadas, mas também do bom senso e da experiência do pessoal das emissoras, que sabia a melhor forma de iludir a censura e, assim, assegurar o bom êxito da conspiração. A simbologia sonora da Revolução do 25 de Abril está presente na memória coletiva dos portugueses e foi além-fronteiras. A marcha militar “A Life on the Ocean Wave” (Uma Vida na Onda do Mar), emitida depois do primeiro comunicado do MFA na RCP, veio também a ser conhecida como “hino do MFA”. A marcha foi uma escolha de José Ribeiro⁶ da RCP e funcionou como um indicativo para assinalar a emissão dos comunicados militares.

Depois de irem para o ar as duas senhas, iniciou-se o movimento militar e a RCP foi ocupada às 03h12, operação comandada pelo Capitão Santos Coelho.

Ocupada a RCP às 04h26, o jornalista de serviço, Joaquim Furtado, lê o primeiro comunicado do MFA, dos vários que tinham sido redigidos pelo Major Vitor Alves (Associação 25 de Abril, s.d.). A emissão passa a ser controlada pelos militares e a programação é constituída por marchas militares, interrompidas com os comunicados do movimento, mas também para informar a população e apelar para ficar em casa, o que não teve acolhimento. À rádio foram chegando locutores, técnicos e jornalistas.

Para a rádio pública, os militares esboçaram um plano completamente diferente. Os Capitães Oliveira Pimentel e Frederico de Moraes foram responsáveis pela ocupação da EN: pouco antes das 04h, um grupo de militares desarmou os guardas da Polícia de Segurança Pública, que não ofereceram resistência. O Capitão Frederico de Moraes informaria o Posto de Comando: “informo ocupamos TÓQUIO sem qualquer incidente” (Serejo, 2001, p. 77). Às 07h foi para o ar o “Hino Nacional”, seguido de um noticiário que não mencionava os acontecimentos em curso. Às 08h30 foi lido o primeiro comunicado do MFA e, de seguida, a transmissão foi cortada, só sendo restabelecida ao início da noite.

No decurso destas movimentações, a RCP tornou-se o epicentro de toda a atividade difusora dos militares, sendo os comunicados do MFA transmitidos aos seus microfones. Foi lá que se realizaram as primeiras conferências de imprensa improvisadas pelos capitães para a comunicação social portuguesa e para os correspondentes estrangeiros e foi também lá que se anunciou formalmente a rendição do Governo, às 20h, do dia 25 de abril.

As forças do regime fizeram várias tentativas para cortar a emissão da RCP, sendo a mais relevante o corte de energia às 08h, o que levou ao acionar dos geradores. A importância desta emissora no desenrolar dos acontecimentos fica demonstrada pelas ações das forças fiéis ao regime, mas também pela escolha dos seus microfones para a leitura da proclamação do MFA, também por volta das 20h.

Depois da linha de acontecimentos que procuram reconstruir a articulação entre a rádio e o movimento do 25 de Abril de 1974, importa notar que os jornalistas portugueses

⁶ Em entrevista à reportagem da SIC “Aqui Posto de Comando” (Castanho, 2004) emitida em 2004.

dos diferentes meios de comunicação social viveram intensamente os acontecimentos daquele dia. Se os jornais nos reportam a memória daquele dia, no caso da rádio, os relatos são mais complexos. Sabemos que grande parte do trabalho dos jornalistas de rádio não chegou a ser emitido e o repositório sonoro desse dia é essencialmente constituído por reportagens que não chegaram a ser emitidas, mas que ficaram registadas em bobines de fita magnética. É através deste repositório que podemos aceder ao testemunho dos repórteres que nos trazem os outros sons da revolução.

4. A REVOLUÇÃO PELOS MICROFONES DA RÁDIO

Os acontecimentos do dia 25 de abril estão documentados em reportagens gravadas ao longo de sete horas, como se se tratasse de uma transmissão em direto. Destas gravações, foram posteriormente selecionados excertos para uma versão em CD de 02h30. As vozes presentes nestes relatos são dos jornalistas Adelino Gomes, Pedro Laranjeira, Paulo Coelho e João Paulo Guerra. Alfredo Alvela, do RCP, foi outro dos jornalistas em reportagem naquele dia. As suas palavras reportam o que estava a acontecer, ao mesmo tempo que refletem a forma como testemunha a notícia: “microfone aberto, ouvindo a multidão, ruídos dos carros de combate em movimento... apenas o ambiente que podemos transmitir, porquanto as palavras de um homem não são nada perante a rodagem histórica de que estamos a ser testemunhas”.

A extrema repressão que se fez sentir nas rádios na fase final da ditadura levou a que vários jornalistas fossem afastados dos programas por razões políticas. Ainda assim, não deixaram de participar dos acontecimentos, como foi o caso de Adelino Gomes. O jornalista juntou-se à coluna militar e aos camaradas da RR que estavam a fazer a cobertura noticiosa do golpe de Estado, como testemunhou em 2014: “eu tive tanta inveja que me atrevi a dizer assim: vocês dão-me autorização que eu faça um bocadinho de reportagem? E eles passaram-me o microfone para a mão (...) e eu fiquei a fazer reportagem com eles” (Gomes, 2014). Assim, Adelino Gomes acabaria por se transformar num dos repórteres históricos do 25 de Abril.

Durante as gravações, os repórteres referem as suas próprias ações, como quando, por exemplo, sobem para um dos veículos militares em movimento para o acompanharem a um novo cenário da ação, e nesse percurso vão descrevendo o que veem e o que ouvem. Outros relatos registam-se em locais em que os microfones captam conversas soltas, palavras de ordem, desabafos do cidadão anónimo que dão uma imagem da perceção popular sobre os acontecimentos e das suas expectativas em relação ao futuro. A sequência dos sons é cronológica.

Apesar do inesperado do acontecimento e da impreparação para uma situação completamente nova, há práticas profissionais que se mantêm. A voz de Adelino Gomes e de outros jornalistas permitem a resposta ao “quê”, “quem”, “onde”, “quando” e “porquê”. As entrevistas são explicativas, mas também de confirmação do que os jornalistas testemunham junto de fontes autorizadas ou oficiais. A reportagem descreve o que se vê e os sons são o ambiente escutado: “eu não tenho palavras pela primeira vez na minha vida como repórter de rádio” — dirá a dada altura Adelino Gomes e de microfone estendido às pessoas pergunta — “o que é que quer dizer?”.

Nos relatos, há uma constante identificação do repórter com quem o rodeia e com quem o escuta. O jornalista tanto assume o papel de testemunha, como, no momento seguinte, reassume a sua função de repórter em busca da informação objetiva.

Ao longo das reportagens, os populares são os mais ouvidos: “isto já devia ter sido há muitos anos”. Não raramente os repórteres assumem que sabem tanto como o povo que está na rua: “tão cheio de curiosidade como nós estamos... com tanta falta de informação como nós estamos”. É entre o povo que, muitas vezes, procuram a informação ou cruzar diferentes informações até terem acesso a uma fonte mais oficial. Adelino Gomes enquanto acompanha os militares e os populares: “falta aqui uma câmara de televisão. Nunca na minha vida, como repórter de rádio e como jornalista, tive a oportunidade de ouvir as pessoas a falar a sério. A falarem sem peias. ‘Porreiro’, diz aquele jovem ali. Porreiro, pá”. Mais tarde, explicou que um dos colegas ia à RR, que era próxima, e trazia quatro ou cinco bobines, que já “davam para gravar muito tempo” (Lau et al., 2014).

O cerco ao Quartel do Carmo foi feito pelos Capitães de Abril, mas também pelos jornalistas que assistiram, no meio dos populares, ao desenrolar dos acontecimentos daquele dia. Os sons que nos chegam são o entrecruzar dos relatos dos repórteres, sons da multidão e dos militares. Todo o ambiente à volta do quartel é espelhado pelas diferentes sonoridades e cadências descritivas que ilustram, de facto, os momentos dramáticos vividos até à rendição, como é possível entender pelos excertos selecionados pelo Centro de Documentação 25 de Abril (s.d.).

“Atenção, Quartel do Carmo, atenção, Quartel do Carmo, ou o mensageiro é recebido imediatamente ou então o Quartel será destruído [ovação dos populares]”, em seguida, Adelino Gomes reforça as palavras de Salgueiro Maia: “o Capitão Maia manda que as forças apontem para o edifício; há pouco fez um ultimato a dizer que se não sair o coronel mensageiro será destruído o quartel”. O jornalista dá conta da tensão que se vive: “estamos num momento extremamente importante, assustador até, e acho que chegamos ao clímax”. Entretanto, os soldados tomaram posições, enquanto se mantinham fechadas as portas do Quartel do Carmo. Ouve-se a voz de Salgueiro Maia, que dá uma ordem: “uma rajada para o alto da varanda do centro”. Adelino Gomes reforça as palavras do capitão: “uma rajada para a varanda do alto, do centro”. Neste momento, ouve-se a voz de um popular que simula: “tatatatata”. O repórter remata: “é um momento... em que toda a gente certamente está tão impressionada como nós próprios”. Ouvem-se as rajadas e ouve-se outro jornalista a dizer “somos obrigados a fugir uma vez que generalizou-se o tiroteio. Não houve rendição das forças fiéis ao governo, por isso eclodiu este tiroteio (...) o nosso camarada do *Limite* perdeu um sapato”. Os sons confusos mantêm-se até que: “as pessoas começam a sair destes abrigos onde estão. Nós não sabemos efetivamente o que se estará a passar... há balas aqui pelo chão”.

Um dos momentos esperados era a rendição, como relata Adelino Gomes:

vão abrir as portas. Abriram as portas, neste momento, abriram as portas [gritos da multidão] (...). O coronel, mensageiro das forças revoltosas, levanta os braços e dá indicações às pessoas que ali estão. Vou entrevistar o coronel: “meu coronel, não ouve rendição por parte das forças sitiadas?”.

O desenlace mais esperado seria narrado pelo jornalista Alfredo Alvela, do RCP:

neste momento são 8h39. Neste momento, abrem-se as portas do Quartel do Carmo. Começam a movimentar-se as viaturas de guerra que aqui estiveram, em frente ao Quartel do Carmo [crescendo de vozes]. Uma vaia tremenda da multidão. Um momento altamente histórico. Somos impotentes para fazer a reportagem do que está a acontecer.

As vozes da rádio incluem-se neste fio condutor dos acontecimentos da Revolução de Abril. Os jornalistas transmitem a emoção do momento, pelos testemunhos próprios, pelas falas dos populares e, também, pelos sons, que pintam o cenário da emoção e alegria vividas naquele dia.

5. CONCLUSÕES

Através da recolha de diferentes fontes históricas, procuramos entender de que forma a rádio se interligou com a “Revolução dos Cravos”. Através de um processo em que os sons, os depoimentos de militares e de algumas pessoas que participaram neste dia, reconstruímos as linhas de memória dos diferentes momentos, atores e papéis desempenhados.

Após esta recolha, é possível constatar que a rádio assumiu diferentes funções, algumas correspondentes aos objetivos dos Capitães de Abril, mas também teve uma dinâmica própria.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a escolha da rádio como meio para despoletar e anunciar a revolução se deve à própria natureza intrínseca das rádios portuguesas, da sua forma progressista e a favor do fim da ditadura, como é possível constatar através da programação, mas também pelo perfil dos profissionais, que levaram à confiança que lhes foi atribuída pelos militares.

Podemos, também, entender de que forma, no plano logístico, foram feitas as escolhas em relação às senhas e à sua transmissão, sem nunca esquecer as questões de segurança. Estes aspetos foram determinantes na comunicação entre os próprios militares e a forma como deram a conhecer o movimento à população e não deve ser esquecido o facto de os militares estarem familiarizados com este meio e com alguns dos profissionais. A relação de confiança que se estabeleceu permitiu que os profissionais da rádio também participassem nos processos de escolha.

Por último, como foi referido, a rádio e os seus jornalistas tiveram uma dinâmica própria, sendo as reportagens e os sons dos acontecimentos a forma mais evidente da sua relevância no decurso do primeiro dia da liberdade.

REFERÊNCIAS

Albino, C. (1999, 24 de abril). Que vasta galeria de falsos heróis. *Diário de Notícias*.

- Almeida, H. (2014, 25 de abril). Não sei se as minhas netas terão o tal mundo com o qual sonhei há 40 anos. *Tribuna de Macau*. <https://jtm.com.mo/local/nao-sei-se-minhas-netas-terao-tal-mundo-qual-sonhei-ha-40-anos/>
- Alves, C. F. (2021, 25 de julho). A entrevista nos 40 anos do 25 de abril: “Apesar dos excessos, a revolução foi um êxito”. *Expresso*. <https://expresso.pt/politica/2021-07-25-A-entrevista-nos-40-anos-do-25-de-abril-Apesar-dos-excessos-a-revolucao-foi-um-exito-of2bb707>
- Andringa, D. (2008, 25–28 de junho). *Jornalismo: Uma profissão em mudança* [Apresentação de comunicação]. VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Portugal.
- Associação 25 de Abril. (s.d.). *Movimentações do dia 25 de abril*. <https://a25abril.pt/base-de-dados-historicos/o-dia-d/>
- Cristo, D. (2005). *A rádio em Portugal e o declínio do regime de Salazar e Caetano (1958-1974)*. Minerva Coimbra.
- Carvalho, O. S. (2014). *Alvorada em abril*. Terreiro do Paço Editores.
- Castanho, P. (2004). *Aqui posto de comando* [Programa de televisão]. SIC.
- Centro de Documentação 25 de Abril. (s.d.). *Som*. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/8>
- Centro de Documentação 25 de Abril. (2014, 14 de janeiro). *Confirmação do início das operações militares*. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/555>
- Cordeiro, P. (2007). *Estratégias de programação na rádio em Portugal: O caso da RFM na transição para o digital* [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa].
- Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de maio, Diário do Governo n.º 106/1972, 1º Suplemento, Série I de 1972-05-05. (1972). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/150-1972-230564>
- Ferreira, C. (2013). *Os media na guerra colonial, a manipulação da Emissora Nacional como altifalante do regime*. Minerva Coimbra.
- Gomes, A. (2014, 23 de abril). *A visão dos jornalistas no 25 de Abril*. Rádio Renascença.
- Gonçalves, M. (2023, 29 de novembro). “Grândola Vila Morena”, a senha da revolução escolhida debaixo do elevador de Santa Justa. Rádio Renascença. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2023/11/29/grandola-vila-morena-a-senha-da-revolucao-escolhida-debaixo-do-elevador-de-santa-justa/357262/>
- Lau, A., Barbosa, I., & Couto, R. (2014, 28 de abril). *Dias 26 e 27 de abril - As reportagens emitidas*. JornalismoPortoNet. <https://www.jpn.up.pt/2014/04/28/dias-26-e-27-de-abril-as-reportagens-emitidas/>
- Maia, M. (1999). *Aqui emissora da liberdade, Rádio Clube Português 04.26 25 de Abril de 1974*. Editorial Caminho.
- Reis, A. I. (2022). Rádios “piratas” e jornalismo radiofónico na década 80: Ruturas e continuidades. In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: Dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 97–150). Livros ICNOVA.
- Reis, A. I., & Lima, H. (2014, 2–5 de setembro). *Os militares da Revolução de Abril de 1974 e a rádio: “Aqui Posto de Comando do MFA”* [Apresentação de comunicação]. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, Brasil.
- Ribeiro, N. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. UCP Editora.

- Ribeiro, N. (2005). *A Emissora Nacional nos primeiros anos do Estado Novo*. Quimera.
- Santos, R. (2012, 28 de fevereiro). *A rádio não tem emissão educativa. É essencialmente distração. Da tradição à modernidade radiofónica (1961-1969)* [Apresentação de comunicação]. Colóquio “O Meio Rádio e os 75 Anos da Rádio Renascença”, Lisboa, Portugal.
- Santos, R. (2017a). As audiências como elemento de compreensão das tendências da rádio entre as décadas de 1940 e 1970. *Revista Portuguesa de História da Comunicação*, (0), 1–15.
- Santos, R. (2017b). *Estudos de rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora.
- Santos, R. (2022a). Informação radiofónica (décadas de 1930 a 1970). In N. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *História do jornalismo radiofónico em Portugal: Dos primeiros noticiários aos anos 90* (pp. 11–72). Livros ICNOVA.
- Santos, R. (2022b). “*Queria dedicar este disco à minha namorada*”: *Cultura, política e programação na rádio*. Colibri.
- Santos, S. C. (2013). *Da rádio estatal ao modelo integrado, compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Serejo, F. (2001). Rádio – Do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). *Observatório*, (4), 65–95.
- Vieira, J. (2010). *A nossa telefonia, 75 anos de rádio pública em Portugal*. Tinta-da-China.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Helena Lima é professora associada, autora de livros, capítulos de livros e artigos com revisão cega em revistas da área da história do jornalismo e outras. É coordenadora do laboratório colaborativo Laboratório de Criação para a Literacia em Saúde, especializado em literacia e comunicação em saúde.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3023-6412>

Email: hllima@letras.up.pt

Morada: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto — Portugal

Ana Isabel Reis é professora associada, doutorada em Ciências da Comunicação, com especialização em Estudos Jornalísticos, pela Universidade do Minho. É investigadora em rádio, jornalismo radiofónico, história da rádio, rádio e som/áudio na internet.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9335-4574>

Email: areis@letras.up.pt

Morada: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto — Portugal

Submetido: 30/11/2023 | Aceite: 18/07/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

“A CONSCIÊNCIA DA REVOLUÇÃO SÍRIA”: RESISTÊNCIA CRIATIVA NAS FAIXAS E CARTAZES DE KAFRANBEL (2011–2018)

Leila Nachawati Rego

Departamento de Comunicación, Facultad de Humanidades, Comunicación y Documentación, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, Espanha

RESUMO

Este artigo examina a narrativa revolucionária e o processo de comunicação de Kafranbel, uma cidade no norte da Síria amplamente reconhecida como “a consciência da revolução síria”. Célebre pelas suas emblemáticas faixas e cartazes, a produção da cidade decorreu entre 2011 e 2018, abrangendo imagens de pessoas a segurar faixas e cartazes com mensagens escritas, desenhos e caricaturas. Estas faixas e cartazes eram regularmente partilhados nas redes sociais, refletindo um processo criativo dinâmico e em constante evolução. Este estudo recorre a uma metodologia de investigação descritiva e qualitativa para analisar um conjunto de imagens ($n = 214$) compiladas e organizadas cronologicamente. Além disso, integra na análise as perceções de nove entrevistas semiestruturadas conduzidas em espanhol, inglês e árabe. Estas entrevistas, realizadas junto de residentes, testemunhas e especialistas que acompanharam de perto a revolta, proporcionam uma visão abrangente dos esforços de comunicação de Kafranbel.

As conclusões destacam a forma como as faixas e cartazes de Kafranbel surgiram e se consolidaram como resposta à repressão do regime sírio e à crescente ameaça representada por grupos extremistas, incluindo o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Daesh). A narrativa da cidade recorreu a elementos persuasivos e centrados no ser humano, como a representação de crianças e referências a lutas e ícones globais, para envolver tanto o público local como internacional. A análise das faixas e cartazes revela uma mudança no tom e nas escolhas linguísticas à medida que o conflito se intensificava e a cidade se via cada vez mais desesperada por auxílio. A ausência de faixas e cartazes durante períodos de bombardeamento intenso evidencia as duras realidades enfrentadas pelos residentes, culminando no silêncio da cidade após a sua recaptura pelo regime sírio e o assassinato do jornalista Raed Fares por homens armados afiliados ao Daesh. Este estudo preenche uma lacuna significativa na investigação existente, oferecendo uma análise detalhada da estratégia de comunicação singular de Kafranbel no contexto mais amplo da revolta síria.

PALAVRAS-CHAVE

Kafranbel, Síria, revolução, média, liberdade de expressão

“THE CONSCIENCE OF THE SYRIAN REVOLUTION”: CREATIVE RESISTANCE IN THE BANNERS FROM KAFRANBEL (2011–2018)

ABSTRACT

This paper examines the revolutionary storytelling and communication process of Kafranbel, a town in northern Syria celebrated as “the conscience of the Syrian revolution”. Known for its impactful banners, the town’s production spanned from 2011 to 2018 and featured images of people holding banners with written messages, drawings, and caricatures. These banners were

regularly shared on social media, reflecting a nuanced and evolving creative process. This study employs a descriptive and qualitative research methodology to analyze a dataset of images ($n = 214$) compiled and organized chronologically. Additionally, insights from nine semi-structured interviews conducted in Spanish, English, and Arabic are included in the analysis. These interviews involved residents, witnesses, and experts who have closely followed the uprising, providing a comprehensive understanding of Kafranbel's communicative efforts.

The findings highlight how Kafranbel's banners emerged and consolidated as a response to both the Syrian regime's crackdown and the threat increasingly posed by extremist groups, including the Islamic State of Iraq and Syria (ISIS). The town's storytelling employed human-centered and persuasive elements, such as the portrayal of children and references to global struggles and icons, to engage both local and international audiences. Patterns in the banners reveal a shift in tone and language choices as the conflict intensified and the town became more desperate for help. The absence of banners during periods of intense bombing underscores the harsh realities faced by the town's residents, which culminated in the town's silence following its recapture by the Syrian regime and the assassination of journalist Raed Fares by ISIS-affiliated gunmen. This study fills a significant gap in existing research, offering a detailed analysis of Kafranbel's unique communication strategy within the broader narrative of the Syrian uprising.

KEYWORDS

Kafranbel, Syria, revolution, media, freedom of expression

1. INTRODUÇÃO

A ditadura síria, estabelecida em 1971, manteve o país completamente vedado para o mundo durante décadas. Situada numa região de importância estratégica, a Síria tem sido marcada por guerras, autoritarismo, ocupações e violações sistemáticas dos direitos humanos (Álvarez-Ossorio, 2015, 2017; Ruiz de Elvira, 2011). A repressão interna e o controlo rigoroso da imprensa estrangeira tornaram a Síria um país essencialmente fechado, com uma cobertura mediática mínima durante o regime de Hafez al-Assad (Badawi, 2023; Magnarella, 2017; Zarwan, 2005). O panorama político permaneceu praticamente inalterado após a ascensão de Bashar al-Assad ao poder em 2000, perpetuando o regime autoritário (El Khannoussi, 2012; Yassin-Kassab & Al-Shami, 2016).

Em março de 2011, quando a Síria se juntou ao movimento de revoltas do Médio Oriente e do Norte de África, o país atraiu uma atenção internacional sem precedentes. Este período foi caracterizado como "o conflito mais socialmente mediado da história" (Lynch et al., 2014, p. 3), com os cidadãos a tirarem partido dos média para exercerem a liberdade de expressão e participarem em atividades cívicas (Adi, 2014; Brown et al., 2012; Della Ratta, 2018). À medida que as manifestações inicialmente pacíficas se transformaram numa revolta armada no final de 2011, em resposta à repressão do regime (Álvarez-Ossorio, 2012), surgiram várias fações rebeldes que acabaram por se unir no Exército Sírio Livre. Este conflito resultou no estabelecimento de áreas fora do controlo do regime, denominadas "áreas libertadas" pelos grupos revolucionários e rebeldes (Alshab, 2021; Khalaf, 2015; Saleh, 2017). A intensificação do conflito atraiu numerosas potências estrangeiras, cada uma delas defendendo os seus interesses estratégicos. A

Rússia e o Irão apoiaram o regime sírio, enquanto os Estados Unidos, a Arábia Saudita e a Turquia apoiaram várias fações rebeldes para contrabalançar o Irão e o Hezbollah (Guedes, 2019). Com o tempo, as tensões internas no seio do Exército Sírio Livre e de outros grupos armados tornaram-se evidentes, levando à fragmentação e ao conflito entre as fações. Além disso, surgiram grupos extremistas como o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Daesh) e Jabhat al-Nusra, cada um seguindo as suas próprias agendas e complicando ainda mais o já complexo cenário de conflito (Karim & Islam, 2016).

No meio desta disputa geopolítica, os acontecimentos locais continuaram a desenrolar-se. A partir de 2012, comités em áreas fora do controlo do regime começaram a prestar serviços essenciais e a gerir necessidades básicas — funções tradicionalmente desempenhadas pelo Estado (Abboud, 2018; Álvarez-Ossorio & Nachawati Rego, 2023). Estes conselhos locais foram descritos como “um dos principais resultados da revolução síria, refletindo tanto uma mudança na relação com a capital como um meio de gerir a fase de transição” (El Omari et al., 2016, p. 4) e como “laboratórios coletivos para os sírios que haviam sido privados da sociedade civil durante mais de quatro décadas” (Kache, 2013, p. 104). Neste contexto, consolidou-se uma narrativa revolucionária para documentar os protestos e desafiar a versão oficial dos acontecimentos (Bachleitner, 2022; Bachleitner & Matthiesen, 2021; Wall, 2015).

Este artigo analisa um desses “laboratórios”: a cidade de Kafranbel, reconhecida pelo seu impacto mediático significativo e pela prolífica produção de faixas e cartazes entre 2011 e 2018. Apelidada de “a consciência da revolução síria” (Dibo, 2013; Graham-Harrison, 2018), as suas faixas e cartazes exemplificam a comunicação criativa e a narração de histórias durante a revolta síria (Hubbard, 2018). No centro deste fenómeno esteve o Centro de Média de Kafranbel, dirigido pelo jornalista Raed Fares, que desempenhou um papel fundamental na organização e disseminação dessas mensagens marcantes. Sustentado por financiamento local e contribuições internacionais — incluindo apoios da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, da União Europeia e da Fundação Nacional para a Democracia —, o Centro amplificou as vozes locais e fortaleceu os esforços de resistência (Al Natour, 2022). A relevância de Kafranbel ficou patente no facto de se ter tornado alvo tanto do regime sírio como do Daesh, sobretudo no auge da sua produção criativa (Griswold, 2014; Hurtado, 2014; *Raed Fares: Syria Radio Host Shot Dead in Idlib*, 2018). Esta pressão culminou no assassinato de Raed Fares e Hammud al-Jneid, figuras-chave deste processo criativo, abatidos por homens armados afiliados ao Daesh em 23 de novembro de 2018 (Hubbard, 2018). Além disso, muitas das faixas originais de Kafranbel foram secretamente levadas para fora do país e expostas em museus e galerias nos Estados Unidos, garantindo a preservação destas peças como parte da memória coletiva síria (Hanano, 2013).

Embora estudos anteriores tenham documentado a presença mediática de Kafranbel (Al Natour, 2022; Sylvester, 2015; Wessels, 2015), este estudo contribui para colmatar a ausência de uma análise exaustiva das faixas e cartazes da cidade como uma forma de narração digital, em linha com a definição de Couldry (2008) de histórias pessoais partilhadas através dos média digitais. Assente na metodologia de estudo de caso descritivo e

qualitativo (Yin, 2014) e no paradigma interpretativo (Geertz, 1973), este estudo prioriza uma compreensão profunda do contexto e das experiências únicas de Kafranbel. Embora reconheça a relevância de outras perspectivas ou narrativas discutidas em análises mais abrangentes da propaganda do conflito sírio (Badawi, 2023; Karadjis, 2019; Scartozzi, 2015), este estudo concentra-se especificamente na resistência criativa de Kafranbel, oferecendo um retrato detalhado das experiências dos ativistas. Informada pela perspectiva construtivista (Crotty, 1998), esta abordagem destaca a forma como o conhecimento e o significado são construídos por meio de processos e interações sociais, permitindo uma análise mais aprofundada e contextualizada da resistência criativa de Kafranbel.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O ano de 2011 foi um marco decisivo na história recente do Médio Oriente e do Norte de África (Ben Moussa, 2013; Brym et al., 2014; Howard et al., 2011). Os movimentos que contestavam as estruturas de poder, especialmente as ditaduras prolongadas que suprimiam os direitos humanos e as liberdades durante décadas, tiveram início na Tunísia e no Egito, espalhando-se posteriormente por uma parte significativa dos países do sul do Mediterrâneo. Os regimes desses países dependiam fortemente do controlo da liberdade de expressão e de associação para silenciar a oposição e manter o poder (Ben Moussa, 2013; Howard et al., 2011). Como resultado, as mobilizações e os processos revolucionários que se desenrolaram na região foram impulsionados desde o início por uma forte aspiração à liberdade de expressão e de associação, desafiando as normas estabelecidas (Ahmad et al., 2015; Ghannam, 2011). Da Tunísia à Síria, passando pelo Egito e pelo Bahrein (Bonney & Louer, 2021), os cidadãos conseguiram quebrar o monopólio de comunicação que se mantinha firme ao longo de décadas, utilizando tanto espaços físicos como digitais (Khamis et al., 2012) para contestar as estruturas e narrativas oficiais.

Vários autores têm explorado as dimensões artística e criativa da expressão cidadã que desafia as narrativas oficiais (Awad & Wagoner, 2017; Ghannam, 2011). Dentre essas contribuições, destaca-se o livro *Street Art of Resistance* (Arte de Rua da Resistência; Awad & Wagoner, 2017), que examina como a arte de rua se consolidou como uma ferramenta de resistência, proporcionando uma plataforma de oposição aos sistemas políticos e abordando questões sociais em todo o mundo. O livro analisa elementos estéticos como murais, graffiti, faixas, espetáculos de rua e caricaturas e o seu papel na ocupação de espaços urbanos e na apresentação de visões alternativas da realidade social.

A importância da internet e das redes sociais na amplificação das vozes daqueles que foram silenciados durante as revoltas no Médio Oriente e no Norte de África tem sido destacada em diversos estudos. Tufekci e Wilson (2012) e Haque Khondker (2011) defendem que os média desempenharam um papel fundamental, especialmente na ausência de média tradicionais independentes. Outros autores, como Howard et al. (2011), sublinham o papel das plataformas de redes sociais na formação de debates

políticos, na organização e mobilização de protestos, e na disseminação de ideias democráticas, apesar do forte aparelho de vigilância.

Neste contexto, Jurgenson (2012) argumenta que o jornalismo cidadão surgiu como uma instituição da sociedade civil, desafiando as estruturas tradicionais. Espiritusanto e Rodríguez (2011) acrescentam que, face às dificuldades dos jornalistas internacionais em aceder às áreas afetadas e à censura e repressão dos média locais, os cidadãos utilizaram câmaras e telemóveis para documentar as suas realidades e recorreram à internet e às redes sociais para divulgar as suas histórias.

O envolvimento nas redes sociais corresponde ao conceito de “economia da atenção” na era digital (Simon, 1971), que vê a atenção como um recurso valioso e cada vez mais escasso (Gitlin, 1980). Com o surgimento dos novos média, a atenção tornou-se uma questão central, especialmente no que diz respeito à sua mercantilização pelas plataformas digitais (Pedersen et al., 2021) e ao seu impacto no contexto do oligopólio mediático (Tufekci & Wilson, 2012).

Barthes (1964/1977) e Durand (1970/1982) introduzem o conceito de “retórica da imagem”, que se refere à utilização de imagens para encantar, comover ou persuadir. Barthes (1964/1977) sugere que as imagens transmitem mensagens interligadas: uma mensagem linguística, composta por palavras, uma mensagem denotada ou literal, percebida no primeiro nível de visualização, e uma mensagem conotada ou simbólica, formada por elementos que fazem referência a conhecimentos culturais partilhados entre o emissor e o recetor.

A descoberta de novas formas de comunicação, em que a cidadania ocupa um papel central, e as consequentes mudanças organizacionais e comunicativas correspondem à ideia de “revoluções vindas de baixo”, proposta por Christine Sylvester (2015). Sylvester advoga por uma compreensão abrangente da “guerra como uma experiência”, que considere os documentos, as vozes, os testemunhos e as narrativas dos que sofrem as suas consequências, e não apenas daqueles que as orquestram. A autora destaca a necessidade de os académicos se concentrarem nas experiências dos indivíduos que vivenciam a guerra e não nas narrativas das elites que a iniciam. Sylvester utiliza a cidade de Kafranbel como exemplo-chave da “guerra vinda de baixo”. Da mesma forma, Wessels (2015) explora o caso sírio com base na abordagem de Sylvester, salientando Kafranbel como um exemplo da narrativa da “guerra vinda de baixo” num contexto dominado pelas “visões vindas de cima”.

Além disso, diversos estudos académicos sobre a cidade de Kafranbel realçam os seus contributos expressivos e variados (Al Natour, 2022; Camps-Febrer, 2013; Downey, 2015; Ramírez Díaz, 2016; Wedeen, 2013). Al Natour (2022) considera Kafranbel como um elemento central no “legado perene da revolução síria e das suas causas”, enquanto Downey (2015) a examina como um exemplo notável da cultura visual contemporânea e das narrativas contestadas no Médio Oriente. Ramírez Díaz (2016) analisa o uso de faixas, cartazes e slogans como ferramentas de comunicação e documentação na construção de uma identidade revolucionária síria. Tanto Wedeen (2013) como Camps-Febrer (2013) destacam a utilização excepcional do humor como forma de resistência à opressão. No

entanto, nenhum destes trabalhos oferece uma compilação exaustiva das faixas e cartazes de Kafranbel durante o período de 2011 a 2018, nem uma análise profunda das suas características e da evolução da narrativa ao longo dos anos.

Para analisar o fenómeno comunicativo de Kafranbel, este estudo adota uma perspectiva que entende o meio não apenas como um canal tecnologicamente implementado, mas como uma instância comunicativa com a sua própria lógica. Esta abordagem rompe com a distinção tradicional entre meio e mensagem. A proposta de McLuhan de que "o meio é a mensagem" (McLuhan & Fiore, 1967) é particularmente pertinente para a compreensão de Kafranbel, que, como sugere Sylvester (2015), não só transmite a sua mensagem, mas também a incorpora e a vive, apresentando-a ao seu público de uma forma que integra perfeitamente o emissor, o meio e a mensagem.

3. OBJETIVOS

As questões de investigação inicialmente formuladas foram agrupadas da seguinte forma: quando e como surge o fenómeno comunicativo de Kafranbel? Quais são as principais características do processo criativo desenvolvido? Qual é a mensagem geral transmitida pelas faixas e cartazes? Quais foram os temas predominantes ou recorrentes, e os protagonistas mais retratados ou caricaturados? Quais são os elementos-chave do pensamento crítico expresso pela população de Kafranbel? Qual foi o impacto deste surto de criatividade na população, divulgado ao mundo através das redes sociais?

Os objetivos gerais da nossa investigação são:

1. Descrever o processo comunicativo de Kafranbel, através da compilação e análise das faixas e cartazes que refletem a sua narrativa entre 2011 e 2018. Esta análise será contextualizada no quadro mais amplo da comunicação durante a revolta síria e a Primavera Árabe.
2. Identificar as principais características da narrativa criada pelo Centro de Média de Kafranbel, com especial atenção aos recursos e estratégias utilizados para envolver o público local, regional e global.

4. METODOLOGIA

Este estudo adota uma metodologia descritiva e qualitativa de estudo de caso, para proporcionar uma análise detalhada e coerente do fenómeno comunicativo em Kafranbel. A metodologia consiste em duas componentes principais: a recolha e análise de imagens ($n = 214$) que retratam faixas e cartazes criados e divulgados pelos ativistas de Kafranbel, e entrevistas semiestruturadas ($n = 9$) com indivíduos diretamente envolvidos ou que observaram de perto o processo criativo da cidade (Tabela 1).

ENTREVISTADO	PROFISSÃO/AFILIAÇÃO	CIDADE/PAÍS
Hasan al-Ahmad	Ativista dos média	Kafranbel (Síria)
Laila Muharram	Jornalista	Espanha/Síria
Joey Ayoub	Investigador (doutorado) especializado em direitos humanos, conflitos e Médio Oriente	Libano
Haizam Amirah	Investigador (doutorado) especializado em (geo) política no Médio Oriente do Real Instituto Elcano	Espanha
Mariano López de Miguel	Investigador (doutorado) especializado em conflitos no Médio Oriente na Universidade de Múrcia	Espanha
Nur al-Swehat	Investigador (doutorado) especializado em conflitos no Médio Oriente	Espanha/Síria
Robin Yassin-Kassab	Ativista, escritor	Reino Unido/Síria
Lina Sergie (também conhecida por Amal Hanano)	Escritora, Fundação Karam	Síria/Estados Unidos
Kenan Rahmani	Advogado especializado em direitos humanos	Síria/Estados Unidos

Tabela 1. Entrevistados

Alicerçada no paradigma interpretativo (Geertz, 1973) e na metodologia de estudo de caso (Yin, 2014), esta abordagem prioriza uma compreensão detalhada de um contexto e experiência específicos. O paradigma interpretativo permite uma descrição exaustiva das dimensões simbólicas das mensagens dos ativistas, enquanto a metodologia de estudo de caso oferece um quadro sistemático para a análise das circunstâncias únicas de Kafranbel.

Diversos estudos abordam a propaganda das várias fações envolvidas no conflito sírio, incluindo o regime e os grupos opositores (Badawi, 2023; Karadjis, 2019; Scartozzi, 2015). Contudo, este estudo não pretende explorar essas perspetivas mais abrangentes de propaganda. Debruça-se sobre a resistência criativa de Kafranbel, para apresentar de forma detalhada e autêntica as experiências e mensagens dos ativistas. A abordagem adotada baseia-se na perspetiva construtivista, conforme definida por Crotty (1998), que sublinha a importância de compreender como os indivíduos constroem significado nos seus contextos específicos. O construtivismo postula que o conhecimento e o significado emergem de processos e interações sociais; assim, ao incidir sobre os ativistas de Kafranbel, este estudo permite uma exploração contextualizada e aprofundada da sua resistência criativa. Ao debruçar-se sobre esse aspeto, pretende-se captar as formas complexas com que os ativistas interpretam e respondem ao seu ambiente, afastando-se de uma análise comparativa das narrativas de propaganda externas.

4.1. RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

- Recolha de imagens: abrange o período de 2011 a 2018, que inclui as fases da revolta síria, a transição para a guerra e a declaração do regime sobre o “fim da guerra” (*Assad: The End of War on Syria Is Imminent*, 2018). Este intervalo temporal é essencial para compreender a evolução das estratégias comunicativas de Kafranbel. As imagens foram extraídas de diversas plataformas digitais, como X¹,

¹ Hashtag Kafranbel no X: https://twitter.com/search?q=%23Kafranbel&src=typed_query&f=live.

Flickr², Facebook³ e Pinterest⁴, algumas das quais já não estão mais disponíveis. Foram recolhidas e organizadas de forma sistemática entre o final de 2019 e o início de 2020. A seleção priorizou imagens com texto legível, alta resolução e ligação confirmada a Kafranbel. A análise das imagens foi orientada pelo conceito de “retórica da imagem” de Roland Barthes, para interpretar o seu significado comunicativo.

- Processo de entrevista: foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Wengraf, 2001) a nove participantes, incluindo indivíduos que estiveram ativamente envolvidos nas iniciativas criativas e peritos académicos que estudaram a revolta. As entrevistas foram realizadas em espanhol, árabe e inglês, por telefone e correio eletrónico. A primeira entrevista foi feita ao ativista de Kafranbel, Hasan al-Ahmad, um jovem que participou na criação e divulgação das faixas e cartazes desde os primeiros dias do processo revolucionário. Na segunda entrevista foi contactada a jornalista hispano-síria Laila Muharram, que acompanhou de perto os contributos de Kafranbel. As quatro entrevistas seguintes envolveram académicos especializados no Médio Oriente, todos com um profundo conhecimento dos processos revolucionários na região e das suas implicações para o panorama dos média (ver Tabela 1). As últimas três entrevistas foram feitas a especialistas que visitaram Kafranbel em 2013, um período de intensa produção artística e criativa no contexto do processo revolucionário e da resistência à ditadura, para obter uma perceção mais profunda do fenómeno: Robin Yassin-Kassab, coautor do livro *Syria: Burning Country* (Síria: País a Arder); Lina Sergie, também conhecida como Amal Hanano, escritora sírio-americana e fundadora da Fundação Karam; e o advogado sírio especializado em direitos humanos Kenan Rahmani.
- Considerações linguísticas: a diversidade linguística presente nas faixas e cartazes, que inclui o inglês, o árabe e, ocasionalmente, outras línguas como o russo ou o turco, acrescenta complexidade à análise. A proficiência da autora em árabe e inglês facilitou a interpretação e tradução da maioria dos materiais, assegurando uma compreensão e contextualização precisas.

5. RESULTADOS

Este estudo gerou um arquivo visual composto por 214 imagens partilhadas pela cidade de Kafranbel entre 2011 e 2018. Essas imagens documentam, principalmente, as faixas e cartazes com mensagens e desenhos exibidos durante várias manifestações dos residentes de Kafranbel. A coleção também inclui imagens que capturam o processo de criação das faixas e cartazes e elementos contextuais, como a destruição da cidade.

As faixas e cartazes apresentados na maioria dessas imagens são, geralmente, feitos de cartão de tamanho A1 (84 × 59 cm) ou de tecido ou papel de 4 × 1 m. A sua maioria apresenta desenhos feitos à mão, incluindo ilustrações ou caricaturas, acompanhados de mensagens em árabe ou inglês e, ocasionalmente, em turco ou russo. Todas as faixas e cartazes estão assinados e datados na parte inferior, muitas vezes com uma assinatura coletiva, como “The Occupied/Liberated People of Kafranbe” (O Povo Ocupado/Libertado de Kafranbel), sendo a data indicada no formato dia–mês–ano.

As imagens deste arquivo estão isentas de restrições de licenciamento ou são disponibilizadas sob uma licença Creative Commons, facilitando a sua utilização e redistribuição. Este tipo de licenciamento favorece o potencial de partilha generalizada e disseminação viral.

² *Hashtag* Kafranbel no Flickr: <https://flickr.com/search/?text=Kafranbel>.

³ *Hashtag* Kafranbel no Facebook: <https://www.facebook.com/kafrnbl> e <https://www.facebook.com/kefranbell.com>.

⁴ *Hashtag* Kafranbel no Pinterest: <https://es.pinterest.com/search/pins/?q=kafranbel>.

Foi criada uma base de dados⁵ para organizar e disponibilizar as imagens de dois períodos-chave da história das faixas e cartazes de Kafranbel. Esta base de dados permite uma análise sistemática e a recuperação das imagens, oferecendo suporte para investigações futuras sobre a resistência criativa da cidade e o seu impacto.

5.1. ÊNFASE NA EXPERIÊNCIA HUMANA

Uma característica notável das faixas e dos cartazes é a representação dos residentes de Kafranbel a segurá-los. A análise revela que a imagem final não se resume apenas ao cartaz ou à faixa, mas inclui as pessoas que os apresentam. Esta apresentação visual corresponde ao conceito de Sylvester (2015) de contar histórias “a partir de baixo”, destacando as experiências das pessoas diretamente envolvidas no conflito.

A inclusão de indivíduos — frequentemente homens, mas também crianças e algumas mulheres — ao lado das faixas e cartazes acrescenta elementos pessoais, como expressões faciais, vestuário e o ambiente circundante, que muitas vezes reflete a destruição da cidade ou as dificuldades sazonais. Estes elementos enriquecem a narrativa e criam uma representação autêntica e convincente da resistência de Kafranbel. Embora as faixas e cartazes possam ser partilhados de forma independente, o seu impacto é amplificado quando combinados com imagens das pessoas que os seguram, tornando a mensagem mais identificável e emotiva.

O papel do Centro de Média de Kafranbel também é fundamental. O processo de conceção e criação das faixas e cartazes foi simultaneamente espontâneo e profissional. Liderado pelo jornalista Raed Fares e pelo artista Ahmad Jalal, o Centro de Média tornou-se central para a comunicação do protesto na cidade. Como descrito por Kassab (comunicação pessoal, 3 de novembro, 2020):

o trabalho foi, na verdade, muito orgânico e bastante espontâneo. Estar naquela sala, naquele espaço acolhedor e aberto a todos que servia de Centro de Média, significava ver pessoas a entrar e a sair constantemente — vizinhos a entrar e a sair, pessoas de diferentes origens e ocupações a discutir ideias, a juntar-se a conversas em curso, conversas sobrepostas que formavam um processo muito espontâneo, mas simultaneamente acompanhado pela profissionalização do próprio trabalho do Centro de Média.

A relação entre os aspetos online e offline contribuiu significativamente para o impacto das faixas e cartazes. A sua exibição no espaço público durante os protestos, combinada com a divulgação online, criou uma presença narrativa marcante. Raed Fares e outros estabeleceram contacto com ativistas de todo o mundo, e o trabalho do Centro de Média foi amplamente partilhado através dos canais digitais. Como referiu Kenan Rahmani (comunicação pessoal, 17 de dezembro, 2020):

⁵ Bases de dados: <https://www.dropbox.com/scl/fo/1fg91bwni5glqeq/h?rlkey=uwm3zcq2cnz4boaokunytDH1k&e=1&dl=0,ox.com/scl/fo/1fg91bwni5glqeq/h?rlkey=uwm3zcq2cnz4boaokunytDH1k&e=1&dl=0>, de abril de 2011 a abril de 2014, por ordem cronológica, e https://www.dropbox.com/scl/fo/8b6f2o2tng94lmgmxgwvt/AOIHQdMCYQv6upcY_tvVcr4?rlkey=ogsl3kfl9c966g417q3zrtoi&e=1&dl=0, de abril de 2014 a dezembro de 2018, por ordem cronológica.

[Raed] falou com ativistas de diferentes países; comunicamos através de conversas online e trocamos ideias. A partir daí, reunia-se com Ahmad Jalal [um dos responsáveis pelo desenho das faixas e cartazes], criavam a faixa ou o cartaz no Centro de Média e depois levavam-no para o protesto de sexta-feira, onde a imagem era captada e mais tarde divulgada mundialmente através dos canais digitais.

Ocasionalmente, as imagens incluíam não só as faixas ou cartazes finais durante as manifestações, mas também o processo da sua criação. Fotografias datadas de 8 de dezembro de 2012 e 16 de janeiro de 2012, por exemplo, mostram Fares e Jalal sorridentes e empenhados na conceção dos cartazes, rodeados pelos seus materiais de trabalho.

5.2. A PRESENÇA DE CRIANÇAS

A presença de crianças ($n = 101$) desempenha um papel fundamental na humanização da narrativa de Kafranbel. Estas surgem tanto como tema quanto como elemento visual nas imagens, moldando a narrativa e causando um impacto significativo em quem a acompanha.

Desde 2011, aproximadamente 12.000 crianças foram mortas ou feridas na Síria — uma média de uma vítima infantil a cada oito horas na última década —, muitas delas em consequência de bombardeamentos contra escolas e instituições de ensino, segundo as Nações Unidas (United Nations, 2021). Ao contrário de outros conflitos, nos quais as crianças podem ser vítimas colaterais, no contexto sírio, a população infantil foi deliberadamente visada desde os primeiros momentos da revolta (Allaf, 2012).

Vários entrevistados destacam o papel central das crianças tanto no processo revolucionário sírio como na repressão contra as cidades insurgentes. Esse facto reflete-se em inúmeros cartazes que prestam homenagem às vítimas infantis dos ataques aéreos perpetrados pelo regime e pela Rússia (e.g., 24 de novembro de 2015), dos cercos como o de Ghouta (e.g., 20 de junho de 2014) e de ataques de grupos extremistas (e.g., 5 de dezembro de 2015). Como observa Lina Sergie (comunicação pessoal, 12 de novembro, 2020):

nos cartazes de Kafranbel, as crianças são sempre retratadas com dignidade; segurar um cartaz não lhes retira essa dignidade nem as expõe ao perigo. O que realmente ameaça as suas vidas são os bombardeamentos incessantes [do regime sírio e dos seus aliados]. É essencial compreender o contexto, compreender que toda a infância destas crianças é marcada pela violência e repressão, que crescem debaixo de bombas, e escondê-las, se fosse possível, não faria sentido.

5.3. AS MULHERES NO PROCESSO COMUNICATIVO

A representação das mulheres nos cartazes de Kafranbel é notoriamente escassa. A maioria das imagens apresenta homens, jovens ou de meia-idade, e crianças a segurar cartazes. Identificámos apenas três imagens onde aparecem mulheres a segurar faixas ou cartazes, datadas de 12 de março de 2013, 12 de abril de 2013 e 21 de junho de 2013.

Segundo Yassin-Kassab, que conhece em primeira mão a dinâmica interna de Kafranbel, o ambiente rural conservador da cidade contribui para que as mulheres sejam menos visíveis nos espaços públicos do que os homens. Acrescenta ainda que “a brutalidade do regime, seguida da de outros, resultou na diminuição da presença das mulheres nos espaços públicos, uma vez que estas procuravam proteger-se a si próprias e aos seus filhos” (Robin Yassin-Kassab, comunicação pessoal, 3 de novembro, 2020).

É importante reconhecer, no entanto, que, embora as mulheres possam não aparecer de forma evidente nas imagens a segurar cartazes, estiveram ativamente envolvidas nos processos criativos e mediáticos da cidade. De acordo com Rahmani (comunicação pessoal, 17 de dezembro, 2020), que também visitou Kafranbel:

em Kafranbel, havia mulheres na rádio do Centro de Média como repórteres, apresentadoras, trabalhadoras administrativas e locutoras. Foram criados projetos para formar e preparar as mulheres jornalistas (...). A rádio tornou-se a mais ouvida do país e Raed costumava dizer-me: “vais ver, Kenan, são tão evidentes a importância e o benefício deste trabalho que em breve os pais das jovens virão pedir-me que inscreva as suas filhas nestes cursos ou que as inclua no trabalho da rádio”.

5.4. A NATUREZA PERSUASIVA DA NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS

Uma das principais características das faixas e cartazes de Kafranbel é o seu carácter persuasivo, que se encontra profundamente relacionado com o protagonismo humano já abordado. Esta qualidade persuasiva é evidente em várias faixas e cartazes que apresentam apelos diretos à ação. Por exemplo, mensagens como “é uma revolução o que está a acontecer na Síria. Por favor, compreendam-nos” (imagem de 11 de janeiro de 2013) e “não é uma guerra, é um genocídio. Deixem-nos morrer, mas não mintam” (imagem de 2 de dezembro de 2012) procuram conquistar solidariedade internacional para com a revolta síria. Estas faixas e cartazes contestam a interpretação do conflito como um simples confronto sectário ou guerra civil, uma visão explicitamente rejeitada em outros cartazes.

Além disso, as faixas e cartazes que satirizam decisões políticas (como as imagens de 7 de junho e 10 de maio de 2013) ou que criticam a falta de ação da comunidade internacional pretendem convencer os espetadores da urgência de uma mudança na situação síria.

As mensagens nestas faixas e cartazes são claras, diretas e simples. Geralmente compostas por frases curtas, muitas vezes uma ou duas, refletem sobre a situação atual na Síria e fazem um apelo à ação. O uso predominante de formas verbais indicativas no presente ou no passado descreve realidades quotidianas, enquanto os imperativos são empregados para convocar diversos atores e públicos.

A escolha da língua desempenha um papel fundamental nesta estratégia de persuasão. As faixas e cartazes são predominantemente escritos em árabe ou inglês, com o uso ocasional de outras línguas, como o russo (e.g., 3 de outubro de 2015), o turco, o curdo (e.g., 28 de abril de 2012) ou o francês. Esta abordagem multilingue é deliberada, visando alcançar diferentes públicos para maximizar o impacto das mensagens.

Robin Yassin-Kassab (comunicação pessoal, 3 de novembro, 2020), que participou na criação de algumas faixas, explica a estratégia linguística da seguinte forma:

o que acontecia durante a revolução e a guerra determinava as mensagens e o público a que se dirigiam. Se as pessoas percebiam que os governos árabes estavam envolvidos [no conflito], elaboravam as suas mensagens para serem captadas pela Al Jazeera ou outros média. Se havia um evento internacional, contestavam em inglês, tendo em conta esse evento.

A análise dos dados revela uma correlação clara entre a utilização da língua e o contexto das faixas e dos cartazes de Kafranbel. Na fase inicial do conflito (final de 2011 e início de 2012), a maioria das faixas e cartazes era em árabe, refletindo o contexto local e o público alvo. A partir de meados de 2012, observou-se uma mudança notória para o inglês, para persuadir a comunidade internacional a apoiar as exigências do povo sírio e a condenar as violações dos direitos humanos. À medida que a cidade se tornava mais desesperada por ajuda, aumentavam os apelos à intervenção ocidental para contrariar os ataques militares russos. No período final, a prevalência de faixas e cartazes em árabe voltou a aumentar, refletindo uma crescente desconfiança nas respostas internacionais e uma renovada atenção à consolidação do processo revolucionário a nível local. Apesar do apoio significativo de entidades como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a União Europeia e a Fundação Nacional para a Democracia, as faixas e cartazes de Kafranbel mantiveram uma independência editorial, criticando frequentemente as políticas ocidentais e as ações dos Estados Unidos em particular.

A evolução das faixas e dos cartazes também reflete as circunstâncias mais abrangentes da sua criação. Em particular, a ausência notória de faixas e cartazes durante o período de silêncio da cidade em outubro de 2018 — após a reconquista pelo regime sírio e o trágico assassinato do jornalista Raed Fares — destaca o impacto profundo desses acontecimentos significativos nos esforços de comunicação de Kafranbel.

5.5. PRINCIPAIS TEMAS IDENTIFICADOS NAS FAIXAS E CARTAZES

A análise dos cartazes de Kafranbel revela temas recorrentes, como o impacto humano dos ataques à cidade, a sátira dirigida ao regime sírio, o envolvimento de potências geoestratégicas no destino da Síria, a passividade da comunidade internacional e a sua responsabilidade no sofrimento do povo sírio. Além disso, os erros da oposição política e os seus efeitos no processo revolucionário, assim como a rejeição do extremismo, do sectarismo, dos grupos afiliados à Al-Qaeda e do sofrimento dos mais vulneráveis são temas centrais na narrativa da cidade.

Uma característica distintiva da narrativa de Kafranbel é a integração habilidosa de questões locais e globais. A cidade faz uma ligação estratégica entre as suas lutas e eventos e celebrações internacionais. Exemplos disso são as faixas e os cartazes que fazem referência a acontecimentos significativos, como os atentados de Boston, celebrações globais como o Dia da Mãe, o Dia Internacional da Mulher e o Dia da Criança (e.g., 25 de abril de 2012), além de cerimónias prestigiadas como o Prémio Nobel da Paz.

As faixas e os cartazes de Kafranbel também estabelecem ligações com outras lutas globais, expressando solidariedade com movimentos como os da Birmânia (10 de julho de 2012) e da Ucrânia (21 de fevereiro de 2014). Durante os atentados de Boston, uma faixa transmitia a mensagem: “os atentados de Boston são um cenário terrível,

representando o que acontece diariamente na Síria. Aceitem as nossas condolências” (19 de abril de 2013). Além disso, há reconhecimento de lutas históricas, como um tributo à resistência de Nelson Mandela contra o *apartheid*, que relaciona o seu legado com as reivindicações do povo sírio e o abandono sentido pela comunidade internacional. Conceitos universais como “democracia” são frequentemente representados de forma provocadora, como numa caricatura da democracia retratada como um doente terminal ligado a uma máquina de transfusão de sangue.

5.6. AUMENTO PROGRESSIVO DA CRIATIVIDADE E DA SOFISTICAÇÃO

A evolução das faixas e cartazes de Kafranbel demonstra um desenvolvimento acentuado da criatividade e sofisticação. Inicialmente, apresentavam apenas texto, com desenhos simples e traços mais grossos e imprecisos, como se observa nos exemplos iniciais de 26 de agosto de 2011, 25 de novembro de 2011 e 23 de dezembro de 2011. Estas faixas e cartazes pareciam ser feitos apressadamente e sem grande detalhe.

À medida que o processo revolucionário e a repressão do regime foram avançando, tornaram-se mais elaborados e apurados. Começaram a incorporar desenhos e elementos gráficos sofisticados. Um exemplo disso pode ser visto em 10 de outubro de 2015, quando as faixas e cartazes passaram a apresentar tipografia elaborada e imagens complexas, como uma paródia do filme *Tudo Bons Rapazes* (1990), com o subtítulo “criminosos de guerra”, representando Putin, Assad e o líder do Daesh, al-Baghdadi. O cinema de Hollywood tornou-se uma fonte recorrente de inspiração. Foram feitas referências a filmes icônicos, como *Titanic* (1997), no cartaz de 22 de julho de 2012, e *Alien, o Oitavo Passageiro* (1979), no cartaz de 3 de janeiro de 2014, para estabelecer paralelos entre os acontecimentos reais e narrativas cinematográficas amplamente conhecidas.

6. CONCLUSÕES

Este estudo oferece uma análise detalhada do fenômeno comunicativo de Kafranbel entre 2011 e 2018, destacando como as faixas e os cartazes da cidade se transformaram numa ferramenta eficaz para narrar histórias e resistir durante a revolta síria. Utilizando uma metodologia de estudo de caso descritiva e qualitativa, esta investigação explora a dinâmica complexa subjacente ao processo criativo de Kafranbel, bem como as implicações mais abrangentes das suas mensagens.

Os cartazes e as faixas de Kafranbel surgiram como uma resposta à repressão do regime sírio e ao ambiente mediático opressivo do país, aproveitando a dinâmica da Primavera Árabe para contestar a narrativa do regime. Inicialmente compostos por texto simples, as faixas e cartazes foram progressivamente incorporando elementos visuais e técnicas de design mais sofisticadas, refletindo a crescente especialização e os objetivos estratégicos de comunicação da cidade.

Para além de contrariar a propaganda do regime, as faixas de Kafranbel abordaram as ameaças impostas por grupos extremistas, como o Daesh, que tentavam explorar o vácuo de poder resultante do conflito. Estas faixas e cartazes tornaram-se um meio essencial para resistir tanto ao regime quanto às ideologias extremistas, sublinhando a visão da cidade de uma Síria democrática e pluralista. A produção criativa de Kafranbel

representa um duplo desafio contra as forças opressoras e uma dedicação a um futuro mais humano no meio de um conflito complexo e multifacetado.

A análise de 214 cartazes, complementada por entrevistas com nove informadores-chave, revela uma abordagem narrativa intencional e inventiva. O recurso ao humor, à sátira e a referências globais demonstra um esforço estratégico para alcançar diversos públicos e destacar temas universais. A narrativa de Kafranbel, marcada pela sua diversidade temática e pela utilização estratégica da linguagem e das imagens, oferece informações valiosas sobre a resistência local e a dinâmica da comunicação global. As faixas e cartazes não só documentam a luta da cidade, mas também procuram inspirar solidariedade e ação internacionais.

Futuras pesquisas poderão aprofundar a interação entre a resistência criativa local e a dinâmica da comunicação global. Estudos comparativos poderiam esclarecer como formas semelhantes de resistência criativa se manifestam noutras zonas de conflito e qual o seu impacto nas percepções e reações internacionais. Além disso, a análise das implicações mais abrangentes dessas práticas mediáticas poderá melhorar a compreensão dos seus efeitos na consciencialização global e nas respostas políticas, proporcionando uma perspectiva mais ampla sobre o papel dos média criativos na construção das narrativas, tanto locais como internacionais.

Tradução: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Abboud, S. N. (2018). *Syria: Hot spots in global politics*. Polity Press.
- Adi, M.-M. (2014). *The usage of social media in the Arab Spring*. LIT Verlag.
- Ahmad, A. R., & Hamasaeed, H. H. (2015). The role of social media in the Syrian Uprising. *Journal of Economic Development, Environment and People*, 4(2), 39–48. <https://doi.org/10.26458/jedep.v4i2.105>
- Al Natour, M. (2022). Home, identity, and place in Syrian literature: Maha Hassan's Drums of Love and Ghassan Jubba'i's Qahwat Al-General. *Contemporary Levant*, 7(1), 66–80. <https://doi.org/10.1080/20581831.2022.2058717>
- Allaf, R. (2012, 17 de janeiro). *Syrian women, backbone of the revolution*. Media Monitors Network. <https://www.mediamonitors.net/syrian-women-backbone-of-the-revolution/>
- Alshab, A. (2021). *Centralization and decentralization in Syria: Comparison of before and after 2011* [Dissertação de mestrado, Hasan Kalyoncu Üniversitesi].
- Álvarez-Ossorio, I. (2012). Syria's struggling civil society and the Syrian uprising. *Middle East Quarterly*, 19(2), 23–32.
- Álvarez-Ossorio, I. (2015). El enroque autoritario del régimen sirio: De la revuelta popular a la guerra civil. *Revista CIDOB d'Àfers Internacionals*, (109), 157–176.
- Álvarez-Ossorio, I. (2017). *Siria: Revolución, sectarismo y Yihad*. Los Libros de la Catarata.
- Álvarez-Ossorio, I., & Nachawati Rego, L. (2023). Dinámicas de resistencia civil en Siria desafiando al régimen autoritario. In C. Pérez Beltrán (Ed.), *Dinámicas de protestas en el mundo árabe: Desafiando a los regímenes autoritarios* (pp. 279–308). Editorial Universidad de Granada.
- Assad: *The end of war on Syria is imminent*. (2018, 4 de outubro). Roya News. <https://en.royanews.tv/news/56959>
- Awad, S. H., & Wagoner, B. (Eds.). (2018). *Street art of resistance*. Palgrave Macmillan.

- Bachleitner, K. (2022). Legacies of war: Syrian narratives of conflict and visions of peace. *International Studies Quarterly*, 57(1), 43–64. <https://doi.org/10.1177/00108367211032691>
- Bachleitner, K., & Matthiesen, T. (2021). Introduction to themed section on 'Belonging to Syria: National identifications before and after 2011'. *Nations and Nationalism*, 28(1), 117–124. <https://doi.org/10.1111/nana.12784>
- Badawi, H. (2023). Pro-Syrian regime versus anti-regime outlets: A comparative critical discourse analysis. *International Journal of Management and Humanities*, 9(10), 8–14. <https://www.doi.org/10.35940/ijmh.11619.0691023>
- Barthes, R. (1977). *Image-music-text* (S. Heath, Trad.). Hill and Wang. (Trabalho original publicado em 1964)
- Ben Moussa, M. (2013). From Arab street to social movements: Re-theorizing collective action and the role of social media in the Arab Spring. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 9(2), 47–68. <https://doi.org/10.16997/wpcc.166>
- Bonnefoy, L., & Louer, L. (2021). Le Printemps Arabe dans la péninsule Arabique. *CERI - Centre de Recherches Internationales*, (4). <https://doi.org/10.4000/cy.2803>
- Brown, H., Guskin, E., & Mitchell, A. (2012). *The role of social media in the Arab uprisings*. Pew Research Center.
- Brym, R., Godbout, M., Hoffbauer, A., Menard, G., & Zhang, T. H. (2014). Social media in the 2011 Egyptian uprising. *The British Journal of Sociology*, 65, 266–292. <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12080>
- Camps-Febrer, B. (2013). *Political humor as a confrontational tool against the Syrian regime; a study case: Syria, 15th March 2011 – 15th May 2012*. International Catalan Institute for Peace. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2205200>
- Couldry, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent media environment. *New Media & Society*, 10(3), 315–336. <https://doi.org/10.1177/1461444808089414>
- Crotty, M. (1998). *The foundations of social research: Meaning and perspective in the research process*. SAGE.
- Della Ratta, D. (2018). *Shooting a revolution: Visual media and warfare in Syria*. Pluto Press.
- Dibo, M. (2013, 21 de dezembro). *Kafranbel: The conscience of the revolution*. SyriaUntold. <https://syriauntold.com/2013/12/21/kafranbel-the-conscience-of-the-revolution/>
- Durand, J. (1982). Retórica e imagen publicitaria (M. T. Cevasco, Trad.). In C. Metz, U. Eco, J. Durand, G. Péninou, V. Morin, S. Du Pasquier, P. Fresnault-Deruelle, C. Metz, J. Bertin, L. Marin, & J.-L. Schefer (Eds.), *Análisis de las imágenes* (pp. 81–115). Ediciones Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1970)
- El Khannoussi, J. (2012). Factores internos y externos de la revolución siria. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 7, 27–41.
- El Omari, H., El Fakir, M., & Şaban, N. (2016). *The political role of local councils in Syria: Survey results*. Omran Center for Strategic Studies.
- Espiritusanto, O., & Rodríguez, P. G. (2011). *Periodismo ciudadano: Evolución positiva de la comunicación*. Ariel; Fundación Telefónica.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. Basic Books.
- Ghannam, J. (2011). *Digital media in the Arab world: The impact of social media on political change* (Arab Social Media Report, 10-25-11). Brookings Institution.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left*. University of California Press.

- Graham-Harrison, E. (2018, 23 de novembro). Influential Syrian activist Raed Fares gunned down in Idlib. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/23/influential-syrian-activist-raed-fares-gunned-down-in-idlib>
- Griswold, E. (2014, 4 de dezembro). Radio-free Syria. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2014/12/07/magazine/radio-free-syria.html>
- Guedes, A. M., & Costa, R. D. (Eds.). (2019). *O "grande Médio Oriente" alargado* (Vol. 1). Instituto Universitário Militar.
- Hanano, A. (2013, 18 de outubro). Rising up and rising down: In Syria's little town that could, the death and resurrection of the witty, profane campaign to show the world the tragedy of civil war. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2013/10/18/rising-up-and-rising-down/>
- Howard, P. N., Duffy, A., Freelon, D., Hussain, M. M., Mari, W., & Maziad, M. (2011). *Opening closed regimes: What was the role of social media during the Arab Spring?* <https://doi.org/10.2139/ssrn.2595096>
- Hubbard, B. (2018, 23 de novembro). Activist who used humor to highlight war is gunned down in Syria. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2018/11/23/world/middleeast/syria-fares-activist-killed.html>
- Hurtado, L. M. (2014, 6 de janeiro). Asalto rebelde al feudo de la milicia yihadista ISIS en Siria. *El Mundo*. <https://www.elmundo.es/internacional/2014/01/06/52cboe0522601dba098b457a.html>
- Jurgenson, N. (2012). When atoms meet bits: Social media, the mobile web and augmented revolution. *Future Internet*, 4(1), 83–91. <https://doi.org/10.3390/fi4010083>
- Kache, A. (2013). Trajectoires de villes syriennes dans la révolution. Vers l'émergence d'une citoyenneté? *Confluences Méditerranée*, (85), 103–113.
- Karadjis, M. (2019). Review of the book *State Propaganda in Syria: From War Crimes to Pipelines*, by N. Ahmed. *State Crime Journal*, 8(1), 167–170.
- Karim, S., & Islam, M. N. (2016). Syrian crisis: Geopolitics and implications. *BISS Journal*, 37(2), 107–132. <https://biiss.org/publication-view/1350356258732904448>
- Khalaf, R. (2015). Governance without government in Syria: Civil society and state building during conflict. *Syria Studies*, 7(3), 37–72.
- Khamis, S., Gold, P. B., & Vaughn, K. (2012). Beyond Egypt's "Facebook Revolution" and Syria's "YouTube Uprising:" Comparing political contexts, actors, and communication strategies. *Arab Media and Society*. <https://www.arabmediasociety.com/beyond-egypts-facebook-revolution-and-syrias-youtube-uprising-comparing-political-contexts-actors-and-communication-strategies/>
- Khondker, H. H. (2011). Role of the new media in the Arab Spring. *Globalizations*, 8(5), 675–679. <https://doi.org/10.1080/14747731.2011.621287>
- Lynch, M., Freelon, D., & Aday, S. (2014). Syria in the Arab Spring: The integration of Syria's conflict with the Arab uprisings, 2011–2013. *Research & Politics*, 1(3), 1–7. <https://doi.org/10.1177/2053168014549091>
- Magnarella, P. J. (2017). *Middle East and North Africa: Governance, democratization, human rights*. Routledge.
- McLuhan, H. M., & Fiore, Q. (1967). *The medium is the message*. Bantam Books.
- Pedersen, M. A., Albris, K., & Seaver, N. (2021). The political economy of attention. *Annual Review of Anthropology*, 50, 309–325. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-101819-110356>
- Raed Fares: Syria radio host shot dead in Idlib*. (2018, 24 de novembro). BBC. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-46320355>
- Ramírez Díaz, N. (2016). Against all odds: Defining a revolutionary identity in Syria. In A. Douai & M. Ben Moussa (Eds.), *Mediated identities and new journalism in the Arab world* (pp. 83–99). Springer.

- Ruiz de Elvira, L. (2011). Síria, el largo camino hacia la revolución. *Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos*, 10, 33–46. <https://hdl.handle.net/10486/670294>
- Saleh, Y. A. H. (2017). *The impossible revolution: Making sense of the Syrian tragedy*. Oxford University Press.
- Scartozzi, C. M. (2015). Assad's strategic narrative: The role of communication in the Syrian civil war. *Contemporary Review of the Middle East*, 2(4), 313–327. <https://doi.org/10.1177/2347798915610037>
- Simon, H. (1971). *Designing organizations for an information-rich world*. Johns Hopkins Press.
- Sylvester, C. (Ed.). (2015). *Masquerades of war*. Taylor & Francis.
- Tufekci, Z., & Wilson, C. (2012). Social media and the decision to participate in political protest: Observations From Tahrir Square. *Journal of Communication*, 62(2), 363–379. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2012.01629.x>
- United Nations. (2021, 12 de março). *Syria war: Average of one child injured or killed every eight hours over the past 10 years*. <https://news.un.org/en/story/2021/03/1087212>
- Wall, M. (2015). Citizen journalism: A retrospective on what we know, an agenda for what we don't. *Digital Journalism*, 3(6), 797–813. <https://doi.org/10.1080/21670811.2014.1002513>
- Wedeen, L. (2013). Ideology and humor in dark times: Notes from Syria. *Critical Inquiry*, 39(4), 841–873. <https://doi.org/10.1086/671358>
- Wengraf, T. (2001). *Qualitative research interviewing: Biographic narrative and semi-structured methods*. SAGE.
- Wessels, J. I. (2015). Syrian masquerades. In C. Sylvester (Ed.), *Masquerades of war* (pp. 95–117). Taylor & Francis.
- Yassin-Kassab, R., & Al-Shami, L. (2016). *Burning country: Syrians in revolution and war*. Pluto Press.
- Yin, R. K. (2014). *Case study research: Design and methods*. SAGE.
- Zarwan, E. (2005). *False freedom: Online censorship in the Middle East and North Africa*. Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/report/2005/11/14/false-freedom/online-censorship-middle-east-and-north-africa>

NOTA BIOGRÁFICA

Leila Nachawati Rego é professora de Comunicação na Universidade Carlos III de Madrid. Obteve o seu doutoramento em estudos de conflitos e dos média, com distinção *cum laude* pela sua dissertação sobre a comunicação cidadã no contexto do conflito sírio. A sua investigação aborda as intersecções entre os média, os direitos humanos e a participação cidadã, com especial incidência no Médio Oriente. Dedicar-se ativamente à defesa dos direitos humanos e contribui para vários média internacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1772-4649>

Email: lnachawa@hum.uc3m.es

Morada: Universidad Carlos III de Madrid C/ Madrid 126 - 28903 Getafe (Madrid)

Submetido: 25/11/2023 | Aceite: 16/01/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

DAS AÇÕES CENSÓRIAS À RESISTÊNCIA: MOBILIZAÇÕES EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA NO BRASIL

Maiara Orlandini

Instituto de Educação Continuada, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil/Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Bruna Silveira de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Marina Mesquita Camisasca

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Curadoria dos dados, análise formal, investigação, administração do projeto, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Fernanda Nalon Sanglard

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação e Artes, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil
Curadoria dos dados, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Este artigo explora as manifestações online e offline que surgiram em resposta às tentativas de censura a produções artísticas no Brasil entre 2017 e 2022. O foco é identificar e analisar episódios e tentativas de censura à arte, examinando as reações e mobilizações desencadeadas. Ao lançar luz sobre as influências do contexto político brasileiro, o estudo destaca os novos repertórios de ação que conferem agência e criatividade aos confrontos. Além disso, reflete sobre como essas mobilizações de resistência atuaram na defesa da liberdade de expressão, que é crucial para a promoção da pluralidade e da inclusão no debate público. Utilizando dados coletados em *sites* jornalísticos e plataformas de mídias sociais, a pesquisa emprega a análise de conteúdo nos critérios de Krippendorff e Boc (2007) para examinar os mecanismos de censura e as narrativas midiáticas sobre eles. Os resultados revelam que as manifestações contra a censura se desdobraram em quatro dinâmicas principais: campanhas, protestos de rua, ações alternativas e ativismo de *hashtag*. Notavelmente, as ações alternativas se destacaram como a categoria mais expressiva, impulsionada pela criatividade. Essas manifestações contra a censura se materializaram em diversas performances artísticas, evidenciando a constante adaptação dos artistas ao desafiar normas e expandir o repertório em prol da defesa da liberdade de expressão.

PALAVRAS-CHAVE

censura, mobilização política, liberdade de expressão, artes

FROM CENSORSHIP TO RESISTANCE: MOBILISATIONS IN DEFENCE OF FREEDOM OF ARTISTIC EXPRESSION IN BRAZIL

ABSTRACT

This article examines online and offline responses to attempts to censor artistic productions in Brazil between 2017 and 2022. It focuses on identifying and analysing instances of artistic censorship attempts and the mobilisations they provoked. By situating these events within the broader Brazilian political context, the study highlights new repertoires of action that enable agency and creativity in resistance efforts. It also explores how these mobilisations defended freedom of expression, a fundamental principle for fostering plurality and inclusion in public debate. The research employs content analysis, following Krippendorff and Boc's (2007) criteria, to investigate censorship mechanisms and media narratives drawing on data from journalistic websites and social media platforms. The findings reveal that opposition to censorship unfolded through four main dynamics: campaigns, street protests, alternative actions, and hashtag activism. Notably, alternative actions emerged as the most expressive form of resistance, characterised by creativity. These protests against censorship took shape through diverse artistic performances, underscoring the ongoing adaptability of artists as they challenged restrictive norms and expanded their repertoire in defence of freedom of expression.

KEYWORDS

censorship, political mobilisation, freedom of expression, arts

1. INTRODUÇÃO

Apesar do avanço democrático e da internacionalização dos direitos humanos, principalmente daqueles relacionados à defesa da liberdade de expressão em todo o mundo, muitos países vivenciaram, em período recente, uma guinada antidemocrática com a erosão de direitos básicos. No Brasil não foi diferente, após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, o país passou por um processo de “terra arrasada”, com a destruição de conquistas em termos de democracia e de promoção da justiça social, construídas a partir do final da ditadura militar (1964–1985). As conquistas democráticas no país, alcançadas principalmente a partir da promulgação da Constituição em 1988, tiveram como resultado a mudança progressiva nas políticas de inclusão, que passaram a dar voz e visibilidade a grupos historicamente marginalizados, inclusive no contexto cultural. Em contraposição a essas mudanças sociais, grupos conservadores associados às novas direitas se viram perdendo poder como classe dominante (e.g., Rocha, 2021) e, como resposta, adotaram estratégias de controle sobre várias manifestações, principalmente a partir de 2017. Essas estratégias incluíram o monitoramento das produções, o exercício da influência política nas casas legislativas e nos partidos, além do uso de plataformas de mídia social e de táticas de desinformação para mobilizar apoiadores.

Após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff e a posse do então Vice-Presidente Michel Temer na Presidência da República, a perseguição e tentativa de censura contra intelectuais, docentes e artistas foi expandida (Miguel, 2018; Sanglard et al., 2023). Desta forma, a partir de 2017, o Brasil testemunhou o surgimento de um crescente movimento

de repressão a produções científicas, jornalísticas e artísticas, com tentativas de cerceamento das liberdades de expressão e de imprensa, que, muitas vezes, culminaram na criminalização de seus produtores. Muitas dessas ações se camuflaram na tentativa de não soarem como censura, sendo o Estado, seus representantes, grupos religiosos e políticos alguns dos principais responsáveis por tais gestos (Sanglard et al., 2023).

Esse movimento de desrespeito à diferença por meio da construção de narrativas antidemocráticas e anti-institucionais, principalmente online, foi impulsionado especialmente após a eleição presidencial de Jair Bolsonaro, político da ultra-direita conservadora, que tomou posse em janeiro de 2019, e cuja campanha foi marcada pelo uso de robôs e pela difusão de notícias falsas (Harbath, 2018; Ruediger et al., 2021). As ações de grupos ultraconservadores e extremistas infladas pela chegada ao poder de Bolsonaro revelaram a fragilidade da democracia brasileira, que sofreu ataques constantes, com pedidos de retorno à ditadura militar, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, notadamente em ambientes digitais, que culminaram com os atos golpistas de invasão das sedes dos Três Poderes em janeiro de 2023, após a derrota eleitoral de Bolsonaro.

Diante deste cenário de retrocesso democrático, este artigo procura analisar como ocorreram as mobilizações contra as ações censórias às artes no Brasil, no período compreendido entre 2017 e 2022. A investigação aqui apresentada é fruto da pesquisa que realiza o monitoramento das produções culturais censuradas e/ou alvo de ataques de grupos conservadores que tiveram notoriedade nacional e que mobilizaram a opinião pública brasileira, seja através dos tradicionais grupos de mídia ou das redes sociais. O mapeamento foi realizado a partir de técnicas mistas, que envolveram coleta de dados em plataformas de mídias sociais (como Facebook, Instagram e X), monitoramento de mídia jornalística brasileira (em jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o portal G1) e análise de conteúdo, construindo, assim, um banco de dados que reuniu 89 casos emblemáticos de censura às artes.

Desta forma, o artigo tem por objetivos: (a) analisar como se deram as reações às censuras e ataques aos artistas brasileiros; (b) colocar em diálogo os processos de mobilização com o contexto político nacional; e (c) compreender de que maneira tais mobilizações de resistência atuaram na defesa da liberdade de expressão, que deve ser vista como um pilar para o alcance da pluralidade e da verdadeira inclusão no debate público (Scabin & Leite, 2021).

2. A CENSURA ARTÍSTICA CONTEMPORÂNEA: EXISTE RESPEITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO?

Os conflitos e as disputas simbólicas relativos ao conceito de “liberdade de expressão” no Brasil têm ganhado mais notoriedade nos últimos 10 anos¹. Além de servir para justificar posicionamentos intolerantes — apontando para a ascendência de grupos

¹ Este fenômeno está também relacionado ao processo de plataformização (Poell et al., 2020) e de desordem informacional (Wardle & Derakhshan, 2017), em que atores sociais se apropriam de algumas terminologias para defenderem perspectivas controversas, especialmente na ambiência plataformizada, sobre tópicos que pareciam ser objeto de consenso social.

conservadores da sociedade civil e da representação política formal, atuantes no patrilhamento das liberdades coletivas e individuais —, tais conflitos também são impulsionadores de movimentos em defesa das liberdades. Neste trabalho apreenderemos diversas mobilizações sociais que se engajaram na defesa da liberdade de expressão. Entretanto, como este direito tem sido alvo de disputas epistêmicas e tem polarizado grupos políticos no país (Oliveira et al., 2022; Sanglard et al., 2021, 2023) e, a partir da compreensão da liberdade de expressão enquanto componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática e participativa, é importante considerarmos o papel do Estado na garantia de criação de oportunidades para debates inclusivos (Barendt, 2017; Edström & Svensson, 2016; Fiss, 1996/2022; Miguel, 2018; Sodré, 2021). Como é o caso da Constituição Federal de 1988, que reafirma a defesa de tal liberdade para a retomada do debate público e para o livre exercício da autonomia individual (Fiss, 1996/2022).

A liberdade de expressão artística, que é tema de estudo neste artigo, também é garantida pelo direito à cultura no Brasil, de acordo com o Artigo 5.º, IX, da Constituição Federal. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, de 1945, afirmam a noção de “liberdade” como uma salvaguarda para outros objetivos sociais, como a paz e a democracia (Nordenstreng, 2016).

Conforme observado por Hal Foster (2013), a sociedade contemporânea enfrenta uma escassez significativa de espaços dedicados à crítica de arte, visto que esses espaços têm sido alvo de intimidação por grupos conservadores e influências comerciais. Foster argumenta que a crítica foi esvaziada, cedendo espaço até mesmo ao pluralismo. Movida pelo poder, a crítica perdeu a sua natureza reflexiva em relação às próprias reivindicações. Dessa forma, obras de arte que desafiam o *status quo*, frequentemente, são sujeitas à censura e à criminalização (Sanglard et al., 2023).

Como afirma Rodrigo Santos, autor do conto *Barataria*, que deu vida à performance *A Voz do Ralo É a Voz de Deus*, alvo de censura em 2018, no Rio de Janeiro, por criticar Jair Bolsonaro (Partido Liberal): “eu gosto muito do desconforto. De alguma forma a gente tem que incomodar. Foi uma sacada muito boa deles de relacionar com a atualidade e ressignificar essa coisa e trazer também um registro de seu tempo” (Cavicchioli & Cruz, 2018, para. 7). A obra literária de Santos conta a história de uma mulher que sofreu tortura na ditadura militar, com a introdução de baratas na vagina. A partir desse conto, o coletivo *És Uma Maluca* colocou uma de suas atrizes deitada no chão, com baratas ao redor e com áudios de trechos de discursos de Bolsonaro, que saíam do bueiro. Como aponta Santos, o objetivo da arte é causar o desconforto, o choque. A arte impacta e seu papel é, sobretudo, provocar incômodos perante realidades e moralidades a serem criticadas (ver mais em Miguel, 2018; Sanglard et al., 2021).

3. AÇÕES COLETIVAS: DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO COMO MOTE PARA O ENGAJAMENTO POLÍTICO

A criminalização das expressões artísticas brasileiras — abordadas em pesquisas anteriores — evidenciou como questões políticas, religiosas e ligadas à sexualidade

podem desencadear a censura (Oliveira et al., 2022; Sanglard et al., 2021, 2023). A nudez e a representação da diversidade de gênero nas obras de arte são frequentemente distorcidas, sendo interpretadas como obscenas e eróticas, chegando, em alguns casos, a serem criminalizadas. As críticas políticas, que questionam o passado autoritário brasileiro ou envolvem atores políticos, eleitos ou em disputa, são repreendidas na tentativa de silenciar perspectivas divergentes e evitar o debate público. Por sua vez, o argumento religioso é predominantemente usado para encobrir o fortalecimento de agendas conservadoras e intolerantes, resultando no cerceamento da liberdade de expressão em nome da religião.

A censura, ou suas tentativas, não apenas buscam reprimir o diálogo público, mas também visam obscurecer sujeitos e temas frequentemente sub-representados na esfera pública. No entanto, são justamente as críticas políticas e sociais incorporadas às manifestações artísticas que possuem um potencial intrínseco para desafiar os sistemas dominantes. Por isso, a noção de “ação coletiva” é válida a esta reflexão. Conforme Sanglard e Santos (2013), com base na obra *Collective Action in Organizations* (Ação Coletiva nas Organizações) de Bimber et al. (2012),

entende-se a ação coletiva como a união daqueles que advogam por uma causa, recrutam manifestantes para protestar ou se unem para ganhar voz e representatividade perante instituições públicas, corporações e outros órgãos. Seja com objetivo de promover o debate público sobre algum tema específico (como saúde), ou pela necessidade de reunir pessoas para promover algum “bem público” compartilhado. (p. 117)

Segundo os autores, a proliferação e o envolvimento das tecnologias de informação e a possibilidade de desenvolvimento de movimentos organizados de forma descentralizada e sem dependência de organizações formais representaram mudanças nos modos de agir coletivamente.

A abordagem de Charles Tilly (2008), que considera a performance como um repertório de ação, oferece uma perspectiva valiosa para compreender como artistas, quando confrontados com a censura, podem criar performances inovadoras e impactantes em resposta a esse cenário.

Ao conceber a performance como um conjunto de ações simbólicas e culturais, podemos perceber como aqueles que enfrentam a censura frequentemente utilizam seus próprios corpos e expressões artísticas como formas de resistência. Essas performances, enquanto repertório de ação contra a censura, não apenas desafiam o conservadorismo, como também defendem a representação artística diversificada na sociedade e reforçam a necessidade de se debater sobre a liberdade de expressão.

Num amplo processo de revisão e compreensão dos processos políticos da época, Charles Tilly (2008) passou a conceber o repertório de ação coletiva como um conjunto de performances variáveis, profundamente influenciadas pela cultura local, tradições e valores. Direcionando o foco para as performances inerentes às mobilizações políticas, o autor sustenta que estas estão em constante evolução devido a processos como

escolha, interpretação, improvisação e aprendizado. O autor destaca a essencial interdependência entre as mobilizações e os sistemas de política institucionalizada. Isso implica que, para compreender as dinâmicas das mobilizações políticas, é imperativo considerá-las como resultados, em parte, das transformações na política institucionalizada. Da mesma forma, as mudanças na política institucionalizada frequentemente refletem e influenciam as mobilizações. Nesse contexto, o repertório das reações à censura adquire contornos diversos, dependendo da ação censória, e vice-versa.

Um tipo de ação política denominada “performática” é incorporado na discussão do último livro de Tilly (2008). Essa abordagem se diferencia ao não se conformar aos repertórios convencionais, desenrolando-se de maneira caótica e desafiando as expectativas tradicionais de confronto na arena política. Dessa forma, a “ação política como performance” questiona a concepção tradicional de conflito político, ampliando a própria definição de repertório de ação. Nesse sentido, os participantes estão constantemente improvisando, seja ao descobrir como adaptar as rotinas disponíveis para comunicar suas demandas, seja ao responder às reações dos outros. Essa singularidade, teatralidade e improvisação conferem agência e criatividade aos confrontos, resultando em um conjunto dinâmico de ações em constante evolução.

Neste estudo específico, concentramos nossa análise nas iniciativas coletivas que buscaram preservar a liberdade de expressão, assumindo diversas formas diante dos ataques e/ou tentativas de cerceamento das manifestações artísticas no contexto brasileiro durante o período investigado (2017–2022). Nossa argumentação destaca que as mobilizações contemporâneas desempenharam um papel crucial na coordenação e no desenvolvimento da opinião pública em prol tanto da prática censória quanto de sua contestação, assumindo roupagens diversas e apresentando novos repertórios de ação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CORPUS ANALÍTICO

Este artigo é fruto de uma pesquisa maior que objetivou documentar casos de censura a manifestações artísticas no Brasil no período de 2017 a 2022 (Oliveira et al., 2022; Sanglard et al., 2021, 2023). O ano de 2017 foi escolhido como ponto de partida para a coleta de dados devido ao seu significado simbólico no contexto da recessão democrática brasileira, instaurada após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff em 2016. Até aquele momento, desde o término da ditadura militar (1964–1985) e da promulgação da Constituição de 1988, os episódios de censura pareciam ser eventos isolados no Brasil.

Contudo, a partir de 2017, observou-se uma mudança significativa, com ações coordenadas de censura, ataques e perseguições a produções artísticas e a artistas empregados por grupos ultraconservadores caracterizados por uma espécie de histeria moralista (Duarte, 2018; Sanglard et al., 2023). Essa nova forma de censura e as reações contrárias a ela necessitavam de análise, especialmente considerando o contexto do espaço público online, visto como um ambiente propício para discussões e mobilizações (Costa & Souza Junior, 2018). Como marco temporal final, adotou-se o ano de 2022, que assinala o término do mandato do Presidente Jair Bolsonaro, político da ultra-direita brasileira, que implementou políticas antidemocráticas e apoiou práticas censórias e tentativas de intimidação contra diversas manifestações artísticas durante seu governo.

A pesquisa identificou 89 atos caracterizados como censura, tentativa de censura, intimidação de artistas ou repressão a expressões artísticas, o que chamaremos genericamente de “práticas censórias”. Para coletar esses casos, foram empregadas técnicas de pesquisa que incluíram a busca por palavras-chave nos *sites* de notícias brasileiros, como *Folha de S. Paulo*, *G1* e *O Estado de S. Paulo*, assim como nas plataformas de mídias sociais, como X e Instagram. A coleta de dados envolveu métodos manuais e, também, a utilização de inteligência artificial por meio da linguagem de programação Python, que teve acesso aos *sites* por meio da interface de programação de aplicação. Três critérios foram estabelecidos para a seleção das produções culturais examinadas: (a) manifestações artísticas que foram alvo da ação conservadora de julgamento ou de criminalização da arte; (b) casos que tiveram repercussão nacional na mídia tradicional; e (c) eventos que resultaram em reação e/ou mobilização em defesa das manifestações artísticas.

Os 89 casos foram, então, organizados em 18 categorias predefinidas, que incluem a data e o local de ocorrência, o tipo de expressão artística envolvida (exposições, performances, espetáculos musicais, teatrais, entre outros), o tipo de ação censória (censura prévia, cancelamento posterior, detenção de artista, apreensão de material, autocensura, entre outros), os agentes responsáveis pela censura (governos, parlamentares, poder judiciário, polícias, espaços culturais), a justificativa ou motivação alegada pelos agentes censores (relacionada à sexualidade, religião ou críticas políticas), a identidade de indivíduos ou grupos que apoiaram a censura, a presença ou ausência de violência física, a ocorrência ou não de cancelamentos ou ataques nas mídias sociais, e as reações à censura (protestos de rua, campanhas online, ações alternativas ou ativismo de *hashtag*). Neste artigo focamos na última categoria, buscando compreender como as reações às ações censórias ocorreram.

Para categorizar os episódios conforme as variáveis mencionadas, adotamos os princípios da análise de conteúdo definidos por Krippendorff e Boc (2007), aplicando-os aos dados coletados nas plataformas de mídias sociais e nas narrativas jornalísticas. Após a codificação do material, realizamos testes de confiabilidade, resultando em um índice alfa de Krippendorff variando entre 0,86 e 1². Todos os episódios foram categorizados e, posteriormente, submetidos a análises estatísticas por meio do programa SPSS Statistics, além de análises qualitativas para explorar suas características e particularidades.

Em todos os 89 casos de censura às artes identificados pela pesquisa, houve algum tipo de manifestação contrária nas redes sociais monitoradas (Facebook, Instagram e X). Entretanto, em 67 deles³, ou seja, em 75,28%, as manifestações ganharam novas dimensões e se expandiram, incluindo protestos de rua, campanhas, ações alternativas e/ou a criação de *hashtags*. Estes casos estão detalhados na Tabela 1.

² Alfa de Krippendorff é um coeficiente que mede a concordância ao codificar um conjunto de unidades de análise por dois ou mais codificadores diferentes. Quanto mais próximo de 1, maior a confiabilidade.

³ Os outros 22 casos, que não foram codificados nessas categorias, apesar de entrarem no *corpus* por também haver contrarreações à censura, não tiveram tais mobilizações com magnitude a ponto de serem classificadas como protestos de rua, campanhas, ações alternativas e/ou criação de *hashtags*. Foram apenas comentários isolados de pessoas contrárias ao ataque à manifestação artística em questão.

NÚMERO	CASO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA	DATA*
1	DNA de Dan	Performance	julho 2017
2	La Bête (A Besta)	Performance	setembro 2017
3	<i>Queermuseu</i>	Exposição/artes plásticas	setembro 2017
4	<i>Não Matarás</i>	Exposição/artes plásticas	setembro 2017
5	<i>Pedofilia</i>	Exposição/artes plásticas	setembro 2017
6	Caetano Veloso Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto	Música/show	outubro 2017
7	<i>Faça Você Mesmo Sua Capela Sistina</i>	Exposição/artes plásticas	outubro 2017
8	<i>História da Sexualidade</i>	Exposição/artes plásticas	outubro de 2017
9	<i>Pequenas Igrejas Grandes Negócios</i>	Espetáculo teatral	março 2018
10	Grafite Sem Nome	Grafite	maio 2018
11	<i>Todos Podem Ser Frida</i>	Exposição/fotografia	setembro 2018
12	<i>Meninos Sem Pátria</i>	Literatura	outubro 2018
13	Roger Waters	Música/show	outubro 2018
14	<i>A Voz do Ralo É a Voz de Deus</i>	Performance	dezembro 2018
15	Banco do Brasil	Peça publicitária	abril 2019
16	Tapete de serragem	Outra	abril 2019
17	<i>O que Pode um Casamento (Gay)?</i>	Exposição/artes plásticas	maio 2019
18	Feira do Livro de Jaraguá do Sul	Literatura	julho 2019
19	<i>Coroação de Nossa Senhora das Travestis</i>	Performance	julho 2019
20	<i>M'Bai</i>	Exposição/artes plásticas	julho 2019
21	Show BNegão	Música/show	julho 2019
22	Facada Fest	Música/show	julho 2019
23	<i>Res Pública 2023</i>	Espetáculo teatral	agosto 2019
24	Linn da Quebrada	Música/show	agosto 2019
25	Editais com filmes LGBTQIAP+	Cinema/obra audiovisual	agosto 2019
26	Festival de Gramado	Cinema/obra audiovisual	agosto 2019
27	Léo Lins	Show	agosto 2019
28	Chico Buarque	Cinema/obra audiovisual	setembro 2019
29	<i>Caranguejo Overdrive</i>	Espetáculo teatral	setembro 2019
30	<i>Gritos</i>	Espetáculo teatral	setembro 2019
31	<i>Abraço (Abraço)</i>	Espetáculo teatral	setembro 2019
32	Vingadores na Bienal	Quadrinho	setembro 2019
33	“O Riso É Risco: Independência em Risco”	Charge	setembro 2019
34	<i>Marighella</i>	Cinema/obra audiovisual	setembro 2019

35	Grafite com Greta Thumberg	Grafite	outubro 2019
36	“Colégio Loyola”	Artigo de opinião	outubro 2019
37	Feira do Livro de Nova Hartz	Literatura	novembro 2019
38	<i>Consciência Negra</i>	Exposição/artes plásticas	novembro 2019
39	<i>Isso Não É Arte</i>	Exposição/artes plásticas	dezembro 2019
40	<i>A Vida Invisível</i>	Cinema/obra audiovisual	dezembro 2019
41	Porta dos Fundos/Netflix	Cinema/obra audiovisual	janeiro 2020
42	<i>Todxs xs Santxs - #eunãosoudespesa</i>	Exposição/artes plásticas	fevereiro 2020
43	Livros censurados em Porto Velho/Rondônia	Literatura	fevereiro 2020
44	Festival Cannabis	Música/show	fevereiro 2020
45	<i>Ruína</i>	Exposição/fotografia	março 2020
46	Letícia Sabatella	Cinema/obra audiovisual	abril 2020
47	Biografias Fundação Palmares	Literatura	junho 2020
48	“Charge Aroeira”	Charge	junho 2020
49	Natura	Peça publicitária	julho 2020
50	<i>Lindinhas</i>	Cinema/obra audiovisual	setembro 2020
51	<i>Um Povo Heróico</i>	Cinema/obra audiovisual	setembro 2020
52	Caetano Veloso Live	Música/show	outubro 2020
53	Grafite Criola	Grafite	dezembro 2020
54	Estampa	Grafite	janeiro 2021
55	<i>O Santo Inquérito</i>	Espetáculo teatral	março 2021
56	Festival de Jazz do Capão	Música/festival	julho 2021
57	Linguagem neutra	Outra	outubro 2021
58	<i>Praia</i>	Performance	fevereiro 2022
59	<i>Obra com Nu Feminino</i>	Exposição/artes plásticas	março 2022
60	<i>Sobre Vivências</i>	Exposição/artes plásticas	março 2022
61	Lollapalooza	Música/festival	março 2022
62	Festival de Cultura e Direitos Humanos	Música/festival	março 2022
63	<i>MST no Masp</i>	Exposição/fotografia	maio 2022
64	<i>Sem Medo do Futuro</i>	Literatura	maio 2022
65	<i>Versa: Brados em Linhas</i>	Literatura	agosto 2022
66	<i>Deslocamento</i>	Exposição/artes plásticas	setembro 2022
67	<i>Gente de Bicas</i>	Exposição/fotografia	dezembro 2022

Tabela 1. Reações à censura de manifestações artísticas

Nota. * Considerou-se a data do primeiro episódio de prática censória identificado, ainda que em alguns casos as produções culturais possam ter sido atacadas ou impedidas de serem realizadas em mais de uma ocasião.

As 67 manifestações representam reações coletivas de protesto contra os ataques às artes, divulgadas nas redes sociais, como Instagram, X e Facebook. Algumas delas incentivaram a criação de *hashtags*, enquanto outras, alcançando significativa repercussão, impulsionaram a realização de protestos de rua contra a censura, foram responsáveis por campanhas, e/ou ainda promoveram ações alternativas para permitir a ocorrência das manifestações artísticas apesar da censura. Chamamos de “ações alternativas” os gestos contra a censura e em defesa da liberdade de expressão que fogem das práticas tradicionais de reação. Ou seja, são atos de ruptura, com o intuito de chocar ou chamar a atenção da sociedade de modo surpreendente. Se um espetáculo teatral é impedido de ser realizado em um espaço cultural, e os artistas transferem a apresentação de lugar, isso é uma ação esperada ou comum. Já se os artistas decidem fazer a apresentação na via pública em frente ao espaço que os impediu, consideramos um protesto de rua e também uma ação alternativa, pois os artistas não apenas protestaram de modo tradicional (por exemplo, com faixas ou passeata), mas o fizeram de modo criativo, por meio da arte e da ruptura. Tais ações alternativas, inclusive, aproximam-se da ideia de Tilly (2008) acerca do conceito de ação política “performática” aqui apresentado.

Essas manifestações contrárias à censura foram categorizadas em quatro tipos distintos de ação em defesa da liberdade de expressão: (a) campanha, (b) protesto de rua, (c) ação alternativa e (d) *hashtag*. A Figura 1 quantifica a presença dessas categorias no *corpus* analisado. Vale destacar que essas categorias não são mutuamente excludentes, ou seja, um caso de censura pode resultar em diferentes tipos de reações, como demonstrado no gráfico abaixo.

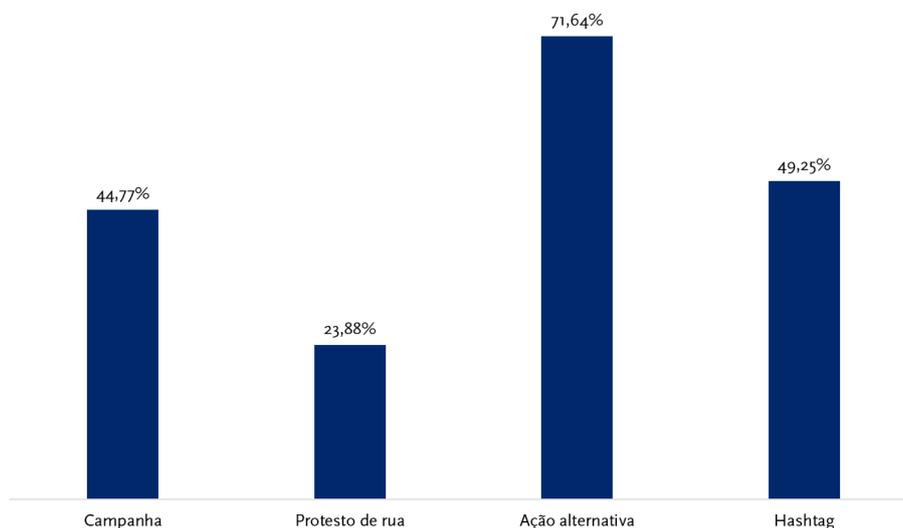


Figura 1. Tipos de mobilizações contrárias à censura

5. A SOCIEDADE CIVIL SE MOBILIZA CONTRA A CENSURA

Neste segmento, exploraremos cada uma das categorias analisadas, fornecendo exemplos de casos que foram alvo de ataques censórios. Para isso, utilizaremos as

informações contidas no banco de dados elaborado a partir das informações publicadas em veículos de notícias da mídia tradicional, além das discussões presentes nas plataformas de mídias sociais previamente mencionadas. Esse enfoque nos permitirá relacionar as ocorrências específicas de censura com as dinâmicas sociais e políticas, alinhando-se com a abordagem de Charles Tilly (2008) sobre o repertório de ação coletiva, que destaca a importância de considerar as performances específicas em conexão com o contexto mais amplo das mobilizações políticas.

5.1. AÇÃO ALTERNATIVA

A ação alternativa foi o tipo de mobilização mais frequente, presente em 71,64% dos casos em que ocorreram manifestações contrárias à censura. A ação alternativa pode ser entendida como um ato criativo para tentar contornar a censura e/ou que impeça que ela ocorra em outro contexto. Com ações que fogem dos tradicionais repertórios de mobilização política (como campanhas online e/ou protestos de rua), essas manifestações utilizam a expressão artística como forma de refutar as ações censórias.

Um exemplo emblemático de ação alternativa ocorreu em 2017, com a instalação de Maikon Kempinski, nomeada *DNA de Dan*. O artista se apresentava em Brasília (Distrito Federal), em 15 julho, e foi surpreendido por policiais militares que o impediram de dar continuidade à apresentação. Detido e acusado de ato obsceno, o artista também viu ser destruída a bolha de plástico que abrigava a performance. *DNA de Dan* rodava o país desde 2013 e aquela fora a primeira vez, durante quatro anos, que o artista teve seu trabalho impedido de acontecer. Posteriormente, a mesma performance foi apresentada nos arredores do lago Igapó, em Londrina (Paraná). Novamente a polícia chegou e ameaçou deter o artista. Só que desta vez houve manifestação contrária do público presente, que criou um cordão de isolamento e protegeu Maikon da abordagem policial, ato categorizado como “ação alternativa”. Ou seja, por meio de uma ação criativa e inesperada, o público conseguiu impedir a repetição de um ato de censura.

Dentre os casos emblemáticos, a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* também fomentou ações alternativas. Em 2017, ao ser exibida no Santander Cultural, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), a exposição foi encerrada antes do prazo e sem aviso prévio aos organizadores, após receber duras críticas de grupos conservadores. A exposição também foi censurada, posteriormente, no Rio de Janeiro, pelo Prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) e contou com várias manifestações, dentro e fora das redes sociais, de anônimos e famosos contrários à censura. Em 2018, após uma campanha para financiamento coletivo, caracterizada como “ação alternativa”, a exposição aconteceu novamente, mas desta vez no parque Lage, na cidade do Rio de Janeiro.

O show de Caetano Veloso em celebração aos 20 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, em dezembro de 2017, emerge como um terceiro exemplo que desencadeou uma ação alternativa. O show ocorreu na cidade de São Paulo após o artista ter a apresentação impedida de ser realizada na ocupação do Movimento dos

Trabalhadores Sem-Teto, no bairro Planalto, em São Bernardo do Campo (São Paulo). Na ocasião, a Justiça de São Paulo acatou o pedido do Ministério Público, impondo uma multa de R\$ 500.000 e autorizando uma intervenção policial caso a decisão não fosse cumprida. Alegou-se que o local (ocupação) não possuía estrutura para suportar o show de um artista da estatura de Caetano. No entanto, essa ação foi percebida como censura pelo cantor e outros apoiadores da causa, especialmente considerando que a ocupação enfrentava processos de reintegração de posse.

Após o cancelamento do evento, a produtora Paula Lavigne, esposa do artista e uma das lideranças do movimento 342 Artes, organizou uma segunda apresentação, desta vez na capital paulista, iniciando o espetáculo com um discurso de agradecimento à juíza que proibiu a realização do show na ocupação. De acordo com ela, essa decisão, de forma involuntária, permitiu a realização de um evento maior, que chamou ainda mais a atenção da esfera pública para o caso.

Esta categoria revela que, em conjunto com a criatividade, as ações coletivas se manifestam como múltiplas performances, impulsionadas como uma reação contrária à censura. Essas expressões representam uma ampla diversidade de performances, todas orientadas pela resistência às tentativas de cercear a expressão artística. Cabe destacar que tal panorama reflete a constante capacidade de adaptação e improvisação dos artistas e apoiadores da arte, desafiando normas estabelecidas e enriquecendo o repertório de ações em defesa da liberdade de expressão. À medida que artistas e defensores da arte se adaptam, improvisam e desafiam expectativas convencionais, novos repertórios de ação emergem, tornando-se instrumentos cruciais na defesa da liberdade de expressão e na contestação da censura. Essa abordagem ressoa com as questões teóricas de Charles Tilly, destacando a importância do repertório de ação coletiva como uma resposta dinâmica e adaptativa às mudanças nas práticas de controle social, contribuindo para as ações coletivas e o ativismo político. Neste sentido, a mobilização política não é feita apenas dos repertórios tradicionais (como o ativismo e protesto), mas também com escolhas criativas que reforçam o caráter disruptivo dos artistas.

5.2. HASHTAGS

Esta categoria é aplicada quando comentários aparecem nas mídias digitais indexando uma palavra ou frase com o símbolo “#”, sempre com teor de reivindicação e protesto. Com a frequência de 49,25%, o uso de *hashtags* para mobilizações de natureza política vem sendo nomeado de “ativismo de *hashtag*” (Gunn, 2015) e estudado a partir de distintos repertórios políticos (Malik et al., 2018). O cerne do ativismo de *hashtag* reside na capacidade de disseminar informações e conectar pessoas em torno de causas específicas por meio do uso de palavras-chave relevantes. Essas *tags* funcionam como rótulos virtuais que permitem que os usuários classifiquem e compartilhem conteúdo relacionado a uma questão ou movimento específico. Pensando no fluxo comunicacional gigantesco que atinge as redes sociais, o ativismo de *hashtag* se torna um nó capaz de aglutinar discursos e narrativas, sendo eles favoráveis ou contrários. No caso da

nossa pesquisa, ao aplicar testes estatísticos de correlação, as *hashtags* aparecem associadas a outras formas de reação, conforme mostra a Tabela 2.

CRUZAMENTOS	P-VALOR DO QUI-QUADRADO DE PEARSON
<i>Hashtag</i> e protesto de rua	0,039
<i>Hashtag</i> e campanha	0
<i>Hashtag</i> e ação alternativa	0,006

Tabela 2. Teste de associação (qui-quadrado) entre as categorias

Nota. Tabela elaborada pelas autoras, a partir de dados disponibilizados a partir do software SPSS Statistics.

Para interpretar a Tabela 2, é preciso considerar que o qui-quadrado de Pearson é um teste estatístico que mede a força dos resultados (Arsham, 1998). Sendo assim, quanto menor o *p*-valor, maior é a força da evidência da relação entre os dados. Um *p*-valor menor que 0,05, como os três destacados na tabela, representa uma moderada evidência da relação e pode ser considerado significativo. Já o *p*-valor menor que 0,01, como é o caso dos cruzamentos entre *hashtag*/campanha e *hashtag*/ação alternativa, representa uma forte evidência da relação. Isto significa dizer que o cruzamento desses dados não se dá ao acaso. Ou seja, há uma interposição relevante das categorias, sugerindo que elas podem ser estrategicamente alinhadas como táticas de repertórios.

As mídias sociais e a natureza das mobilizações podem variar de acordo com o alvo das reivindicações; no entanto, a literatura destaca que as *hashtags* são utilizadas como performances de ação coletiva devido ao baixo custo, rapidez na disseminação e ausência da necessidade de uma organização formal centralizada (Bennett & Segerberg, 2012). Neste estudo, as *hashtags* estão associadas a diversas outras formas de performance, como ação alternativa, campanhas e protestos de rua.

No *corpus* analisado, artistas e apoiadores empregaram *hashtags* para categorizar conteúdo e facilitar que os usuários acompanhassem as discussões específicas sobre o tema. Além disso, ativistas utilizaram palavras-chave para ampliar a visibilidade do movimento, conectando-se com audiências externas e promovendo mensagens relacionadas à proibição e/ou tentativas de censura. Nessa perspectiva, as *hashtags* se destacaram como elementos de natureza performática e com um repertório distinto em comparação a outras categorias, mas, ao se integrarem a esses protestos, emergiram como complementos essenciais no campo da luta.

A campanha #342Artes exemplifica o uso de *hashtags* em correlação com outras formas de reação, neste caso, uma campanha. Iniciado em 2017, o movimento, composto por artistas de diversas áreas, surgiu como resposta à decisão censória do Prefeito Marcelo Crivella contra a exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, no Rio de Janeiro. Além de combater a censura, o grupo também se posiciona contra a onda conservadora que, desde 2017, denuncia exposições e performances sob acusações infundadas. Com apoio de artistas renomados como Caetano Veloso, Fernanda Montenegro, e outros, a #342Artes utiliza plataformas digitais para abordar questões como desinformação e direito autoral.

Outro exemplo foi a tentativa de censura ao festival Lollapalooza em 2022, quando artistas que apoiaram o candidato Lula foram alvo de proibição. O uso de *hashtags*, como “Lulapalooza” e “LollaLivre”, foi uma forma de expressar oposição à censura e apoiar o evento e os cantores fazendo alusão à campanha Lula Livre, de apoio ao político quando este esteve detido. O Partido Liberal alegou que o evento configurava propaganda eleitoral irregular, resultando em representação no Tribunal Superior Eleitoral. A mobilização nas redes sociais, com a criação de *hashtags*, desempenhou um papel crucial na resistência à censura. Figuras públicas, incluindo Luciano Huck e Anitta, expressaram oposição, destacando o papel significativo das mídias sociais no debate público e na contestação à censura.

O ativismo de *hashtag*, como observado nos casos da #342Artes e das *hashtags* associadas ao Lollapalooza 2022, representa uma forma eficaz de mobilização online contra a censura e em defesa da liberdade de expressão. Estas *hashtags* não apenas cumprem um papel de indexar conteúdo e facilitar o acompanhamento de discussões específicas sobre temas relevantes, mas também servem como ferramentas poderosas para amplificar vozes, conectar-se a audiências diversificadas e disseminar mensagens de resistência. O engajamento nas redes sociais, manifestado por meio de *hashtags*, não só expressa oposição às tentativas de censura, mas também desempenha um papel fundamental na construção de uma opinião pública informada e na promoção de debates críticos sobre questões políticas e sociais. O ativismo de *hashtag*, ao integrar-se a outras formas de resistência, como campanhas, protestos de rua e ações alternativas (como mostrou a Tabela 2), contribui para a construção de repertórios de ação dinâmicos e performáticos, refletindo a adaptabilidade e a inventividade dos agentes em meio aos desafios contemporâneos à liberdade de expressão. Esse fenômeno é especialmente valioso, pois os repertórios de ação concebidos em resposta à censura são estrategicamente pensados para englobar diversos grupos e assumir variadas formas (como ativismo de *hashtag*, campanhas, ação alternativa, entre outros), tornando-se assim instrumentos multifacetados na defesa da pluralidade de vozes e da liberdade de expressão.

5.3. CAMPANHAS

As campanhas, ambientadas na internet, classificadas em 44,66% dos casos, foram as com maior visibilidade e, assim, buscaram ampliar a influência política e social, se organizando com o propósito de atingir a esfera pública. É através destas mobilizações que os artistas conseguem atingir a atenção da mídia, além de alcançarem o apoio de outros usuários. As campanhas são variadas e podem ser criadas por artistas ou até coletivos vinculados aos movimentos sociais, como é o caso da campanha encabeçada pelo *youtuber* Felipe Neto, após o prefeito da capital carioca, Crivella, pedir que a Bienal do Livro recolhesse os exemplares da *HQ Vingadores: A Cruzada das Crianças*, em setembro de 2019. A justificativa alegada foi que o quadrinho de Allan Heinberg e Jim Cheng, lançado pela Marvel, que continha representações de dois jovens se beijando, era considerado “inadequado”. Apesar disso, a equipe responsável pelo evento recusou-se a

retirar os livros e, em resposta à tentativa de censura, o influenciador Felipe Neto adquiriu cópias do trabalho para distribuição gratuita entre os participantes. Válido mencionar que este caso também foi codificado como “ação alternativa”.

Outros casos de campanha incluem financiamento coletivo, como a exposição *Queermuseu*, já descrita acima também como um tipo de ação alternativa, que realizou campanha para arrecadar fundos destinados a viabilizar a apresentação das obras em outro espaço. Por meio de financiamento online, eles conseguiram arrecadar cerca de R\$ 820.000, e a campanha contou com a participação de aproximadamente 1.500 doadores.

Outra campanha online que mobilizou grande número de pessoas foi a ocorrida em novembro de 2019, após a atitude de vandalismo do deputado federal Coronel Tadeu (Partido Social Liberal – São Paulo), que atacou exposição de arte em homenagem ao Dia da Consciência Negra, que estava sendo lançada em um dos corredores da Câmara dos Deputados, em Brasília (Distrito Federal). A mostra continha obras que retratavam, entre outras temáticas, a violência policial cometida contra negros. O referido deputado destruiu uma obra que trazia dados sobre a violência contra negros e negras e era ilustrada por uma charge do cartunista Carlos Latuff. A charge mostrava uma pessoa morta, algemada, enrolada em uma bandeira do Brasil, com um policial em pé ao lado com uma arma ainda fumegante. Após o ocorrido, muitas foram as manifestações de parlamentares contrários à atitude, o então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (Democratas – Rio de Janeiro), condenou a atitude do colega e classificou o episódio como “grave”. Já o deputado Orlando Silva (Partido Comunista do Brasil – São Paulo) afirmou: “é inaceitável, desonroso para esta Casa que um deputado federal não tenha tolerância, não respeite a história dos negros no Brasil e não perceba o genocídio promovido pela sociedade contra a juventude negra e o pobre da periferia” (*Maia Repreende Deputado que Vandalizou Exposição do Dia da Consciência Negra*, 2019, para. 12). A deputada Áurea Carolina (Partido Socialismo e Liberdade – Minas Gerais), por sua vez, publicou no X: “INACEITÁVEL! O dep @CoronelTadeu acaba de QUEBRAR uma placa c/ charge do @LatuffCartoons que faz referência à violência policial racista. Covarde!”.

As campanhas contra a censura revelam não apenas a capacidade de resistência dessas ações, mas também a sua eficácia em sensibilizar e mobilizar a sociedade. A diversidade de formas adotadas por essas campanhas, desde o enfrentamento direto às tentativas de cerceamento até ao financiamento coletivo para viabilizar exposições proibidas, demonstra a riqueza e a complexidade dos repertórios de ação em prol da liberdade de expressão. O uso estratégico das redes sociais e das plataformas digitais destaca-se como um elemento-chave na disseminação dessas campanhas, conectando uma gama diversificada de apoiadores, desde figuras públicas até a participação ativa de doadores. Essas iniciativas não apenas contestam episódios específicos de censura, mas também contribuem para moldar uma narrativa coletiva em defesa da liberdade artística. Ao promoverem a visibilidade de obras, artistas e movimentos censurados, essas campanhas transcendem a resistência individual, tornando-se peças fundamentais na construção de uma cultura que valoriza e protege a diversidade de expressões artísticas, essencial para a vitalidade de uma sociedade democrática e plural.

5.4. PROTESTO DE RUA

Os protestos de rua, por sua vez, abrangem manifestações estritamente offline, caracterizadas por mobilizações nas ruas. Em muitos casos, essas ações surgem em conjunto com manifestações online, buscando nos protestos presenciais uma maneira de alcançar públicos diversos. Em nosso *corpus*, os protestos de rua totalizaram 23,88% dos casos analisados.

Em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), por exemplo, em setembro de 2017, cerca de 50 artistas fecharam a rua Treze de Maio, no centro da cidade, em protesto contra a apreensão do quadro *Pedofilia*, da artista plástica mineira Alessandra Cunha, conhecida como “Ropre”. Durante a manifestação, o trânsito ficou mais lento e policiais militares estiveram no local, porém, a manifestação foi pacífica. A tela integrava a exposição *Cadafalso*, exposta no Museu de Arte Contemporânea, e foi confiscada pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente sob acusação de incentivo à pedofilia, o que na verdade ela denunciava. O quadro mostrava a figura de dois homens com o pênis para fora ao lado de uma criança, em tamanho menor, juntamente com a frase: “o machismo mata, violenta e humilha”. Sobre a situação, a artista se manifestou pelo Facebook: “não é apologia, é denúncia. É um grito silencioso, porém colorido, de que isso acontece na nossa sociedade”. A apreensão ocorreu após três deputados estaduais, Paulo Siufi (Movimento Democrático Brasileiro), Coronel David (Partido Social Cristão) e Herculano Borges (Solidariedade) registrarem boletim de ocorrência contra a obra depois de debates acalorados na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul.

No entanto, os diversos repertórios de ação, seja online, offline, ou uma combinação de ambos, não se limitam apenas à defesa da liberdade artística. Enquanto os movimentos sociais buscam viabilizar suas demandas por meio de campanhas e protestos, grupos contrários procuram atacar essas narrativas para promover pautas conservadoras e intolerantes. Os protestos de rua não escapam dessa dinâmica, sendo palco de reações tanto de defensores quanto de opositores das ações censórias, evidenciando a complexidade e a polarização presentes nas disputas em torno da liberdade de expressão artística.

Um exemplo emblemático desta disputa de repertório ocorreu durante a exposição *Faça Você Mesmo Sua Capela Sistina*, do artista plástico Pedro Moraleida (1977–1999), realizada em outubro de 2017, no Palácio das Artes, na cidade de Belo Horizonte (Minas Gerais). Nesse caso, um grupo contrário à exposição, liderado pelo vereador Jair Di Gregório (Progressistas), mobilizou-se nas ruas da capital mineira para denunciar e pedir a censura da mostra, alegando apologia à pornografia, pedofilia e desrespeito ao cristianismo. Esse coletivo foi capaz de interromper o tráfego na avenida Afonso Pena, onde a galeria está situada, e promoveu os protestos também nas plataformas online, divulgando um vídeo elaborado pelo vereador. Em resposta, no dia seguinte às manifestações contrárias à exposição, um grupo reuniu-se em frente ao Palácio das Artes para apoiar o trabalho de Moraleida. Nesse cenário de ambiguidade e polarização dos protestos, destaca-se a disputa não apenas de narrativas, mas também de repertórios de ação. O artista Caetano Veloso expressou seu apoio à liberdade de expressão das

exposições culturais após visitar a mostra, denunciando a tentativa de encerramento como um “prelúdio de opressão”. O então prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (Partido Social Democrático), também visitou a exposição e manifestou-se a favor do direito à liberdade de expressão, destacando a sacralidade desse direito. Esses eventos ilustram a complexidade das dinâmicas sociais e culturais subjacentes aos protestos e revelam a diversidade de repertórios de ação em jogo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das intrincadas tramas que envolvem as noções conflitantes de liberdade de expressão no contexto brasileiro, emerge uma paisagem na qual os debates são instrumentalizados para justificar atitudes intolerantes, e atores da sociedade civil e representantes políticos ascendem como vigilantes das liberdades individuais e coletivas. Paralelamente, na esfera pública, vislumbramos uma pluralidade de movimentos sociais empenhados na defesa da liberdade de expressão, ancorados nos princípios consagrados na Constituição Federal brasileira de 1988, que estabelecem tal liberdade como alicerce do diálogo público e do livre exercício da autonomia pessoal (Fiss, 1996/2022).

É relevante destacar que, apesar de ser considerada um elemento primordial na formação de uma sociedade democrática participativa (Edström & Svensson, 2016), a liberdade de expressão também possui fronteiras e limitações. Não deve ser ponderada como um direito incontestável e sagrado que se sobrepõe aos demais (Habermas, 1996/2002; Kunelius, 2016). Nesse sentido, ao produzir análises quantitativas e qualitativas sobre as reações às censuras artísticas contemporâneas, este trabalho buscou abordar o contexto político do país, discutir a sobreposição dessas reações com as lógicas de ações coletivas online e refletir sobre a defesa e as limitações da liberdade de expressão.

A popularização da internet alterou significativamente o cenário das mobilizações políticas, destacando-se como única em relação ao ativismo offline. Oferece oportunidades inovadoras, principalmente relacionadas à apropriação das *affordances* das plataformas, como o ativismo de *hashtag*, que aparece sendo associado a formas mais tradicionais de mobilização como protestos de rua e campanhas. As ações coletivas online destacam-se por sua adaptabilidade, rapidez, ampla mobilização e capacidade de unir demandas variadas. A análise das interações entre as ações digitais e os movimentos de resistência offline diante da censura evidencia que as mobilizações contemporâneas desempenharam um papel fundamental na formação da opinião pública, tanto a favor da censura quanto em sua contestação. A investigação dessas dinâmicas, através da análise de casos específicos, oferece uma visão aprofundada das complexas interações entre liberdade de expressão, ações coletivas e contextos políticos, enriquecendo nossa compreensão da interseção entre manifestações artísticas e o espaço público no Brasil.

Focando no período entre 2017 e 2022 e atendo-se ao cenário de censura que atingiu as manifestações artísticas brasileiras, o presente estudo empreendeu uma análise das mobilizações contrárias aos ataques e tentativas de cerceamento. Identificaram-se 89 casos de censura às manifestações artísticas, dos quais 75,28% (67 casos) geraram

manifestações contrárias. Essas respostas incluíram protestos individuais e coletivos nas redes sociais, como Instagram, X e Facebook, resultando em *hashtags* e até protestos presenciais em defesa da liberdade de expressão. Essas reações foram categorizadas em quatro grupos: campanha, protesto de rua, ação alternativa e uso de *hashtags*, sendo que um único caso é capaz de englobar várias formas de reação. A partir do que foi apresentado é possível notar a complexidade das respostas contrárias à censura às manifestações artísticas no Brasil contemporâneo. Diante desse cenário multifacetado, percebe-se que as disputas em torno da liberdade de expressão são reflexos de dinâmicas sociais complexas e muitas vezes polarizadas. A interação entre manifestações artísticas, reações populares e a esfera pública digital destaca a importância de uma análise abrangente que considere a interseção entre as dimensões políticas, sociais e culturais. A defesa da liberdade de expressão é intrínseca à manutenção de uma sociedade democrática e plural, mas sua compreensão e prática exigem uma constante reflexão sobre os limites e desafios que permeiam esse princípio fundamental.

AGRADECIMENTOS

Este artigo resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig | APQ-02162-22), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq | 28474) e pelo Fundo de Incentivo a Pesquisa (FIP) da PUC Minas.

REFERÊNCIAS

- Arsham, H. (1998). Kuiper's p-value as a measuring tool and decision procedure for the goodness-of-fit test. *Journal of Applied Statistics*, 15(2), 131–135.
- Barendt, E. (Ed.). (2017). *Freedom of the press*. Routledge.
- Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Cavicchioli, G., & Cruz, M. T. (2018, 6 de dezembro). *Obra de arte crítica a Bolsonaro é censurada em exposição no Rio*. Apoie a Ponte. <https://ponte.org/obra-de-arte-critica-a-bolsonaro-e-censurada-em-exposicao-no-rio/>
- Costa, M. C. C., & Souza Junior, W. (2018). Censura e pós-censura: Uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. *Políticas Culturais em Revista*, 11(1), 19–36. <https://doi.org/10.9771/pcr.v11i1.28154>
- Duarte, L. (Ed.). (2018). *Arte, censura, liberdade: Reflexões à luz do presente*. Cobogó.
- Edström, M., & Svensson, E. (2016). Trust and values for sale: Market-driven and democracy-driven freedom of expression. In U. Carlsson (Ed.), *Freedom of expression and media in transition. Studies and reflections in the digital age* (pp. 67–74). Nordicom.
- Fiss, O. M. (2022). *A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública* (G. Binennbojm & C. Pereira Neto, Trans.). Editora FGV. (Trabalho original publicado em 1996)

- Foster, H. (2013). Pós-crítica. *Arte & Ensaios*, 25(25), 166–176.
- Gunn, C. (2015). Hashtagging from the margins. In K. E. Tassie & S. M. B. Givens (Eds.), *Women of color and social media multitasking: Blogs, timelines, feeds, and community* (pp. 21–34). Lexington Books.
- Habermas, J. (2002). *A inclusão do outro* (G. Sperber & P. Soethe, Trans.). Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1996)
- Harbath, K. (2018, 24 de julho). *Protegendo as eleições no Brasil*. Facebook Newsroom. <https://about.fb.com/br/news/2018/07/protegendo-as-eleicoes-no-brasil/>
- Krippendorff, K., & Boc, M. A. (2007). *The content analysis reader*. SAGE.
- Kunelius, R. (2016). Free speech at an intersection. Notes on the contemporary hybrid public sphere. In U. Carlsson (Ed.), *Freedom of expression and media in transition: Studies and reflections in the digital age* (pp. 35–42). Nordicom.
- Maia repreende deputado que vandalizou exposição do Dia da Consciência Negra*. (2019, 20 de novembro). Hora do Povo. <https://horadopovo.com.br/maia-repreende-deputado-que-vandalizou-exposicao-do-dia-da-consciencia-negra/>
- Malik, A., Johri, A., Handa, R., Karbasian, H., & Purohit, H. (2018). How social media supports hashtag activism through multivocality: A case study of #ILookLikeanEngineer. *First Monday*, 23(11). <https://doi.org/10.5210/fm.v23i11.9181>
- Miguel, L. F. (2018). O pensamento e a imaginação no banco dos réus: Ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. *Políticas Culturais em Revista*, 11(1), 37–59.
- Nordenstreng, K. (2016). Liberate freedom from its ideological baggage! *Les Enjeux de l'Information et de la Communication*, (17/2), 157–161.
- Oliveira, B. S., Orlandini, M. G., & Sanglard, F. N. (2022). Vilipêndio à fé? Reflexão sobre censura e repressão à arte por motivação religiosa. *Líbero*, (25/51), 52–75.
- Poell, T., Nieborg, D., & van Dijck, J. (2020). Plataformização. *Revista Fronteiras*, 22(1), 2–10.
- Rocha, C. (2021). *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil*. Todavia.
- Ruediger, M., Grassi, A., Dourado, T., Calil, L., Piaia, V., Almeida, S., & Carvalho, D. (2021). *Desinformação online e eleições no Brasil: A circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020)*. DAPP/FGV.
- Sanglard, F. N., Oliveira, B. S., & Orlandini, M. G. (2021). Arte que critica política que censura: Episódios de patrulhamento da crítica política. *Anais do XXX Encontro Anual da Compós*, 30, 1–24.
- Sanglard, F. N., Oliveira, B. S., & Orlandini, M. G. (2023). Censura à arte como sintoma do autoritarismo brasileiro. *LARR - Latin American Research Review*, 59(1), 1–25.
- Sanglard, F. N., & Santos, J. G. B. (2013). A ação coletiva muito além das organizações. *Revista Compólitica*, 1(3), 116–128.
- Scabin, N. L. C., & Leite, A. L. (Eds.). (2021). *Comunicação, mídias e liberdade de expressão no século XXI: Modos censórios, resistências e debates emergentes*. Gênio Editorial; Intercom.
- Sodré, M. (2021). *A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças*. Vozes.
- Tilly, C. (2008). *Contentious performances*. Cambridge University Press.
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Maiara Orlandini é doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. É graduada em Jornalismo e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é pesquisadora voluntária no Grupo Bertha de pesquisa (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e pesquisadora de pós-doutorado no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (Universidade Federal de Minas Gerais). Também é professora e coordenadora do curso de especialização em Jornalismo de Dados (Instituto de Educação Continuada/Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4961-2916>

Email: orlandini.maia@gmail.com

Morada: Grupo EME/UFMG: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901 - Fafich

Bruna Silveira de Oliveira é pesquisadora de pós-doutorado no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (Universidade Federal de Minas Gerais), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. É doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto. É pesquisadora voluntária do Grupo Bertha de Pesquisa (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), no núcleo LiBertha, que tem como foco o estudo sobre censura e liberdade de expressão no Brasil. Possui experiência e interesse de pesquisa em comunicação política, sobretudo em discussões sobre esfera pública, deturpações democráticas e grupos extremistas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0163-6102>

Email: bsilveira9@gmail.com

Morada: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901, Brasil

Marina Mesquita Camisasca é pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É doutora em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado e graduação na mesma instituição. Possui experiência em história institucional e empresarial, trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de história agrária, história do Brasil republicano, história da ditadura militar e autoritarismo. Integrante do núcleo LiBertha do Grupo Bertha de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9175-5569>

Email: marinacamisasca@yahoo.com.br

Morada: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 13 - 3º andar - Coração Eucarístico - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535-901

Fernanda Nalon Sanglard é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É doutora em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É jornalista e mestre em Comunicação pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Marketing pela mesma universidade. Realizou pós-doutorado no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (Universidade Federal de Minas Gerais). Foi repórter do jornal *Tribuna de Minas*, integrante da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e pesquisadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais. É coordenadora do núcleo e do projeto LiBertha, do Grupo Bertha de Pesquisa (<https://grupobertha.com.br>), vinculados à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4335-7926>

Email: nandanalon@yahoo.com.br

Morada: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 13 - 3º andar - Coração Eucarístico - Belo Horizonte/MG - CEP: 30535-901

Submetido: 28/11/2023 | Aceite: 13/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

EXPANSÕES E RETRAÇÕES DE LIBERDADES NO SISTEMA DE MÍDIA BRASILEIRO: MECANISMOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E DE CAPTURA

Ana Beatriz Lemos da Costa

Laboratório de Políticas de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
Concetualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, validação, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Jairo Faria Guedes Coelho

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil
Concetualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, administração do projeto, validação, visualização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

O artigo busca apresentar diferentes mecanismos de captura (Schiffrin, 2021; Stiglitz, 2017) e de responsabilização da mídia (Aznar, 2005; Bertrand, 1999/2002), somados a contribuições da economia política da comunicação (Bolaño, 2000; Brittos, 2022), para entender movimentos de expansão e retração de liberdades relacionadas ao direito à comunicação. Para isso, mostra exemplos de como essas dinâmicas são observadas na configuração do sistema de mídia brasileiro. O estudo parte da análise de como o direito à comunicação e seus desdobramentos foram inseridos na agenda dos debates internacionais para a construção de sociedades democráticas no pós-Segunda Guerra Mundial. Em seguida, buscamos relacionar as dimensões econômicas, políticas e sócio-cognitivas desses mecanismos com a realidade brasileira. No primeiro caso, mostramos como a concentração da propriedade de mídia no Brasil impacta nas lacunas regulatórias, na limitação da pluralidade e, mais recentemente, por meio de plataformas digitais, na reconfiguração da lógica das políticas de comunicação no país. Na sequência, veremos de que maneira a captura política se reflete no arrefecimento de mecanismos de responsabilização, *accountability* e participação social no sistema de mídia público do Brasil. As considerações finais apontam para limites e possibilidades de diferentes formas de regulação, de financiamento e de representação social na mídia para recuo de capturas e expansão de liberdades.

PALAVRAS-CHAVE

liberdades, capturas da mídia, sistema de mídia brasileiro, responsabilização da mídia, regulação da mídia

EXPANSIONS AND RETRACTIONS OF FREEDOMS IN THE BRAZILIAN MEDIA SYSTEM: MECHANISMS OF MEDIA ACCOUNTABILITY AND CAPTURE

ABSTRACT

This article explores mechanisms of media capture (Schiffrin, 2021; Stiglitz, 2017) and accountability (Aznar, 2005; Bertrand, 1999/2002) alongside contributions from the political economy of communication (Bolaño, 2000; Brittos, 2022) to examine the expansion and retraction of freedoms related to the right to communication. It provides examples of how these dynamics manifest in the configuration of the Brazilian media system. The study begins by analysing how the right to communication and its implications were introduced into international debates on

the construction of democratic societies in the post-World War II era. The economic, political, and socio-cognitive dimensions of these mechanisms are then related to the Brazilian context. Economically, the concentration of media ownership in Brazil has led to regulatory gaps, restricted plurality, and, more recently, reshaped communication policy dynamics through digital platforms. Politically, instances of capture have weakened accountability mechanisms and reduced social participation in Brazil's public media system. The final considerations highlight the limits and possibilities of various models of regulation, funding, and social representation in the media as strategies to counter its capture and expand freedoms.

KEYWORDS

freedoms, media capture, Brazilian media system, media accountability, media regulation

1. INTRODUÇÃO

Ao considerarmos diferentes mecanismos de responsabilização e possíveis fontes de capturas da mídia, detemo-nos no exercício da liberdade por meio da democracia participativa, em que os cidadãos exercem o direito de voto, de serem eleitos e de terem livre uso da palavra no debate público. Este último insere-se no rol do direito à comunicação, materializado nas garantias de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), a arena política internacional passou a delimitar um conjunto de direitos para subsidiar a construção de estados democráticos. Dentre essas garantias está o direito à comunicação, inserido no rol da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a qual dispôs em seu Artigo 19.º o seguinte preceito: “todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”.

A partir desse artigo, observa-se que o direito à comunicação apresenta diversas dimensões. Inclui, portanto, a liberdade de opinião, a qual requer para o seu exercício uma pluralidade de pontos de vista para adesão a um deles ou para a formação de novos. Também abarca a liberdade de expressão, que se traduz como a capacidade de procurar e receber informações e ideias, além de poder externalizar essas ideias, em diferentes ambientes e canais de divulgação.

Essas dimensões dialogam com a proposta de T. H. Marshall (1950/1967), que considera que o direito à comunicação perpassa as três dimensões da cidadania. A primeira, a cidadania civil (liberdade de expressão), a segunda, a cidadania política (direito à informação) e a terceira, a cidadania social (direito a comunicar-se). Também diversos acordos e declarações internacionais que contemplam o direito à comunicação, aprovados em diferentes épocas e contextos, apresentam interpretações surgidas a partir da introdução de novos problemas sociais e de novas tecnologias.

De acordo com Venício Artur de Lima (2010), a liberdade de expressão se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. Já a liberdade de imprensa seria uma liberdade da sociedade e/ou de empresas de tornarem públicos conteúdos de informação jornalística e de entretenimento. Ou seja, a liberdade

de imprensa corresponde à permissão de buscar, dizer, escrever, documentar e transmitir aquilo que é de interesse público em veículos de comunicação. Nesse sentido, os ensaios registrados na Comissão Hutchins (2020; Leigh, 1974) geraram as bases para o surgimento de uma teoria da responsabilidade social da mídia. De acordo com essa teoria, as instituições de comunicação desempenham um papel importante na proteção dos direitos do cidadão nas sociedades democráticas.

No entanto, a tendência de concentração da propriedade das empresas de mídia se refletiu na distribuição desigual dos fluxos de comunicação na sociedade. Para tentar resolver esse problema, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a partir de 1976, assumiu o compromisso de instituir uma comissão, presidida pelo irlandês Sean MacBride, cujo objetivo, materializado no *Relatório MacBride*, publicado em 1981, era o de analisar os problemas da comunicação em sociedades modernas, considerando o progresso tecnológico, com o fito de expedir recomendações para uma nova ordem mundial da comunicação, que tanto mitigasse os entraves, como ajudasse na promoção da paz e do desenvolvimento humano. Naquele documento convencionou-se que o direito a se comunicar deveria ultrapassar a ideia de receber informação, tendo em vista que as demandas de livre troca, acesso e de participação nas comunicações iam além dos princípios adotados, até então, pela comunidade internacional (MacBride, 1981/1983).

Apesar de a inserção do direito à comunicação no rol dos direitos humanos ter sido vista há muito tempo, as discussões sobre a necessidade de implementação de políticas públicas de comunicação ocuparam a agenda internacional somente depois, com o desenvolvimento da indústria cultural em meados do século XX, com fluxos desiguais de informação, refletindo as correntes econômicas observadas entre os países.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988), por exemplo, trouxe as diretrizes internacionais relacionadas às liberdades individuais. A Carta diferencia a liberdade individual de manifestação do pensamento, vedando-se o anonimato (art. 5, Inciso IV), da liberdade de expressão na atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5, Inciso IX) e da liberdade de informação jornalística (art. 220, §1). Ainda no capítulo que trata da comunicação social, o §5 do Artigo 220.º afirma que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. Além de apresentar a proibição de concentração da propriedade, ressalta-se na legislação brasileira a importância da diversidade regional e de produções independentes (art. 221, Inciso III). Porém, na prática não é o que se observa no sistema de mídia no Brasil, conforme veremos mais adiante neste artigo. Essas políticas apontam para a necessidade de desenvolvimento de meios descentralizados e diversificados que promovam oportunidades para a participação real e direta do público e para a necessidade de comunicação das mulheres e interesses de crianças, jovens e idosos, minorias nacionais, étnicas, raciais, religiosas e linguísticas e pessoas que vivem em áreas remotas.

O conceito de “accountability” está relacionado com noções como prestação de contas e responsabilização, não só em termos organizacionais, mas também como uma

virtude no nível individual dos profissionais. Quando exercida coletivamente e no âmbito da comunicação, ela pode se expressar em várias dimensões: legalmente (por meio de leis e outras normas); no ambiente profissional (impulsionada pela deontologia, pela sanção moral e pela fiscalização entre os pares); e nas interações do público com os conteúdos e dispositivos midiáticos (Christians, 1989).

Nesse sentido, a transparência e a participação são duas aliadas importantes da *accountability*. A transparência do acesso a informações diz respeito a informações de interesse público, de posse do Estado ou de organizações públicas e privadas, tais como as de mídia. Há ainda um debate no âmbito do campo da comunicação, especialmente do jornalismo, sobre a abrangência do termo, uma vez que não se referiria apenas à disponibilização de dados e informações ao público, mas também a um arcabouço de estratégias que contribuem para o restabelecimento da confiança do público por meio de uma “abertura” (Christofoletti, 2021). Por isso, transparência também se conectaria com o conceito de “objetividade”:

a ideia de que a transparência se tornou uma objetividade renovada tem suas raízes no jornalismo, onde a objetividade é valorizada e significativa. De modo geral, os meios de comunicação apoiam o uso de ferramentas de transparência e prestação de contas dos governos, mas as próprias empresas midiáticas são resistentes à adoção de políticas internas que permitam sua monitorização e debate pelo público. (Christofoletti, 2021, p. 188)

No tocante à participação — aspecto que forma a tríade com a *accountability* e a transparência no que diz respeito à responsabilização ética sobre os processos de produção e distribuição de conteúdos midiáticos —, algumas dimensões se fazem necessárias para que possamos pensar em conexões mais efetivas entre os que produzem/emitem e os que consomem/recebem esse tipo de conteúdo. Nico Carpentier (2011, 2015) estrutura essas dimensões no modelo AIP (acesso, interação e participação), que considera as conexões entre pessoas, organizações, tecnologias e conteúdos nesses três níveis. Essa perspectiva também nos faz olhar para as limitações da participação, já que

tanto o acesso como a interação são necessários e desempenham um papel significativo nos processos de participação, mas não constituem por si só condições suficientes para que a participação se concretize, já que esta requer uma efetiva redistribuição do poder. (Carpentier et al., 2019, p. 21)

Nesse sentido, é importante observar o papel das estruturas e conjunturas que compõem os cenários e como se dão as dinâmicas entre os atores para que se possam desenvolver ferramentas que estimulem os processos de *accountability*, transparência e participação nas instituições midiáticas.

Vários autores (e.g., Aznar, 2005; Bertrand, 1999/2002; Coelho, 2019; Fengler et al., 2022; Paulino, 2008) têm estudado diferentes mecanismos de responsabilização, internos e externos às organizações de mídia, que promovam ações de *accountability*, transparência

e participação nos meios de comunicação. Esses instrumentos podem ser adotados por meio de heterorregulação, quando aplicados na forma de lei ou outras normas jurídicas; autorregulação, quando se dá de maneira voluntária e não imposta por normas jurídicas; ou correção, quando há uma combinação entre ações normativas e voluntárias. Essas são ferramentas que auxiliam em movimentos expansores das liberdades, como veremos mais adiante neste trabalho.

No entanto, na maioria dos países, e principalmente na mídia privada, esses mecanismos atuam de forma tímida. No caso do Brasil, diversos fatores corroboram a manutenção da estrutura das comunicações em forma de oligopólios, como, por exemplo, a dificuldade de consolidação de meios diversos que atendessem ao princípio da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, incluindo as dificuldades de implementação de mecanismos de participação do público; e a pouca representatividade nos meios de comunicação de parcelas da população excluídas dos discursos midiáticos.

Uma das limitações mais conhecidas para a liberdade de imprensa, e que se repercute diversas vezes e ciclicamente na história, é a ascensão de governos ditatoriais que impõem censura prévia aos meios de comunicação, utilizando-se de diversos recursos, incluindo o assassinato de jornalistas, por exemplo. Nas sociedades atuais, o que também inclui as complexidades da comunicação em rede, esse fenômeno se dá de forma menos escancarada, mas não menos perigosa. A partir desses riscos, estudiosos passaram a desenvolver, desde o início dos anos 2000, o conceito de “captura da mídia”, se referindo principalmente a diversos tipos de pressão sofrida por jornalistas por ações governamentais:

no caso da mídia, a noção de “captura” ajuda a entender como a censura branda se instala. Em 2006, os economistas Tim Besley e Andrea Prat utilizaram essa noção para explicar como os meios de comunicação em países nominalmente democráticos não gozavam ainda de plena liberdade para realizar investigações adequadas, prestar contas e operar como entidades totalmente livres e independentes. Embora o censor à moda antiga, que marcava os jornais com tinta vermelha, já não existisse (pelo menos nas sociedades estudadas), ele havia sido substituído por formas mais sutis de pressão sobre os jornalistas. (Schiffrin, 2021, p. 5)

Essas pressões à liberdade de imprensa, que também se definem por meio de capturas midiáticas, ocorrem não somente por parte do governo, mas também por outros atores da sociedade. De acordo com Stiglitz (2017), “capturas da mídia ocorrem quando uma ou mais das partes que a mídia deveria monitorar, no exercício de sua missão social, ‘capturam’ ou tomam como reféns os meios de comunicação, para que estes não cumpram a sua função social” (p. 10). O autor aponta quatro tipos de capturas que poderiam ser realizadas pelos diversos atores da sociedade sobre a mídia: (a) pela propriedade; (b) por incentivos financeiros; (c) pela censura; e (d) pelas influências cognitivas. Associamos essas categorias às noções de “captura” segundo Joseph Stiglitz (2017), capazes de retrain as liberdades associadas à imprensa, mas que aqui expandimos ao direito à comunicação.

Com relação às capturas relacionadas à propriedade dos meios de comunicação, podemos elencar alguns mecanismos utilizados por agentes econômicos (sejam do mercado, do Estado ou por outros agentes da sociedade civil) que funcionam como instrumentos de retração de liberdades, tais como a concentração e as propriedades cruzadas, verticais e horizontais (Lima, 2004).

As capturas no âmbito de incentivos financeiros incluem estratégias orçamentárias, regulatórias e mercadológicas, que visam controlar a manutenção dos serviços e as estruturas oferecidas pelas empresas midiáticas.

Com relação à censura, esse mecanismo pode acontecer de maneira mais ou menos explícita, não só por governos autoritários, mas também em modelos de negócio que possuem estruturas de poder menos abertas ao diálogo.

Quando essas capturas se dão de forma sistemática na sociedade, conforma-se uma cultura de produção e compartilhamento de conteúdos que passa por decisões individuais e editoriais permeadas por uma captura cognitiva dos profissionais e das organizações, baseada em instrumentos de coação e autocensura.

Esses mecanismos de captura apresentados podem ser relacionados em três dimensões: econômica, política e sócio-cognitiva.

A dimensão econômica diz respeito a atores (Estado, mercado e outros agentes da sociedade) que se articulam em torno dos recursos (financeiros, materiais, pessoais, tecnológicos) disponíveis.

Sob o ponto de vista da economia política da comunicação, César Bolaño (2000) estudou o caminho percorrido pela informação no modo de produção capitalista a partir da leitura de *O Capital*, de Karl Marx, especialmente no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e do papel central de mediação que a indústria cultural passou a exercer. Bolaño propôs a existência de três funções que essas empresas, fossem elas prestadas em regimes públicos ou privados, exerciam na dinâmica social. A primeira seria a função propaganda, marcada pelo papel que os meios de comunicação exercem ao mediar as relações entre o Estado e a reprodução ideológica do sistema. A função publicidade seria a mediação entre os meios e as relações de capital, ou seja, observada no processo de transformação da mercadoria audiência em anúncios comerciais, principal fonte de financiamento de conteúdos gerados na indústria cultural. Por fim, a articulação da indústria cultural com o público se daria por meio da função programa, tendo em vista que os bens simbólicos (Bourdieu, 1996/1997) produzidos atraem a atenção do público, atendendo às necessidades psicossociais deste.

A partir da articulação dessas funções e das estratégias de ação das instituições, percebe-se a existência de barreiras à entrada como principal característica dessa dinâmica (Bolaño, 2000). Na indústria cultural, alguns desses métodos consistem em impedir a entrada de concorrentes potenciais ou em eliminar chances de que os concorrentes existentes alcancem a liderança. Isso favorece o estabelecimento de importantes vantagens de ordem técnica, financeira, política e cognitiva a determinados grupos.

Brittos (2001) amplia o conceito proposto por Bolaño, definindo a existência de dois tipos de barreiras características do mercado televisivo, que configurariam a constituição de oligopólios, garantindo posições privilegiadas às empresas, por meio da conquista e

fidelização do público, além de servirem de escudo contra concorrentes (Brittos, 2022): as barreiras estético-produtivas e as político-institucionais.

A barreira à entrada estético-produtiva envolve os fatores que diferenciam os produtos comunicacionais, como padrões específicos, modelos estéticos e de produção. É por essa barreira que as líderes disputam a atenção do público receptor. A segunda barreira, chamada de “político-institucional”, ocorre no âmbito da regulação e da regulamentação, considerando as normas e procedimentos adotados dentro do sistema, bem como disputas envolvendo edição de leis, decisões em processos administrativos, fiscalizatórios, entre outros.

A partir dessa chave de leitura, podemos estabelecer um diálogo tanto entre as funções da indústria cultural, quanto às respectivas barreiras à entrada, e as formas de captura. Nesse sentido, pensamos que a função propaganda se aproxima do que Stiglitz (2017) situa como captura por meio de autocensura, que tanto pode se dar por meios oficiais, como ocorrer por razões ideológicas, pelos próprios meios e profissionais que a realizam.

A função publicidade se reflete na captura financeira, em que a depender dos índices de audiência ou dos anunciantes que patrocinam os programas ou veículos, observam-se capturas no viés das produções.

Por fim, a função programa se conecta com a captura cognitiva, em que as formas estéticas em que se produzem as mensagens se refletem nas percepções de realidade social do público, podendo reduzir as visões de mundo e, conseqüentemente, a representação de diferentes expressões culturais ou informativas, com reflexos na própria democracia.

Já as barreiras estético-produtivas suscitam capturas cognitivas e financeiras, no sentido em que são os padrões estéticos que respondem pelo poder simbólico dos produtos comunicacionais, que garantem a atenção, fidelização e geram a mercadoria audiência para a venda de anúncios no mercado publicitário, cuja fonte de financiamento garante vantagens e possibilidades de realização de mais conteúdos.

A dimensão estético-produtiva, associada à dimensão sócio-cognitiva, envolve a maneira como produtores de conteúdo e audiências atuam conforme valores éticos, morais, deontológicos e organizacionais estabelecidos nesses ambientes comunicacionais.

Por outro lado, as barreiras político-institucionais se refletem também nas capturas financeiras e políticas. Essas barreiras contribuem para a formação de relações clientelistas e de coronelismo eletrônico (Aires & dos Santos, 2022), tendo em vista a histórica relação entre os proprietários dos veículos de comunicação no Brasil, que influenciam nas decisões políticas e de regulamentação.

Há nesse contexto, inclusive, uma espécie de captura cognitiva e de censura, na medida em que é frequente as coberturas midiáticas mencionarem que as tentativas de regulação das comunicações no país seriam formas de censura (Lima, 2004), deturpando o sentido de que os mecanismos de regulação contribuem justamente para garantir a expansão da liberdade de expressão e de imprensa. Mais recentemente, os serviços digitais de busca e de redes sociais também atualizaram essa captura cognitiva, deturpando a intenção de o Estado regulamentar as plataformas digitais também sob a roupagem de esta se tratar de censura a esses serviços. A própria existência dessas barreiras à entrada se reflete na captura em função da propriedade, tendo em vista levarem a uma estrutura de mercado concentrada, marcada por oligopólios, que se espelham nas outras formas de capturas.

Entendemos importante essa chave de leitura tendo em vista que os sistemas de mídia são construções sociais, parte do sistema capitalista, sujeito, portanto, a capturas que impedem o cumprimento, em se tratando de veículos de imprensa, da sua função social ou do chamado “quarto poder”, segundo Stiglitz (2017). Porém, a existência dessas capturas não impede que existam também mecanismos de freios e contrapesos por meio de instrumentos de responsabilização social, por meio de hetero, auto e corregulação (Aznar, 2005).

Com relação ao argumento de que a internet teria o potencial de democratizar os mercados (Stiglitz, 2017), acreditamos que as novas plataformas sob a forma de monopólios digitais contrariaram essas expectativas. Entendemos que a internet por si só não propiciaria uma horizontalização e o desfazimento de capturas. Tendo em vista que as tecnologias são objeto de disputas econômicas e políticas, inserem-se na lógica de apropriação e concentração dos mercados, podendo tanto expandir quanto retrair liberdades. Enfatizamos que o uso de dados de forma massiva por meio de ferramentas de inteligência artificial e impulsionamentos reflete-se em novas dimensões de capturas cognitivas, que proporcionam maior engajamento em discursos de ódio e em valores antidemocráticos, mas, também, a depender do uso, têm potencial para expansão de diálogos.

Isto posto, na figura abaixo (Figura 1) vemos um diagrama que mostra de que forma ocorrem movimentos de expansão e retração de liberdades essenciais para o exercício do direito à comunicação. As liberdades (de expressão, informação, manifestação e representação, por exemplo) são circunscritas por direitos, dentre os quais o direito à comunicação. Essa dimensão das liberdades e do direito se expande a partir da adoção de mecanismos de responsabilização da mídia (que promovem valores como *accountability*, transparência e participação, por exemplo) por meios auto, hetero e corregulatórios. Essa mesma bolha se retrai quando são acionados mecanismos de captura, sejam eles econômicos (como a concentração da propriedade), políticos (como o clientelismo) ou cognitivos (como a coação dentro das redações).

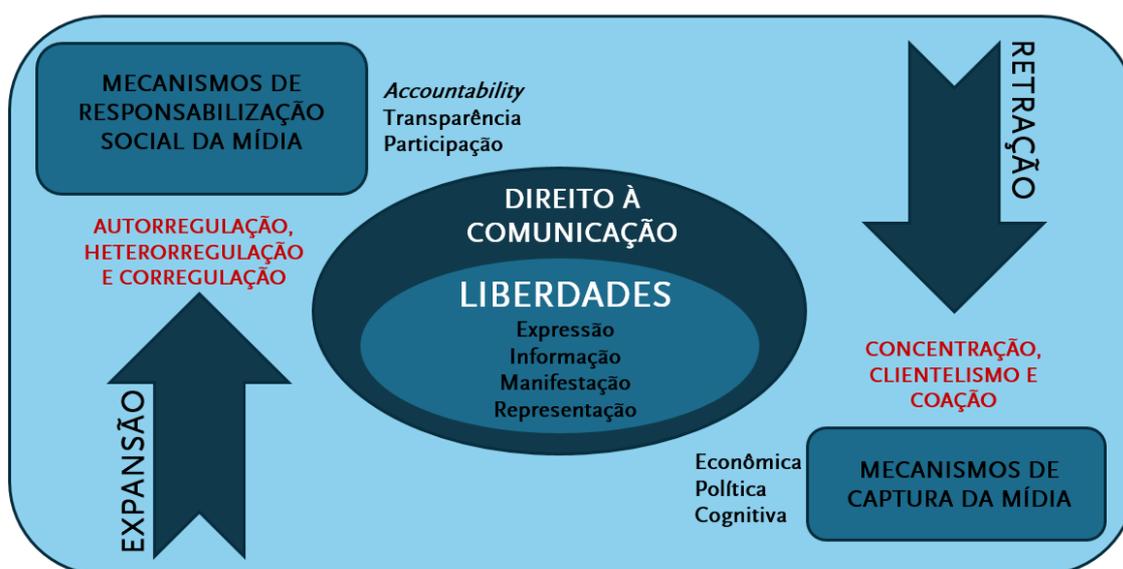


Figura 1. Movimentos de expansão e retração de liberdades e do direito à comunicação

Neste artigo, analisamos alguns desses mecanismos, tanto de capturas quanto de responsabilização da mídia, em face do contexto em que estão inseridos os meios de comunicação nas suas diversas formas de expressão. Num primeiro momento, apresentamos de que forma a concentração de mídia no Brasil gera um movimento de retração das liberdades e direitos e como a presença e a ausência de instrumentos regulatórios podem influenciar no desenvolvimento de uma maior responsabilização da mídia. Numa segunda parte, analisaremos o papel da comunicação pública nesse cenário, a partir do caso de criação e capturas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e de que forma mudanças no cenário político podem influenciar os movimentos de expansão e retração das liberdades.

2. CAPTURAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS E DESAFIOS DA CONCENTRAÇÃO NO SISTEMA DE MÍDIA NO BRASIL

Como visto, se as garantias de liberdade de expressão e do direito à comunicação abrangem a existência de pluralidade de vozes no sistema de mídia, as capturas financeiras e político-ideológicas, tendo em vista a existência de uma estrutura de mercado em forma de oligopólio, impõem a existência de barreiras estético-produtivas e político-institucionais, que se refletem em capturas cognitivas, em desigualdade de poder e de expressividades, com consequências na vida de diferentes grupos sociais.

Mastrini e Becerra (2006, 2008), em trabalhos que buscam explorar o nível de concentração da propriedade das indústrias culturais na América Latina, apontam para a dificuldade de se definir o termo “concentração” como um dos desafios dos estudos. Ademais, os autores apontam as características políticas e econômicas dos produtos infocomunicacionais que contribuem para a estruturação dos mercados em oligopólios.

No plano econômico, além de possuírem características comuns a outros bens de consumo, os produtos infocomunicacionais, devido à sua natureza simbólica, são caracterizados pela imaterialidade. Esse caráter imaterial dá-lhes a vantagem de não serem destruídos no momento do consumo, o que se reflete no valor de uso. Em segundo lugar, a essência de onde deriva o valor das transações culturais é a novidade. Isso requer uma proporção grande de investimentos para desenvolvimento de novos produtos. Também o custo de reprodução é baixo em relação ao custo de produção do original. Nesse sentido, são produtos que favorecem a economia de escala e cujas empresas constantemente pressionam a expansão do mercado até situações de monopólio ou oligopólio (Mastrini & Becerra, 2008).

Além da economia de escala, outra estratégia das empresas é a adoção de economia de escopo, com segmentação. Para isso, é preciso controlar um conjunto ou gama de produtos ou segmentos de mercado para terem maiores chances de alcançar êxito. Mas isso implica, também, maiores barreiras à entrada para potenciais novos competidores, porque demandam fortes investimentos iniciais para entrar no mercado. Essa pressão nas posições dominantes leva à necessidade de expansão dos mercados em esfera local e internacional. Essa é a estratégia adotada pela empresa líder de

comunicações no Brasil, representada pelo grupo Globo, que se beneficia de sua posição dominante e de seu poder político para manter a liderança da televisão aberta, dos canais de televisão por assinatura e, mais recentemente, a vice-liderança do mercado de *streamings* pagos, seguido da líder Netflix.

A hegemonia da Globo, construída a partir da centralização das telecomunicações no regime militar, nos anos 1970, replicada na implementação da televisão por assinatura, nos anos 1990, encontra-se ameaçada com a chegada de grupos transnacionais que atuam pela internet, especialmente com a concorrência em serviços de *streaming*, com o GloboPlay, a partir de 2015.

Essa perda da liderança inclui as disputas de poder na definição das políticas setoriais e na regulação das comunicações no país, marcadas por um marco normativo datado de 1962. Esse cenário de desatualização da regulação-base, de fragmentação de legislações posteriores e excesso de regulamentos infralegais via decretos e portarias ministeriais (Souto & Del Bianco, 2022) se soma à ausência de mecanismos de regulação do ambiente convergente, às mudanças recentes observadas na “lógica das políticas de comunicação” no país (Bolaño, 2007).

Apesar do aumento do consumo de vídeos pelas plataformas online e do crescimento do uso da internet no Brasil, a televisão linear, aberta e paga, ainda representa 70% do *share* de audiência de vídeos assistidos em casa no Brasil (Kantar Ibope Media, 2023a). Além disso, a televisão está presente em mais de 95% das residências (Nery, 2023), ao passo que a internet está em 80% (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2023). A televisão ainda tem vantagens no consumo, uma vez que o acesso a conteúdos pela televisão aberta difere do distribuído pela internet, os quais dependem da aquisição de dispositivos conectados, do pagamento pelo acesso à rede e a determinadas aplicações de vídeos por assinatura.

Essas vantagens da televisão em relação a outros veículos contribuem para que esse meio receba a maior parte das receitas de verbas publicitárias no país, apesar de perder cada vez mais verbas para a internet. Do total de R\$101.608.818 de investimentos com publicidade em meios de comunicação de janeiro a junho de 2024, a televisão aberta recebeu R\$4.193.874 (39,5%), ao passo que a internet faturou R\$4.051.137 (38,2%; Cenp, s.d.). Apesar de não existirem dados oficiais sobre a parcela dessas verbas de publicidade distribuídas entre os veículos de mídia, entende-se que a maior fatia vai para o líder de audiência, Globo, cujo pico de audiência observado em outubro de 2023 foi em média de 27%, enquanto Record teve 7%, Band 2% e Rede TV! 0,9% (Kantar Ibope Media, 2023b).

Ao se analisar a distribuição do bolo publicitário em diferentes veículos de comunicação, a pesquisa Media Ownership Monitor Brasil (2017) identificou alto risco de concentração de audiência e da distribuição das verbas de publicidade e alto risco de concentração da propriedade. A pesquisa revela que os 50 veículos com maior audiência no país pertencem a 26 grupos de comunicação, sendo que 19 deles têm sede na região metropolitana da cidade de São Paulo, o que demonstra uma concentração regional.

O risco de concentração se agrava face à presença de localidades denominadas “desertos de notícias”, com reflexos na baixa pluralidade e diversidade de informações, o que gera capturas cognitivas. Os resultados da pesquisa mostram que 63,1% dos

municípios da região norte do país não possuem nenhuma cobertura jornalística. O país tem também diversas localidades sem geradoras de televisão, enquanto o número de retransmissoras representa quase 10 vezes a quantidade de geradoras de televisão¹, o que explica a reprodução de conteúdos gerados em outras localidades, contrariando o princípio da regionalização da produção previsto na Constituição Federal, como visto na secção introdutória.

Como resultado, Mielke et al. (2023) apresentam o cenário de concentração na mídia tradicional e no ambiente digital, com reflexos em capturas de diferentes ordens. Os autores citam como exemplo capturas econômicas, cognitivas, especialmente pelas relações históricas entre mídia, poder político e interesses de grupos econômicos e religiosos, que sustentam discursos desiguais, patriarcais e racistas. Somam a isso que a internet baseada no modelo de negócios das plataformas digitais ameaça a diversidade de visões e de modos de vida e o desenvolvimento de tecnologias que possam contribuir para a democracia e a justiça social e socioambiental.

A relação estreita entre políticos e seus familiares e interesses econômicos, observada nos grupos que concentram a propriedade da mídia no país, dá origem ao fenômeno conhecido como “coronelismo eletrônico” (Aires & dos Santos, 2022). O termo tem origem na noção de “coronelismo” (Leal, 1975/2012), aplicado ao estudo da regulação das comunicações no país.

Além dos exemplos de coronelismo eletrônico, de capturas políticas, financeiras e de propriedade e de barreiras político-institucionais no país, Souto e Del Bianco (2022) apontaram a existência da chamada “captura liberal”² (Guerrero & Márquez-Ramírez, 2014). Ao analisarem medidas infralegais instituídas pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro para a radiodifusão entre 2019 e 2021, as autoras concluíram que havia um direcionamento da regulamentação com o objetivo de beneficiar a radiodifusão empresarial. Segundo elas,

trata-se de uma política de comunicação que estimula o negócio de mídia eletrônica, no sentido de torná-la mais lucrativa, conciliando interesses com forças políticas, econômicas e religiosas, e preservar a característica de fragmentação regulatória, típica da legislação brasileira, para a radiodifusão. (Souto & Del Bianco, 2022, p. 108)

Aqui relacionamos essas espécies de capturas liberais com as barreiras político-institucionais e as capturas financeiras e políticas, com reflexos na submissão de atores e campos do setor, como a comunicação pública, educativa e comunitária, somadas ao

¹ De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (s.d.), em novembro de 2023, existiam no Brasil 24.913 retransmissoras de televisão, ao passo que o número de geradoras somava 2.920.

² A concepção se refere ao fenômeno em que os sistemas de mídia nacionais estão submetidos a interesses econômicos e políticos combinados de grupos privilegiados que, no caso da América Latina, se adaptaram e se reposicionaram durante o processo de redemocratização política — pelo qual passaram boa parte dos países da região — e instituíram políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990 e no início do século XXI (Guerrero & Márquez-Ramírez, 2014). Como alertam os autores, apesar das aberturas políticas e de uma constatável maior diversificação de coberturas jornalísticas a partir do período, o modelo garantiu, em muitos casos, a manutenção de estruturas de poder locais já consolidadas, bem como a expansão de benefícios econômicos e mercadológicos e a preservação da sólida vinculação entre grupos de mídia e Estado que marcam a história latino-americana (Souto & Del Bianco, 2022).

aumento do proselitismo religioso — inclusive no ambiente destinado à comunicação pública (Souto, 2023).

Esse cenário representa o aprofundamento do descompasso entre tecnologias e a regulação das comunicações (Costa, 2022); a existência de grandes assimetrias regulatórias entre serviços cada vez mais convergentes; a ausência de uma autoridade autônoma que fiscalize o setor de audiovisual, tendo como consequências o descumprimento de direitos humanos e posturas antiéticas; a falta de mecanismos de responsabilização da mídia; e as renovações de emissoras de rádio e televisão indefinidamente, sem contrapartidas suficientes pela prestação de serviços públicos.

Além disso, face à concorrência entre os serviços tradicionais e as plataformas de redes sociais e plataformas de conteúdos, observa-se uma nova lógica nas políticas de comunicação no país, em que aos grupos denominados “conservadores”, “progressistas” e “liberais” (Bolaño, 2007) somam-se os denominados “ultra-liberais”. Ou seja, os monopólios digitais relutam contra qualquer forma de regulamentação estatal ou mesmo feita pelo público, beneficiando-se do fato de atuarem em escala supranacional, o que reforça a necessidade de estabelecimento de regras e garantias para as produções nacionais, para a defesa da cultura local e da promoção de valores democráticos.

A coexistência de “novos e velhos atores” (Costa, 2022) demanda medidas de educação para a mídia; a promoção da pluralidade; conteúdos que promovam a cidadania; o combate à desinformação; mecanismos de participação; consolidação de um sistema público complementar ao explorado no regime comercial e ao estatal, como será mostrado na seção seguinte, a qual também revela a existência de capturas econômicas, políticas e cognitivas.

3. CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CAPTURAS NO SERVIÇO PÚBLICO DE MÍDIA BRASILEIRO

Embora o sistema midiático brasileiro seja baseado na concentração privada, o desenvolvimento da radiodifusão no país tem raízes também em um modelo público com objetivos educativos e culturais. Era com essa intenção que a primeira rádio, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, inaugurada em 1923 por Edgard Roquette-Pinto, emitia uma programação que priorizava conteúdos educativos, culturais e científicos. Anos mais tarde, a rádio foi doada, em 1936, ao Ministério da Educação, deixando ao Estado a incumbência de zelar por esse patrimônio.

No caso da televisão, a emissora de maior referência no país em termos de conteúdos culturais e educativos, a TV Cultura³, foi fundada pela iniciativa privada e, posteriormente, vendida ao Governo do estado de São Paulo, que hoje a administra por meio da Fundação Padre Anchieta. Outras iniciativas de criação de rádios e televisões educativas, como as emissoras universitárias, surgiram a partir da década de 1960, com a criação de mecanismos legais que permitiam esse tipo de concessão (Coelho, 2019; Pieranti, 2018).

Além dessas, existe uma grande quantidade de rádios locais vinculadas a associações comunitárias funcionando com autorização desde 1998, quando foi promulgada a

³ A TV Cultura entrou no ar pela primeira vez em 1960, com a concessão de um segundo canal do grupo Diários Associados, que já administrava a TV Tupi, primeiro canal de televisão brasileiro. Em 1969, foi adquirida pela Fundação Padre Anchieta, instituição administrada pelo governo de São Paulo, com representação de diferentes setores da sociedade paulista e financiamento direto dos cidadãos do estado.

Lei n. 9.612 (1998), que implementa o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil. De acordo com a norma, essas emissoras “de baixa potência e cobertura restrita” têm o objetivo de divulgar conteúdos que estimulem a integração de comunidades localizadas e “dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade” (art. 3, Inciso I).

A lei também estabelece princípios de autonomia financeira e administrativa para esse tipo de emissora e permite formas alternativas de financiamento em forma de patrocínios ou apoios culturais (Lei n. 9.612, 1998). Apesar da existência desses mecanismos que teoricamente garantiriam uma maior independência dessas rádios, é possível notar no panorama brasileiro das rádios comunitárias uma influência de interesses comerciais, políticos e religiosos (Ferreira, 2005), principalmente em forma de proselitismo⁴.

Emissoras de televisão com princípios comunitários, além de educativas e outras emissoras públicas, também são previstas na legislação brasileira, mas sua forma de transmissão está restrita a canais em transmissoras de televisão por assinatura. Esses espaços foram inicialmente garantidos na legislação brasileira pela Lei n. 8.977/1995 (1995), conhecida como “Lei do Cabo”, que atribuía oito canais básicos de utilização gratuita, incluindo televisões comunitárias e educativas, além daquelas vinculadas aos poderes legislativo, executivo e judiciário locais e nacionais⁵.

Os valores comunitários e públicos, porém, não são apenas exercidos por meio das emissoras de radiodifusão e canal fechado. Muitos desses conteúdos são também transmitidos e disponibilizados por outros meios não regulados (Peruzzo, 2010), tanto aqueles mais tradicionais e locais (como rádio-poste e carros de som, por exemplo) quanto pela internet (servidores de rádio e *TV web* e repositórios de vídeo e áudio, por exemplo).

É possível ver, nesse cenário, uma série de iniciativas que têm como objetivos promover conteúdos de caráter público, seja pelos valores culturais, educativos e informativos, além de possibilidades de desenvolvimento de mecanismos que gerem autonomia financeira e administrativa que permitam a expressão do interesse público por meio da representação e participação dos cidadãos.

Em 2007, como parte de uma mobilização⁶ que articulou movimentos sociais do campo em torno da criação de uma televisão pública de âmbito nacional⁷, a partir da fusão de instituições que gerenciavam radiodifusoras financiadas pelo Estado⁸, o Governo Federal cria a EBC, que tem como um dos seus objetivos gerenciar uma Rede Nacional de

⁴ O texto original da lei, em seu Artigo 4.º, Parágrafo 1, vedava qualquer forma de proselitismo (esforço de convencimento ou conversão a determinada crença religiosa ou política, por exemplo). Em 2018, o Supremo Tribunal Federal julgou como inconstitucional esse dispositivo, tornando possível o proselitismo religioso nas rádios comunitárias em prol da liberdade de expressão (Ventura et al., 2021).

⁵ Esses dispositivos se mantiveram mesmo após as atualizações posteriores geradas pela Lei n. 12.485/11 (2011), que regulamenta os vários serviços de televisão por assinatura, ou serviços de acesso condicionado.

⁶ O “I Fórum de Televisão Pública” ocorreu em maio de 2007 e reuniu entidades e movimentos sociais pela democratização da comunicação. Entre os resultados, foi apresentada uma carta com pautas relacionadas à criação de uma televisão pública nacional e o fortalecimento das emissoras públicas regionais.

⁷ Atendendo às exigências do Artigo 223.º da Constituição Brasileira, que prevê a complementaridade dos sistemas privado, estatal e público de radiodifusão (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

⁸ A Empresa Brasil de Comunicação foi criada a partir da fusão e transformação da Radiobrás e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto com o objetivo de prestar serviços de comunicação pública e para o Estado (Lei n. 11.652, 2008).

Comunicação Pública⁹. Com a lei que cria a EBC (Lei n. 11.652/2008, 2008), pela primeira vez na legislação brasileira foi usado o termo “Serviço Público de Radiodifusão” para denominar uma instituição que prestasse esse tipo de serviço com abrangência nacional.

Nos últimos 15 anos, uma série de pesquisas acadêmicas vem sendo produzida no campo da comunicação para entender o fenômeno de criação e desenvolvimento da EBC como operadora do sistema nacional de comunicação pública no país (e.g., Bucci & Vannuchi, 2021; Paulino & Silva, 2013; Pieranti, 2018; Valente, 2009). Alguns mecanismos foram instituídos na sua norma de criação para garantir a autonomia da empresa frente aos interesses econômicos e políticos do Estado, dentre eles: (a) a criação de uma Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública¹⁰ visando um financiamento alternativo para a empresa; (b) o estabelecimento de dois mecanismos internos de *accountability* e participação social (uma Ouvidoria¹¹ e um Conselho Curador¹²); e (c) um mandato fixo para o diretor-presidente da empresa.

Entre 2008 e 2016, a Ouvidoria e o Conselho Curador da EBC desenvolveram suas atividades de forma dialogada, enfrentando uma série de embates junto à diretoria da empresa, publicizando debates relacionados às finalidades estratégicas da EBC como empresa de comunicação pública e gerando transformações em processos e conteúdos transmitidos pelos seus veículos¹³.

Esse período possibilitou uma maior expressão dos mecanismos de participação da EBC, tanto em termos administrativos quanto midiáticos. Isso pode ser ilustrado pela quantidade de conteúdos produzidos pela Ouvidoria e pelo Conselho entre 2011 e 2015, incluindo: (a) por parte da Ouvidoria, análises sobre as demandas recebidas publicadas em programas semanais de rádio e televisão e em uma coluna *web*; relatórios mensais, bimestrais, semestrais e anuais; e boletins informativos internos (Coelho, 2019); (b) o Conselho transmitia suas reuniões por *streaming web* e publicava suas atas de reunião e planejamentos estratégicos, além de resoluções, recomendações, notas de imprensa e uma revista semanal (Strozi, 2019).

A partir de mudanças no comando do Executivo Federal brasileiro em 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a ascensão de governos que defendiam a extinção ou privatização da EBC, nota-se uma série de ataques à empresa e aos seus mecanismos de *accountability* e participação social, incluindo a extinção do Conselho Curador e o esvaziamento dos debates no âmbito da Ouvidoria.

Para além desses ataques, destacam-se: a extinção do mandato de diretores-presidentes da EBC; tentativas de privatização da empresa; retaliação a jornalistas da empresa por causa de conteúdos publicados; unificação da programação da TV Brasil

⁹ De acordo com o *site* da Empresa Brasil de Comunicação (<https://www.ebc.com.br/veiculos/rncp>), a 20 de novembro de 2023, a rede contava com 68 estações de televisão e 39 rádios associadas.

¹⁰ Essa contribuição deve ser paga pelas empresas de telecomunicações, porém grande parte dos valores arrecadados estão depositados em juízo ou têm sido contingenciados pelo Executivo.

¹¹ O ouvidor-geral é nomeado para um mandato de dois anos para fazer a crítica interna dos conteúdos veiculados pela empresa por meio de produtos administrativos e midiáticos.

¹² O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação era composto por 22 membros (15 representantes da sociedade civil), com funções consultivas e deliberativas estratégicas para a empresa. Em 2017, foi substituído na lei por um Comitê Editorial e de Programação, com menos representação e atribuições, que até o fechamento deste texto não havia sido efetivamente instalado.

¹³ Ver, por exemplo, o caso da adoção de uma faixa da diversidade religiosa para a TV Brasil, relatado por Viula e Paulino (2015).

(emissora pública) com a NBR (emissora governamental); nomeação de militares sem conexão com a área de comunicação para cargos estratégicos na empresa.

Cabe destacar que influências governamentais na cultura organizacional da EBC sempre estiveram presentes de alguma maneira (Bucci & Vannuchi, 2021). Com a ascensão de governos neoliberais e de extrema direita, porém, essas influências se transformaram em capturas institucionalizadas. Em resposta a essas capturas, movimentos da sociedade civil ligados à democratização da comunicação, aliados a funcionários da EBC, a membros do extinto Conselho e a representantes da academia, se reuniram em ações em defesa da EBC e da comunicação pública no país.

A Frente em Defesa da EBC foi articulada nesse contexto, promovendo desde 2016 campanhas nas mídias sociais e no Parlamento para promover pautas que pudessem auxiliar na conscientização da população e da classe política sobre a importância da EBC para a manutenção dos princípios da comunicação pública no país. Outra iniciativa, a Ouvidoria Cidadã da EBC, foi criada com o objetivo de suprir lacunas nos mecanismos de controle social, *accountability* e participação da empresa.

Com relação aos ataques realizados contra funcionários da empresa, os fatos mostram e os dados confirmam uma interferência explícita governamental em conteúdos, além de ameaças a jornalistas e outros profissionais. Diante desses ataques, funcionários da empresa publicaram, entre 2018 e 2022, quatro dossiês (Comissão de Empregados da EBC et al., 2022; Em Defesa da EBC, s.d.) sobre os casos de censura e/ou interferência governamental sobre os conteúdos e processos da EBC. Esses dossiês relatam um total de 986 casos de censura, interferências governamentais (diretas e indiretas), governismo e pautas irrelevantes ocorridos no período.

Jornalistas responsáveis por organizar os documentos, porém, argumentam que os números reais são maiores, já que muitos profissionais não relatam seus casos por medo de represália ou, então, porque não veem esses atos como censura ou governismo, mas como prática corrente na empresa. (Paixão, 2021, p. 82)

Esses ataques se somam a um esvaziamento dos debates realizados no âmbito da Ouvidoria, único mecanismo de participação social em funcionamento na empresa atualmente. A partir de 2018 percebem-se mudanças nas análises realizadas por meio dos relatórios, com conteúdo menos crítico (Nitahara & Luz, 2021), além da diminuição dos espaços midiáticos dedicados a esses debates da Ouvidoria (Coelho & Paulino, 2019). Em 2023, essas questões ainda seguem sem resolução no âmbito da empresa, uma vez que, mesmo com a volta de Lula da Silva à Presidência da República (o mesmo que criou a instituição 15 anos atrás), a EBC ainda enfrenta uma série de problemas ligados à sua natureza pública¹⁴.

O caso da EBC nos mostra o papel de mecanismos auto, hetero e corregulatórios nos movimentos de expansão e retração de liberdades e direitos ligados à comunicação. Podemos perceber que a movimentação de atores sociais nesse processo foi importante para estabelecer normas que efetivassem a empresa como prestadora do serviço público de radiodifusão/comunicação em âmbito nacional, pelo menos no papel.

¹⁴ Conforme argumenta a nota pública da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (2023).

Na prática, essa mobilização não foi suficiente para impedir as capturas perpetradas por importantes atores sociais. Nesse caso, as influências de atores políticos são bem evidenciadas, uma vez que a alternância de poder no Executivo Federal foi essencial para a própria constituição da empresa, mas também nas ações de captura, tanto em termos econômicos, quanto nos aspectos políticos e cognitivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista esses movimentos de expansão e retração das liberdades, associados, por um lado, a mecanismos de responsabilização que promovam *accountability*, transparência e participação, e, por outro, às dimensões econômicas, políticas e sócio-cognitivas de capturas midiáticas, apontamos aqui algumas reflexões que visam contribuir com os debates sobre a temática.

Primeiramente, enfatizamos a importância das liberdades associadas ao direito à comunicação (liberdade de imprensa, de expressão, de opinião, etc.) na configuração das sociedades modernas. Dentro disso, a existência de mecanismos normativos e regulatórios para a instituição de regras que balizem o comportamento das instituições midiáticas. As diferentes formas como esses mecanismos são adotados (seja por imposição do Estado ou por iniciativas voluntárias da sociedade civil) ajudam a estabelecer parâmetros para os direitos e liberdades. Em termos econômicos, essa regulação impõe limites ao capital e garantias de prestação de serviços com liberdade e responsabilidade. No aspecto político, a regulação formal pode limitar a influência governamental e estimular a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão. Na dimensão sócio-cognitiva, instrumentos regulatórios podem auxiliar na representação das múltiplas expressões de indivíduos e coletivos, tanto em termos de produção quanto de recepção de conteúdos.

Nesse sentido, a implementação de mecanismos externos (órgãos reguladores, campanhas de conscientização e grupos de audiência, por exemplo) e internos (códigos deontológicos, conselhos participativos e ouvidorias, por exemplo) às instituições de mídia têm o potencial de promover um movimento expensor das liberdades no âmbito da sociedade. Em contrapartida, o aumento da concentração da propriedade e da coerção ideológica, considerando as diversas barreiras existentes no sistema, naturalmente geram um movimento retrator dessas liberdades. As formas como as instituições de mídia são financiadas são um fator determinante para essa balança entre responsabilidades e capturas. O equilíbrio entre liberdade financeira e limites à exploração comercial é necessário para que as liberdades dos consumidores/cidadãos sejam minimamente respeitadas. As instituições estatais devem estar atentas ao foco na utilização do orçamento público para o interesse da cidadania. A mídia pública deve buscar formas alternativas e variadas de financiamento a fim de sustentar a sua autonomia¹⁵.

Além disso, movimentos de maior responsabilização da mídia e de contenção de capturas incluem ações de conscientização. Nas instituições de mídia, o estabelecimento

¹⁵ Algumas dessas alternativas já estão previstas em lei, mas na prática não acontecem da maneira como deveriam, como é o caso da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública — taxa aplicada às prestadoras de serviço de telecomunicações e outros para o sustento da Empresa Brasil de Comunicação. Outras alternativas vão desde a monetização em mídias sociais (como é o caso dos canais da TV Cultura no YouTube, por exemplo), em ações de *crowdfunding* (financiamento coletivo) ou por meio da execução de projetos de fomento à cultura, por exemplo.

de culturas organizacionais mais responsáveis envolve o diálogo com profissionais a partir de parâmetros deontológicos e com audiências a partir de olhares críticos sobre os conteúdos publicados. Essas relações também devem ser estabelecidas em plataformas de compartilhamento de conteúdo entre usuários que não são profissionais de mídia. Nesses casos, a educação informacional e midiática¹⁶ deve ser trabalhada tanto em ambientes formais quanto em espaços comunitários.

Por fim, ao estabelecermos parâmetros para identificar mecanismos de responsabilização e de capturas em contextos midiáticos específicos, esperamos contribuir para o desenvolvimento de modelos de análise que busquem dialogar com diferentes realidades. Esperamos, com esta contribuição, apontar caminhos para diálogos internacionais sobre o tema.

AGRADECIMENTOS

Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa “Comunicação e Democracia: Responsabilidade da Mídia, Mídia de Serviço Público, Acesso à Internet e o Direito à Informação na Alemanha e no Brasil”, financiada e apoiada pela Capes por meio do Probral — Programa de Cooperação Acadêmica Brasil-Alemanha. Capes/DAAD (Processo 88881.371423/2019-01).

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Telecomunicações. (s.d.). *Estações de TV FM e OM*. Retirado a 28 de novembro de 2023, de <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/outorga-e-licenciamento/estacoes-de-tv-fm-e-om>
- Aires, J., & dos Santos, S. (2023). Coronelismo eletrônico não é uma metáfora: Categorização da radiodifusão brasileira. *E-Compós*, 26, 1–18. <https://doi.org/10.30962/ec.2621>
- Aznar, H. (2005). *Comunicación responsable: Deontología y autorregulación de los medios*. Ariel.
- Bertrand, C. J. (2002). *O arsenal da democracia: Sistemas de responsabilização da mídia* (M. L. Loureiro, Trad.). Edusc. (Trabalho original publicado em 1999)
- Bolaño, C. R. S. (2000). *Indústria cultural, informação e capitalismo*. Hucitec.
- Bolaño, C. R. S. (2007). *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* Paulus.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão* (M. L. Machado, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1996)
- Brittos, V. C. (2001). *Capitalismo contemporâneo, mercado brasileiro de televisão por assinatura e expansão transnacional* [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia].
- Brittos, V. C. (2022). *Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão*. CLACSO.
- Bucci, E., & Vannuchi, C. (2021). A EBC à mercê do governo - Qualquer governo. *E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, 14(36), 211–226.

¹⁶ De acordo com Souza e Valle (2021), esse tipo de alfabetização “pode ser definida como um processo de aprendizagem que abarca as perspectivas do olhar crítico, da reflexão ética e da argumentação e promove a tomada de decisão consciente aos cidadãos” (p. 111), considerando a relação desses cidadãos tanto com as próprias ferramentas tecnológicas quanto com os conteúdos que consomem e produzem por meio das mais diversas plataformas.

- Carpentier, N. (2011). *Media and participation: A site of ideological-democratic struggle*. Intellect.
- Carpentier, N. (2015). Differentiating between access, interaction and participation. *Conjunctions*, 2(2), 7–28. <https://doi.org/10.7146/tjcp.v2i2.23117>
- Carpentier, N., Melo, A. D., & Ribeiro, F. (2019). Resgatar a participação: Para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. *Comunicação e Sociedade*, 36, 17–35. [https://doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2341](https://doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2341)
- Cenp. (s.d.). *Painel 2024 – Jan a jun – 325 agências (263 matrizes e 62 filiais)*. Retirado a 3 de janeiro de 2025, de <https://www.cenp.com.br/cenp-meios-relatorios/painel-janeiro-a-junho-2024>
- Christians, C. (1989). Self-regulation: A critical role for codes of ethics. In E. E. Dennis, D. M. Gilmor, & T. L. Glasser (Eds.), *Media freedom and accountability* (pp. 35–54). Greenwood Press.
- Christofoletti, R. (2021). Transparency, innovation, and journalism. In M. Luengo & S. Herrera (Eds.), *News media innovation reconsidered* (pp. 187–201). John Wiley & Sons.
- Coelho, J. F. G. (2019). *Ombudsman e comunicação pública no Brasil e Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35794>
- Coelho, J. F. G., & Paulino, F. O. (2019). Ombudsman e comunicação pública: A atuação da Ouvidoria da EBC nos seus primeiros 10 anos de existência. *Revista Brasileira de História da Mídia*, 9(1), 61–79.
- Comissão de Empregados da EBC, Ouvidoria Cidadã da EBC, Sindicatos dos Jornalistas do DF, SP e RJ, & Sindicatos dos Jornalistas do DF, SP e RJ. (2022). *Censura censura censura: 4ª Edição do dossiê de censura e governismo na EBC*. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Dossie-Censura-e-Governismo-EBC-4a-Edicao-FINAL.pdf>
- Comissão Hutchins. (Ed.). (2020). *Uma imprensa livre e responsável: Comissão de liberdade de imprensa* (M. C. Ramos & F. O. Paulino, Trans.). Insular.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, A. B. L. da. (2022). *Velhas e novas barreiras, novos e velhos atores: Descompasso entre tecnologias e regulação das comunicações no Brasil* [Tese de doutoramento, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44582>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948, https://e4k4c4x9.delivery.rocketcdn.me/pt/wp-content/uploads/sites/9/2023/10/PT-UDHR-v2023_web.pdf
- Em Defesa da EBC. (s.d.). *Dossiê*. Retirado a 3 de janeiro de 2025, de <https://emdefesadaebc.wordpress.com/?s=dossie>
- Fengler, S., Eberwein, T., & Karmasin, M. (Eds.). (2022). *The global handbook of media accountability*. Routledge.
- Ferreira, G. S. N. (2005). Rádio comunitária e poder local: Um estudo das relações entre os poderes locais e as novas emissoras legalizadas da região Noroeste do estado de São Paulo. In P. S. Fidalgo (Ed.), *Actas do III Congresso da Sopcom, VI Congresso da Lusocom e II Congresso Ibérico* (Vol. 2; pp. 205–215). Universidade da Beira Interior.
- Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. (2023, 5 de setembro). *Nota pública: Oito meses de governo sem comunicação pública*. Em Defesa da EBC. <https://emdefesadaebc.wordpress.com/2023/09/05/nota-publica-oito-meses-de-governo-sem-comunicacao-publica/>
- Guerrero, M. A., & Márquez-Ramírez, M. (2014). The ‘capture’ of media systems, policies, and industries in Latin America: Concluding remarks. In M. A. Guerrero & M. Márquez-Ramírez (Eds.), *Communication policies in Latin America* (pp. 293–304). Palgrave Macmillan.

- Kantar Ibope Media. (2023a). *Inside video 2023*. <https://www.kantarmedia.com/reports/inside-video-2023>
- Kantar Ibope Media. (2023b, 22 de novembro). *Audiência de TV PNT TOP 10 | 13/11 a 19/11/23*. <https://kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-13-11-a-19-11-2023/>
- Leal, V. N. (2012). *Coronelismo enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1975)
- Lei n. 8.977, de 6 de janeiro de 1995. (1995). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8977.htm
- Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. (1998). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm
- Lei n. 11.652, de 7 de abril de 2008. (2008). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm
- Lei n. 12.485/11, de 12 de setembro de 2011. (2011). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12485.htm
- Leigh, R. D. (Ed.). (1947). *A free and responsible press: A general report on mass communication*. University of Chicago Press.
- Lima, V. A. de. (2004). *Mídia. Teoria e política*. Perseu Abrano.
- Lima, V. A. de. (2010). *Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia*. Publisher Brasil.
- MacBride, S. (1983). *Un solo mundo, voces multiples: Comunicación e información en nuestro tiempo* (E. Zagury, Trad.). Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1981)
- Mastrini, G., & Becerra, M. (2006). *Periodistas y magnates. Estructura y concentración de las industrias culturales en América Latina*. Prometeo.
- Mastrini, G., & Becerra, M. (2008). *Los dueños de la palabra: Acceso, estructura y concentración de los medios en la América latina del siglo XXI*. Prometeo.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status* (M. P. Gadelha, Trad.). Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1950)
- Media Ownership Monitor Brasil. (2017, outubro). *Mídia*. <https://brazil.mom-gmr.org/br/midia/>
- Mielke, A. C., Pasti, A., Nobrega, C., Cunha, C. V. da, Guimarães, F. L., Mendes, G., Fernandes, I. V., Valente, J., Gallas, L., Bandeira, O., Pinto, P., Evangelista, R., & Terso, T. (2023). *Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais*. Veneta.
- Nery, C. (2023, 9 de novembro). *Em 2022, streaming estava presente em 43,4% dos domicílios com TV*. Agência IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv>
- Nitahara, A., & Luz, C. R. M. (2021). O desmonte da participação social na EBC. *Revista Eptic*, 23(2), 22–37.
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. (2023). *TIC domicílios: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2022*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Paixão, M. (2021). *Radiodifusão pública à brasileira: As mudanças feitas na EBC de 2016 a 2020* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade de São Paulo].
- Paulino, F. O. (2008). *Responsabilidade social da mídia: Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha* [Tese de doutoramento, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5175>

- Paulino, F., & Silva, L. M. (Eds.). (2013). *Comunicação pública em debate: Ouvidoria e rádio*. Editora Universidade de Brasília.
- Peruzzo, C. (2010, 8–11 de junho). *Rádios comunitárias no Brasil: Da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM* [Apresentação de comunicação]. Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, Brasil.
- Pieranti, O. P. (2018). *A radiodifusão pública resiste: A busca por independência no Brasil e no Leste Europeu*. FAC Livros.
- Schiffrin, A. (Ed.). (2021). *Media capture: How money, digital platforms, and governments control the news*. Columbia University Press.
- Souto, A. C. M. (2023). *A política de comunicação do Governo Bolsonaro para a radiodifusão: Do discurso de desburocratização aos interesses efetivos em jogo* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
- Souto, A. C. M., & Del Bianco, N. R. (2022). Política para a radiodifusão no governo Jair Bolsonaro: Do discurso liberal aos indícios de captura do Estado. *Revista Rumores*, 16(32), 107–128. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.200122>
- Souza, K. de J., & do Valle, M. G. (2021). Alfabetização midiática e informacional: Uma revisão sistemática da literatura. *Pesquisa em Foco*, 26(2), 109–122. <https://doi.org/10.18817/pef.v26i2.2725>
- Stiglitz, J. E. (2017). Toward a taxonomy of media capture. In A. Schiffrin (Ed.), *In the service of power: Media capture and the threat to democracy* (pp. 9–17). Center for International Media Assistance.
- Strozi, G. G. (2019). *Vida e morte do Conselho Curador da EBC* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38504>
- Valente, J. C. L. (2009). *TV pública no Brasil: A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/5468>
- Ventura, A. C. R., Júnior, E. E. M., & Curado, H. B. (2021). Proselitismo religioso em rádios comunitárias - ADI 2566 de 2018. *Dignitas - Revista Internacional do Instituto Brasileiro de Direito e Religião*, 2(1), 91–106.
- Viula, R., & Paulino, F. O. (2015). A TV de todos os santos está no ar: O debate sobre diversidade religiosa na Empresa Brasil de Comunicação. *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional*, 19, 215–229.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ana Beatriz Lemos é doutora (2022) e mestre (2017) em Comunicação pela Universidade de Brasília, graduada em Comunicação Social — Publicidade e Propaganda (2005) e em Jornalismo (2010) pela Universidade de Brasília. Atualmente é auditora federal de controle externo — Tribunal de Contas da União, com atuação na área de fiscalização de comunicações. Foi pesquisadora visitante do Instituto Erich-Brost de Jornalismo Internacional, da Universidade Técnica de Dortmund, na Alemanha, e bolsista de Pós-Doutorado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no contexto do projeto *Communication and Democracy: Media Accountability, Public Service Media, Internet Access and the Right to Information in Germany and Brazil*, de julho a dezembro de 2023. Tem um pós-doutoramento financiando pelo Programa PROBRAL Edital n 14/2019. Tem experiência na área de comunicação e assessoria de imprensa. É pesquisadora do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília. É coordenadora

nacional do Grupo de Trabalho 3 — Indústrias Midiáticas do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura. Integra o projeto *Information Integrity in Brazil and Germany: Regulation, Policies and Media Education* (CAPES-DAAD, 2025-2028). Pesquisa os seguintes temas: democracia, direito de acesso à informação, regulação das comunicações, políticas de comunicação, plataformas de audiovisual, economia política da comunicação e economia política da internet.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7178-9297>

Email: anabialemos@gmail.com

Morada: Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC Norte - Instituto Central de Ciências Norte - Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, 70910-900, Brasil

Jairo Faria Guedes Coelho é doutor (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Foi pesquisador visitante (2017) do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em Portugal, na condição de bolsista de doutorado sanduíche da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no contexto do projeto *Políticas de Comunicação, Radiodifusão Pública e Cidadania: Subsídios Para o Desenvolvimento Sócio-Cultural em Portugal e no Brasil*. Foi pesquisador visitante (2023) do Instituto Erich-Brost de Jornalismo Internacional, da Universidade Técnica de Dortmund, na Alemanha, na condição de bolsista de pós-doutorado da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no contexto do projeto *Communication and Democracy: Media Accountability, Public Service Media, Internet Access and the Right to Information in Germany and Brazil*. É integrante dos grupos de pesquisa Comunicação Comunitária e Cidadania (Universidade de Brasília) e Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (Universidade Estadual Paulista). Atuou como professor universitário nos cursos de Comunicação Social da Universidade de Brasília (2014 a 2019) e de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (2024). Graduiu-se em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Brasília (2009). Concluiu seu mestrado na mesma instituição (2013), com a dissertação intitulada *Ouidoria na TV: A Experiência dos Canais Privados Colombianos*. É estudante do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3913-6744>

Email: jairofaria@gmail.com

Morada: Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC Norte - Instituto Central de Ciências Norte - Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, 70910-900, Brasil

Submetido: 29/11/2023 | Aceite: 27/11/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

PLATAFORMAS DIGITAIS PARA A POLÍTICA PARTICIPATIVA: ESPAÇOS DE DIÁLOGO ENTRE CIDADÃOS E REPRESENTANTES PÚBLICOS

Elizabet Castellero-Ostio

Departamento de Comunicación Audiovisual y Publicidad, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad de Málaga, Málaga, Espanha
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, software, supervisão, validação, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Álvaro Serna-Ortega

Departamento de Comunicación Audiovisual y Publicidad, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad de Málaga, Málaga, Espanha
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, software, supervisão, validação, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Andrea Moreno-Cabanillas

Departamento de Comunicación Audiovisual y Publicidad, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad de Málaga, Málaga, Espanha
Concetualização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia, software, supervisão, validação, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

A participação cívica na era digital transformou a dinâmica da internet, permitindo aos utilizadores não apenas consumir informação, mas também contribuir e colaborar na criação de conteúdos. As plataformas digitais online dedicadas à participação política visam fortalecer a qualidade democrática e reduzir a lacuna entre as instituições e os cidadãos, facilitando o diálogo com os representantes políticos. O objetivo geral é compreender a dinâmica da participação cidadã em Espanha através da plataforma digital Osoigo.com. A investigação adota uma abordagem quantitativa, analisando as interações para identificar padrões de comunicação, conteúdo, sentimento e a relação entre perguntas e respostas. O estudo é de caráter exploratório, abordando aspetos descritivos, correlativos e inferenciais por meio de técnicas de extração de dados e análise estatística. A amostra é selecionada intencionalmente com base na popularidade das consultas. As principais conclusões revelam a diversidade e pluralidade do panorama político espanhol refletidas na plataforma, com desigualdades de género e uma tendência de esquerda entre os destinatários das perguntas. A distribuição geográfica das perguntas sugere um equilíbrio geral, com maior atenção voltada para os representantes públicos a nível nacional, exceto no caso dos políticos de direita, que recebem mais perguntas regionais. Não se observa uma relação estatisticamente significativa entre o sentimento das perguntas e das respostas, o que sugere que os políticos não ajustam o tom emocional das suas respostas ao sentimento dos cidadãos, mas mantêm um padrão emocional consistente nas suas respostas.

PALAVRAS-CHAVE

participação cidadã, plataforma digital, política participativa, liberdade de participação, responsabilização

DIGITAL PLATFORMS FOR PARTICIPATORY POLITICS AS A SPACE FOR DIALOGUE BETWEEN CITIZENS AND PUBLIC REPRESENTATIVES

ABSTRACT

Civic participation in the digital age has changed the dynamics of the internet, allowing users not only to consume information but also to contribute and collaborate in the creation of content. Online platforms for political participation aim to strengthen the quality of democracy and bridge the gap between institutions and citizens by facilitating dialogue with political representatives. The overall objective is to understand the dynamics of citizen participation in Spain through the digital platform Osoigo.com. The research adopts a quantitative approach, analysing interactions in order to identify patterns in communication, content, sentiment and the relationship between questions and answers. The scope is exploratory, addressing descriptive, correlative and inferential aspects through the use of data mining techniques and statistical analysis. The sample is purposively selected based on the popularity of the queries. The main findings show the diversity and plurality of the Spanish political landscape reflected on the platform, with gender inequality and a leftist bias among question recipients. The geographical distribution of questions suggests a general balance, with more attention given to public representatives at the national level, with the exception of right-wing politicians, who receive more regional questions. There is no statistically significant relationship between the sentiment of questions and answers, suggesting that politicians do not adapt their emotional tone to citizens but maintain a consistent emotional response pattern.

KEYWORDS

citizen participation, digital platform, participatory politics, freedom of participation, accountability

1. INTRODUÇÃO

1.1. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA ERA DIGITAL

A evolução da internet, da *web* 1.0 para a *web* 2.0, trouxe mudanças radicais na forma como os utilizadores interagem com o meio digital. Esta transição representa uma alteração significativa na dinâmica dos utilizadores da internet, permitindo-lhes não apenas consumir informação, mas também participar e colaborar na criação de conteúdos. A interatividade tornou-se uma característica fundamental neste novo panorama, possibilitando a comunicação bidirecional e o diálogo virtual (Aced Toledano, 2013; Guillory & Sundar, 2014). Com isso, os utilizadores da *web* podem contribuir de forma mais ativa e colaborativa. As tecnologias da informação e da comunicação desempenham um papel essencial na implementação e funcionamento da *web* 2.0, fornecendo infraestruturas vitais para conectividade, armazenamento de dados, gestão da informação e comunicação online. Estes avanços têm alterado significativamente as nossas interações virtuais.

As tecnologias digitais não só evoluíram, como também se tornaram recursos valiosos que promovem a colaboração, aumentam a participação e promovem a influência dos cidadãos (Cabero Almenara, 2014; Cabero-Almenara et al., 2019). Segundo a definição de Reig Hernández (2011, 2012), as tecnologias de empoderamento e participação (TEP) são ferramentas utilizadas para incentivar o envolvimento cívico em questões políticas ou

sociais facilitando o reconhecimento das circunstâncias dos indivíduos dentro das suas comunidades, conduzindo a iniciativas públicas e/ou de advocacia que promovem a sua influência (Zambrano Farias & Balladares Ponguillo, 2017). O emprego otimizado das tecnologias virtuais visa aumentar o envolvimento online, reforçando assim a identidade digital exigida pela sociedade da informação (Pinto Santos et al., 2017). As TEP são um conjunto de ferramentas e recursos tecnológicos destinados a habilitar os indivíduos e as comunidades a participar de forma ativa e significativa nos processos de tomada de decisão, defender os seus direitos, expressar opiniões e influenciar o seu ambiente. Estes recursos facilitam a participação ativa nas esferas social, política e económica, promovendo assim uma sociedade inclusiva e equitativa. Assim, as tecnologias associadas à *web 2.0* adotam uma abordagem social e não individualista, permitindo a aprendizagem coletiva e melhorando a capacidade individual de interação e colaboração, o que, em última análise, contribui para a criação de conhecimento (Cabero-Almenara et al., 2019).

A internet, a *web 2.0* e as TEP transformaram a maneira como os cidadãos expressam as suas exigências políticas e sociais, redefinindo os conceitos de “participação” e “democracia” (Burgos, 2020; Luvizotto, 2016). A participação política, um elemento crucial das democracias modernas (Torcal et al., 2006), está geralmente associada ao envolvimento cívico que visa influenciar os decisores públicos (Verba et al., 1995) ou os resultados políticos (Brady, 1999), seja direta ou indiretamente.

O envolvimento político pode manifestar-se de várias formas, tanto convencionais quanto não convencionais, como votar, assinar petições, participar em mobilizações e protestos políticos, ou contactar partidos e os seus representantes (Torcal et al., 2006; Verba et al., 1995). No contexto da sociedade em rede, estas práticas de participação política tornaram-se mais diversificadas, ocorrendo em diferentes cenários que são independentes das estruturas políticas tradicionais e das instituições públicas (Burgos, 2020). O ambiente digital tem demonstrado ter um impacto direto e significativo na criação de novas plataformas de comunicação e participação política, bem como na intensificação do envolvimento político (García Guitián, 2016). Os *prossumidores* com influência têm agora a capacidade de reformar e democratizar os atuais sistemas de comunicação, política e sociedade (Gil García, 2015). No contexto do “*prossumo* político”, o *prossumidor* na comunicação política (Hershkovitz, 2012) é capaz de participar, gerar conteúdos e expressar opiniões e ideias através da internet (Scolari, 2008).

O ambiente online facilita um envolvimento público mais aberto e acessível em assuntos de interesse, incentivando a discussão partilhada através de um processo coletivo (Schäfer, 2015). No entanto, no domínio do discurso público online, onde se divulgam várias informações políticas e ocorrem inúmeros debates, é crucial estabelecer uma ligação sistémica que associe o diálogo político entre os cidadãos às decisões políticas daí resultantes. Essas decisões são claramente influenciadas pelas reflexões desses públicos (Dahlgren, 2005) e, na ausência dessa ligação, pode surgir desinteresse e ceticismo entre a população (Masip et al., 2019).

1.2. PLATAFORMAS ONLINE PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CIDADÃOS

Existem várias opções para a participação política eletrónica dos cidadãos, incluindo redes sociais, *websites* e fóruns online, bem como plataformas digitais específicas.

Estas plataformas proporcionam espaços dedicados ao diálogo entre representantes políticos e cidadãos, independentemente dos contextos institucionais (Castellanos Claramunt, 2022). O objetivo é melhorar a qualidade da democracia, reduzir a lacuna entre as instituições e a realidade vivida pelos cidadãos, e promover iniciativas com maior interatividade, diversidade e credibilidade, colocando o indivíduo no centro da conversa política (Sánchez-Villar, 2019). Essas iniciativas baseadas na internet contribuem para fomentar o discurso político, informando e promovendo a influência da comunidade de utilizadores, além de estabelecer canais de comunicação com líderes políticos e instituições (Santini & Carvalho, 2019). Promovem avaliações objetivas e utilizam uma linguagem clara e concisa, evitando jargão, coloquialismos e frases elaboradas. Os termos técnicos são introduzidos e explicados quando utilizados pela primeira vez. Os estilos das notas de rodapé e os métodos de citação seguem as normas académicas, enquanto a estrutura das frases e a terminologia são consistentes em todo o documento. O estilo de escrita utiliza a voz passiva e evita avaliações subjetivas, a menos que sejam claramente assinaladas como tal, favorecendo uma abordagem equilibrada e objetiva.

Além dos aspetos positivos mencionados, o ciberespaço oferece outras vantagens para a participação política. A flexibilidade é um benefício fundamental, uma vez que ultrapassa as limitações espaciotemporais (Strandberg & Grönlund, 2018). Além disso, favorece uma esfera pública mais diversificada (Leetoy et al., 2019), o que pode traduzir-se em níveis mais elevados de potencial envolvimento político. Com o auxílio das tecnologias cívicas, os atores políticos alcançam maiores níveis de transparência e responsabilização na promoção da influência dos cidadãos (Magallón Rosa, 2014). Estas plataformas cibernéticas preenchem a lacuna de informação e comunicação entre os cidadãos e a elite política (Aguirre Sala, 2013), permitindo relações diretas entre todos os intervenientes do processo político.

Por outro lado, o espaço online pode apresentar desvantagens relacionadas com a possível falta de diálogos autênticos (Annunziata et al., 2021; Coleman & Moss, 2012; Graham, 2010; Hartz-Karp & Sullivan, 2014; Manosevitch, 2014), o que pode resultar em menor envolvimento de grupos mais suscetíveis (Annunziata, 2020) e acesso dificultado às tecnologias digitais. Esse fenómeno de marginalização digital afeta aqueles que não têm condições para adquirir dispositivos eletrónicos ou para garantir ligação à internet, limitando assim a representação da participação online nas plataformas virtuais (Desouza & Bhagwatwar, 2014; Oliveira & Rodegheri, 2012; Sampaio, 2012; Sampaio et al., 2010; Santini & Carvalho, 2019; Saylan, 2009; Welp, 2008). Outro obstáculo resulta da predominância desses espaços como canais de influência política. A compreensão do seu funcionamento tende a circunscrever o acesso a um público com altos níveis de escolaridade, recursos financeiros e interesse político (Balla, 2012; Mambrey et al., 1999; Mendonça & Amaral, 2014; Ribeiro et al., 2013; Sani, 2004; Santini & Carvalho, 2019; Solop, 2001; Strandberg, 2008; Tettey, 2001; Westholm, 2002), o que pode levar a uma representação incompleta das opiniões da sociedade. Esse desequilíbrio pode gerar um problema adicional, onde opiniões influentes ou pontos de vista radicais predominam sobre perspetivas mais moderadas, ou menos expressivas.

Embora a *web 2.0* tenha facilitado os processos de diálogo (Martínez Rodríguez, 2011), muitas destas plataformas não promovem a comunicação bidirecional entre os utilizadores

e as instituições ou figuras políticas. Consequentemente, os cidadãos são muitas vezes impedidos de participar ativamente nas decisões políticas (Steinmann et al., 2005).

As plataformas digitais para a atividade política podem ser classificadas em várias tipologias. Com base nas conclusões de Santini e Carvalho (2019), que realizaram uma revisão de estudos sobre o tema, é possível distinguir seis modelos de participação política virtual, dependendo de se tratam de propostas feitas por cidadãos ou instituições e da linearidade do fluxo comunicativo. Os modelos são os seguintes:

- Pré-participativo, que abrange iniciativas governamentais com estruturas comunicativas monológicas e informativas.
- Participação descendente, a comunicação provém das instituições e caracteriza-se por uma comunicação bidirecional, mas assimétrica, centrada nos organismos públicos que solicitam a opinião pública sobre um determinado assunto.
- Participação ascendente, que se refere a espaços geridos por setores sociais destinados a reunir iniciativas populares que influenciem questões políticas específicas, como a assinatura de petições ou a angariação de fundos para projetos legislativos de iniciativa cidadã, entre outros.
- Participação deliberada descendente é uma outra forma de participação. Envolve comunicação assimétrica tanto vertical quanto horizontal, implementada através de fóruns online e orçamentos participativos geridos pelo governo.
- Participação deliberada ascendente, que é semelhante, mas supervisionada por setores sociais, permitindo que os cidadãos comuniquem horizontalmente e forneçam reações à administração pública.
- Participação colaborativa, que é também uma opção. Inclui plataformas para a criação e gestão de projetos conjuntos entre o setor social e o governo, caracterizando-se por uma comunicação bilateral próxima da simetria.

Alonso-Muñoz e Casero-Ripollés (2017) apresentam uma classificação alternativa das plataformas políticas participativas com base em critérios de transparência e monitorização de iniciativas sociais, que distingue cinco tipos:

- Plataformas de responsabilização: aqui os cidadãos monitorizam as ações políticas para garantir a responsabilização das autoridades, proporcionando espaços onde a atividade política é comunicada, esclarecida e avaliada pelo público.
- Plataformas de conectividade social e política: espaços de reunião online que incentivam a participação política dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, incluindo os processos legislativos.
- Plataformas de jornalismo colaborativo: portais de gestão híbrida que fazem a ponte entre cidadãos e jornalistas, visando a transparência e o rigor informativo.
- Plataformas para a promoção do debate público: plataformas que promovem o debate e a reflexão inclusivos através da transparência.
- Plataformas para uma governação aberta e transparente: plataformas que envolvem os cidadãos e promovem a transparência para apresentar as iniciativas e a administração dos agentes governamentais com o intuito de prevenir a corrupção política.

1.3. O PORTAL DE ESCUTA DOS POLÍTICOS: OSOIGO.COM

Neste caso, a plataforma Osoigo.com, um portal online que promove a política participativa acessível ao público em geral, enquadra-se nas classificações propostas como um ambiente virtual que favorece o envolvimento político deliberado e a responsabilização.

A gestão da plataforma é independente e reflete o sentimento dos cidadãos, sem qualquer afiliação a partidos políticos ou instituições públicas. Patrocinada por organizações do setor terciário visando estimular a participação política, a plataforma permite o diálogo objetivo entre cidadãos, líderes políticos e associações sociais.

A plataforma apresenta uma opção representativa para estabelecer a ligação entre cidadãos e representantes políticos de seis países — Espanha, México, Chile, Colômbia, Argentina e Peru — desde 2023. Enquanto plataforma que facilita a comunicação dialógica, permite à população expressar as suas preocupações políticas e submeter os seus pedidos online. Trata-se de um mecanismo de escuta social que permite responder às exigências e questões sociais de forma transparente dirigidas aos líderes políticos. A participação é voluntária, tanto para cidadãos como para figuras políticas, sendo que as questões são formuladas pelos cidadãos aos agentes políticos. As perguntas que recebem aprovação para publicação são aquelas que atingiram um número específico de apoios, um valor definido pela plataforma. Além disso, as respostas políticas são classificadas pela comunidade de utilizadores registados e organizadas em categorias como as mais recentes, as mais apoiadas ou as mais lidas. Em novembro de 2023, a plataforma contava com 903.262 participantes, 426 políticos, 2.161 associações registadas, sete instituições, 51 partidos e 26.000 questões submetidas, das quais 11.349 estavam ativas, com 7.070 respostas.

Além disso, o *website* complementa a sua função principal de permitir que os cidadãos submetam questões às entidades políticas com a secção “Ágora”, dedicada a debates e inquéritos públicos.

O estudo de Santini e Carvalho (2019) analisou 179 iniciativas de participação cidadã online em todo o mundo, concluindo que uma proporção significativa destas plataformas foi promovida e gerida por administrações públicas. Destaca ainda a implementação de um modelo comunicativo descendente que circunscreve a participação online efetiva. O presente estudo analisa a plataforma Osoigo.com como um exemplo notável do seu papel e impacto enquanto plataforma online que promove a participação cidadã em questões sociais e políticas. A plataforma apresenta uma estrutura de comunicação bidirecional que facilita os debates entre os intervenientes políticos, com ênfase nas iniciativas dos governados e não dos administradores públicos. Embora a iniciativa esteja presente em inúmeros países, esta análise foca exclusivamente a Espanha, onde se iniciou o projeto. Este país atingiu uma fase de maturidade que permite obter dados substanciais e conclusões mais rigorosas.

2. OBJETIVOS

O principal objetivo desta investigação é compreender a dinâmica da participação cidadã em Espanha através da plataforma digital Osoigo.com. Para tal, são analisadas as interações entre cidadãos e representantes públicos, com o intuito de identificar os padrões predominantes em termos de comunicação, conteúdo, sentimento e relação entre perguntas e respostas, entre outros aspetos. Dessa forma, pretendemos obter uma perspetiva mais ampla da forma como os cidadãos se envolvem nesse contexto específico.

São propostos cinco objetivos secundários (OS) decorrentes do objetivo principal:

- OS1: analisar o perfil dos representantes públicos a quem são dirigidas as questões, identificando padrões com base na sua filiação política e ideologia.
- OS2: explorar tendências nos temas das perguntas e no seu âmbito geográfico, estabelecendo variações em função da ideologia dos destinatários.
- OS3: avaliar o conteúdo e o sentimento das perguntas colocadas pelos cidadãos.
- OS4: avaliar o conteúdo e o sentimento das respostas fornecidas pelos políticos.
- OS5: investigar se existe uma correlação entre o sentimento das perguntas e o das respostas para identificar padrões na comunicação entre cidadãos e políticos neste contexto específico.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA E ÂMBITO

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, recorrendo a métodos e ferramentas numéricos para a recolha e análise dos dados. A opção por um quadro racionalista é motivada pela necessidade de organizar o fenómeno e pelo potencial de generalizar os resultados a uma população mais ampla. A metodologia quantitativa é adequada para submeter os dados a uma análise estatística, permitindo uma análise fundamentada no número de interações entre os cidadãos e os representantes públicos na plataforma Osoigo.com.

O quadro metodológico proposto inclui, em primeiro lugar, uma componente exploratória. A investigação do fenómeno dialógico entre cidadãos e representantes públicos estabelece uma base teórica e prática para as fases seguintes da pesquisa e define uma abordagem analítica para estas interações. No entanto, importa salientar que a investigação envolve múltiplas abordagens. Embora a exploração tenha precedência, a investigação também implica descrições, correlações e inferências para examinar diversos aspetos do fenómeno em análise. Isto permitirá uma compreensão mais abrangente e exaustiva da participação cidadã neste contexto específico.

3.2. AMOSTRA

O presente estudo analisa todas as consultas de participação cidadã na plataforma Osoigo.com de abril de 2014 a novembro de 2023. Assegura uma cobertura abrangente de todas as questões recebidas, permitindo uma análise global do desempenho da plataforma. A análise inclui uma componente longitudinal, realizada desde a criação da plataforma. Durante o período de estudo, foram submetidas 11.349 questões, que receberam um total de 7.070 respostas de 426 representantes públicos de 51 partidos políticos diferentes.

No entanto, dada a necessidade de medição manual em algumas dimensões da análise, não é viável abranger toda a população. Assim, é necessário definir uma amostra. Considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, a investigação requer a avaliação de 371 interações.

Foi selecionado um tipo de amostragem deliberada em função da popularidade das perguntas para garantir que as perguntas da amostra refletem com precisão os interesses dos cidadãos. As métricas internas do portal permitem compreender o universo das interações, facilitando a organização das mensagens de acordo com o objetivo declarado.

3.3. TÉCNICAS E FERRAMENTAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Foram utilizadas técnicas de extração de dados para obter informações sobre as interações. A extração de dados do *website* Osoigo.com é realizada por meio de ferramentas de *web scraping* que analisam o código HTML. Esta ferramenta pode automatizar e simplificar o processo, embora os investigadores tenham definido manualmente certas variáveis na análise, uma vez que, dada a sua natureza subjetiva, não podem ser determinadas pelas ferramentas.

A análise é realizada utilizando procedimentos estatísticos para processar os dados. Como todas as variáveis consideradas na pesquisa são numéricas ou podem ser convertidas para formato numérico, esta abordagem é aplicável a uma ampla gama de ferramentas de análise estatística, numérica e matemática.

- A análise estatística descritiva é utilizada ao longo da pesquisa para contextualizar secções, introduzir variáveis e fornecer descrições diretas dos fenómenos observados. Na sua maioria, esta análise é feita com o programa de folha de cálculo comum.
- Foram realizados testes de independência, designadamente o teste do qui-quadrado, para determinar possíveis relações de dependência entre a ideologia dos destinatários dos questionários e os temas abordados, bem como para identificar qualquer relação entre o sentimento das perguntas e as respostas correspondentes. Estas avaliações foram realizadas com recurso à linguagem de programação R.
- Além disso, foi feita uma análise gráfica da frequência. A frequência e a repetição de palavras foram ilustradas visualmente por nuvens de palavras, que destacaram a filiação política dos inquiridos e as palavras mais frequentemente utilizadas nas interações. Esta análise foi realizada utilizando a linguagem de programação R (biblioteca *wordcloud*).
- O grau de sentimento positivo ou negativo implícito nas perguntas e respostas foi medido através de técnicas de análise de sentimentos e de evolução de sentimentos. Estas análises foram conduzidas utilizando a linguagem de programação R (biblioteca *syuzhet*) e o programa *meaningcloud*.
- A análise de variância intergrupos avalia o comportamento de uma variável de contraste relativamente aos grupos de classificação, examinando as variações de sentimento com base no tópico da consulta. Além disso, estes métodos facilitam a compreensão da progressão do sentimento médio ao longo da composição da mensagem. Para esta análise, foram utilizados o programa *RAW Graphs* e a linguagem de programação R.
- O fluxo de dados também é analisado. O objetivo desta ferramenta é determinar a relação entre o sentimento expresso nas perguntas e as respetivas respostas dos representantes públicos. Para isso, foram utilizados diagramas aluviais e gráficos de contorno. Esta análise foi realizada com o auxílio da linguagem de programação R, do programa *SPSS* e do programa *RAW Graphs*.

3.4. ESTRUTURA DE ANÁLISE E VARIÁVEIS MEDIDAS

Os resultados são organizados em cinco fases, cada uma dedicada à análise de uma dimensão específica da interação. A primeira fase aborda a definição do perfil dos inquiridos, considerando variáveis como o nome do político, a filiação partidária, a ideologia e o género. Na segunda fase, as perguntas são classificadas com base no tema e o

âmbito, diferenciando-se entre questões de natureza económica ou social e entre contextos internacional, nacional, regional ou local. As terceira e quarta fases são dedicadas à análise de sentimentos, aplicada tanto às perguntas quanto às respostas, identificando os termos mais comuns, os valores dos sentimentos e a sua evolução. Por fim, a quinta fase estabelece uma ligação entre o sentimento expresso nas perguntas e nas respostas, utilizando variáveis de análise de sentimentos.

4. RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, a análise foi estruturada em cinco fases, para apresentar uma avaliação abrangente do objeto de estudo.

4.1. PERFIL DOS DESTINATÁRIOS DAS PERGUNTAS

Num contexto global, foram analisadas 371 perguntas dirigidas a um grupo diversificado de 156 políticos nesta plataforma. Este dado destaca o vasto leque de representantes públicos envolvidos em processos de participação cidadã. Entre os políticos mais notáveis estão Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español; PSOE), Pablo Casado (Partido Popular; PP), Albert Rivera (Ciudadanos), Pablo Iglesias (Podemos) e Santiago Abascal (Vox), entre outros.

A presença de 29 partidos políticos nas perguntas da amostra destaca a diversidade política em Espanha, englobando desde partidos com alcance nacional até agrupamentos locais. O PSOE é o mais solicitado, com 77 perguntas, correspondendo a 20,75% do total. O Podemos segue de perto, recebendo 70 perguntas, representando 18,86% (consulte a Figura 1 para uma representação gráfica detalhada).



Figura 1. Diagrama em árvore dos partidos políticos aos quais são dirigidas as perguntas

Ao classificar os destinatários das perguntas com base na ideologia, observa-se uma clara predominância dos representantes da esquerda, que recebem 56,87% ($n = 211$) das perguntas. Os representantes dos partidos centristas são destinatários de 29,91% ($n = 111$) das perguntas, enquanto os representantes da direita recebem apenas 13,22% ($n = 49$).

No entanto, ao considerar o género dos destinatários, observa-se uma predominância clara de políticos do sexo masculino. Das 371 questões analisadas, 248 (66,84%) foram dirigidas a homens, enquanto 123 (33,16%) foram dirigidas a mulheres.

Uma análise mais detalhada das diferenças de género entre os destinatários revelou que a maior semelhança entre homens e mulheres ocorre nas perguntas dirigidas a

representantes de direita. Nesta categoria, das 49 perguntas, 25 foram direcionadas a homens (51,02%) e 24 a mulheres (48,98%). Em contrapartida, a maior disparidade é observada nas perguntas dirigidas a políticos centristas, onde 83,78% (93 de 111 perguntas) foram dirigidas a homens. Esta tendência prejudica a igualdade de género na política.

4.2. CLASSIFICAÇÃO DOS TEMAS E ÂMBITO GEOGRÁFICO DAS PERGUNTAS

Como mencionado na metodologia, as perguntas são classificadas conforme as pastas ministeriais do Governo espanhol, além de três categorias adicionais: “questões pessoais” para questões individuais, “política e acordos” para perguntas sobre acordos ou temas políticos, e “outros assuntos” para questões que não se enquadram nas categorias anteriores. As categorias com maior interesse entre os cidadãos incluem: a subcategoria que abrange as questões pessoais (16,98%; $n = 63$), a subcategoria que engloba as questões que não se enquadram em nenhuma outra categoria (11,32%; $n = 42$) e a subcategoria dedicada à saúde (8,89%; $n = 33$). A distribuição geral das perguntas é apresentada na última coluna da Tabela 1.

CATEGORIAS	ESQUERDA	CENTRO	DIREITA	TOTAL	% TOTAL
Assuntos económicos	3	7	1	11	2,97
Assuntos externos	11	5	0	16	4,31
Assuntos do consumidor	2	0	0	2	0,54
Cultura e desporto	2	4	1	7	1,88
Direitos sociais	12	2	3	17	4,59
Educação	8	6	4	18	4,86
Finanças públicas	1	1	1	3	0,81
Igualdade de género	2	0	1	3	0,81
Inclusão e migrações	5	3	2	10	2,69
Indústria	0	1	0	1	0,27
Assuntos internos	1	0	1	2	0,54
Justiça	10	4	1	15	4,04
Memória democrática	1	0	0	1	0,27
Outros assuntos	14	22	6	42	11,32
Questões pessoais	40	19	4	63	16,98
Política territorial	15	7	4	26	7,01
Política e acordos	16	9	2	27	7,27
Saúde pública	23	4	6	33	8,89
Segurança social	19	3	0	22	5,93
Trabalho	11	9	2	22	5,93
Transição ecológica	6	4	4	14	3,78
Transporte e mobilidade	8	1	6	15	4,04
Universidade	1	0	0	1	0,27
Total	211	111	49	371	100

Tabela 1. Distribuição do conteúdo temático das perguntas com base na ideologia do destinatário

É pertinente analisar como estas perguntas se relacionam com a tendência ideológica dos destinatários, reconhecendo o possível impacto da variação no número de

perguntas em função das ideologias dos políticos (ver as primeiras quatro colunas da Tabela 1). Após a filtragem das perguntas pessoais, as categorias que apresentam os contrastes entre ideologias mais acentuados são “segurança social” e “direitos sociais”. Nestas categorias, 86,36% ($n = 19$) e 70,58% ($n = 12$) das perguntas foram dirigidas a representantes de esquerda, respetivamente. A proporção de perguntas sobre segurança social é significativamente mais elevada do que a média de 66,84% das perguntas dirigidas a representantes de esquerda.

Para avaliar estatisticamente a correlação entre a ideologia dos destinatários e os temas abordados nas perguntas, foi utilizado o teste de independência do qui-quadrado entre essas duas variáveis categóricas. As quatro colunas iniciais da Tabela 1 formam a tabela de contingência utilizada para a análise.

Os procedimentos estatísticos realizados produziram os seguintes resultados: qui-quadrado = 71,439; $df = 44$; $p = 0,005532 < 0,05$. À medida que o valor do qui-quadrado aumenta, a potência da prova contra a hipótese nula, que propõe a não correlação entre as variáveis, também se intensifica. Portanto, a distribuição de frequências observada na tabela de contingência varia relativamente à distribuição prevista sob a suposição de que as variáveis são independentes. Como o *valor de p* é significativamente inferior a 0,05, há evidências estatísticas robustas e significativas para rejeitar a hipótese nula e suportar a proposta de que existe uma dependência entre as variáveis.

Além da classificação temática das perguntas, estas também foram categorizadas com base e no facto de se referirem a tópicos económicos ou sociais. É importante notar que algumas perguntas ($n = 94$) não puderam ser classificadas em nenhuma das categorias. Das 277 perguntas categorizadas, 59 estão relacionadas com assuntos económicos. Não foram observadas diferenças significativas relativamente à ideologia do destinatário, como evidenciado pelas percentagens próximas da média. Nenhum valor se desvia mais de 5,73% (esquerda: 19,87%, $n = 32$; centro: 27,02%, $n = 20$; direita: 16,66%, $n = 7$). Além disso, as questões sociais são objeto de 69,38% dos inquéritos categorizáveis, demonstrando uma tendência semelhante de uniformidade entre ideologias (ver Figura 2, gráfico à esquerda).

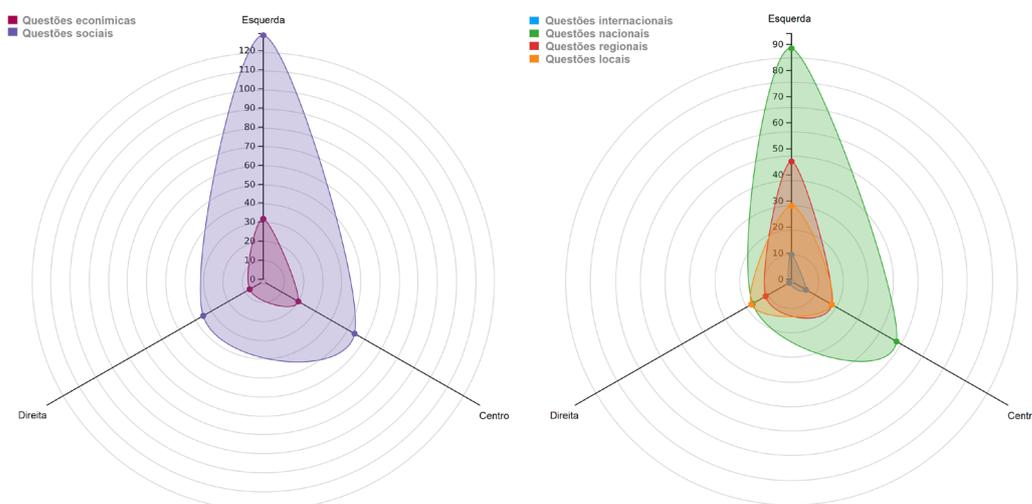


Figura 2. Gráfico de radar sobre a natureza dos inquéritos e o seu âmbito geográfico

A extensão geográfica dos inquiridos exige uma avaliação cuidadosa. Após excluir as consultas sem um contexto geográfico definido, observa-se que uma parte significativa das questões se refere a temas de âmbito nacional (50%; $n = 159$). A seguir, temos temas de âmbito regional (24,21%; $n = 77$), temas locais (20,75%; $n = 66$), e, por último, temas internacionais (5,04%; $n = 16$). Tal como acontece com as diferenças nas questões de natureza económica ou social, verifica-se uma distribuição equilibrada entre destinatários de diferentes ideologias. No entanto, a única exceção a esta tendência reside nas perguntas de carácter regional dirigidas aos políticos de direita, que ultrapassam em 106,29% a média esperada com base na distribuição global das perguntas (ver Figura 2, gráfico da direita).

4.3. CONTEÚDO E SENTIMENTO DAS PERGUNTAS

Assim que é estabelecido o contexto estrutural, é crucial explorar a dimensão específica associada à formulação das perguntas.

O primeiro passo neste processo é identificar as palavras mais frequentes nas mensagens de participação cidadã analisadas. Após analisar o conteúdo das perguntas, a análise descritiva revela que as palavras mais frequentes são “partido” (127 ocorrências em 371 perguntas), seguidas por “ciudadanos” (cidadãos; 83 ocorrências), “gracias” (obrigado; 77 ocorrências) e “España” (Espanha; 73 ocorrências). A representação gráfica da frequência destas palavras está ilustrada na Figura 3.



Figura 3. Nuvem de palavras das perguntas formuladas

O estudo dos sentimentos revela que as perguntas foram, na sua maioria, formuladas de maneira positiva. Entre as 371 perguntas analisadas, 179 (48,24%) foram expressas de forma muito positiva ou positiva, enquanto apenas 96 (25,88%) foram formuladas de maneira negativa ou muito negativa. As restantes 96 perguntas (25,88%) apresentaram um sentimento neutro. Com base na escala de sentimentos que varia de -100 (muito negativo) a 100 (muito positivo), a polaridade média das perguntas é de 13,25.

Quando a análise do sentimento é categorizada conforme os tópicos abordados pelas perguntas, surgem diferenças notáveis entre os grupos. De um lado, identificam-se dois blocos de perguntas com um sentimento médio inferior a -20: “finanças públicas” e “memória democrática”. De outro lado, as perguntas sobre “universidade”, “consumo” e “cultura e desporto” apresentam sentimentos altamente favoráveis. A distribuição detalhada da análise individualizada pode ser consultada na Figura 4. Além disso, é importante observar que a maioria das perguntas é formulada em linguagem subjetiva (64,69%; $n = 240$) e não é irônica (95,41%; $n = 354$). As perguntas objetivas são menos frequentes (35,31%; $n = 131$) e o uso de ironia é quase insignificante (4,59%; $n = 17$).

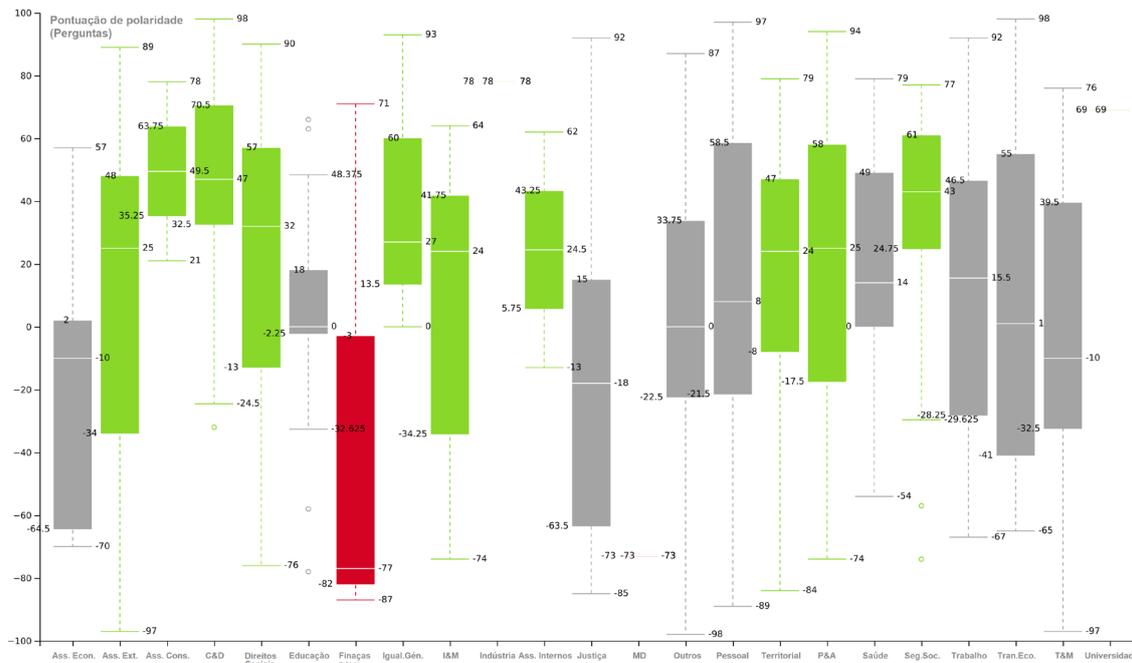


Figura 4. Diagrama de caixa sobre os sentimentos das perguntas por domínios

Na sequência da análise da redação das perguntas, mede-se a tendência da progressão dos sentimentos no conjunto das perguntas formuladas. Assim, é efetuada uma análise evolutiva para visualizar a alteração média do tom emocional das mensagens à medida que estas surgem. Como demonstrado na Figura 5, observa-se uma clara tendência na evolução emocional das mensagens. Inicialmente, as mensagens apresentam um tom predominantemente neutro. À medida que os cidadãos desenvolvem os seus argumentos, verifica-se uma transição para um tom mais negativo. No final, há um retorno a um tom positivo, geralmente visando manter uma relação cordial ou expressar otimismo no encerramento da pergunta.

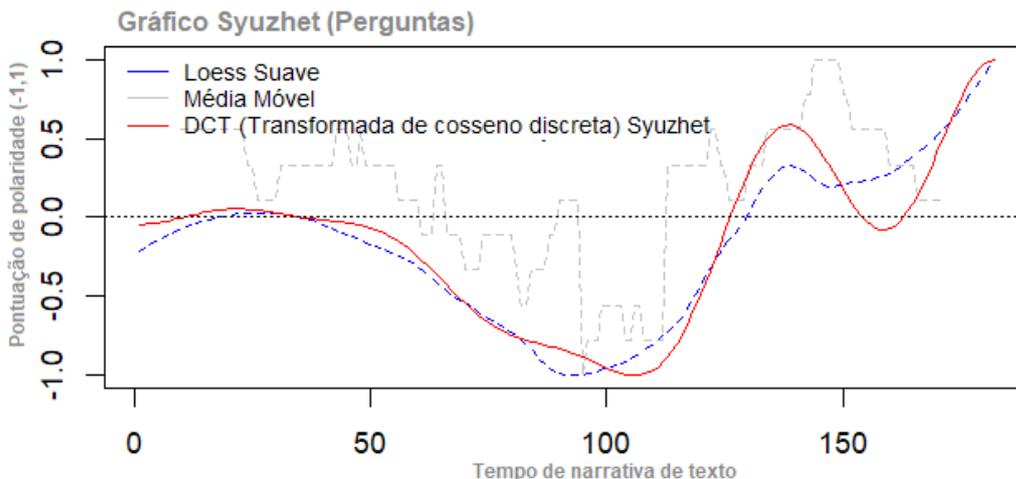


Figura 5. Gráfico da evolução do sentimento na formulação das perguntas

4.4. CONTEÚDO E SENTIMENTO DAS RESPOSTAS

Neste caso, as palavras mais frequentes nas respostas são “política” (com 260 ocorrências num total de 371 perguntas), “partido” (com 207 ocorrências), “nuestro” (nosso — com 181 ocorrências) e “ciudadanos” (cidadãos — com 146 ocorrências). A recorrência do uso de certos termos é, portanto, muito maior do que no caso das perguntas, sugerindo uma uniformização das respostas fornecidas. A representação gráfica da frequência destas palavras está ilustrada na Figura 6.



Figura 6. Nuvem de palavras das respostas dadas

A concentração do léxico utilizado nas respostas reflete-se também no sentimento com que os textos são formulados. As mensagens fornecidas pelos políticos são significativamente menos polarizadas do que as perguntas e tendem a concentrar-se em sentimentos positivos (55,79%; $n = 207$) e neutros (28,03%; $n = 104$). A presença de respostas com sentimentos muito positivos ou muito negativos é muito menor. Enquanto as respostas altamente polarizadas representam 6,46% ($n = 11+13$) das perguntas, representam apenas 1,61% ($n = 3+3$) das respostas.

A pontuação média de polaridade resultante da análise de sentimentos para as respostas é de 20,29 (numa escala de -100 a 100), ou seja, 7,04 pontos mais alta do que a média das perguntas. Esta componente positiva da redação pode ser observada na distribuição dos sentimentos com base na área a que a pergunta pertence. Não há nenhuma categoria com média negativa (inferior a -20 na escala). Os temas com pontuações mais baixas são “justiça” e “igualdade de género”. Por outro lado, os sentimentos mais positivos são encontrados nas respostas a perguntas sobre “educação”, “universidade” e “assuntos internos” (ver Figura 7).

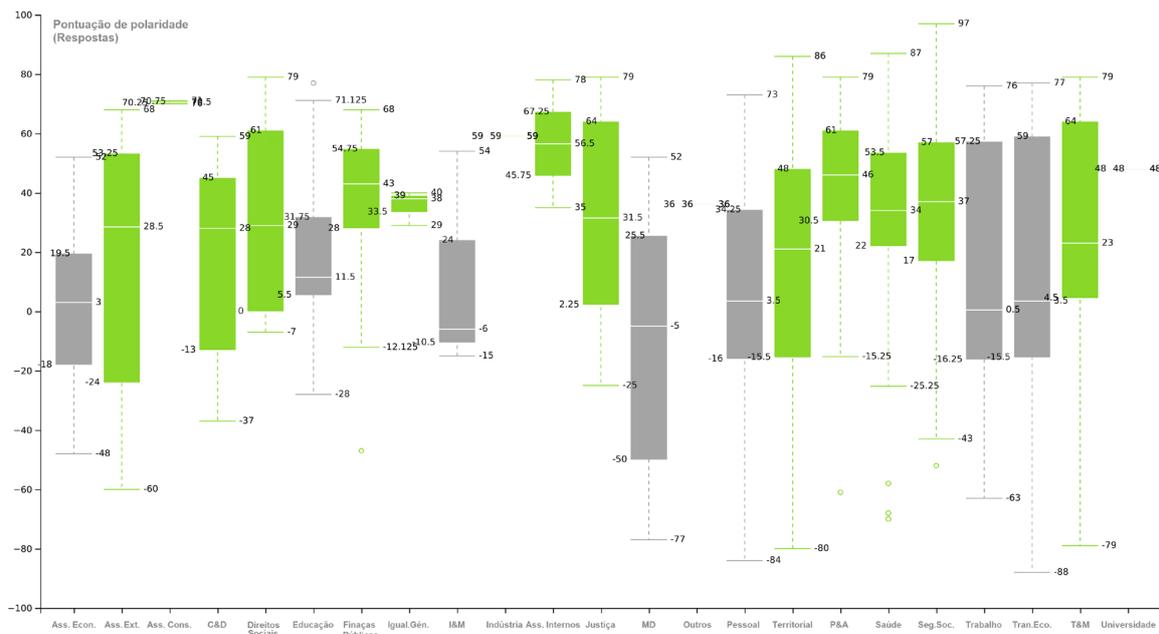


Figura 7. Diagrama de caixa dos sentimentos das respostas por domínio

A distribuição da subjetividade ou objetividade na redação da mensagem é muito mais acentuada do que nas perguntas. A quase totalidade das respostas é redigida num tom subjetivo (90,56%; $n = 336$). Por outro lado, é também notório que a grande maioria das mensagens utiliza uma linguagem não irónica (93,53%; $n = 347$), sendo muito raro o recurso à ironia. Adicionalmente, é possível avaliar se o representante público concorda ou discorda do que o cidadão expressou. Na maioria das vezes (84,36%; $n = 313$), o político discorda da argumentação apresentada na solicitação.

Em suma, as respostas apresentam, em geral, menos variação interna, falta de polarização e uma notável concentração de mensagens subjetivas e não irónicas. A análise do sentimento das mensagens dos políticos revela uma tendência estável, consistentemente inclinada para valores positivos, como mostra a Figura 8.

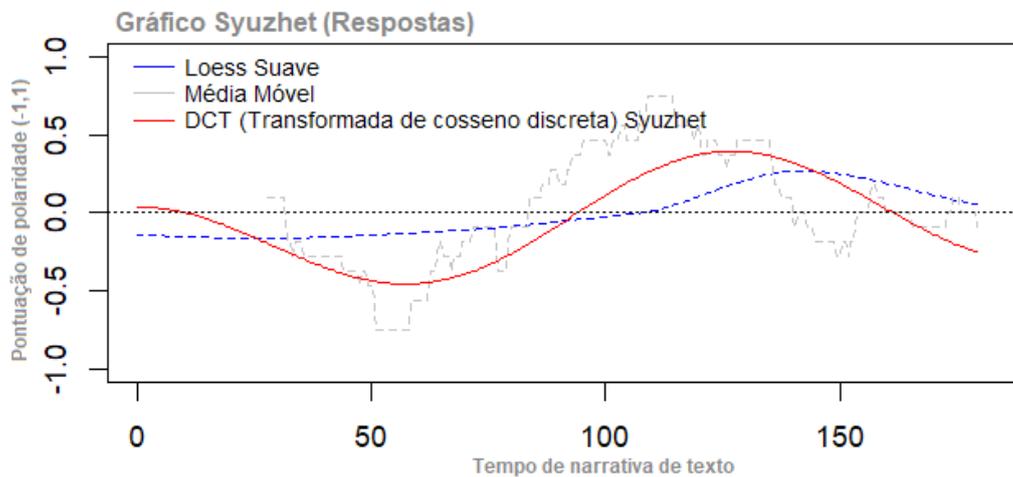


Figura 8. Gráfico da evolução do sentimento na formulação de respostas

4.5. RELAÇÃO DO SENTIMENTO ENTRE PERGUNTAS E RESPOSTAS

De modo a explorar potenciais ligações entre perguntas e respostas, é introduzida uma secção para avaliar o sentimento dos diálogos individualmente. O passo inicial envolve uma análise geral para representar visualmente a distribuição dos sentimentos nas interações entre cidadãos e políticos, conforme ilustrado na Figura 9. Os agrupamentos predominantes encontram-se no quadrante superior direito, indicando valores de sentimento positivos tanto para as perguntas como para as respostas.

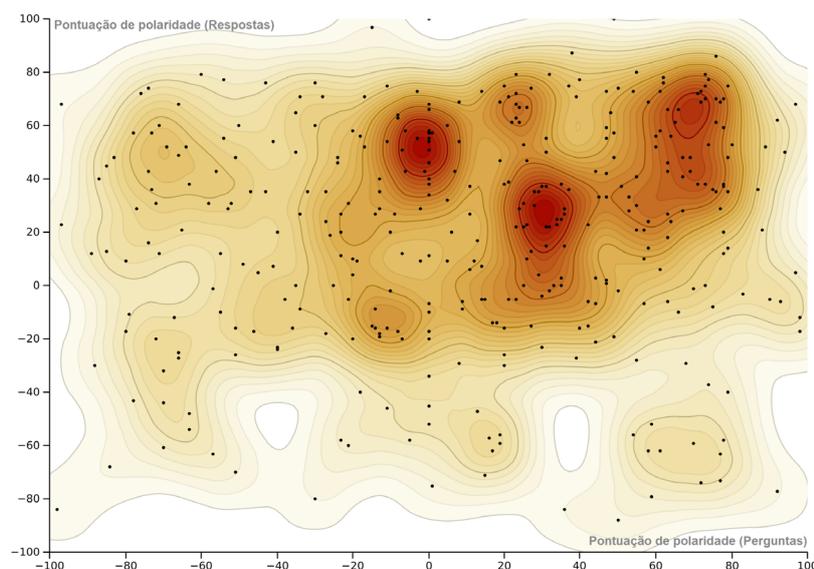


Figura 9. Diagrama de contorno do sentimento das interações

O segundo passo envolve uma exploração numérica detalhada da relação entre as duas mensagens para identificar padrões de análise de sentimento nas respostas com base na redação da pergunta. Os resultados, sintetizados na Tabela 2, indicam não haver conexão significativa entre a polaridade das respostas e o conteúdo específico das perguntas. Os políticos mantêm um padrão consistente de sentimento positivo nas suas respostas em todas as categorias de perguntas (variando de 45,45% a 64,45%). Embora as respostas positivas sejam mais frequentes quando o sentimento da pergunta é positivo, a diferença é insuficiente para estabelecer a causalidade. A Figura 10 ilustra visualmente este fenómeno observado. Finalmente, ao usar a Tabela 2 como uma tabela de contingência detalhada, realiza-se um teste de independência entre o sentimento das perguntas e o das respostas. À partida, espera-se que as variáveis sejam independentes com base nas observações. Os resultados do teste são: qui-quadrado = 33,379; $df = 25$; $p = 0,1219 > 0,05$. Assim, não há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula, o que indica que as variáveis são independentes. Para visualizar as relações individualmente, ver o Apêndice e a Figura A1.

PONTUAÇÃO DE POLARIDADE (PERGUNTAS)	TOTAL	% TOTAL	PONTUAÇÃO DE POLARIDADE (RESPOSTAS)	TOTAL	% TOTAL
(-) NEG (-100, -80)	11	2,97	(-) NEG (-100, -80)	1	9,09
			NEG (-80, -20)	2	18,18
			NEU (-20, 20)	3	27,27
			POS (20, 80)	5	45,45
			POS (+) (80, 100)	0	0,00
NEG (-80, -20)	85	22,91	(-) NEG (-100, -80)	0	0,00
			NEG (-80, -20)	17	20,00
			NEU (-20, 20)	24	28,24
			POS (20, 80)	44	51,76
			POS (+) (80, 100)	0	0,00
NEU (-20, 20)	96	25,88	(-) NEG (-100, -80)	0	0,00
			NEG (-80, -20)	17	17,71
			NEU (-20, 20)	33	34,37
			POS (20, 80)	45	46,87
			POS (+) (80, 100)	1	1,05
POS (+) (20, 80)	166	44,74	(-) NEG (-100, -80)	2	1,21
			NEG (-80, -20)	17	10,24
			NEU (-20, 20)	38	22,89
			POS (20, 80)	107	64,45
			POS (+) (80, 100)	2	1,21
POS (80, 100)	13	3,5	(-) NEG (-100, -80)	0	0,00
			NEG (-80, -20)	1	7,70
			NEU (-20, 20)	6	46,15
			POS (20, 80)	6	46,15
			POS (+) (80, 100)	0	0,00

Tabela 2. Distribuição dos sentimentos nas interações

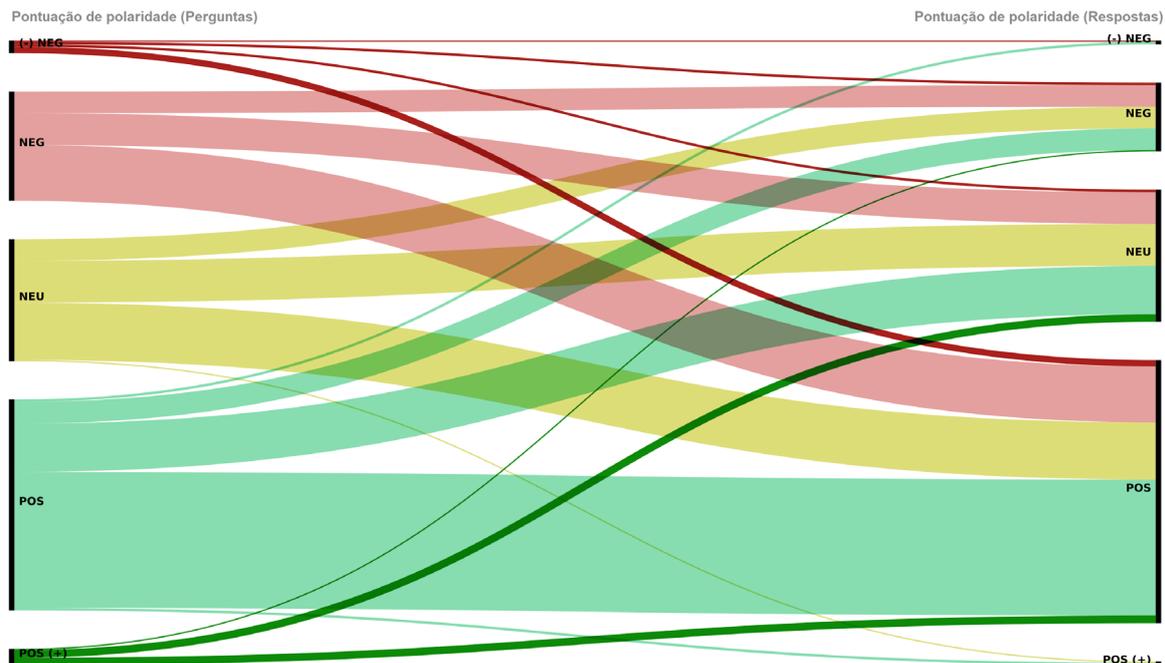


Figura 10. Diagrama de Sankey sobre o sentimento das interações

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Confirmando os contributos de estudos anteriores (Alonso-Muñoz & Casero-Ripollés, 2017; Santini & Carvalho, 2019), a participação cidadã em plataformas online surgiu como um fenómeno crucial para a interação entre políticos e o público. Este estudo, que se debruça sobre a dinâmica de perguntas e respostas entre cidadãos e gestores públicos numa plataforma específica dedicada à promoção do debate e da discussão pública, apresentou uma visão abrangente do fenómeno estudado. Identificou também padrões e tendências que podem contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica comunicativa entre os intervenientes no processo político em tais espaços virtuais, uma área que ainda não foi suficientemente explorada.

Primeiramente, constatou-se que esta plataforma de participação cidadã reflete a diversidade e pluralidade do panorama político espanhol, tanto a nível nacional quanto regional. Este facto corresponde a um dos objetivos destes portais de participação (Leetoy et al., 2019; Sánchez-Villar, 2019). As perguntas foram dirigidas a um conjunto de 156 políticos de 29 partidos políticos, cobrindo todo o espectro ideológico e evidenciando uma ampla representação. Os partidos que receberam o maior número de perguntas foram o PSOE e o Podemos, seguidos de perto pela Unión, Progreso y Democracia, Partido Popular e Ciudadanos. Houve também um número considerável de perguntas dirigidas aos representantes dos partidos regionais do País Basco, como o Euzko Alderdi Jeltzalea-Partido Nacionalista Vasco e o Euskal Herria Bildu.

Por outro lado, verifica-se uma diferença de género entre os destinatários das perguntas, com uma predominância clara de políticos do sexo masculino. Essa disparidade

é particularmente notória entre os partidos centristas, onde apenas 16,22% dos destinatários são mulheres. Esse padrão pode refletir uma falta de visibilidade ou reconhecimento das mulheres na esfera política, além de sugerir um possível preconceito de género por parte dos cidadãos.

É evidente uma tendência de esquerda nas questões formuladas, o que pode refletir um interesse maioritário por este setor político ou uma maior exigência de responsabilização dos seus representantes públicos. Além disso, há uma relação estatisticamente significativa entre a ideologia dos destinatários e os temas abordados nas perguntas. Isso sugere que os cidadãos tendem a direcionar as suas perguntas para políticos cujas posições ideológicas se alinham com as suas próprias preocupações e interesses. Os temas que apresentam uma maior diferença proporcional entre as perguntas dirigidas aos políticos de esquerda e de direita incluem a segurança social e os direitos sociais, o que pode indicar uma maior sensibilidade ou procura de representantes de esquerda nestas áreas por parte do público. A classificação temática global das perguntas revela um forte interesse em questões pessoais, seguido por perguntas que não se encaixam em categorias específicas e questões relacionadas com a saúde.

Relativamente ao conteúdo, as perguntas podem ser divididas em duas grandes categorias: económicas e sociais. A maioria das perguntas enquadra-se na categoria social, indicando um maior interesse ou preocupação dos cidadãos com questões relacionadas com a coexistência, a justiça, a igualdade ou a cultura. Não foi identificada uma relação estatisticamente significativa entre a ideologia do destinatário e o tipo de pergunta (económica ou social), o que sugere que os internautas escolhem os políticos com base noutros fatores além do seu perfil económico ou social, como questões específicas, personalidade ou popularidade.

A distribuição geográfica das perguntas revela um padrão pertinente para a análise das interações. Observa-se um equilíbrio geral, com a maioria das perguntas relacionadas com questões nacionais. Isso sugere que a população tem um maior interesse ou indaga mais os representantes públicos com competências ou responsabilidades a nível nacional. No entanto, observa-se uma presença significativa de perguntas de âmbito regional e local, destacando a diversidade e pluralidade do panorama político espanhol. Há uma exceção notável na distribuição das perguntas dirigidas a políticos de diferentes ideologias: os representantes da direita recebem um maior número de perguntas regionais. Isso pode estar relacionado com a influência dos partidos nacionalistas ou regionalistas no espectro político da direita.

No que respeita à redação das perguntas, estas caracterizam-se pela utilização frequente de palavras que refletem o interesse ou a preocupação dos cidadãos com o contexto político e social do país. A maioria das perguntas expressa sentimentos positivos ou neutros, sugerindo uma atitude de respeito, cordialidade ou esperança dos cidadãos relativamente aos representantes públicos. No entanto, alguns temas, como “finanças públicas” e “memória democrática”, geram sentimentos negativos, refletindo insatisfação com a gestão desses assuntos. As perguntas apresentam uma estrutura emocional

dinâmica: iniciam com um tom neutro, passam para um tom negativo ao apresentar argumentos e terminam com um tom positivo ao concluir. Isto pode indicar a intenção dos utilizadores de estabelecer uma ligação formal, expressar as suas opiniões ou exigências, e manter uma relação cordial com os políticos. As perguntas são predominantemente redigidas num tom subjetivo e não irónico, sugerindo que os cidadãos preferem expressar as suas opiniões ou argumentos de forma direta e pessoal. Este padrão emocional na formulação das perguntas fornece informações valiosas sobre a dinâmica comunicativa nestas plataformas de participação cidadã.

Quanto às respostas dos políticos, estas destacam-se pelo uso frequente de palavras que, além de refletirem um interesse pelo contexto sociopolítico de Espanha — semelhante ao demonstrado pelos cidadãos —, também visam promover a imagem pessoal ou da sua organização. As respostas expressam predominantemente sentimentos positivos ou neutros e apresentam uma estrutura emocional mais estável e menos dinâmica do que as perguntas. Esse padrão pode indicar uma intenção de manter um tom moderado, equilibrado e coerente ao longo de toda a mensagem. Observa-se uma tendência para iniciar e concluir com um tom positivo, mantendo uma continuidade positiva ao longo da resposta. A utilização de ironia é muito rara nas respostas dos políticos, possivelmente como uma estratégia para evitar equívocos ou antagonismos com os cidadãos. As respostas demonstram um elevado nível de desacordo com as perguntas, refletindo uma divergência de opiniões ou interesses entre os cidadãos e os seus representantes públicos. Esse padrão pode gerar sentimentos de frustração ou desilusão entre os cidadãos participantes da plataforma, contribuindo para um possível desinteresse ou cinismo, conforme discutido por Dahlgren (2005) e Masip et al. (2019).

Por último, confirmou-se que não existe uma relação estatisticamente significativa entre o sentimento das perguntas e o das respostas. Este resultado sugere que os políticos não adaptam o seu tom emocional ao dos cidadãos, mas mantêm um padrão emocional consistente e independente nas suas respostas. De modo geral, observa-se uma predominância de um tom positivo e, sobretudo, neutro, tanto nas perguntas quanto nas respostas. O estilo comunicativo dos cidadãos tende a apresentar uma gama mais ampla de tons emocionais, que se reflete no padrão emocional das perguntas. Isso pode gerar um sentimento de desconexão ou falta de empatia entre os cidadãos e os representantes públicos, uma vez que os políticos não ajustam as suas respostas aos sentimentos expressos pelos cidadãos nas suas solicitações.

O envolvimento político significativo observado nesta plataforma evidencia que estes espaços digitais facilitam a participação ativa dos cidadãos, conforme sugerido por Eisenberg (2006) e Orozco e Ayala (2014). A ciberpolítica (Baggiolini & Castro-Rojas, 2016) não só moldou a estrutura das mensagens na era digital em que vivemos, mas também provocou alterações na forma como as emoções dos cidadãos em questões políticas são expressas e avaliadas (Cazorla et al., 2022). Assim, os estudos de natureza comunicativa que se centram na análise de sentimentos — uma ferramenta essencial para medir as emoções, atitudes e opiniões dos cidadãos no contexto político — são fundamentais para compreender o nível de participação política em cada país na atualidade.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o avanço do conhecimento sobre a participação cidadã e a comunicação política no ambiente digital, além de ajudar a melhorar a qualidade e a eficácia dos espaços de interação política que promovem o diálogo direto entre cidadãos e representantes públicos.

Tradução: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Aced Toledano, C. (2013). *Relaciones públicas 2.0. Cómo gestionar la comunicación corporativa en el entorno digital*. UOC.
- Aguirre Sala, J. (2013). Nuevos alcances de la participación ciudadana a través de las redes sociales. *Culturales*, 1(2), 119–150.
- Alonso-Muñoz, L., & Casero-Ripollés, A. (2017). Transparencia y monitorización en el entorno digital. Hacia una tipología de las plataformas impulsadas por la ciudadanía. *Revista Latina de Comunicación Social*, 72(8), 1351–1366.
- Annunziata, R. (2020). El impacto de los presupuestos participativos online en el tipo de proyectos. Un análisis de la experiencia de BAElige. *Revista del CLAD. Reforma y Democracia*, (77), 157–186.
- Annunziata, R., Arena, E., & Basualdo Franchino, U. (2021). ¿Giro digital? Desafíos de los presupuestos participativos argentinos frente a la pandemia de COVID-19. *Política. Revista de Ciencia Política*, 59(1), 59–80. <https://doi.org/10.5354/0719-5338.2021.61609>
- Baggiolini, L., & Castro-Rojas, S. (2016). Las redes de la política: Universo narrativo, campañas y microrrelato en Twitter. *Inmediaciones de la Comunicación*, 11, 159–180. <https://doi.org/10.18861/ic.2016.11.11.2621>
- Balla, S. (2012). Information technology, political participation and the evolution of Chinese policymaking. *Journal of Contemporary China*, 21(76), 655–673. <https://doi.org/10.1080/10670564.2012.666835>
- Brady, H. (1999). Political participation. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of political attitudes* (pp. 737–801). Academic Press.
- Burgos, E. (2020). *Ciberactivismo, ejercicio de la ciudadanía y participación política en internet*. Abediciones.
- Cabero Almenara, J. (2014). Nuevas miradas sobre las TIC aplicadas en la educación. *Andalucía Educativa*, 81, 1–6.
- Cabero-Almenara, J., Torres-Barzabal, L., & Hermosilla-Rodríguez, J. (2019). Las TIC y la creación de una ciudadanía crítica e-digital. *Education in the Knowledge Society*, 20, 1–10. https://doi.org/10.14201/eks2019_20_a22
- Castellanos Claramunt, J. (2022). Transparencia y participación ciudadana: La lucha contra la corrupción como eje vertebrador del proceso democrático. *Revista Española de Transparencia*, (15), 107–129. <https://doi.org/10.51915/ret.220>
- Cazorla, A., Montabes, J., & López-López, P. (2022). Medios de comunicación, información política y emociones hacia partidos políticos en España. *Revista Española de Ciencia Política*, (58), 83–109. <https://doi.org/10.21308/recp.58.03>
- Coleman, S., & Moss, G. (2012). Under construction: The field of online deliberation research. *Journal of Information Technology & Politics*, 9(1), 1–15. <https://doi.org/10.1080/19331681.2011.635957>

- Dahlgren, P. (2005). The internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147–162. <https://doi.org/10.1080/10584600590933160>
- Desouza, K. C., & Bhagwatwar, A. (2014). Technology-enabled participatory platforms for civic engagement: The case of U.S. cities. *Journal of Urban Technology*, 21(4), 25–50. <https://doi.org/10.1080/10630732.2014.954898>
- Eisenberg, J. (2006). Internet, democracia y república. *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, 28(1), 175–192.
- García Guitián, E. (2016). Democracia digital. Discursos sobre participación ciudadana y TIC. *Revista de Estudios Políticos*, (173), 169–193. <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.173.05>
- Gil García, J. (2015). Cuando el 15M envejeció a los medios de comunicación: Emergencia de prosumidores y desarrollo de nuevos modelos mediáticos. *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, (66), 9–37.
- Graham, T. (2010). The use of expressives in online political talk: Impeding or facilitating the normative goals of deliberation? In E. Tambouris, A. Macintosh, & O. Glassey (Eds.), *Electronic participation, lecture notes in computer science* (pp. 26–41). Springer.
- Guillory, J., & Sundar, S. (2014). How does web site interactivity affect our perceptions of an organization? *Journal of Public Relations Research*, 26(1), 44–61. <https://doi.org/10.1080/1062726X.2013.795866>
- Hartz-Karp, J., & Sullivan, B. (2014). The unfulfilled promise of online deliberation. *Journal of Deliberative Democracy*, 10(1), 1–5. <https://doi.org/10.16997/jdd.191>
- Hershkovitz, S. (2012). Masbirim Israel: Israel's PR campaign as glocalized and globalized political presumption. *American Behavioral Scientist*, 56(4), 511–530. <https://doi.org/10.1177/000276421142936>
- Leetoy, S., Zavala Scherer, D., & Sierra Caballero, F. (2019). Tecnopolítica y ciudadanía digital. *Comunicación y Sociedad*, 16, 1–8. <https://doi.org/10.32870/cys.v2019i0.7462>
- Luvizotto, C. K. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: Experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297–312. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2499](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2499)
- Magallón Rosa, R. (2014). Tecnologías cívicas y participación ciudadana. *Revista de Estudios de la Juventud*, (105), 53–79.
- Mambrey, P., Neumann, H., & Sieverdingbeck, K. (1999). Bridging the gap between Parliament and citizen – The internet services of the German Bundestag. *Parliamentary Affairs*, 52(3), 480–492. <https://doi.org/10.1093/pa/52.3.480>
- Manosevitch, I. (2014). The design of online deliberation: Implications for practice, theory and democratic citizenship. *Journal of Public Deliberation*, 10(1), 1–4. <https://doi.org/10.16997/jdd.197>
- Martínez Rodríguez, J. B. (2011). Participación política, democracia digital y e-ciudadanía para el protagonismo de adolescentes y jóvenes. *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 14(2), 19–33.
- Masip, P., Ruiz-Caballero, C., & Suau, J. (2019). Active audiences and social discussion on the digital public sphere. Review article. *El Profesional de la Información*, 28(2), e280204. <https://doi.org/10.3145/epi.2019.mar.04>
- Mendonça, R. F., & Amaral, F. de L. (2014). Deliberação online em consultas públicas? O caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Revista de Sociologia Política*, 22(49), 177–203. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100010>

- Oliveira, R. S. de, & Rodegheri, L. B. (2012). Ciberdemocracia: Análise dos desafios e possibilidades de iniciativa popular via internet no Brasil. *Sociedade e Cultura*, 15(1), 121–133. <https://doi.org/10.5216/sec.v15i1.20678>
- Orozco, M., & Ortiz-Ayala, A. (2014). Deliberación: Actividad política en internet y redes sociales en Colombia. *Panorama*, 8(15), 91–100.
- Pinto Santos, A. R., Cortés Peña, O., & Alfaro Camargo, C. (2017). Hacia la transformación de la práctica docente: Modelo espiral de competencias TICTACTEP. *Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación*, (51), 37–51. <https://doi.org/10.12795/pixelbit.2017.i51.03>
- Reig Hernández, D. (2011, 11 de outubro). *TIC, TAC, TEP y el 15 de octubre*. El Caparazón (2007). <https://dreig.eu/caparazon/tic-tac-tep/>
- Reig Hernández, D. (2012). *Socionomía: ¿Vas a perderte la revolución social?* Deusto.
- Ribeiro, L., Costa, A., Costa, L., & Ribeiro, M. (2013). Desigualdades digitais: Acesso e uso da internet, posição socioeconómica e segmentação espacial nas metrópoles brasileiras. *Análise Social*, 48(207), 288–320. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013207.02>
- Sampaio, R. C. (2012). Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da discussão online. *Revista Sociologia Política*, 20(42), 121–139. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000200010>
- Sampaio, R. C., Maia, R. C. M., & Marques, P. J. A. (2010). Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte. *Opinião Pública*, 16(2), 446–477. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200007>
- Sánchez-Villar, J. M. (2019). Los blogs como herramientas sociales de comunicación política: Periodismo ciudadano y opinión pública 2.0. *Communication & Society*, 32(1), 39–55. <https://doi.org/10.15581/003.32.1.39-55>
- Sani, G. (2004). Verbete “participação política”. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Eds.), *Dicionário de política* (p. 954). Editora UNB.
- Santini, R. M., & Carvalho, H. (2019). Plataformas online de participação cidadã: Meta-síntese e avaliação crítica de seus impactos sociais e políticos. *Comunicação e Sociedade*, 36, 163–182. [https://doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2350](https://doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2350)
- Saylan, I. (2009). Internet: “A gateway to democracy? A comparative analysis of Turkish and Italian e-government experiences”. *Ammelidaresi Dergisi*, 42(3), 141–162.
- Schäfer, M. S. (2015). Digital public sphere. *The International Encyclopedia of Political Communication*, 15, 1–7.
- Scolari, C. (2008). *Hipermediaciones. Elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva*. Gedisa.
- Solop, F. I. (2001). Digital democracy comes of age: Internet voting and the 2000 Arizona democratic primary election. *PS: Political Science & Politics*, 34(2), 289–293. <https://doi.org/10.1017/S104909650100052X>
- Steinmann, R., Krek, A., & Blaschke, T. (2005). Can online map-based applications improve citizen participation? In M. Böhlen, J. Gamper, W. Polasek, & M. A. Wimmer (Eds.), *E-Government: Towards electronic democracy. TCGOV 2005. Lecture notes in computer science* (pp. 25–35). Springer.
- Strandberg, K. (2008). Public deliberation goes on-line? An analysis of citizens’ political discussions on the internet prior to the Finnish parliamentary elections in 2007. *Javnost – The Public*, 15(1), 71–89. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008965>

- Strandberg, K., & Grönlund, K. (2018). Online deliberation. In A. Bächtiger, J. Dryzek, J. Mansbridge, & M. Warren (Eds.), *The Oxford handbook of deliberative democracy* (pp. 93–113). Oxford University Press.
- Tettey, W. J. (2001). Information technology and democratic participation in Africa. *Journal of Asian and African Studies*, 36(1), 133–153. <https://doi.org/10.1163/156852101300143127>
- Torcay, M., Montero, J. R., & Teorell, J. (2006). La participación política en España: Modos y niveles en perspectiva comparada. *Revista de Estudios Políticos*, (132), 7–41. <https://doi.org/10.18042/45507>
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard University Press.
- Welp, Y. (2008). América Latina en la era del gobierno electrónico. Análisis de la introducción de nuevas tecnologías para la mejora de la democracia y el gobierno. *Revista del CLAD. Reforma y Democracia*, (41), 173–192.
- Westholm, H. (2002). e-DemocracyGoesAhead. The internet as a tool for improving deliberative policies? In R. Traunmüller & K. Lenk (Eds.), *Electronic government. EGOV 2002*, 2456 (pp. 240–247). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-540-46138-8_39
- Zambrano Farias, F. J., & Balladares Ponguillo, K. A. (2017). Sociedad del conocimiento y las TEPs. *INNOVA Research Journal*, 2(10), 169–177. <https://doi.org/10.33890/innova.v2.n10.2017.534>

APÊNDICE

Abaixo, a Figura A1 apresenta uma análise pormenorizada das ligações individuais no diagrama aluvial.

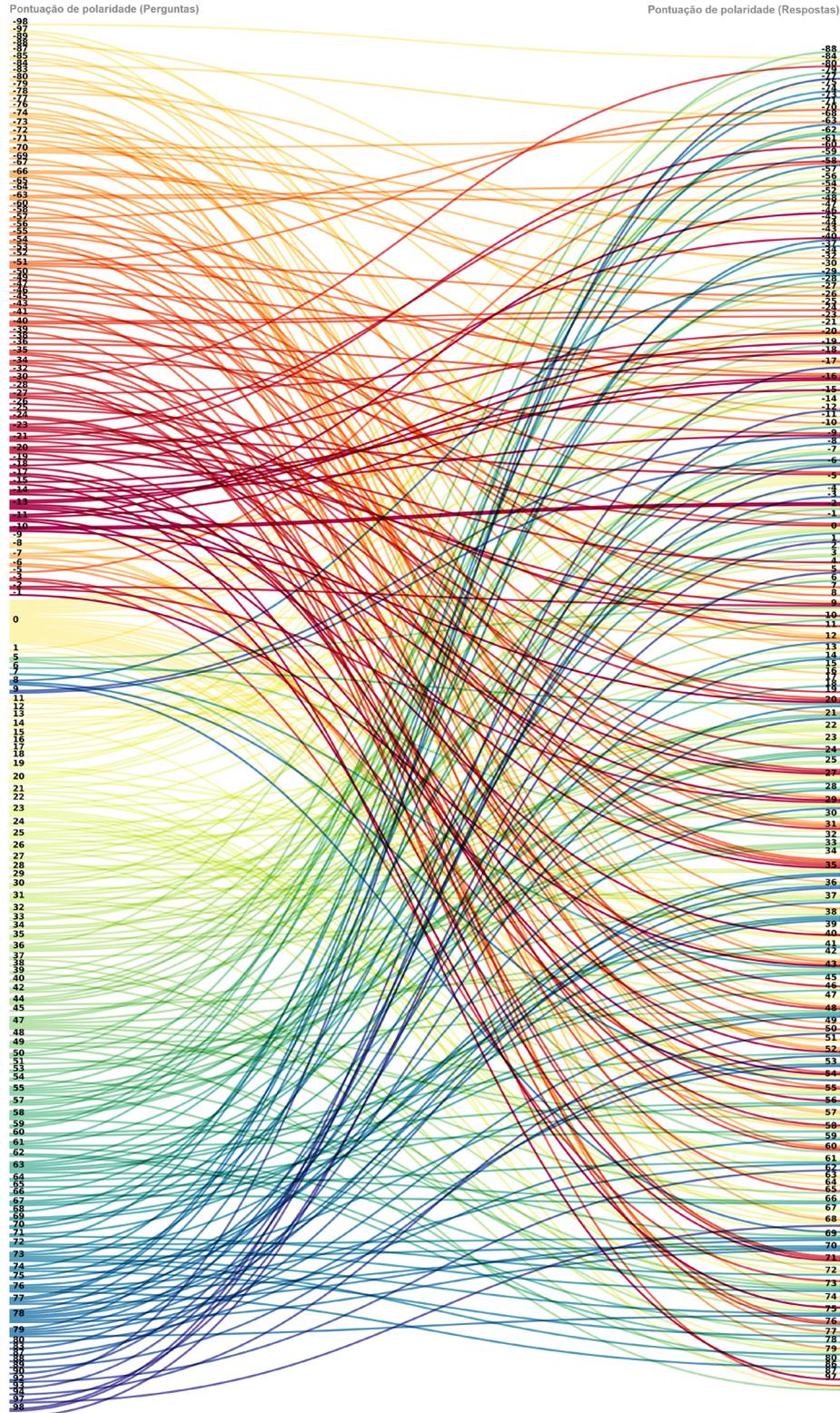


Figura A1. Diagrama aluvial pormenorizado

NOTAS BIOGRÁFICAS

Elizabet Castellero-Ostio é professora e investigadora no Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade de Málaga. É doutorada em Gestão Estratégica em Comunicação pela Universidade de Málaga, licenciada em Publicidade e Relações Públicas e mestre em Gestão Estratégica e Inovação em Comunicação. Atualmente, participa em projetos de pesquisa competitivos como o *Observatorio de los Gabinetes de Comunicación de Andalucía, Lobby y Comunicación en la Unión Europea. Análisis de Sus Estrategias de Comunicación e Comunicación y Grupos de Interés en Andalucía. Estrategias de Comunicación Para la Participación Ciudadana en Sociedades Inclusivas*. As suas principais linhas de investigação atualmente incluem as relações públicas e a comunicação política e institucional. É autora de mais de 30 publicações académicas e investigadora em dois projetos de educação inovadora.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0546-7262>

Email: ecastillero@uma.es

Morada: Facultad de Ciencias de la Comunicación. Universidad de Málaga, Campus de Teatinos, c/ León Tolstoi, nº 4, 29010 Málaga (España)

Álvaro Serna-Ortega é professor no Departamento de Comunicação Audiovisual e Publicidade da Faculdade de Ciências da Comunicação. É investigador contratado no projeto de investigação *Lobby y Comunicación* financiado pelo Programa Estatal de I&D&I (CSO2016-79357-R). É também doutorando do Programa de Doutoramento Interuniversitário em Comunicação das Universidades de Cádiz, Huelva, Málaga e Sevilha, com especialização em Publicidade e Relações Públicas. É licenciado em Publicidade e Relações Públicas e mestre em Gestão Estratégica e Inovação em Comunicação. Os seus interesses de investigação incluem a comunicação política, as relações internacionais e a comunicação organizacional.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5374-4722>

Email: amso@uma.es

Morada: Facultad de Ciencias de la Comunicación. Universidad de Málaga, Campus de Teatinos, c/ León Tolstoi, nº 4, 29010 Málaga (España)

Andrea Moreno-Cabanillas é investigadora contratada em formação (FPU 2019) no Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual da Universidade de Málaga. É doutorada em Comunicação pelas Universidades de Cádiz, Huelva, Málaga e Sevilha, com especialização em Publicidade e Relações Públicas. É licenciada em Publicidade e Relações Públicas pela Universidade de Málaga e mestre em Formação de Professores do Ensino Secundário e Formação Profissional pela Universidade de Múrcia. Autora de mais de 50 artigos, apresentados em conferências e publicados em vários meios de comunicação social, a sua investigação centra-se nos grupos de interesse e grupos de

pressão na União Europeia, tendo realizado estágios de investigação financiados na Universidade de São Paulo (Brasil) e na RMIT University (Austrália).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1169-1607>

Email: amorenoc@uma.es

Morada: Facultad de Ciencias de la Comunicación. Universidad de Málaga, Campus de Teatinos, c/ León Tolstoi, nº 4, 29010 Málaga (España)

Submetido: 15/11/2023 | Aceite: 29/07/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

NA ENCRUZILHADA DIGITAL: ECONOMIA DA ATENÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E REGULAÇÃO DE PLATAFORMAS — ANÁLISE DE PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS DE SOLUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Marina Maria Soares Silva

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Este artigo conduz uma revisão bibliográfica explorando problemáticas decorrentes do cenário digital contemporâneo. Destaca-se a complexidade associada às plataformas digitais, as quais possuem modelos de negócios que frequentemente adotam estratégias consideradas prejudiciais. Ao capturar excessivamente a nossa atenção ou ainda ser espaço para livre circulação de conteúdos nocivos, estamos diante de um momento de reflexão e criação de regras que possam estabelecer uma realidade online mais segura e justa. No entanto, de que forma as chamadas *big techs* (gigantes tecnológicas) irão se comprometer em estabelecer limites nas publicações, já que estas interações estão interligadas com seu modelo de negócio? Este trabalho percorre por temas fundamentais, como a economia da atenção e a liberdade de expressão, oferecendo uma análise crítica desses conceitos no âmbito digital. Além disso, foram incluídos alguns artigos de legislação da União Europeia, obrigatórios desde 2024, proporcionando uma perspectiva regulatória sobre o enfrentamento desses desafios. Dessa forma, foi possível observar, por exemplo, consequências sociais causadas pela economia da atenção e direções complexas para a regulação das plataformas digitais.

PALAVRAS-CHAVE

economia da atenção, liberdade de expressão, regulação de plataformas digitais

AT THE DIGITAL CROSSROADS: THE ATTENTION ECONOMY, FREEDOM OF EXPRESSION, AND PLATFORM REGULATION — CHALLENGES AND PROSPECTS FOR SOLUTIONS IN THE EUROPEAN UNION

ABSTRACT

This article presents a literature review examining issues emerging from the contemporary digital landscape, with a particular focus on the complexities of digital platforms. These platforms often operate under business models that employ strategies deemed detrimental, either by excessively capturing users' attention or facilitating the unrestricted circulation of harmful content. In this context, there is an urgent need for reflection and the development of regulatory frameworks to foster a safer and fairer online environment. However, a critical question arises: how will major technology companies (*big tech*) commit to imposing limits on content dissemination when such interactions are integral to their business models? This study explores key themes, including the attention economy and freedom of expression, offering a critical analysis of these concepts within the digital sphere. Additionally, it examines European Union legislation that has been in force since 2024, providing a regulatory perspective on addressing these

challenges. The analysis highlights the social consequences of the attention economy and the complexities involved in regulating digital platforms.

KEYWORDS

attention economy, freedom of expression, digital platform regulation

1. INTRODUÇÃO

Com o advento de aplicações e serviços online, a internet experimentou uma metamorfose significativa, tornando-se algo notavelmente presente em nossas atividades diárias. O Google e o Facebook (META) proporcionaram um combo bastante eficiente de dados: quem somos e o que apreciamos, respectivamente. A nossa atenção se tornou um ativo valioso, especialmente no contexto online, onde a publicidade é uma fonte significativa de receita. Plataformas digitais, como redes sociais e mecanismos de busca, monetizam a atenção dos usuários exibindo anúncios direcionados com base nos dados coletados sobre seus comportamentos e interesses (Cooke, 2018; Patino, 2019). Grandes empresas passaram a fazer investimentos milionários em pesquisas sobre nossos impulsos, intenções, os nossos processos de tomadas de decisão, como também sobre os nossos motivos de escolher uma coisa em detrimento de outra (Willians, 2018/2021).

Longe de ser uma ferramenta que consultamos esporadicamente, a internet se infiltrou de forma abrangente em praticamente todos os aspectos de nossas vidas. Agora, não apenas acessamos informações, mas também trabalhamos, nos entretemos e interagimos com outros indivíduos ao redor do mundo, estabelecendo uma presença virtual que transcende os limites do tempo e do espaço. Esta constante interação com a internet reconfigura a maneira como vivemos, redefinindo a natureza de nossas relações, atividades cotidianas e a própria estrutura de nossa sociedade contemporânea, “a internet deixou de ser uma rede que acessamos para tornar-se uma rede que nos envolve” (Lins, 2013, p. 14).

Envolvidos na internet, passamos a poder expressar amplamente nossas ideias e opiniões. As redes sociais, em particular, exercem uma função crucial na amplificação da liberdade de expressão, proporcionando aos indivíduos uma plataforma global para diversas partilhas. Por outro lado, a disseminação de discursos prejudiciais e ofensivos emerge como uma preocupação premente, como a exemplo de inúmeros comentários xenofóbicos encontrados pelo investigador Valle-Nunes (2020):

os brasileiros só vêm para Portugal porque são demasiado estúpidos para aprender outra língua, como falam mais ou menos português temos de aturar esta gente estúpida e podre como barro. Pena os países do leste já estarem melhor que este país de faz de conta isso sim é gente que trabalha e com gosto. (p. 139)

Em contexto semelhante, Alice Nderitu, conselheira da Organização das Nações Unidas para prevenção de genocídio, relembra a desumanização gradual de determinados

grupos, um fenômeno que, historicamente, culminou em genocídios notáveis, como o sofrido pelos tutsis em Ruanda e pelos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Sua observação sublinha como a semente do ódio é plantada por narrativas que desumanizam e marginalizam, gerando consequências devastadoras. Em consonância com essa preocupação, a Organização das Nações Unidas (2023), em junho deste ano, emitiu um alerta “para conexão entre discurso de ódio e genocídio” (para. 1), destacando as redes sociais como plataformas de disseminação dessas narrativas. Com isso, a gestão de conteúdo desses espaços torna-se imperativa para preservar a integridade do espaço digital como um meio de expressão responsável.

Em um passado não tão distante, mais precisamente em 1996, John Perry Barlow, uma figura importante na criação da Electronic Frontier Foundation, organização dedicada à preservação dos direitos de liberdade de expressão, deu vida à Declaração de *Independência do Ciberespaço*. Esta proclamação advogava pela completa e irrestrita liberdade de expressão no domínio digital, excluindo qualquer forma de controle governamental (Patino, 2019). No entanto, a incitação ao ódio, assim como a circulação de conteúdos falsos e nocivos online, traz à tona discussões sobre limites regulatórios para garantir a segurança e a dignidade das pessoas. Neste cenário, as plataformas enfrentam desafios ao equilibrar a promoção dos seus serviços e da liberdade de expressão com a necessidade de prevenir a disseminação de conteúdos problemáticos (P. R. Costa, 2020). Este assunto tem suscitado debates e reflexões, instigando uma análise crítica da abordagem inicial delineada por Barlow, à medida que a natureza dinâmica do ciberespaço e os desafios contemporâneos questionam a viabilidade de uma liberdade digital absoluta, sem a consideração de responsabilidades e consequências inerentes. Na obra *Em Busca da Política*, Bauman (1999) refere que a segurança é uma dívida da civilização, mas que para tal, temos que renunciar a um pouco da nossa liberdade. Até que ponto devemos estabelecer limites de expressão para uma maior segurança coletiva? Quem irá estabelecer e monitorar esse ponto? E, principalmente, de que forma as chamadas *big techs* (gigantes tecnológicas) irão se comprometer em estabelecer limites nas publicações, já que estas interações estão interligadas com seu modelo de negócio? Como a economia da atenção afeta este cenário? Estas são questões que parecem não ter respostas simples ou, talvez, nem totalmente concretas, mas que irão guiar o início de uma discussão teórica neste artigo.

Portanto, considerando que estes desafios são de interesse público e que as políticas de moderação e a eficácia na remoção de conteúdo nocivo dessas plataformas parecem questionáveis, propõe-se uma discussão sobre economia da atenção, liberdade de expressão e algumas iniciativas da União Europeia (UE) para a regulação das mídias digitais.

2. A TAL DA “ECONOMIA DA ATENÇÃO”

Empresas, mídias sociais, produtores de conteúdo e outros agentes estão constantemente competindo para atrair e reter a nossa atenção. Isto se dá através de estratégias que buscam criar conteúdo envolvente e cativante para capturar o interesse do público em meio a uma avalanche de informações. Criou-se uma “guerra” para capturar

a atenção dos leitores: quem irá conquistar mais tempo do utilizador? Quanto mais tempo uma empresa consegue manter um usuário distraído e envolvido com seu conteúdo, maior a probabilidade de gerar interações, cliques e conversões, o que se traduz em receita. Este é o grande desafio das organizações, que através do conhecimento do seu público e de um “excesso de informações e estímulos”, geram uma espécie de economia da atenção (Han, 2010/2014; Patino, 2019; Willians, 2018/2021).

A possibilidade de fácil acesso a dispositivos como smartphones, tablets e computadores trouxe uma infinidade de informações e entretenimento na ponta dos dedos. No entanto, essa constante conexão também levou a um aumento significativo da distração (Willians, 2018/2021). Uma das principais maneiras pelas quais a tecnologia nos distrai é através das notificações constantes. Seja um novo e-mail, mensagem de texto ou atualização de um aplicativo, essas interrupções frequentes fragmentam nossa atenção e dificultam a concentração em tarefas importantes. Muitas vezes, nos encontramos verificando nossos dispositivos de forma quase automática, mesmo quando estamos envolvidos em atividades que exigem foco (Willians, 2018/2021).

Portanto, as redes sociais e outras plataformas do digital são projetadas para serem envolventes e viciantes. Recursos como *feeds* infinitos, curtidas, partilhas e comentários estimulam uma busca constante por gratificação instantânea, mantendo-nos engajados por períodos mais longos do que pretendíamos originalmente. Atualmente a média global de horas online por dia é de 6h 37 min (wearesocial & Meltwater, 2024). Tal realidade pode desencadear um ciclo de procrastinação, resultando na diminuição da produtividade (Willians, 2018/2021).

James Willians (2018/2021), pesquisador em Oxford e ex-funcionário do Google, afirma ainda que distrações estratégicas fazem parte da economia da atenção, como forma de criar uma “cortina de fumaça” para assuntos sociais e políticos de cunho relevante. Estas distrações podem surgir como mecanismo político em algumas situações e o autor cita o conteúdo polémico da conta da rede social X de Donald Trump como exemplo.

Outra estratégia empregada para capturar nossa atenção envolve o uso das emoções. Um estudo que analisou uma amostra de 100.000.000 de artigos compartilhados no Facebook (Lineham et al., 2023) revelou que os títulos que possuem um apelo emocional marcante, bem como aqueles que sugerem pertencimento a um grupo, como “apenas pessoas assim compreenderão”, são os que demonstram maior capacidade de gerar engajamento. As emoções desempenham um papel crucial na economia da atenção, influenciando o que captura a atenção do público e como as mensagens são recebidas. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar o impacto psicológico e social das estratégias utilizadas na competição pela atenção online.

Cada componente do ambiente digital passou a ser projetado para reduzir as oportunidades de contemplação ou reflexão por parte dos usuários. Desde os algoritmos que filtram o conteúdo às propagandas, postagens e, até mesmo, às sugestões de preferências, todos esses elementos agora assumem a responsabilidade de tomar decisões em nome dos usuários, criando, assim, um ambiente caracterizado pela automatização. Nesse contexto, emerge a percepção de que a economia da atenção se configura como

um projeto proeminente, com organizações dispostas a investir significativamente nesse paradigma, dada a crescente importância de capturar e reter a atenção num cenário de informações saturadas e concorrência incessante (Patino, 2019; Willians, 2018/2021).

Podemos conceber essa espécie de projeto de captura incansável da nossa atenção como uma estrutura de várias camadas, comparável à complexidade de nossa própria pele. Na camada superficial, embora inegavelmente crucial, o tal projeto consome de maneira notável nosso tempo, resultando na privação de metas, exercícios, sono adequado e outras atividades diárias essenciais. A nível mais profundo, encontramos camadas que exercem um impacto direto em nossa personalidade, uma vez que somos moldados pela incessante busca por validação e aceitação no cenário online, frequentemente nos impedindo a ações que, possivelmente, não adotaríamos em circunstâncias distintas (Willians, 2018/2021). Esse processo influencia intensamente nossas emoções, incitando até mesmo indignação, e, além disso, todo esse impacto reverbera de maneira coletiva, desencadeando um efeito exponencial que permeia não apenas o indivíduo, mas a sociedade como um todo (Willians, 2018/2021). Logo, a economia da atenção está interligada com a maneira que nos expressamos.

3. EXPRESSAR-SE NAS BOLHAS E NAS REDES SOCIAIS ONLINE É UM SINTOMA DO QUE PODE ACONTECER NO MUNDO REAL?

A utilização do ciberespaço possibilitou um avanço social tornando o acesso a todo o tipo de informação algo mais fácil e rápido para as pessoas ao redor do globo. Isto possibilitou uma espécie de democratização na comunicação, pois o ciberespaço deu voz e liberdade de expressão aos seus milhares de usuários (Bittencourt, 2020). Com essa abrangente possibilidade de expressão, presume-se que as pessoas tiveram um tipo de emancipação ao ter simplesmente a seu alcance um smartphone conectado à internet.

A transformação do cenário digital não se restringe apenas à esfera de opiniões sobre política, moda, música, educação, produtos e serviços; agora, tais opiniões também se configuram como formas de profissão. Observamos uma transição notável, onde a publicidade, uma vez predominante na televisão, migrou para as *stories* do Instagram. Nesse novo espaço digital, cada *story*, com curta duração, representa uma oportunidade de exposição, sendo que o cachê associado varia de acordo com a magnitude do público seguidor e o nível de engajamento. Essa evolução destaca a impressionante diversidade de funções agora acomodadas no ciberespaço, transcendentais ao mero entretenimento e adentrando os domínios da profissionalização de influenciadores digitais e criadores de conteúdo. Além disso, o ciberespaço abriga comunidades dedicadas a causas nobres, como a defesa dos direitos dos animais e questões sociais, proporcionando uma plataforma facilitadora para denúncias de crimes, injustiças e corrupção.

Por outro lado, o ambiente online se configura como um terreno propício para a desinformação, polarização e discurso de ódio. No estudo intitulado “Stoking the Flames: The Influence of Press and Government Rhetoric on Far-Right Anti-Migrant Engagement” (Acender as Chamas: A Influência da Retórica da Imprensa e do Governo no Envolvimento

Anti-Migrante da Extrema-Direita; Ahmad et al., 2023), os pesquisadores da organização HOPE Not Hate delinearão um cenário alarmante, identificando uma crescente onda de grupos anti-imigrantes de extrema-direita no aplicativo de mensagens Telegram. Estes grupos não apenas exploram, mas instrumentalizam a cobertura midiática como uma plataforma central para promover discussões acerca do tema, muitas vezes permeadas por linguagem racista. Foi percebido também que as declarações emanadas pelo governo são indevidamente utilizadas como pautas para estas discussões extremistas. Essa interconexão entre a cobertura midiática e as declarações oficiais do Governo foi identificada como uma ferramenta eficaz para esses grupos.

Em Portugal, em meados de 2021, o projeto *#MigraMyths - Desmistificando a Imigração* lançou um relatório de diagnóstico com o título *Discurso de Ódio e Imigração em Portugal* (A. P. Costa, 2021), o qual aborda a polarização nas redes sociais e o aumento das narrativas anti-imigração, preocupação para o mundo digital e o mundo real. A título de exemplo, em meados de junho de 2023, um brasileiro foi espancado num café na cidade de Braga, após ser questionado e ter respondido qual era a sua nacionalidade (*Brasileiro Agredido em Braga. “Chutou a Minha Cara e as Minhas Costelas”*, 2023). No entanto, conforme observado no estudo de Valle-Nunes (2020), é no ambiente online que a propagação de discursos xenófobos é mais rápida e eficaz. O investigador analisou comentários das páginas de jornais no Facebook e se deparou com uma série de discursos xenofóbicos. A pesquisa, que foca nos comentários de notícias relacionadas com o aumento de imigrantes brasileiros, retrata o problema social envolvido e o papel das páginas no Facebook como moderadoras dessas publicações.

Outra preocupação do mundo virtual é a livre circulação de desinformação. A desinformação “viola a noção de liberdade de expressão” (Oliveira & Gomes, 2019, p. 111), porque descredibiliza meios de notícias tradicionais, endossa teorias extremistas e induz o cidadão a tomar decisões baseadas em fraudes, sendo assim, a própria desinformação é um meio contra a liberdade de expressão (Oliveira & Gomes, 2019). Hanna Arendt (1972/1995) foi categórica ao afirmar que o contrário da verdade de fato “não é nem o erro nem a ilusão, nem a opinião, nenhuma delas tendo a ver com a boa fé pessoal, mas a falsidade deliberada ou a mentira” (p. 40). A mentira é, por muitas vezes, tida como verdade devido a questões ideológicas e é utilizada como instrumento de manipulação para alcançar o objetivo de quem a dispara. Nesse sentido, a disseminação da desinformação não apenas compromete a busca pela verdade, mas também prejudica a capacidade das pessoas de se envolverem em um discurso informado e genuíno, minando assim os pilares essenciais de uma sociedade livre e democrática (Oliveira & Gomes, 2019).

Mais um ponto a considerar na problemática dos conteúdos das publicações online é a existência de divisões eficientes, como seções, nas quais os usuários são inseridos. Isto ocorre especialmente em plataformas de redes sociais e mecanismos de busca, onde algoritmos personalizados selecionam e exibem conteúdo com base no comportamento, nos dados, no histórico de navegação e nas interações do usuário (Cardoso et al., 2018; Cooke, 2018; Wardle & Derakhshan, 2017). O algoritmo nutre o perfil do usuário com informações (que podem ser nocivas ou não), opiniões e perspectivas que confirmam

ou reforçam suas próprias crenças preexistentes, limitando sua exposição a um nicho de conteúdo (Cardoso et al., 2018).

Para alguns autores, estas divisões são nomeadas como “bolhas de filtro” ou “câmaras de eco” e fazem parte de motores que fomentam a desinformação (Cooke, 2018; Patino, 2019; Wardle & Derakhshan, 2017). Quando as pessoas estão imersas em uma bolha de filtro, podem não estar cientes de informações ou opiniões que diferem das suas, o que pode levar a uma visão do mundo limitada e polarizada. Esse fenômeno pode contribuir para a polarização da sociedade, dificultando o diálogo construtivo e a compreensão mútua entre grupos com perspectivas diferentes (Cooke, 2018).

As pessoas que acreditam que a terra é plana (Novais, 2019) exemplificam a maneira como essas ideias encontram espaço para prosperar nas redes sociais, websites e, até mesmo, em eventos conferenciais dedicados. Esse fenômeno evidencia a habilidade dessas teorias em conquistar uma audiência mais ampla, impulsionadas pelas ferramentas disponíveis na internet. O engajamento online dessas comunidades, muitas vezes, transcende as fronteiras geográficas, permitindo que ideias outrora marginais atinjam um público global. Este fenômeno destaca não apenas a capacidade de disseminação dessas teorias, mas também a influência significativa das redes sociais na formação e expansão de comunidades que sustentam perspectivas muitas vezes desafiadoras para o conhecimento científico estabelecido (Patino, 2019). Segundo Patino (2019), “a dependência que se desenvolve, os efeitos das bolhas de informação, do desequilíbrio, da disseminação de notícias falsas e de contra-realidades, são também (...) uma produção intrínseca do modelo econômico das plataformas” (p. 117).

No Brasil, especialistas afirmam que ataques violentos em escolas podem ser incentivados pelos conteúdos ofensivos em páginas da internet (Iory & Mariano, 2023). Dentre os casos, há um jovem de 13 anos que matou uma professora e feriu outras três numa escola em São Paulo. O adolescente publicava conteúdos relacionados com suas intenções violentas e fazia parte de grupos que partilham *hashtags* de teor extremista. De acordo com a investigadora citada na reportagem, Letícia Oliveira, que monitora atividades de células nazistas na internet, há uma comunidade que idolatra atiradores em massa que vem crescendo e se promovendo principalmente por *hashtags* numa bolha online restrita. Atentados, como o de São Paulo, rompem essa bolha e o conteúdo se dissemina.

Em contrapartida, ainda não há um consenso teórico sobre a definição dos conceitos (Arguedas et al., 2022; Bruns, 2021). De acordo com Arguedas et al. (2022), as bolhas de filtro são câmaras de eco produzidas através de algoritmos, pois as informações enviadas ao perfil são personalizadas e não há uma escolha ativa do usuário. As câmaras de eco, por sua vez, são bolhas que estão mais relacionadas às escolhas dos usuários. Os autores questionam: “qual é a importância relativa das escolhas dos usuários ativos versus filtragem algorítmica na determinação da diversidade de fontes que as pessoas acessam?” (Arguedas et al., 2022, p. 11). Ainda não é possível perceber a real rigidez das câmaras de eco e bolhas de filtro ao isolar os usuários de conteúdos diversos (Arguedas et al., 2022; Bruns, 2021).

Conforme já mencionado, além da problemática das bolhas e do discurso de ódio, essa dinâmica online intensifica os desafios associados à desinformação, promovendo a propagação rápida de narrativas tendenciosas e prejudiciais, o que requer uma abordagem cautelosa e crítica para mitigar os impactos negativos na esfera pública digital (Silveira et al., 2017). Estas são algumas razões que indicam a carência de traçar uma linha de liberdade de expressão e regular amplamente as mídias digitais.

4. INICIATIVAS DA UNIÃO EUROPEIA PARA REGULAÇÃO DO DIGITAL

Há uma série de questionamentos envolvidos com o processo da regulação do meio digital, tais como: a proteção de dados dos usuários (Rosa, 2019), a validade e eficiência da autorregulação das plataformas, como estabelecer uma concorrência mais justa entre elas, quais parâmetros para denunciar ou retirar uma página do ar, o que se pode regular, qual tipo de punição, como considerar a opinião pública neste meio e assim por diante. Estas questões, longe de serem totalmente respondidas, parecem estar no foco do Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social — Proposta de Regulamento e Recomendação (Comissão Europeia, 2022), que traça uma série de artigos que demonstram um interesse em conseguir controlar o desenvolvimento do meio digital que cresceu sem regras claras. Esta lei defende, principalmente, o pluralismo dos meios de comunicação social, a transparência dos recursos econômicos e a comunicação social de qualidade.

Além disso, a UE estabeleceu uma agenda digital 2020–2030 (Petit et al., 2024) com objetivos como: “pelo menos 80 % de todos os adultos devem possuir competências digitais básicas e devem existir 20 milhões de especialistas em TIC empregados na UE, com um número mais elevado de mulheres a ocupar esses postos de trabalho” (p. 2), apoiar a criação de serviços e mercados digitais seguros e cibersegurança.

Apesar da dificuldade de regulação, devido aos questionamentos sobre a liberdade de expressão, a UE tem tentado articular um ambiente digital mais justo como o caso do plano de ação eEurope 2005: An Information Society for All (Commission of the European Communities, 2002) e o conjunto de regras para os serviços aprovadas recentemente (janeiro de 2022): a Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais (European Economic and Social Committee, 2021).

O regulamento dos serviços digitais (União Europeia, 2022) foi publicado em outubro de 2022 e junto com isso a UE tem pedido informações às grandes empresas de tecnologia ao abrigo desta regulação, como é o caso da Amazon (Comissão Europeia, 2023d), AliExpress (Comissão Europeia, 2023a), Meta (Comissão Europeia, 2023c) e TikTok (Comissão Europeia, 2023b). Dentre vários artigos regulatórios, o regulamento dos serviços digitais ressalta que:

em particular, o conceito de “conteúdos ilegais” deverá ser definido em sentido lato para abranger as informações relativas a conteúdos, produtos, serviços e atividades ilegais. Em especial, esse conceito deverá ser entendido como referindo-se a informações que, independentemente da forma

que assumam, nos termos da lei aplicável, são ilegais, como os discursos ilegais de incitação ao ódio ou os conteúdos terroristas e os conteúdos discriminatórios ilícitos, ou que as regras aplicáveis tornam ilegais, tendo em conta o facto de estarem relacionadas com atividades ilegais.

São exemplos ilustrativos dessas atividades a partilha de imagens pedopornográficas, a partilha não consensual ilícita de imagens privadas, a perseguição em linha, a venda de produtos não conformes ou contrafeitos, a venda de produtos ou a prestação de serviços em violação do direito em matéria de defesa dos consumidores, a utilização não autorizada de material protegido por direitos de autor, a oferta ilegal de serviços de alojamento ou a venda ilegal de animais vivos. Em contrapartida, um vídeo de uma testemunha ocular de um potencial crime não deverá ser considerado um conteúdo ilegal pelo simples facto de representar um ato ilegal, quando a gravação ou a difusão desse vídeo ao público não for ilegal nos termos do direito nacional ou da União. (União Europeia, 2022, art. 12)

Nesse nicho da regulação, nota-se que há uma linha tênue que tenta ser traçada, devido ao esforço para estabelecer uma clara distinção entre conteúdos ilegais e aqueles que, embora representem atividades ilegais, não são ilegais em si mesmos de acordo com as leis aplicáveis. No que concerne ao tema direto da liberdade de expressão, o regulamento é incisivo por diversas vezes com a obrigação de estabelecer o “direito à liberdade de expressão e de informação”, apesar de não definir em específico cada conceito no próprio regulamento.

O que também chama a atenção são as diretrizes voltadas ao modelo de negócio das plataformas, algo que pode ser conectado com o conceito visto anteriormente de “economia da atenção”. A regulação preza por assegurar liberdade e direitos, além de expressão, tais como “o direito à vida privada, o direito à proteção de dados, o direito à não discriminação, os direitos da criança e a defesa dos consumidores” (União Europeia, 2022, art. 81), direitos que podem ser colocados em risco pelo modo de funcionamento das próprias plataformas:

esses riscos podem decorrer, por exemplo, da conceção dos sistemas algorítmicos utilizados pela plataforma em linha de muito grande dimensão ou pelo motor de pesquisa em linha de muito grande dimensão ou da utilização abusiva do seu serviço através da apresentação de notificações abusivas ou de outros métodos para silenciar o discurso ou dificultar a concorrência. Ao avaliarem os riscos para os direitos da criança, os fornecedores de plataformas em linha de muito grande dimensão e de motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão deverão ter em conta, por exemplo, a facilidade de compreensão para os menores no que respeita à conceção e ao funcionamento do serviço, bem como a forma como os menores podem ser expostos através do seu serviço a conteúdos suscetíveis

de prejudicar a sua saúde e o seu desenvolvimento físico, mental e moral. Tais riscos podem surgir, por exemplo, em relação à conceção de interfaces em linha que, de forma intencional ou involuntária, explorem as vulnerabilidades e a inexperiência dos menores ou que possam causar comportamentos aditivos. (União Europeia, 2022, art. 81)

As já citadas e outras grandes empresas da área da tecnologia tiveram até meados de março de 2024 para cumprirem com a regulação estabelecida. Em caso de não cumprimento das obrigações, as empresas podem ser julgadas pelo tribunal de justiça da UE, sob pena equivalente a gravidade do incumprimento. Em julho do mesmo ano, o X (antigo Twitter) foi acusado pela EU de infringir tal regulação ao violar pontos-chave como transparência publicitária e autenticidade das contas (F. Costa, 2024). Esta plataforma permanece sendo investigada pela EU, à vista das suspeitas do proprietário, Elon Musk, de manipular os conteúdos da rede social X para beneficiar a extrema-direita na Europa (Ramos, 2025).

No que concerne aos conteúdos de desinformação, Portugal, por exemplo, em julho de 2021, implementou a Carta Portuguesa de Diretos Humanos na Era Digital por meio da Lei n.º 27/2021 (2021), um marco na regulamentação do ambiente digital do país. Esta carta visa a proteção contra a desinformação online, estabelecendo disposições concretas para lidar com tal fenómeno. Entre suas diretrizes, destaca-se a disposição de que entidades envolvidas na prática da desinformação podem ser denunciadas à Entidade Reguladora para a Comunicação Social. A carta estabelece um apoio institucional à verificação de fatos por organizações oficiais e à criação de selos de qualidade, proporcionando um respaldo oficial e reconhecimento a instituições confiáveis que desempenham um papel fundamental na promoção da informação precisa e na mitigação da disseminação de notícias falsas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se debruçou na literatura em busca de *insights* que lançassem luz sobre as complexidades das interações online, bem como expôs algumas estratégias propostas pela UE para enfrentar essas questões em evolução. Apesar da clareza das evidências apresentadas, as perguntas fundamentais formuladas no início da discussão permanecem sem respostas definitivas.

A teoria incluída ressalta a crescente predominância da dinâmica da economia da atenção como um instrumento de poder considerável, especialmente nas práticas comerciais das *big techs* que dominam o cenário online. Atualmente, esse instrumento parece exercer uma influência dominante nos modelos de negócios das *big techs*, muitas vezes sobrepujando valores sociais fundamentais, o que suscita questionamentos devido aos efeitos prejudiciais identificados em diversas esferas da sociedade. Esses impactos não apenas se manifestam na distração excessiva induzida pelos dispositivos digitais, mas também na formação de bolhas informacionais que moldam e, por vezes, distorcem a percepção da realidade.

Não obstante, é imperativo reconhecer que as bolhas de filtro desempenham um papel na complexa dinâmica da economia da atenção. Essas bolhas exercem uma influência na forma como o conteúdo é apresentado aos usuários, impactando significativamente a diversidade de opiniões e a natureza das interações nas plataformas digitais. A operação dessas bolhas, muitas vezes baseada em algoritmos personalizados, pode resultar numa seleção de informações que reforça as visões preexistentes do usuário. Isso não apenas molda as percepções individuais, mas também contribui para a polarização e para a formação de câmaras de eco, onde ideias são reforçadas num ciclo contínuo.

Notou-se ainda que a questão da liberdade de expressão online é urgente. A regulação das mídias digitais através de estados democráticos se torna uma condição inevitável para um funcionamento íntegro das plataformas. Passamos por exemplos de xenofobia, crime de ódio, mas os exemplos incluídos são graves e, ao mesmo tempo, efêmeros à vista da quantidade de situações problemáticas e crimes que começam no virtual e passam para o mundo real.

A UE, por seu turno, traça direções complexas para a regulação dessas plataformas, as quais aparentam ser duras, ainda que não esclareçam minuciosamente certos pontos como as punições em caso de incumprimento. Este desenvolvimento legislativo reflete a conscientização crescente sobre os desafios enfrentados no ciberespaço e busca estabelecer mecanismos regulatórios que fortaleçam a integridade informacional e protejam os direitos humanos em meio à revolução digital. Por outro lado, estarão as *big techs* dispostas a alterar seu modelo de negócios e cumpri-las ou estarão organizando recursos humanos e financeiros para encontrar novamente um caminho de utilizar a tecnologia ao seu total e único favor?

Apesar de um panorama de evidências e reflexões, o artigo reconhece a persistência de lacunas no entendimento desses fenômenos complexos, ressaltando a necessidade de pesquisas adicionais. Portanto, este artigo não apenas almeja, mas instiga a expansão dos horizontes da discussão, identificando pontos que clamam por uma exploração mais aprofundada. Dentre esses, destaca-se a eficácia ou não da autorregulação das plataformas, uma temática que demanda uma análise mais extensiva para se compreender suas implicações. A instrumentalização da economia da atenção como uma “cortina de fumaça” para questões sociais cruciais emerge como outro terreno para uma investigação mais detalhada.

Outro ponto de destaque, que merece um exame mais aprofundado, reside nos casos práticos envolvendo desinformação e discurso de ódio. A complexidade dessas situações exige uma análise minuciosa para identificar nuances e padrões que possam informar estratégias mais eficazes de prevenção e combate.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Ahmad, M., Carter, R., Deo, A., Hermansson, P., & Malik, M. (2023). *Stoking the flames: The influence of press and government rhetoric on far-right anti-migrant engagement*. HOPE not hate. <https://hopenothate.org.uk/wp-content/uploads/2023/05/Stoking-the-Flames.pdf>
- Arendt, H. (1995). *Verdade e política* (M. de L. Pereira, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1972)
- Arguedas, A. R., Robertson, C. T., Fletcher, R., & Nielsen, R. K. (2022). *Echo chambers, filter bubbles, and polarisation: A literature review*. Reuters Institute for the Study of Journalism. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/echo-chambers-filter-bubbles-and-polarisation-literature-review>
- Bauman, Z. (1999). *Em busca da política* (M. L. S. de Araújo, Trad.) . Zahar. (Trabalho original publicado em 1999)
- Bittencourt, R. N. (2020). Déficit democrático e política eleitoral da desinformação. *Revista Espaço Acadêmico*, 20(225), 196–202.
- Brasileiro agredido em Braga. “Chutou a minha cara e as minhas costelas”*. (2023, 12 de junho). Notícias ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/2340273/brasileiro-agredido-em-braga-chutou-a-minha-cara-e-as-minhas-costelas>
- Bruns, A. (2021). Echo chambers? Filter bubbles? The misleading metaphors that obscure the real problem. In M. Pérez-Escobar & J. M. Noguera-Vivo (Eds.), *Hate speech and polarization in participatory society* (pp. 33–48). Routledge.
- Cardoso, G., Baldi, V., Pais, P., Paisana, M., Quintanilha, T., & Couraceiro, P. (2018). *As fake news numa sociedade pós-verdade: Contextualização, potenciais soluções e análise*. OberCom.
- Comissão Europeia. (2022, 16 de setembro). Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social — Proposta de regulamento e recomendação. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/library/european-media-freedom-act-proposal-regulation-and-recommendation>
- Comissão Europeia. (2023a, 6 de novembro). Comissão envia pedido de informações ao AliExpress ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/news/commission-sends-request-information-aliexpress-under-digital-services-act>
- Comissão Europeia. (2023b, 9 de novembro). Comissão envia pedidos de informações à TikTok e ao YouTube ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/news/commission-sends-request-information-aliexpress-under-digital-services-act>
- Comissão Europeia. (2023c, 10 de novembro). Comissão envia pedidos de informações à Meta e à Snap ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/news/commission-sends-request-information-aliexpress-under-digital-services-act>
- Comissão Europeia. (2023d, 15 de novembro). Comissão envia pedido de informações à Amazon ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/pt/news/commission-sends-request-information-aliexpress-under-digital-services-act>
- Commission of the European Communities. (2002, 21–22 de junho). *eEurope 2005: An information society for all*. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0263:FIN:EN:PDF>
- Cooke, N. A. (2018). *Fake news and alternative facts - Information literacy in a post-truth era*. ALA Editions.
- Costa, A. P. (2021). *Discurso de ódio e imigração em Portugal*. Casa do Brasil de Lisboa.

- Costa, F. (2024, 12 de julho). UE acusa X de infringir Lei dos Serviços Digitais. *Público*. <https://www.publico.pt/2024/07/12/mundo/noticia/ue-acusa-x-infringir-lei-servicos-digitais-2097396>
- Costa, P. R. (2020). Uma cartografia do ódio no Facebook: Gatilhos, insultos e imitações. *Comunicação Pública*, 15(29), 1–29. <https://doi.org/10.4000/cp.11367>
- European Economic and Social Committee. (2021). *Digital services act and digital markets act*. <https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/publications-other-work/publications/digital-services-act-and-digital-markets-act>
- Han, B.-C. (2014). *A sociedade do cansaço* (P. Tamen, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 2010)
- Iory, N., & Mariano, L. (2023, 5 de abril). *Ataques em escolas: Antes restrito à 'deep web', conteúdo extremista contribui para aumento de casos*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/04/ataques-em-escolas-antes-restrito-a-deep-web-conteudo-extremista-contribui-para-aumento-de-casos.ghtml>
- Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, Diário da República n.º 95/2021, Série I de 2021-05-17 (2021). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2021-163442504>
- Lineham, L., Rayson, S., & Chiu, H. W. (2023, 4 de novembro). *100m articles analyzed: What you need to write the best headlines*. BuzzSumo. <https://buzzsumo.com/blog/most-shared-headlines-study/>
- Lins, B. F. E. (2013). A evolução da internet: Uma perspectiva histórica. *Caderno ASLEGIS*, 48, 11–45.
- Novais, V. (2019, 15 de novembro). *Terraplanistas. Eles continuam a espalhar a mensagem de que a Terra é plana, da evangelização pelo YouTube às conferências de crentes*. Observador. <https://observador.pt/especiais/terraplanistas-eles-continuam-a-espalhar-a-mensagem-de-que-a-terra-e-plana-da-evangelizacao-pelo-youtube-as-conferencias-de-crentes/>
- Oliveira, A. S., & Gomes, P. O. (2019). Os limites da liberdade de expressão: Fake news como ameaça a democracia. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 20(2), 93–118. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v20i2.1645>
- Organização das Nações Unidas. (2023, 18 de junho). *ONU marca Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio*. <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816157>
- Patino, B. (2019). *A civilização do peixe vermelho*. Gradiva.
- Petit, A., Wala, Z., Ciucci, M., & Martinello, B. (2024, abril). *Uma agenda digital para a Europa*. Parlamento Europeu. http://europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_2.4.3.pdf
- Ramos, G. A. (2025, 18 de janeiro). *Bruxelas adota novas medidas de investigação sobre a rede X*. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/bruxelas-adota-novas-medidas-de-investigacao-sobre-a-rede-x_n1628234
- Rosa, R. M. (2019). *Unfaking news – Como combater a desinformação*. Media XXI.
- Silveira, A., Sanchotene, C., & Lavarda, S. (2017). Quando as notícias mais compartilhadas são falsas: A circulação de boatos durante a semana do impeachment no Facebook. *Comunicação & Informação*, 20(3), 99–112. <https://doi.org/10.5216/ci.v20i3.46950>
- Valle-Nunes, L. H. (2020). As redes sociais e a construção dos antagonismos: A imigração brasileira em Portugal representada em comentários do Facebook. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, 27(49), 100–116. <https://doi.org/10.12957/matraga.2020.44154>

União Europeia. (2022, 27 de outubro). Regulamento (UE) 2022/2065 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de outubro de 2022 relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais). <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R2065>

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe.

wearesocial & Meltwater. (2024). *Digital 2024: Global overview report*. <https://www.meltwater.com/en/global-digital-trends>

Willians, J. (2021). *Liberdade e resistência na economia da atenção: Como evitar que as tecnologias digitais nos distraiam dos nossos verdadeiros propósitos* (J. L. Silva, Trad.). Arquipélago Editorial. (Trabalho original publicado em 2018)

NOTAS BIOGRÁFICAS

Marina Maria Soares Silva é mestre em Marketing e Estratégia e doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Associado ao Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, seu projeto de doutorado foca no fenômeno da desinformação e na educação como base para mitigar seus efeitos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1114-2795>

Email: marinamaria.soares@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 30/11/2023 | Aceite: 23/01/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

JORGE DE SENA, LIBERDADE DE PENSAMENTO NOS MÉDIA E A COMUNIDADE (INTER)CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA

Lurdes Macedo

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona, Porto, Portugal
Concetualização, análise formal, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Nuno Bessa Moreira

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona, Porto, Portugal
Concetualização, análise formal, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Vanessa Ribeiro-Rodrigues

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona, Porto, Portugal
Concetualização, análise formal, investigação, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

RESUMO

Jorge de Sena (1919–1978), um dos mais multifacetados intelectuais portugueses do século XX, deixou um legado que, de acordo com certos autores (Baltrusch, 2019; Santos, 2019), merece ser explorado mais aprofundadamente para que seja apurada a dimensão do seu contributo para o património da cultura da língua portuguesa. Autor proscrito pelo regime de Salazar, com vasta obra produzida entre Portugal, Brasil e Estados Unidos, demonstrou desde cedo a sua liberdade de pensamento, recusando sacrificar a sua filiações políticas, apadrinhamentos sociais ou correntes literárias. Se, por um lado, essa liberdade foi incompatível com uma pátria ditatorial que lhe usurpou o lugar de pertença, por outro, permitiu-lhe fazer propostas inovadoras à época, como a constituição de uma comunidade (inter)cultural de língua portuguesa. Assim, a partir da constatação de que o pensamento de Jorge de Sena sobre esta comunidade permanece sob um espesso manto de esquecimento, encontrando-se ainda por sistematizar e divulgar, é proposta a hipótese de caber aos média, e ao tratamento que deram e continuam a dar a este intelectual, uma parte da responsabilidade por esse desconhecimento. Para testar a nossa hipótese, procedemos ao mapeamento, leitura, análise de conteúdo e consequente interpretação de vários conteúdos nos média, da autoria de, ou sobre, Jorge de Sena, desde 1942 até aos dias de hoje, dividindo esse período entre antes e após o 25 de Abril de 1974. Primeiro, constata-se que durante o período ditatorial, Sena nunca deixou de exprimir a sua liberdade de pensamento nas peças que assinava. Depois, textos sobre Jorge de Sena da autoria de outros enfatizam mais o seu percurso de vida do que o seu pensamento e o seu legado intelectual.

PALAVRAS-CHAVE

Jorge de Sena, média, liberdade de pensamento, comunidade (inter)cultural de língua portuguesa

JORGE DE SENA, FREEDOM OF THOUGHT IN THE MEDIA AND THE PORTUGUESE-SPEAKING (INTER)CULTURAL COMMUNITY

ABSTRACT

Jorge de Sena (1919–1978), recognised as one of the most versatile Portuguese intellectuals of the 20th century, left a legacy that, as some scholars argue (Baltrusch, 2019; Santos, 2019),

warrants deeper investigation to fully understand his impact on Portuguese-language cultural heritage. Outlawed by the Salazar regime, Jorge de Sena built an extensive body of work across Portugal, Brazil, and the United States, asserting his intellectual independence from an early age by resisting political affiliations, social patronage, and literary trends. While this defiance clashed with the oppressive regime that denied him a place to live in Portugal, it also enabled him to propose forward-thinking ideas, such as establishing a Portuguese-speaking (inter)cultural community. Thus, based on the observation that Jorge de Sena's views on this community remain largely overlooked and have yet to be systematically explored and disseminated, we hypothesise that the media, through their treatment of this intellectual figure, are partially responsible for this lack of recognition. To test our hypothesis, we mapped, read, analysed, and interpreted various media content by or about Jorge de Sena from 1942 to the present, dividing this period into two phases: before and after April 25, 1974. Firstly, it is evident that during the dictatorial period, Sena consistently expressed his freedom of thought in the works he produced. Secondly, texts about Jorge de Sena written by other authors emphasise his life journey more than his intellectual contributions and legacy.

KEYWORDS

Jorge de Sena, media, freedom of thought, Portuguese-speaking (inter)cultural community

1. INTRODUÇÃO

Podereis roubar-me tudo:
as ideias, as palavras, as imagens,
e também as metáforas, os temas, os motivos,
os símbolos, e a primazia
nas dores sofridas de uma língua nova.

—Jorge Sena, “Camões Dirige-se aos Seus Contemporâneos”

“Podereis roubar-me tudo” é o primeiro verso de “Camões Dirige-se aos Seus Contemporâneos” (Sena, 1988b), escrito por Jorge de Sena¹ (1919–1978), em 1961, e que, de acordo com Jackson (2020), poderá ser interpretado como lamento e profecia autorreferenciais. O autor esclarece que Sena, à época a residir no Brasil por força das circunstâncias políticas perpetradas pelo Estado Novo, ver-se-ia como autor de destino intelectual comparável ao de Camões, seu ídolo e objeto de estudo: ambos foram proscritos, “roubados” pelos seus pares e obrigados ao exílio, aguardando-os, contudo, um futuro auspicioso na cultura da língua portuguesa, após o reconhecimento póstumo da dimensão e da originalidade das respetivas obras. Passados 50 anos sobre o fim da ditadura que levou Sena a expatriar-se, e 45 anos volvidos desde o seu desaparecimento, importa concluir, em concordância com Jackson (2020), que tal reconhecimento, no seu caso, se encontra à mercê de um Portugal que “não sabe precisamente o que fazer dessa figura, bússola e voz de denúncia gigantesca” (p. 162).

É certo que em determinados círculos académicos e intelectuais — nomeadamente em Portugal, no Brasil e nos Estados Unidos —, o reconhecimento da obra poética e ficcional de Sena é inquestionável; todavia, conforme evidenciam alguns autores

¹ Doravante Sena.

(e.g., Baltrusch, 2019; Jackson, 2020; Santos, 2019), outros elementos fundamentais do seu legado intelectual permanecem esquecidos. As diversas interdependências entre Portugal, o Brasil, as então colónias e as diásporas, e suas implicações na construção da comunidade (inter)cultural de língua portuguesa² — preocupações expressas por Sena em numerosos textos e intervenções públicas ao longo do seu itinerário intelectual — serão aspetos que configuram uma arquitetura de pensamento ainda por estudar (Cunha et al., 2018; Macedo, 2023; Macedo & Moreira, 2024).

Neste sentido, os versos em epígrafe ilustram o problema que este artigo pretende lançar: o pensamento de Sena sobre a C(I)CLP, em muitos aspetos antecipatório e inovador, permanece invisível, apesar do debate que esta comunidade tem gerado e no qual outros autores se têm notabilizado.

Cumprir destacar que a denominação proposta para esta comunidade não poderá ser diretamente atribuída a Sena, uma vez que resulta da interpretação do conteúdo de variadas peças produzidas pelo autor ao longo do seu itinerário intelectual. Por cautela científica, a C(I)CLP defendida por Sena não deve ser confundida com a ideia de “lusofonia”, quase sempre geradora de tensões e fraturas. Como notam Macedo e Moreira (2024), no período em que Sena defendeu as suas ideias, a controversa noção de “lusofonia” ainda não tinha sido integrada no léxico da língua portuguesa. Aliás, os autores questionam se a “lusofonia” mereceria a plena adesão do autor, caso ele tivesse participado nos debates por esta suscitados: se, por um lado, as propostas por si ensaiadas não correspondem de forma linear à ideia de “lusofonia”; por outro, esta tem desencadeado acesas polémicas em Portugal, no Brasil e nos países africanos de língua oficial portuguesa, por cuja autonomia cultural Sena propugnava. Segundo, como também defendido por Macedo e Moreira (2024), porque o autor foi propondo a C(I)CLP de forma gradual e consentânea com a sua temporalidade e historicidade, tomando por ponto de partida as possibilidades de aceitação comum de um património cultural assente na sua dimensão e diversidade, num período prévio à globalização que introduziu a noção de “interculturalidade”. Assim se justifica o prefixo “inter”, colocado entre parêntesis na adjectivação desta comunidade, que Sena imaginou a partir das suas virtualidades culturais.

Dos textos conducentes à proposta da C(I)CLP, destaque-se “Possibilidades Universais do Mundo Luso-Brasileiro” (Sena, 1988a), escrito em data desconhecida entre 1959 e 1965, em que Sena sugere a concertação cultural e linguística entre Portugal e o Brasil. Simultaneamente, antecipa a independência das então colónias portuguesas em África, alegando as potencialidades de uma comunidade de língua e cultura resultante dos impérios coloniais europeus menos exposta ao risco de identificação com os “pavores do capitalismo euro-americano” (Sena, 1988a, p. 195), por nela existirem condições favoráveis à salvaguarda da diversidade cultural.

Neste conspecto, impõe-se uma questão: quais as razões que conduzem a que o pensamento de Sena sobre a C(I)CLP, componente estruturante do seu legado intelectual, permaneça na sombra?

² Doravante C(I)CLP.

A primeira constatação prende-se com o facto de Sena não ter procedido à sistematização do seu pensamento sobre a C(I)CLP, nem promovido articulações conducentes a tal tarefa. À falta de sistematização desse pensamento, disperso em variados textos e intervenções públicas do autor, caberá, com efeito, parte da responsabilidade pelo desconhecimento sobre as suas propostas de reflexão acerca desta comunidade. Note-se, no entanto, que este estudo não pretende sistematizar o pensamento de Sena sobre a C(I)CLP, trabalho que urge fazer e para o qual temos a intenção de contribuir, mas que ainda agora começamos.

Assim, não surpreende que, no dizer do próprio autor, embora pela voz de Camões, as ideias lhe poderiam ser roubadas. A este propósito, sublinhe-se que Boschi (2022), em texto sobre os precursores da comunidade de países de língua portuguesa, não inclui Sena, ignorando o pioneirismo de “A Comunidade de Estados Portugueses”, publicado no jornal oposicionista ao regime *Portugal Democrático*, em agosto de 1960. Tal facto valida a profecia dos seguintes versos do poema até aqui evocado: “e podereis depois não me citar/suprimir-me, ignorar-me, aclamar até/outros ladrões mais felizes”. Concomitantemente, a ideia de usurpação intelectual, traduzida nestes versos, remete para um universo em que mensagens forjadas na liberdade de pensamento são silenciadas em ditadura e em democracia só têm alcance se mediatizadas na esfera pública discursiva. Com efeito, os média fazem parte da cultura e, pela sua função de informar, são promotores da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1966) e da criação de comunidade (Kovach & Rosenstiel, 2014), tendo o poder de visibilizar ou invisibilizar pessoas e ideias.

Sendo Sena um intelectual proscrito pelo regime autocrático português, o seu pensamento não poderia ter destaque nos média da época, na medida em que vigorava “um aparelho ideológico e repressivo assente numa base legislativa pouco elaborada, e muitas vezes de interpretação arbitrária, levada a cabo por um conjunto de agentes e de mecanismos de pressão, que podiam ir até à interferência direta de Salazar” (Lima, 2013, p. 114).

Assim, a investigação apresentada neste artigo tem por objetivo testar a hipótese de uma das razões para o pensamento de Sena sobre a C(I)CLP permanecer na sombra se relacionar, em parte, com o tratamento dado a este intelectual pelos média, desde o início do seu percurso como intelectual, em 1942, até à atualidade. Para testar esta hipótese, procedeu-se ao mapeamento dos conteúdos identificados durante esta investigação, da autoria de, ou sobre, Sena, em vários média, durante um arco temporal de mais de 80 anos (Tabela 1), bem como à análise do seu conteúdo e à sua interpretação crítica.

	DATA	CONTEÚDO	GÉNERO	MEIO	PAÍS
ANTES DE 25 DE ABRIL DE 1974	1942, maio	“Poemas de África, de António de Navarro”	Recensão crítica	<i>Aventura</i> , Número 1	Portugal
	1942, maio	“Ambiente, de Jorge Barbosa”	Recensão crítica	<i>Aventura</i> , Número 1	Portugal
	1942, fevereiro	“Porto Grande (S. Vicente de Cabo Verde)”	Conto-crónica	<i>O Mundo Português</i> , Número 98	Portugal
	1944, maio	“A Ilha que Perdeu o Equador”	Conto-crónica	<i>O Mundo Português</i> , Número 125	Portugal
	1960, agosto	“A Comunidade de Estados Portugueses”	Artigo de opinião	<i>Portugal Democrático</i> , Número 39	Brasil
	1968, abril	Vários	Vários	<i>O Tempo e o Modo</i> , Número 59	Portugal
	1972, 16 de julho	“Jorge de Sena Disse Aquilo que Disse”	Entrevista	<i>Notícias</i>	Moçambique
	1972, 19 de julho	Entrevista a Jorge de Sena	Entrevista	Rádio Clube de Moçambique	Moçambique
APÓS 25 DE ABRIL DE 1974	1974, 28 de dezembro	“As Eleições”	Artigo de opinião	<i>Diário Popular</i>	Portugal
	1976, 09 de setembro	Entrevista a Jorge de Sena	Entrevista	RTP	Portugal
	1977, 06 de maio	Entrevista a Jorge de Sena	Entrevista	<i>Diário Popular</i>	Portugal
	1977, 02 de junho	Entrevista a Jorge de Sena	Entrevista	<i>Diário de Notícias</i>	Portugal
	1978, 16 de junho	<i>A Ideia e a Imagem, Especial Jorge de Sena</i>	Magazine televisivo	RTP	Portugal
	2005	<i>O Escritor Prodigioso</i>	Documentário	RTP	Portugal
	2009, 12 de setembro	“Póstuma Reconciliação com Jorge de Sena”	Notícia	<i>Diário de Notícias</i>	Portugal
	2018, 11 de outubro	“A Liberdade na Vida e Obra de Jorge de Sena”	Ensaio	Comunidade Cultura e Arte	Portugal
	2019, de 2 a 9 de novembro	<i>Especial Jorge de Sena: O Século de um Intelectual Indispensável</i>	Oito artigos e ensaios	<i>Público</i>	Portugal

Tabela 1. Mapeamento de conteúdos nos média analisados nesta investigação

Tendo Sena cultivado a liberdade de pensamento ao longo do seu itinerário intelectual, sendo, por isso, um autodeclarado opositor ao regime ditatorial português, condição que resume nos versos “no entendimento de outros, na coragem/de combater, julgar, de penetrar/em recessos de amor para que sois castrados”, procedeu-se ainda à comparação dos resultados obtidos entre dois períodos distintos: antes e após 25 de Abril de 1974.

Note-se que este trabalho não pretende constituir-se como uma revisão bibliográfica, exaustiva ou circunstanciada, sobre a forma como Sena perspetivou a questão da liberdade. Tal como observado por Picchio (2012), esta é uma questão que, em Sena, assume contornos de complexidade e variedade, estando alicerçada em expressões múltiplas, que só um estudo de maior envergadura poderia delimitar. Neste artigo, interessa antes perceber alguns momentos de um itinerário no decurso do qual a liberdade de pensamento esteve presente e foi central. Sobre este tópico, interessa também enfatizar a estreita ligação

entre pensamento e poesia em Sena, como é possível referendar nos seus versos de um outro poema, “Quem a Tem”, escrito em 1956 quando ainda vivia em Portugal: “não hei de morrer sem saber/qual a cor da liberdade” (Sena, 1958/2023, linhas 1–2).

2. JORGE DE SENA E A COMUNIDADE (INTER)CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS MÉDIA DURANTE O REGIME DITATORIAL

Sena revelou, desde muito jovem, interesse pela cultura dos então territórios coloniais portugueses. Este interesse estaria ligado à sua experiência precoce de contacto com esses territórios e com o Brasil. De acordo com Lourenço (1987), Sena

entra aos 17 anos para a Escola Naval (...). Primeiro classificado do seu curso, parte, a 2 de Outubro de 1937, no navio-escola Sagres, (...) – viagem que durará até Fevereiro do ano seguinte, proporcionando-lhe um primeiro contacto com a África (Cabo Verde, S. Tomé, Angola), o Brasil e as Canárias, e acima de tudo com o Mar. (p. 7)

Da análise dos primeiros anos do percurso intelectual de Sena, é possível destacar, logo à partida, o seu interesse pelas então colónias: a sua estreia na recensão crítica, incidente em obras de poetas africanos ou ligados a África, logo em 1942, no Número 1 da revista *Aventura* (Macedo & Moreira, 2024). Depois, há a salientar o quanto a experiência e o imaginário coloniais lhe serviram de inspiração para a escrita dos contos-crónica³ “Porto Grande (S. Vicente de Cabo Verde)”, publicado pela primeira vez no Número 98 de *O Mundo Português*, de fevereiro de 1942, e “A Ilha que Perdeu o Equador”, sobre São Tomé e Príncipe, dado à estampa no Número 125 do mesmo periódico, em maio de 1944⁴.

Sena revelou-se, desde cedo, um intelectual possuidor de vasta cultura, notável erudição, e invulgar capacidade de atualização face às novidades editoriais. Assim, como notam Macedo e Moreira (2024), a escolha da recensão crítica a obras literárias comparece em Sena como natural, dado este género textual se caracterizar pelo acompanhamento do quotidiano literário, permitindo aliar uma dimensão informativa a uma perspetiva hermenêutica. Os autores salientam ainda o facto de este género se configurar mais resguardado da censura, à época muito atuante, permitindo a Sena o exercício da sua liberdade de pensamento.

A estreia de Sena como crítico literário tomou por objeto *Poemas de África*, de António de Navarro, e *Ambiente*, do caboverdiano Jorge Barbosa. Na recensão a *Poemas de África*, Sena reconhece ao seu autor a virtude da originalidade, reiterando-lhe a necessidade de uma nova abordagem a África, sem as instrumentalizações características do cânone vigente:

Navarro é um poeta que nos dá o mundo, não pela compreensão poética da existência deste, mas pela compreensão de uma expressão poética

³ Denominação dada por Macedo e Moreira (2024), dado o seu hibridismo entre o conto breve e a crónica de viagem.

⁴ Estes contos-crónica viriam a ser reunidos com “Atlântico”, escrito em 1960, num tríptico intitulado “Duas Medalhas Imperiais, com Atlântico”, na coletânea *Andanças do Demónio*, publicada no mesmo ano.

interior determinada pela sua existência no mundo (...). Mas este livro não é só o livro de um admirável poeta. São “poemas de África”. E a África, tem sido, entre nós, tratada poeticamente? (p. XLVII)

Sena enfatiza também o tópico da liberdade para afirmar que o autor de *Poemas de África* não se deixa aprisionar, num tempo de “aprisionamento medroso dentro da liberdade obtida” (p. XLVII).

Quanto a *Ambiente*, de Jorge Barbosa, Sena envereda pela validação do título da obra — “porque o livro nos dá, de facto, um ambiente, e o autor está, na sua poesia, identificado com ele” (p. XLIX), para, de seguida, nos confrontar com a condição existencial do intelectual das colónias, figura que o poeta caboverdiano incarnava (Macedo & Moreira, 2024). Sena antecipa, não só cronológica, mas também ontologicamente, que em Barbosa a pertença ao meio caboverdiano não se coloca em causa, nem atinge de modo algum o desenraizamento, mas manifesta-se através de um conflito próprio da insularidade. O crítico literário demonstra uma sintonia com os propósitos do poeta recenseado, interpretando a sua *inadaptação* como “protesto de solidariedade” com o povo do seu arquipélago, revelador do “mistério da coexistência”, ambos concretizados numa resposta lírica ao problema da opressão colonial: “a sua poesia aproxima-se da gente cabo-verdiana e (...) aponta, um por um, os prisioneiros de um terra seca” (p. XLIX).

Quanto aos contos-crónica sobre as colónias insulares portuguesas em África, importa abordá-los pelo seu carácter de denúncia. Não é por acaso que, no primeiro conto, “Porto Grande (S. Vicente de Cabo Verde)”, Sena descreve a sua chegada e a sua partida desta localidade, sendo suprimida qualquer intriga do que aconteceu *in medias res*. À chegada a este território, o narrador encontra-se numa posição privilegiada de observação, do alto do mastro, lugar panorâmico, onde é possível sentir liberdade. Já na partida, existe uma referência fugidia, mas impressiva e relevante, ao encontro entre duas etnias, deixando em suspenso o desenlace: “no cais, no último dia, crioula e flébil com a criança ao colo, cujos cabelos louros brilhavam de um navio que viera do Norte, disse-me – Mas leva, leva... – e estendia-me aqueles olhos azuis num corpinho esfarrapado e escuro” (Sena, 1942/1960, p. 196). Percebe-se, na prosa de Sena, contida mas comovida solidariedade com o desespero daquela mãe, personificação das dificuldades do povo caboverdiano, as quais o autor denuncia nas entrelinhas.

No conto “A Ilha que Perdeu o Equador”, a atmosfera adensa-se, ficando cada vez mais pesada. A visita a São Tomé é de um só dia, mas o lastro emocional aumenta progressivamente, em parte pelo tom testemunhal da narrativa. A natureza é esmagadora e inóspita. Nota-se a diferença entre São Tomé como terra sonhada no atlas recebido na infância, um espaço de liberdade, e a referência metafórica à “madrugada sem sol” no momento da chegada.

Estes textos, da primeira metade da década de 1940, demonstram uma postura independente e de denúncia anticolonial em Sena, intelectual avesso a modas e a filiações a quaisquer correntes literárias ou ideologias políticas, característica que manteve ao longo da vida, e que o conduziu ao exílio brasileiro, em 1959. Como defendido por Lourenço (1998):

é certo que Jorge de Sena não estava sozinho. (...) Para aqueles que, sem serem apolíticos, se querem partidariamente independentes, a situação é angustiante: ou colaboram com a “política do espírito” de Ferro; ou suportam o espírito da política estalinista. Foi esta situação que Jorge de Sena viveu até se exilar, no Brasil, em Agosto de 1959. (pp. 140–142).

Com efeito, Sena exila-se voluntariamente no Brasil, para evitar as conseqüentes perseguições políticas de que seria alvo depois de participar numa tentativa falhada de golpe de estado. Nem de propósito, havia escrito, no já referido poema de 1956, os versos “eu não posso senão ser/desta terra em que nasci/embora ao mundo pertença” (Sena, 1958/2023, linhas 3–5). É no exílio que vive os seus primeiros anos em liberdade na vida adulta e que rasga novos horizontes que lhe permitem reconverter-se profissionalmente, substituindo a engenharia pelo ensino de literatura, e obtendo o grau de doutor em Letras.

Durante este período de seis anos, a sua atividade intelectual intensifica-se, ao mesmo tempo que reforça a participação cívica enquanto opositor ao regime do Estado Novo. Para além de integrar a direção da Unidade Democrática Portuguesa até 1961, participa também no conselho de redação do jornal *Portugal Democrático* até 1962, no qual publica regularmente textos de pensamento político-cultural. É precisamente neste período que Sena, a partir do percurso anterior e da experiência de imersão cultural no Brasil, começa a formular um pensamento estruturado sobre a aquela que ele denomina, à época, “comunidade luso-brasileira”⁵.

De acordo com Silva (2011), o *Portugal Democrático* contou, ao todo, com 37 textos da autoria de Sena, que “traduzem as múltiplas formas de intervenção política consideradas pelo escritor” (para. 3). Todavia, uma interpretação mais contextualizada e aprofundada destes textos permite compreender que, para além da sua dimensão política de oposição ao Estado Novo e ao colonialismo, os mesmos encerram também uma dimensão cultural fundada naquilo a que Sena chamava a “unidade cultural e linguística luso-brasileira”. De destacar “A Comunidade de Estados Portugueses”, publicado no Número 39, em agosto de 1960, que Sena já teria começado a redigir ainda em Portugal, mas que terá maturado com a sua experiência no Brasil. A partir da ideia de que seria necessário resolver a tensão colonial que colocava em risco o futuro de Portugal e “dos territórios que da nossa pátria dependem”, convoca a oposição democrática para tal tarefa e institui a restituição de liberdades e garantias como condição *sine qua non* para que se evite um “desastre incalculável” (Sena, 1960/2011, p. 95). Traçando um retrato do Portugal de então e das suas lideranças políticas, o intelectual demonstra que não bastaria o afastamento de Salazar para o país reverdecer no progresso, nem o cancelamento dos mecanismos de repressão do estado totalitário para que os diferentes grupos sociais, étnicos, religiosos e culturais dos então territórios portugueses conseguissem um entendimento fraterno. Ao invés, seria necessário repensar todo o sistema que unia de modo forçado estes povos e propor soluções. Sena prossegue com uma

⁵ No tempo presente, e com a devida recontextualização e reatualização pós-coloniais, deveremos considerá-la como C(I)CLP.

crítica mordaz à mitologia imperial propagandeada enquanto estratégia de legitimação do poder de Salazar, para a seguir fundamentar a impossibilidade de “manter unido e submisso o imenso mundo português” (Sena, 1960/2011, p. 96) através do paternalismo colonialista ou pela força das armas. Na sua visão, o Exército Português, em vez de se preparar para uma guerra perdida, deveria tomar por missão garantir “dentro de uma estrutura totalmente democrática, a formação urgentíssima da Comunidade de Estados Portugueses” (Sena, 1960/2011, p. 97). Depois de enunciar nove pontos para a organização política desta comunidade de estados soberanos, Sena passa à proposta das suas bases constitucionais, que previam, no Artigo 5.º, a eleição de um presidente da Comunidade por sufrágio universal e direto em todos os países nela representados. De sublinhar que o Artigo 18.º, referente ao direito de secessão dos países participantes, bem como ao direito de depois se unirem a outros países, salvaguardava situações que promovessem “a realização da Comunidade Luso-Brasileira”, à qual Sena habitualmente se referia a partir da matriz cultural do seu pensamento. O autor termina este texto reafirmando a liberdade, a dignidade e a representatividade de todos os povos no interior da “Comunidade de Estados Portugueses”, e relembrando a necessidade de antecipar o futuro face aos novos rumos do mundo, para que Portugal, “à beira do desastre”, se pudesse reerguer “não pelo que foi ou julga que é, mas pelo que é de facto e pode vir a ser” (Sena, 1960/2011, p. 104).

Em 1965, Sena rumou com a sua família aos Estados Unidos, para lecionar na Universidade de Wisconsin, receando as consequências do golpe militar de 1964 no Brasil. Esta mudança coloca-o perante uma ambivalência: à oportunidade de ensinar e divulgar a cultura luso-brasileira nos Estados Unidos, opõe-se a circunscrição da sua atividade ao meio académico e ao círculo da emigração, que procura compensar com a intensa troca de correspondência com outros intelectuais portugueses e brasileiros. De acordo com Sá (2019), foi precisamente esta correspondência que lhe permitiu fazer-se ouvir nos meios literários portugueses. Talvez também por isso, em abril de 1968, *O Tempo e o Modo – Revista de Pensamento e Ação* arrisca trazê-lo à luz no seu Número 59, assumindo na “Nota de Abertura” que a homenagem prestada por quem considerava um privilégio ser contemporâneo de Sena valia bem a sua consequente impopularidade. Neste número, no qual Sena é a figura de capa, são-lhe dedicadas mais de 100 páginas, entre a já citada “Nota de Abertura”, artigos, ensaios assinados por António Ramos Rosa, Luís Francisco Rebelo, Eduardo Lourenço e João Rui de Sousa, poemas inéditos do autor — entre os quais “Em Creta com o Minotauro” —, uma peça com fragmentos do romance então inédito *Sinais de Fogo*, um estudo com inquérito a 39 poetas (respondido por 23) sobre o lugar de Sena na literatura e cultura portuguesas e uma entrevista de fundo ao homenageado. Em todas as peças, a liberdade de pensamento de Sena é ensaiada, mas só na entrevista foram encontradas alusões às suas ideias sobre a C(I)CLP. Sena refere o desinteresse internacional pelas literaturas em português como “herança dolorosa de uma língua encadeada no silêncio de si mesma, e que agora sai dela sobretudo pela importância internacional de que o Brasil se reveste” (Sena, 1968, p. 427), para adiante sugerir as literaturas portuguesa e brasileira “dentro de uma cultura e de uma língua” (Sena, 1968, p. 427).

Em 1970, já na condição de professor catedrático, acaba por se transferir para a Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, onde irá ocupar cargos de direção no Departamento de Espanhol e Português e no Programa de Literatura Comparada. Em 1972, ano do quarto centenário da primeira publicação de *Os Lusíadas*, receberia vários convites para participar como orador em conferências internacionais, que o levaram numa longa viagem de trabalho por diversos países, e que terminaria com uma estadia em Moçambique, durante três semanas do mês de julho, seguida de uma breve passagem por Angola. A chegada a Moçambique, onde a revista de poesia *Caliban*, com a qual Sena colaborava, acabara de ser proibida pela Administração Colonial, coincide precisamente com as comemorações oficiais do quarto centenário da primeira publicação da epopeia de Camões nessa então colónia, que decorriam sob a égide do Governador Geral. Convidado pela Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, Sena protagonizaria um programa alternativo a essas comemorações (Mendonça, 2024), proferindo quatro conferências em Lourenço Marques e uma na Beira, e participando num sarau de poesia na Ilha de Moçambique, naquilo que, de acordo com Cunha et al. (2018), constituiu um verdadeiro acontecimento antirregime. Da sua passagem por Moçambique, são de destacar duas das entrevistas que concedeu aos média: a primeira, publicada no diário *Notícias*, a 16 de julho; a segunda, gravada pela Rádio Clube de Moçambique, três dias mais tarde, mas que viria a ser censurada antes da sua transmissão.

No *Notícias*, chamava a atenção para “um problema a resolver antes de mais nada” (p. 10): apesar de a língua portuguesa figurar, à época, entre as seis mais faladas no mundo e, prospetivamente, vir a estar entre as quatro primeiras no final do século XX, “a magnitude e o peso do nosso idioma são largamente ignorados no mundo” (p. 10). Tal problema tinha as suas causas profundas em aspetos que o catedrático de Santa Bárbara, com a sua natural liberdade de pensamento, não se coibiu de enumerar de forma disruptiva. Afirmando que “em Portugal muita gente ainda não se convenceu [que] as línguas pertencem a quem as fala e a quem as escreve – não aos gramáticos” (p. 10), Sena procura lançar o debate sobre a apropriação da “norma culta” da língua portuguesa por parte de um Portugal culturalmente centralista.

À Rádio Clube de Moçambique, Sena sugere que o facto de Portugal e o Brasil se encontrarem de costas voltadas a nível cultural, e o não reconhecimento da produção cultural das então colónias na metrópole, eram também causas para a “cultura da língua” permanecer na sombra a nível internacional. A seu ver, tais situações não invalidavam que, por exemplo, se organizassem seletas com escritores e poetas de todos os espaços onde se falasse o português, que Rui Knopfli, natural e residente em Moçambique, fosse um dos maiores poetas de língua portuguesa desse tempo, ou que Eugénio Lisboa, também natural e residente em Moçambique, fosse um dos melhores críticos literários da sua geração. Ao longo de toda a entrevista, Sena recorre a metáforas e a elaborada retórica para apontar aqueles que considerava serem os remédios para males tão estruturais: desmitificar o passado histórico, refundando a “cultura da língua” numa História cientificamente fundamentada; compreender Camões a partir do seu valor literário, para ultrapassar a interpretação instrumentalizada da sua obra, que colocava em primeiro

plano a exaltação da expansão marítima portuguesa; e combater os nacionalismos culturais português e brasileiro, para que a C(I)CLP se realizasse.

3. JORGE DE SENA E A COMUNIDADE (INTER)CULTURAL DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS MÉDIA EM DEMOCRACIA

A partir da Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, e depois de 15 anos de exílio, Sena, o crítico anti-fascista, *persona non grata* para o regime autocrático do Estado Novo e defensor da autodeterminação dos povos oprimidos pelo colonialismo português, almejava um lugar na construção da democracia, para conhecer finalmente a “cor da liberdade” do seu país, tal como expressa na conclusão do já citado poema de 1956: “mas, embora escondam tudo/e me queiram cego e mudo/não hei-de morrer sem saber/qual a cor da liberdade” (Sena, 1958/2023, linhas 11–14). Segundo Picchio (1998), os versos deste poema são, desde logo, uma “luz esclarecedora (...) seguindo a isotopia da procura da liberdade, daquela cor da liberdade que, vinda alfim, não deixaria de o magoar e o decepcionar, embora entre inevitáveis alegrias” (para. 19).

Mécia de Sena — esposa e figura seminal na divulgação e promoção editorial da obra do autor — afirmava que Sena não contava com a revolução do 25 de Abril de 1974. Porém, “depois de feita, esperava que o chamassem a ajudar, mas verificou que não havia espaço para ele” (Pontes, 2005, 00:62:00). Mécia sustenta que Sena mergulhou numa desilusão, pois esperou anos pelo regresso ao país; contudo, foi mais uma vez excluído.

Em artigo de opinião intitulado “As Eleições”, publicado no *Diário Popular* de 28 de dezembro de 1974, Sena defende a realização próxima de eleições para a Assembleia Constituinte (que viriam a ter lugar a 25 de abril de 1975) como um momento imprescindível para legitimar e institucionalizar a revolução e a democracia pluralista, pugnando intensamente pelos seus valores, entre os quais se conta, necessariamente, a liberdade. Nessa medida, Sena considera que o Movimento das Forças Armadas⁶ e o seu programa são essenciais a este processo democrático em curso, mas alerta para os perigos de excessiva apropriação do referido programa. Por outro lado, Sena condena aqueles que sob a capa da democracia procuram instrumentalizá-la através do regresso a governos autoritários. Teme ainda aqueles que no interior do MFA não confiavam inteiramente na democracia, colocando-se o intelectual do lado dos que dentro e fora do movimento lutam por ela, por todas as liberdades políticas, pela descolonização e pela justiça.

Neste artigo, Sena apela à participação do povo e considera importante que aqueles que votam na direita se expressem, dado que esta pode ser conservadora sem ser reacionária; assim como nem toda a esquerda progressista é comunista. Sena recusa-se a encarar a esquerda e a direita como dois blocos homogéneos e estanques, sublinhando, alternativamente, a diversidade no seio de uma e de outra.

Numa entrevista à RTP¹, a 9 de setembro de 1976⁷, o escritor afirmou ao jornalista Joaquim Furtado que, quando se deu a Revolução de Abril, foi uma das pessoas

⁶ Doravante MFA.

⁷ O escritor estava de passagem por Portugal a propósito da participação, como convidado, num congresso internacional de escritores, que se reuniria em Grado, na Itália, em 1976.

que fizeram “o sermão da ocasião” (00:02:18) à comunidade portuguesa residente na Califórnia sobre o que se estava a passar em Portugal. Logo depois, esclarece também por que motivo não regressou após a revolução: “eu não vim porque ninguém me chamou, em segundo lugar porque tenho um lugar fixo [nos Estados Unidos, como professor catedrático] e em terceiro porque não pediria a ninguém” (00:07:03). Sena enfatiza que, na sua primeira visita a Portugal após a revolução, em julho de 1974, fez questão de não visitar os amigos bem posicionados no novo governo, “para ficar bem claro que não vinha a Portugal sacudir a árvore das patacas” (00:07:36). Neste tom crítico, Sena reforça o seu espírito livre e independente, não sem amargura e mordacidade, num exercício discursivo que lhe era característico, isto é, o da transparência e liberdade de pensamento e de sentimento de injustiça pelo insuficiente reconhecimento do seu mérito artístico e intelectual, por se alicerçar num percurso autodidata: o do engenheiro que se tornara poeta.

Por seu turno, a 6 de maio de 1977, numa entrevista conduzida por João Alves Costa para o *Diário Popular*, Sena, de passagem por Lisboa na sequência do recebimento do Prémio de Poesia em Catânia, Itália, aproveita a ocasião para sublinhar que a referida distinção decorreu de um prémio dado por um júri que reconheceu os seus méritos e não da participação num concurso. Esclarece que apenas concorrera uma vez a um certame literário para vincar a sua posição como opositor ao Estado Novo. João Alves Costa pergunta-lhe “como sentiu a honra internacional recebida” e Sena dispara sem tibiezas, como era seu timbre: “em certa medida serve de recompensa para as homenagens nacionais que não tenho nem solicitado” (p. 28).

Sobre a possibilidade de se radicar em Portugal, Sena afirmou o seguinte: “esse problema não me compete a mim e já não acredito — aliás nunca acreditei — que Portugal alguma vez pensasse nisso” (p. 28). Nesta peça, o escritor salvaguarda a razão pela qual aceitou a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique, concedida pelo Presidente da República: “ao aceitar a Comenda da Ordem do Infante solidarizei-me com os outros emigrantes distinguidos comigo” (p. 28). Essa posição comprometida com aqueles que, como ele, eram emigrantes, coabita com alguma mágoa por nunca ter sido convidado por entidades oficiais a regressar a Portugal e dialoga com o discurso que permeia a entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, a 2 de junho de 1977, conduzida por Manuel Poppe. O jornalista não resiste a apontar que Sena viva fora de Portugal, lecionando numa universidade estrangeira. Sena defende que ser-se independente intelectual e ideologicamente acarreta o risco de exclusão e que o preço dessa liberdade é ser-se denegrido e, portanto, votado ao esquecimento e à invisibilidade.

Há uma coisa que em Portugal se não perdoa que é a total independência. A independência em Portugal paga-se extremamente cara. Nós temos, em Portugal, de pertencer a qualquer casa da comarca de qualquer coisa, seja um grande partido político ou seja um grupo onomástico. Se não pertencemos a qualquer destas coisas estamos perdidos. (Sena, 1977, para. 1)

É neste testemunho que encontramos, também, como Sena considerava a poesia e a literatura formas de expressão da sua liberdade, uma vez que, para ele, esses discursos

eram social e politicamente comprometidos, ainda que não implicassem um posicionamento partidário definido.

Uma das últimas intervenções públicas de Sena em Portugal aconteceu a 10 de junho de 1977, nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, que decorreram na cidade da Guarda, a convite do então Presidente da República, General Ramalho Eanes. No célebre “Discurso da Guarda”, aponta a língua portuguesa como “uma das seis grandes línguas do mundo”, frisando que Camões foi o maior poeta da língua, e um dos maiores de sempre, embora o resto do mundo não o saiba, numa clara alusão à falta de reconhecimento da importância da “cultura da língua portuguesa” no mundo. Um pouco adiante, sinaliza a liberdade como palavra-chave da sua pessoa e da sua obra, para a seguir problematizar e enaltecer a diversidade das comunidades portuguesas no mundo, e denunciar não só o velho centralismo lisboeta, como também a histórica e psicanaliticamente explicável falta de arcabouço dos portugueses para lidar com essa mesma liberdade. Sena sugere que é em Camões, e na compreensão d’*Os Lusíadas* em toda a sua extensão e profundidade, que se deve procurar transformar este estado de coisas e resolver os impasses do processo de construção da identidade nacional no pós-25 de Abril: interpretando e aceitando as contradições da história do país e do próprio ser humano, tal como Camões o fez na sua obra, com sentido de liberdade e justiça. De referir que esta intervenção pública de Sena conheceu alguma cobertura mediática na imprensa nacional⁸, embora à sombra das intervenções dos políticos nas mesmas comemorações. Na imprensa local, nomeadamente no *Jornal da Guarda*, não seria feita qualquer referência à presença de Sena ou ao seu discurso na cobertura das comemorações do 10 de junho nesta cidade.

4. HOMENAGENS PÓSTUMAS E RITUALIZAÇÕES DA MEMÓRIA

Sena morreria um ano após esse discurso, na Califórnia, nos Estados Unidos, sem o reconhecimento pela sua obra e sem fazer as pazes com a pátria que o proscreeu. Vieira (2020) demonstra que, a 4 de junho de 1978, a imprensa portuguesa render-se-ia à inevitabilidade da cobertura da sua partida: “a morte de Jorge de Sena foi ruidosa” (p. 69) — desde as primeiras páginas de todos os diários, editoriais, abertura de telejornal, a um programa especial na RTP. Ao analisar essa cobertura, a autora nota que a ideia transmitida pelos média foi a de que o país não se afastou de Sena, uma vez que “pelo menos a elite intelectual e política testemunhada pelos jornais, presente na imprensa, foi unânime no louvor à obra do Poeta, à importância da intervenção pública de Sena” (p. 82). Não obstante, “isso não retira legitimidade ao sentimento de injustiça em relação ao silêncio da crítica especializada sobre a obra de Jorge de Sena, não minimiza o sofrimento de ‘mal de amores’ pátrios de que falam os seus amigos” (p. 82).

A análise do programa especial do magazine *A Ideia e a Imagem*, transmitido pela RTP a 16 de junho, permite compreender a ênfase dada à sua “vida difícil”, ao mesmo tempo que lhe era reconhecida genialidade por personalidades como Fernando

⁸ *Diário de Notícias* de 13 de junho de 1977.

Guimarães, Sophia de Mello Breyner Andresen e Agustina Bessa Luís. Todavia, a sua extensa e diversificada produção intelectual é referida por vários intervenientes como pouco lida e conhecida. Óscar Lopes, seu cunhado, opta por falar mais de aspetos pessoais do percurso de Sena, realçando as suas invulgares capacidades e as contradições da sua personalidade, para concluir que o homenageado era muito mais falado do que efetivamente conhecido. Na segunda metade do programa, Álvaro Manuel Machado, seu autor, nota que a componente ensaística da obra de Sena era desconhecida e que mereceria ser estudada para uma melhor compreensão do seu legado intelectual.

Em 2005, a RTP exibiu o documentário *O Escritor Prodigioso* de Joana Pontes, que tece uma narrativa que resgata a vida e obra de Sena. Biografia, traços de personalidade e modos de produção poética são evocados através de imagens de arquivo e de testemunhos de pessoas que lhe foram próximas, como Fernando Lemos, Hélder Macedo, Eduardo Lourenço ou João Bénard da Costa.

Em setembro de 2009, os restos mortais do escritor foram trasladados dos Estados Unidos para o Cemitério dos Prazeres, em Lisboa. Sobre este acontecimento, o *Diário de Notícias* escreveu que, tanto Eduardo Lourenço, como o então ministro da Cultura, José Pinto Ribeiro, afirmaram que foi “um ato de reparação e reconciliação” que termina “a sua condição de exilado do nosso país” (“Póstuma Reconciliação com Jorge de Sena”, 2009, para. 2). O artigo sugere ainda que o regresso de Sena a Portugal estaria a fomentar um novo interesse pelo seu legado: a Editora Guimarães iria reeditar a obra completa, depois de José Saramago “ter chamado a atenção para o esquecimento que se abatia sobre o escritor, sobretudo entre as gerações mais jovens” (“Póstuma Reconciliação com Jorge de Sena”, 2009, para. 7).

O artigo publicado, em 2018, no *website* Comunidade Cultura e Arte, “A Liberdade na Vida e Obra de Jorge de Sena”, destaca que o autor, com “certo rasgo revolucionário, contra as estruturas amorfas e repressivas do Estado Novo (...) transporta o fenómeno, a ocorrência, o efeito da liberdade para o auge daquilo que é a sua vida e obra” (para. 1).

Contudo, em 2019, ano do centenário do nascimento de Sena, estranhava-se o silêncio mediático a que as suas vida e obra estavam votadas. Em novembro, o jornal *Público* dedicou-lhe um *Especial* com oito artigos e ensaios⁹: *Jorge de Sena: O Século de um Intelectual Indispensável*. No texto inicial, a 2 de novembro, “Jorge de Sena: O Gigante Indigesto da Cultura Portuguesa”, o jornalista Luís Miguel Queirós (2019) salienta esse silêncio na esfera pública mediática e na academia.

Jorge de Sena nasceu há exactamente cem anos, no dia 2 de Novembro de 1919, e a julgar pela pouca visibilidade que até este momento têm tido as comemorações do seu centenário, se de comemorações se pode falar, é possível que o seu amigo Eduardo Lourenço se tenha precipitado quando, em Abril de 1968, profetizava na revista *O Tempo e o Modo*: “E os tempos estão próximos, ou já chegaram, em que o urso mal lambido das

⁹ Para esta análise consideramos somente os artigos publicados de 2 a 9 de novembro de 2019, visto que, na página principal desse *Especial* foram, posteriormente, associados outros artigos em 2020 e em 2021, onde aparece o nome Jorge de Sena.

nossas letras receberá as flores tardias da admiração com salário dobrado”.
(Queirós, 2019, p. 2)

Nesse artigo, Queirós (2019) defende que “o truculento e humaníssimo Minotauro das letras portuguesas continua por domar” (p. 2), na medida em que, não obstante os vários estudos académicos que têm refletido sobre o seu trabalho, a obra “poliédrica e colossal não encontrou ainda uma pacificada leitura global, e o lugar absolutamente cimeiro que ocupa na cultura portuguesa do século XX” (p. 2).

Os restantes artigos deste *Especial* tratam das várias facetas do autor. “O Poeta em Sena” enaltece o “papel preponderante que a criação poética desempenhou no conjunto da sua obra”, caracterizada pelo “amor extremo (por vezes extremado) pelo Humano e sua dignidade” (Frias, 2019, para. 5). “O Poeta Não É um Fingidor” afirma existir em Sena a “determinação em explorar o novo mundo aberto por Pessoa” (Martins, 2019, para. 5), concluindo ter sido ele o crítico que mais contribuiu para a compreensão da obra deste vulto do modernismo português. “Um ‘Realismo que Não Recua’: A Ficção de Jorge de Sena” enfatiza o intelectual “na sua desmesura quase inabarcável” (Pereira, 2019, para. 1), como poeta que não resistiu à prosa ficcional, sendo esta sobretudo de natureza testemunhal. Em “O Crítico Prodigioso”, Meirim (2019) explora a vastidão da obra crítica de Sena, na qual “é possível reconhecer a prática persistente de (...) ‘elucidar’, ‘corrigir’, ‘desmentir’ e ‘analisar’ (...) [pois] Sena falou de tudo, de todos e da maneira que entendeu ser a certa” (para. 1). “Jorge de Sena, Antologista” destaca também “o silêncio em relação a Jorge de Sena ao longo deste centenário do seu nascimento” (Vasconcelos, 2019, para. 2), lembrando que a vasta obra do autor foi, em parte, dedicada à denúncia das políticas do Estado Novo e sempre pautada pela defesa da liberdade de pensamento. “Jorge de Sena e o Brasil” problematiza a complexa mas produtiva relação do intelectual com este país, a partir da qual propôs “programas de ação que aproximem os dois países, combatendo (...) o mútuo preconceito e desconhecimento” (Silvestre, 2019, para. 8), validando a sua visão sobre os primeiros passos para a construção da C(I)CLP. Finalmente, “A Política em Sena”, de António Araújo, evidencia as contradições da sua personalidade e da sua trajetória, nas quais estaria em falta um pensamento político estruturado, apesar dos seus declarados antifascismo e anticolonialismo. Este posicionamento é especialmente notório em “A Comunidade de Estados Portugueses”, texto em que Sena defendia a autodeterminação dos povos colonizados numa concertação ao estilo da Commonwealth.

Em 2001, a cátedra Jorge de Sena e o Programa de Pós-Graduação em Línguas Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro criaram a revista *Metamorfoses*, que ainda se publica, em sua homenagem. Também nesta universidade, por iniciativa de um grupo de personalidades liderado pela Professora Gilda Santos, destaque-se o projeto pioneiro, nascido em 2010, que procura cruzar o interesse académico com a vontade de mais ampla divulgação da obra de Sena junto ao público em geral: o projeto *Ler Jorge de Sena*, plataforma digital dedicada à hermenêutica e à heurística dos diversos itinerários senianos, não se cingindo à literatura. *Ler Jorge de Sena* constitui um dos maiores

repositórios digitais de um autor de língua portuguesa, servindo como preciosa fonte de pesquisa e como meio de divulgação da vida e obra do “escritor prodigioso”.

5. CONCLUSÕES

Esta investigação pretendeu dar um contributo para a compreensão das razões que conduzem a que o pensamento de Sena sobre a C(I)CLP, componente estruturante do seu legado intelectual, permaneça na sombra. Acompanhando o seu itinerário intelectual ao longo do tempo, bem como o período após a sua morte, o mapeamento e interpretação das principais peças nos média assinadas por Sena, ou sobre ele, serviram para testar a hipótese de uma das razões para o seu pensamento sobre a C(I)CLP continuar invisibilizado se relacionar com o tratamento dado pelos média a este intelectual.

Sena em nome próprio e em discurso direto, em títulos da imprensa especializada ou de oposição ao regime, exerceu corajosamente a sua liberdade de pensamento com propostas para a construção de um Portugal democrático e pós-imperial, capaz de realizar-se no seu melhor, ou seja, na sua língua e na sua cultura e, conseqüentemente, no seu contributo inestimável para a constituição da C(I)CLP, na qual participariam também os outros países onde se fala o português e as diásporas de língua portuguesa espalhadas pelo mundo. Essas propostas, que são trazidas à luz sobretudo a partir do seu exílio no Brasil, tiveram a sua genealogia logo no início do seu itinerário intelectual, no qual cedo revelou que os territórios coloniais e as suas culturas figuravam entre os seus principais interesses. A relevância das críticas literárias inaugurais de Jorge de Sena e dos seus primeiros contos-crónica sobre África reside no germinar de uma ideia de liberdade aplicada àquela que virá a ser a C(I)CLP, não referida nestes termos nessas peças textuais, nas quais se acentua, contudo, a necessidade de uma coexistência. No entanto, este pensamento encontra-se muito pouco estudado e ainda menos divulgado, não só na academia, como também nos média. Por outro lado, peças sobre Jorge de Sena nos média tendem a focar a atenção mais no seu percurso de vida, ou na falta do reconhecimento que lhe é devido, do que nas propostas baseadas na sua liberdade de pensamento.

Curiosamente, é no período ditatorial que Sena melhor exprime essa liberdade de pensamento sobre a C(I)CLP nos média. Entre 1974 e 1978, as suas aparições nos média centram-se mais na construção da democracia em Portugal e na desilusão de não poder participar nela. Depois da sua morte, é na sua personalidade, no seu percurso de vida, ou no seu apagamento, que os média mais se focam, sem quase nunca destacar o conteúdo do seu pensamento.

Assim, os média, munidos da sua lente de recorte (*framing*), que ora exclui, ora enfatiza determinados aspetos, atuam como meios de (in)visibilização na esfera pública discursiva, criando narrativas sobre Sena que pouco contribuem para o conhecimento acerca do seu itinerário intelectual, e ainda menos acerca do seu pensamento sobre a C(I)CLP.

Sena foi um viajante em busca de liberdade, à imagem de Camões, poeta que celebrou através dos seus estudos e da sua poesia. A ambos poderiam até roubar-lhes tudo, menos a liberdade de pensamento e o amor por uma língua e uma cultura que Sena imaginava haver de ser comunidade.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem, reconhecidos, os contributos de Gilda Santos, André Corrêa de Sá e Pedro Pimenta de França para esta investigação.

REFERÊNCIAS

- Baltrusch, B. (2019). Sobre o poético e o político em Jorge de Sena. *Santa Barbara Portuguese Studies*, 7, 1–16.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge*. Anchor Books.
- Boschi, C. (2022). Antecedentes históricos da CPLP – Primórdios da comunidade. In L. B. da Silva Moreira & R. F. Tavares (Eds.), *Nos 25 anos da CPLP. Estudos em homenagem a José Aparecido de Oliveira e Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza* (pp. 31–55). Academia Mineira de Letras; Editora Del Rey.
- Cunha, L., Macedo, L., & Cabecinhas, R. (2018). Flows, transits and (dis)connection points: Contributions toward a critical Lusophony. *Comunicação e Sociedade*, 34, 165–182. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2942](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2942)
- Jackson, K. D. (2020). A grande peregrinação de Jorge de Sena. *Revista Língua-Lugar*, (2), 156–171.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2014). *The elements of journalism: Revised and updated*. Three Rivers Press.
- Lima, H. (2013). Meios de censura e formas de condicionamento do jornalismo na ditadura portuguesa. *Media & Jornalismo*, 12(23), 105–117.
- Lourenço, J. F. (1987). *O essencial sobre Jorge de Sena*. INCM.
- Lourenço, J. F. (1998). Nem eu delicadezas vou contando. Sobre a fortuna de Jorge de Sena nos anos 40. In *Jorge de Sena 20 anos depois. O colóquio de Lisboa* (pp. 141–158). Câmara Municipal de Lisboa; Edições Cosmos.
- Macedo, L. (2023, 30 de março). Jorge de Sena em entrevista à Rádio Clube de Moçambique (19/07/1972). Desmitificar o passado e ultrapassar o nacionalismo para edificar uma cultura da língua portuguesa. *Ler Jorge de Sena*. <http://www.lerjorgesdesena.letras.ufrj.br/ressonancias/jorge-de-sena-em-entrevista-a-radio-clube-de-mocambique-19-07-1972-desmitificar-o-passado-e-ultrapassar-o-nacionalismo-para-edificar-uma-cultura-da-lingua-portuguesa/>
- Macedo, L., & Moreira, N. B. (2024). Jorge de Sena de olhos postos em África para uma comunidade (inter)cultural de língua portuguesa: Início de um itinerário intelectual. In C. Camponez & M. Oliveira (Eds.), *Anuário internacional de comunicação lusófona 2023/2024* (pp. 16–35). CECS; Lusocom; Sopcom.
- Mendonça, F. (2024). Metamorfoses de Camões na Costa Austral do Índico. *Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 28, 103–111.
- Picchio, L. S. (2012, 16 de fevereiro). Jorge de Sena e a cor da liberdade. *Ler Jorge de Sena*. <http://www.lerjorgesdesena.letras.ufrj.br/ressonancias/24-jorge-de-sena-e-a-cor-da-liberdade/>
- Pontes, J. (Realizadora). (2005). *O escritor prodigioso*. Laranja Azul.
- “Póstuma reconciliação com Jorge de Sena”. (2009, 12 de setembro). *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/artes/livros/postuma-reconciliacao-com-jorge-de-sena-1359832.html/>
- Sá, A. C. (2019). Acordar os vizinhos: Sobre os exílios de Jorge de Sena. *Eutomia*, 25(1), 125–141.

- Santos, G. (2019). Jorge de Sena entre nós. *Metamorfoses – Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*, 16(3), 22–26.
- Sena, J. (1960). *Andanças do demónio*. Guerra & Paz. (Trabalho original publicado em 1942)
- Sena, J. (1977, 2 de junho). A independência em Portugal paga-se com a vida [Excerto citado em Livrologia, “A independência em Portugal paga-se com a vida”]. *Diário de Notícias*.
- Sena, J. (1988a). *Estudos de cultura e literatura brasileira*. Edições 70.
- Sena, J. (1988b). *Metamorfoses*. Edições 70.
- Sena, J. (2011). A comunidade de estados portugueses. In J. F. Lourenço (Ed.), *Rever Portugal, textos políticos e afins* (pp. 95–104). Guimarães Editora. (Trabalho original publicado em 1960)
- Sena, J. (2023). *Fidelidade*. Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado em 1958)
- Silva, D. M. (2011, 29 de janeiro). Jorge de Sena e o Portugal Democrático. *Ler Jorge de Sena*. <http://www.lerjorgesena.lettras.ufrj.br/ressonancias/jorge-de-sena-e-o-portugal-democratico/>
- Vieira, I. E. (2020). “Fazem cá um barulho com a morte do gajo!”: A morte de Jorge de Sena na imprensa portuguesa. In G. Santos, L. Ruas, & T. C. Cerdeira (Eds.), *Sena & Sophia: Centenários* (pp. 69–82). Bazar do Tempo.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Lurdes Macedo é doutorada em Ciências da Comunicação com especialização em Comunicação Intercultural pela Universidade do Minho, tendo realizado pós-doutoramento em Comunicação para o Desenvolvimento na mesma universidade. É atualmente investigadora integrada do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias e professora auxiliar na Universidade Lusófona — Centro Universitário do Porto, onde leciona desde 2008. Lecionou também na Escola Superior de Educação de Viseu e na Universidade Politécnica de Maputo. Tem como principais interesses de investigação: comunicação intercultural, comunicação e cultura para o desenvolvimento, participação feminina em processos de desenvolvimento, identidades culturais e espaço cultural de língua portuguesa. Foi investigadora de vários projetos do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na área da comunicação intercultural entre 2009 e 2022. Foi coordenadora do projeto *Vozes em Rede: Participação de Mulheres em Processos de Desenvolvimento* (2022–2023) no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1577-1313>

Email: lurdes.macedo@ulusofona.pt

Morada: Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto, Portugal

Nuno Bessa Moreira nasceu no Porto em 1976. Licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1999. Concluiu o mestrado em História Moderna, com uma tese sobre o Cardeal D. Henrique (1539–1578), em 2004. Em

fevereiro de 2013, prestou provas públicas de doutoramento em História, sob a orientação do Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, incidente sobre a *Revista de História* (1912/1928), um periódico dirigido por Fidelino de Figueiredo. Concluiu, em 2016, o Curso de Defesa Nacional, tendo defendido o trabalho de investigação final em provas públicas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5689-0282>

Email: p5679@ulusofona.pt

Morada: Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto, Portugal

Vanessa Ribeiro-Rodrigues é doutorada em Estudos em Comunicação para o Desenvolvimento, abordando o cruzamento entre o documentário social e o jornalismo, para dar visibilidade a grupos socialmente oprimidos, na linha das contraesferas públicas. É investigadora integrada do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, professora auxiliar na Universidade Lusófona — Centro Universitário do Porto, onde leciona desde 2014, e professora auxiliar convidada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Lecionou, igualmente, na Universidade do Minho. Documentarista e escritora, as suas áreas principais de investigação incidem sobre os estudos dos média, estudos de narrativa, jornalismo e desenvolvimento humano, contraesferas públicas, ativismos e literacia dos média. Atualmente, colabora em dois projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: *FEMglocal* e *YouNDigital*.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7261-017X>

Email: vanessa.rodriques@ulusofona.pt

Morada: Universidade Lusófona, Centro Universitário do Porto, Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto, Portugal

Submetido: 30/11/2023 | Aceite: 27/11/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

LEITURAS | BOOK REVIEWS 

RECENSÃO DO LIVRO *COMUNICAÇÃO RADICAL. DESPATRIARCALIZAR, DESCOLONIZAR E ECOLOGIZAR A CULTURA MEDIÁTICA*

RADICAL COMMUNICATION. DEPATRIARCHALIZE, DECOLONIZE AND GREEN MEDIA CULTURE BOOK REVIEW

Bárbara Tomiatti Giancola

Facultat de Ciències Humanes i Socials, Universitat Jaume I, Castelló, Espanha

Andrés, S. de, & Chaparro, M. (2022). *Comunicación radical. Despatriarcalizar, decolonizar y ecologizar la cultura mediática*. Gedisa.

O conceito de “comunicação radical” representa um desenvolvimento significativo no campo das ciências da comunicação, propondo uma mudança paradigmática caracterizada por uma abordagem insurgente para reorientar o domínio da comunicação. Mais do que uma mera transformação simbólica, implica uma reestruturação abrangente dos sistemas político e económico, visando a criação de estruturas regenerativas que promovam ativamente mudanças no modelo estabelecido. O livro em análise enceta um diálogo, enriquecido com perspectivas e reflexões perspicazes, combinando conhecimentos teóricos e práticos para propor uma abordagem comunicativa assente na autenticidade e numa ligação profunda com os sentimentos humanos inatos. Sublinhando a importância da cooperação multi-epistemológica, das tradições orais e de elementos essenciais de re-humanização, explora caminhos para reconstruir as práticas de comunicação. Neste contexto, a decolonialidade, o feminismo, o pacifismo e a ecologia surgem como pilares fundamentais, servindo de base intelectual para a criação de caminhos que conduzam a um modelo de comunicação consciente, transformador e reorientado. Este modelo procura cessar a colaboração com o ecocídio e romper com as lógicas hegemónicas de dominação violenta.

Como ponto de partida para a reflexão concetual, Susana de Andrés e Manuel Chaparro definem a comunicação como a interrelação de conhecimentos, um processo vital profundamente entrelaçado no tecido da natureza. A sua proposta apela a uma reavaliação das complexas ligações entre a humanidade e o que a rodeia, sublinhando o papel determinante que a comunicação desempenha no cerne do colapso ecossistémico. Procurando reintegrar vozes, gestos, consciência, silêncios e corações, defendem uma epistemologia radical, abraçando a mais pura essência do seu significado. Os autores elaboram uma estrutura de leitura coesa e sensível, que nos leva a reconsiderar a conceção pós-moderna do tempo, do progresso e da construção de espaços urbanizados, onde é notória a ausência de espaços físicos e digitais propícios ao diálogo. Segundo a perspectiva de Freire (1967/2009), a comunicação, à semelhança da educação problematizadora empreendida na libertação, afirma a sua natureza dialógica. Por outro lado,

a sua rejeição manifesta-se como uma forma de silenciamento, não necessariamente caracterizada pela ausência de resposta, mas sim pela falta de pensamento crítico — processo que pode alimentar a polarização afetiva e fragilizar as relações interpessoais.

Defendem o que pode ser considerado uma das ações mais radicais da contemporaneidade: a desconexão intencional de dispositivos móveis e ecrãs. Este ato é proposto para abraçar e celebrar as diversas qualidades que tornam cada indivíduo único, promovendo o incentivo mútuo e abandonando a crença antropocêntrica que impõe a defesa da Mãe Terra. Ao explorar esta perspetiva, o trabalho visa transformar esta crença numa visão de mundo inclusiva, partilhando a posição da ativista dos direitos dos povos indígenas Casey Camp-Horinek (2024), que afirma que “somos a própria natureza a defender-se”. Inspirada neste *ethos*, a narrativa procura honrar e respeitar *Gaia* em todas as circunstâncias. As mensagens transmitidas assumem uma expressão contínua e coerente, empregando metáforas associadas a elementos naturais — parte integrante da estrutura da “comunicação rizomática”. Esta abordagem desenvolve-se a partir de ligações alegóricas com florestas, micélios, rios e agentes polinizadores.

O livro inclui um prólogo assinado por Agustín García Matilla, professor de Comunicação Audiovisual e Publicidade na Universidade de Valladolid, e por Eloísa Nos Aldás, professora de Comunicação Audiovisual e Publicidade na Universidade Jaume I. Os autores sublinham o seu compromisso de encarar a comunicação como um fim e não apenas como um meio, destacando uma perspetiva integral e holística. O prólogo preconiza a redescoberta dos saberes ancestrais e defende uma comunicação coerente com as culturas de paz, revelando as narrativas perpetuadas na dicotomia entre pessoas “boas” e “más” — um pretexto utilizado para justificar ações militaristas, negligenciando os esforços transformadores. O livro propõe uma mudança radical na comunicação, priorizando o essencial em contexto de urgência, e destaca a necessidade imperativa de alimentar a esperança em iniciativas consideradas válidas. Esta perspetiva sublinha a viabilidade de implementar todas as ideias propostas e reforça a necessidade de comunicar a partir de novos pontos de vista, pautados por lógicas e narrativas alternativas. Assente em pressupostos conceptuais e empíricos, o livro está estruturado em três secções principais.

A secção inicial, dedicada à descolonização, apresenta uma análise distintiva do processo de construção de imaginários com origem na conquista violenta — uma influência que persiste à escala global até à atualidade. Esta imposição, perpetuando uma narrativa de desenvolvimento e tecnologia, continua a moldar as narrativas das civilizações. A decolonialidade requer um imperativo consciente de reivindicar narrativas e transferi-las para uma narrativa alternativa, abordando o tema com uma complexidade inerente. A secção explora o momento histórico da chegada da Europa a *Abya Yala* e a outros continentes, estabelecendo ligações para ilustrar como este contexto iniciou um processo de legitimação do direito à barbárie, justificando a escravatura, o genocídio e a supressão cultural. Além disso, aborda a exploração dos recursos naturais para além da satisfação das necessidades básicas.

A colonização tem impactos diretos na vida e influencia as formas de pensamento, ação e comunicação. Segundo o texto, o processo de descolonização envolve cultivar a

consciência, fomentar a dissidência e promover a resistência. Sublinha a necessidade de erradicar o conhecimento e as crenças cuja aplicação carece de um fundamento no bem comum, não aceita a diversidade epistemológica e ontológica e negligencia as múltiplas respostas aos desafios globais. O trabalho critica o paradigma da comunicação científica por perpetuar preconceitos androcêntricos e eurocêntricos, a par de outros discursos hegemónicos, e destaca a educação como um processo contínuo de transmissão de valores e conhecimentos práticos para a vida. Este processo deve ser conduzido numa ética que dê prioridade à aprendizagem experimental na sociedade.

A segunda secção do livro aborda o tema da despatriarcalização, com destaque para o ecofeminismo, devido ao seu carácter transversal e à sua proposta de estratégias transformadoras para uma comunicação feminista, crítica, libertadora e empenhada na melhoria social de todos os seres. Perante a abrangência deste movimento, destacam-se alguns conceitos, designadamente a cultura dominante da felicidade mercantilizada, o controlo emocional e as questões relacionadas com a saúde mental, física, emocional e espiritual. Neste contexto, a ética do cuidado é apresentada como uma das soluções que defende uma revolução ética para travar o destrutivo modelo militar-industrial. Apela a uma abordagem pedagógica e comunicacional assente na não violência, na promoção da justiça social e na promoção de uma paz positiva. Do mesmo modo, a comunicação transgressora para a mudança social (Nos Aldás & Farné, 2020) propõe alternativas às estruturas que perpetuam as estruturas de violência, promovendo valores como o reconhecimento da interseccionalidade, narrativas plurais e exemplos inspiradores de igualdade que convidam à ação. Esta forma de comunicação fomenta a confiança, a abertura à vulnerabilidade, à humanidade, às emoções e à coexistência pacífica.

Na terceira e última secção, o livro desenvolve o tema da ecologização. A proposta inicia com o cuidado, a formação e o reconhecimento de uma taxonomia inteiramente renovada de profissionais da comunicação, concebidos como indivíduos que transformam ligações, facilitam a cooperação, reconhecidos por um papel que pode realmente produzir resultados frutíferos na promoção de uma comunicação saudável para a sociedade. A reflexão sobre o modelo de sustentabilidade socioambiental exige uma cimeira global de comunicação de ecologia capaz de traçar caminhos para a reformulação da comunicação-informação, que, a partir de esforços cooperativos, possa implementar estratégias para mitigar o colapso ambiental sistémico.

Destacar o papel das emoções na transmissão comunicativa e aumentar a consciencialização através da disseminação de mensagens de formas alternativas é um convite para diminuir a distância entre a realidade sensorial e as emoções. A comunicação automática e reativa decorrente dessa distância reflete uma perda de perspectiva. Além das transformações individuais, é imperativo um esforço coletivo para superar os paradigmas impostos pelo capitalismo. Esta é uma condição essencial e urgente para iniciar a oportunidade de recuperar a comunicação fundamental. Este objetivo requer uma ação em rede e a formulação de estratégias de desinvestimento legal para reduzir a influência dos média comerciais que privatizam o espaço e as tecnologias. Reforça a importância de médias e canais que partilhem saberes e experiências, promovendo uma postura que não se pautem apenas pelo consumo.

Importa esclarecer que a intenção não é propagar um discurso tecnofóbico, mas sim sublinhar a urgência de se definir como, quando e em que medida a comunicação virtual pode redefinir as relações e retirar o sentido de sujeito do ser humano, reduzindo-o a números, dados e objetos. Também não sugere que a redução do uso das tecnologias da informação e comunicação possa significar um retrocesso. Por outro lado, demonstra que, ao desconectar dos ecrãs, é possível evoluir a partir de outras perspetivas, pois não se trata de uma questão exclusivamente económica, mas sim de vida, saúde, harmonia e recuperação dos princípios naturais.

A comunicação na sua essência é cósmica e multissensorial, que, recorrendo a símbolos, intervém por meio de elos orgânicos e estabelece pontos de união com o meio ambiente, permitindo a existência de compaixão e ligação onde antes existiam barreiras. Assim como todos os movimentos que envolvem a vida no planeta Terra, esta ocorre muito além do inter-humano e do humano. Ampliar essa visão individual do ser e interiorizar a visão de mundo de cooperação e interrelação entre todos e o todo é algo que certamente pode facilitar a comunicação radical e dar mais sentido à existência.

Concluindo, *Comunicación Radical* (Comunicação Radical) é uma leitura que proporciona visão crítica, reflexões indispensáveis e conhecimento profundo. Além de despertar o desejo de revolução na forma de olhar a comunicação e o que a permeia, ou seja, tudo. Trata-se de um livro elaborado e comentado por pessoas da academia que dão vida, em cada página, ao legado de muitos e muitos outros que pensaram além do seu século. Uma leitura recomendada para estudantes, professores, investigadores e membros da sociedade civil, convidando todos os que sintam o seu apelo a lê-lo. É uma proposta intemporal, com um conhecimento que expande literalmente a noção de tempo do *chronos*, aproximando-se do *kairós*, o tempo que não pode ser usado para controlar ou consumir. Palavras que podem cativar o leitor pela curiosidade, pela paixão ou pelo acaso. Depois de tanto conhecimento aprofundado, talvez possamos expandir a nossa consciência para além da mera causalidade.

Tradução: Anabela Delgado

REFERÊNCIAS

- Camp-Horinek, C. (2024, 12 de junho). *Resilience, adaptation, and seeing nature as ourselves* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=hSp4ApoCk-I>
- Freire, P. (2009). *La educación como práctica de la libertad* (L. Ronzoni, Trad.). Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1967)
- Nos Aldás, E., & Farné, A. (2020). Comunicación transgresora de cambio social: Epistemologías performativas y eficacia cultural. *Convergencia*, 27, 1–26. <https://doi.org/10.29101/crcs.v27io.12720>

NOTA BIOGRÁFICA

Bárbara Tomiatti Giancola é doutoranda em Estudos Internacionais da Paz, Conflitos e Desenvolvimento pela Universidade Jaume I, pós-graduada em Psicologia

Transpessoal pela Universidade Internacional da Paz, mestre em Comunicação com Fins Sociais pela Universidade de Valladolid e graduada em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero. É investigadora em Educação e Comunicação para a Paz na Universidade Jaume I — cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Espanha e investigadora de doutoramento na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, no Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2713-2284>

Email: al419984@uji.es

Morada: Avinguda de Vicent Sos Baynat, s/n, 12006 Castelló de la Plana, Castelló, Espanha

Submetido: 08/02/2024 | Aceite: 10/06/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

VARIA | VARIA 

A COMUNICAÇÃO (NÃO) INTERSECCIONAL DE INSTITUIÇÕES DE ATIVISMO TECNOLÓGICO QUE ATUAM NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO EM PORTUGAL

Micaela Cabral

Laboratório de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
Concetualização, curadoria dos dados, investigação, metodologia, visualização, redação do rascunho original

Sónia de Sá

Laboratório de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
Supervisão, redação – revisão e edição

Carla Cerqueira

Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias, Universidade Lusófona, Porto, Portugal
Supervisão, redação – revisão e edição

RESUMO

A brecha digital de gênero tem raízes profundas em desigualdades históricas e sociais. Em Portugal, políticas públicas têm tentado reduzir essa disparidade, focando-se na educação e emprego, mas, frequentemente, falham ao não considerar a complexidade social do problema, como a falta de acesso a aparatos tecnológicos de qualidade e a baixa literacia tecnológica entre mulheres de diferentes contextos geográficos e socioeconômicos. Este trabalho busca analisar a comunicação das instituições de ativismo tecnológico, que atuam na promoção da igualdade de gênero nas tecnologias da informação e da comunicação em Portugal, sob uma perspectiva interseccional. Focando nas publicações do Instagram de quatro instituições (Portuguese Women in Tech, As Reparigas do Código, Geek Girls Portugal e Women in Tech Portugal), entre janeiro e junho de 2023, a análise revela que, embora haja esforços perceptíveis por parte das instituições de ativismo tecnológico em Portugal, ainda existem desafios consideráveis na promoção de uma comunicação interseccional. Conclui-se que as instituições devem revisar e expandir suas estratégias de comunicação, para incorporar uma abordagem interseccional, garantindo representação contínua e diversa. Descentralizar atividades e promover eventos online são estratégias importantes para ampliar a participação e reduzir desigualdades.

PALAVRAS-CHAVE

comunicação interseccional, gênero, tecnologias da informação e da comunicação, ativismo tecnológico, inclusão digital

THE (NON-)INTERSECTIONAL COMMUNICATION OF TECHNOLOGICAL ACTIVIST INSTITUTIONS PROMOTING GENDER EQUALITY IN INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN PORTUGAL

ABSTRACT

The digital gender gap is deeply rooted in historical and social inequalities. In Portugal, public policies have aimed to reduce this disparity by focusing on education and employment.

However, these policies often fail to address the social complexity of the issue, such as limited access to quality technological devices and low technological literacy among women from diverse geographical and socio-economic backgrounds. This study analyses the communication strategies of technological activist institutions that promote gender equality in information and communication technologies in Portugal, adopting an intersectional perspective. Focusing on the Instagram posts of four institutions — Portuguese Women in Tech, As Raparigas do Código, Geek Girls Portugal, and Women in Tech Portugal — between January and June 2023, the analysis reveals that, despite notable efforts by these organisations, significant challenges remain in achieving intersectional communication. The study concludes that institutions should reassess and broaden their communication strategies to incorporate an intersectional approach, ensuring continuous and diverse representation. Decentralising activities and promoting online events are identified as critical strategies for increasing participation and reducing inequalities.

KEYWORDS

intersectional communication, gender, information and communication technologies, technological activism, digital inclusion

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) desempenham um papel central na sociedade contemporânea, influenciando desde a economia até à cultura, passando pela educação e pelas interações sociais. A Declaração Europeia sobre Direitos e Princípios Digitais reforça que as tecnologias podem transformar a vida das pessoas, apresentando oportunidades capazes de aumentar a socialização, o acesso à saúde, à cultura e à educação (European Commission, 2022). Porém, se, por um lado, as TIC oferecem muitos benefícios a quem as domina, por outro, evidenciam as desigualdades existentes na sociedade, podendo até acentuá-las, à medida que criam brechas digitais (Ragnedda, 2017). As brechas digitais podem ser classificadas ao nível do acesso, da utilização e da apropriação e são interseccionadas por fatores socioeconômicos como, por exemplo, educação, gênero e classe.

Este trabalho centra-se no conceito de “brecha digital de gênero”, que pode ser definido como “a distância existente entre homens e mulheres em relação ao uso das tecnologias, que distingue entre o mero acesso e o uso e aproveitamento que se faz com esses recursos” (Pérez-Escoda et al., 2021, p. 506). O impacto da brecha digital de gênero é perceptível não apenas na economia e no acesso desigual às TIC, mas também na presença limitada das mulheres como produtoras destas tecnologias. Em Portugal, este cenário é agravado por questões históricas e culturais, como os estereótipos de gênero perpetuados durante décadas, que relegaram as mulheres a papéis sociais limitados e restritos ao cuidado e ao lar (Fonseca et al., 2023).

Diante da relevância das TIC para o desenvolvimento socioeconômico, as instituições de ativismo tecnológico que atuam na promoção da igualdade de gênero no setor em Portugal surgiram com estratégias alternativas ao que é proposto pelo Governo português, cujo foco está na qualificação técnica e em iniciativas direcionadas para aumentar a mão de obra qualificada, ignorando marcadores sociais existentes (Fonseca et

al., 2023). Instituições como Portuguese Women in Tech, As Raparigas do Código, Geek Girls Portugal e Women in Tech Portugal emergem como plataformas digitais cujo objetivo é promover a igualdade de gênero nas TIC, através do empoderamento, do desenvolvimento de habilidades digitais em um espaço acessível e seguro e da desconstrução dos estereótipos de gênero nas várias etapas da vida.

Sendo a comunicação uma ferramenta poderosa que molda e reflete as dinâmicas sociais, incluindo as relações de poder e combate das desigualdades, a eficácia das instituições depende, em grande parte, da utilização de estratégias de comunicação que alcancem e incluam mulheres de diferentes realidades. Neste sentido, ao falarmos de comunicação interseccional, buscamos compreender de que forma as estratégias e práticas comunicacionais dessas instituições podem estar contribuindo (ou não) para a inclusão efetiva das mulheres, na sua diversidade. Consideramos importante identificar se a comunicação utilizada por estas instituições considera marcadores sociais e vias de opressão que se sobrepõem ao gênero, como, por exemplo, a raça e a idade, ao criarem suas publicações no Instagram, rede social digital em que atuam mais.

Assim, a promoção da igualdade de gênero nas TIC é uma tarefa multifacetada, que requer a articulação entre governo, sociedade civil e instituições de ativismo tecnológico e incorporar a interseccionalidade como um princípio orientador dessas ações é fundamental para garantir que as iniciativas de inclusão digital sejam eficazes e alcancem todas as mulheres. Este trabalho busca, assim, contribuir para o debate sobre a importância de se adotar uma comunicação interseccional no âmbito da promoção da igualdade de gênero nas TIC por instituições de ativismo tecnológico em Portugal.

2. CIBERFEMINISMO E O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

A horizontalização da comunicação nas redes sociais digitais, impulsionada pelas TIC, revolucionou a maneira como interagimos. As ferramentas de “publicação, partilha e comunicação orientada a uma estrutura coletiva” (Amaral, 2012, p. 133) contribuíram para a construção de novos modelos de comunicação.

Recuero (2014) refere que estas ferramentas geram novos estímulos para os processos de conversação, estímulos que possibilitam “conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores, que aqui chamamos conversação em rede” (p. 123). Para a autora, os novos modelos de conversação no espaço digital diferem dos demais porque permitem que o discurso seja amplificado e modificado por diversos grupos sociais, em espaços diferentes e em momentos diferentes, sendo enriquecido colaborativamente e em novos contextos, criando, também, novas oportunidades de transformação social.

É neste sentido que Chadwick (2017) confere ao ciberespaço — nome atribuído ao ambiente digital onde ocorrem a partilha, a produção e a descentralização de conteúdos — a característica da hibridez, já que não é possível dissociar “ontologicamente” o online do offline (Abreu, 2017, p. 136). No ciberespaço, as antigas e as novas tecnologias se entrelaçam e se complementam, rompendo barreiras físicas, geográficas e culturais.

Segundo Babo (2018), o ciberespaço é um espaço de partilha que, graças à sua hibridez, mobiliza ações coletivas que podem impactar a esfera pública.

Os canais de comunicação hiperconectados pela convergência midiática fazem com que no ciberespaço a vida real se mescle com a vida online, o privado com o público (Santaella, 2004, 2010). No *Poder da Identidade*, Castells (1996/2018) apresenta a dinâmica de mobilização em rede e a junção de grupos conectados por valores comuns, que se materializam através das comunidades virtuais que ocupam novos locais sociais para a construção de realidades diversas.

O movimento feminista passa a utilizar o ciberespaço para potencializar seu poder de alcance, disseminar sua luta, conscientizar mulheres e chegar até locais que antes não conseguiam alcançar, surgindo assim o ciberfeminismo. Para Brandt e Kizer (2015), a internet tornou o ativismo ainda mais acessível e o ciberespaço virou um disseminador da justiça social, onde o modelo conversacional contribui com a sua popularização.

O ciberfeminismo é um movimento “estético e político” que reformulou o debate feminista, trazendo para o centro das demandas as desigualdades de gênero na tecnologia e nas ciências (Martinez, 2019). O primeiro manifesto ciberfeminista foi escrito em 1991 pelas artistas australianas do grupo VNS Matrix (Timeto, 2019). Porém, foi a partir do *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway (1991), que identificamos as duas principais abordagens do movimento. A primeira questionava a hibridização entre as mulheres e a máquina e buscava desconstruir as assimetrias de gênero relacionadas com o corpo feminino. Já a segunda abordagem questionava os estereótipos de gênero no mercado tecnológico, que era dominado por homens, principalmente em cargos de poder.

Foi nos anos 2000, porém, com a popularização das tecnologias digitais para fins domésticos, que o ciberfeminismo passou a abordar pautas sociais e suas ações passaram a ter uma dinâmica reticular entre os pontos de contato realizados nas ruas e nas redes, evidenciando a necessidade de o movimento se readaptar (Boix & Miguel, 2013; Reis & Natansohn, 2021). Essa nova dimensão fez emergir demandas antes silenciadas dentro do próprio movimento feminista e elevou à esfera pública pautas como a luta das mulheres negras e questões relacionadas aos direitos de mulheres trans, por exemplo. As redes sociais digitais passam a oferecer, nomeadamente a minorias marginalizadas e silenciadas, um lugar de fala e resistência (Ferreira & Lima, 2020; Ribeiro, 2017).

Os objetos de estudo deste trabalho acabam por exemplificar esse caminho em prol de um engajamento político, social e cultural, através do ciberfeminismo. Na sua maioria, buscam compartilhar conhecimento tecnológico com outras mulheres, empoderá-las, desenvolvê-las e ocupar novos locais sociais e econômicos possibilitados pela “quarta vaga” do movimento feminista (Lamartine & Cerqueira, 2023). Apesar da falta de consenso acerca da existência de uma quarta vaga, seu surgimento está associado ao uso generalizado das redes sociais digitais como espaço de mobilização coletiva e à inclusão de uma perspectiva interseccional em suas pautas.

3. A IMPORTÂNCIA DE INTERSECCIONAR O DEBATE

A quarta vaga do movimento feminista tem como pauta as demandas já existentes nas vagas anteriores, e, por esse motivo, não é possível estabelecer uma total separação

entre o passado e o presente. É, porém, seu alcance digital um dos principais diferenciais do movimento atual (Lamartine & Cerqueira, 2023). Através do ativismo digital é possível promover mobilizações, cuja fluidez no ciberespaço permite alcançar milhares de pessoas (Reis & Natansohn, 2021). Martins e Nunes (2019) consideram que “é desta forma que a internet assume um papel de suma importância para que as mulheres construam a sua atuação política no espaço público e encontrem uma forma eficaz de utilizá-la, para difundir informações e criar espaços de fortalecimento” (p. 122).

Outra característica da quarta vaga é a inserção da diversidade na construção de narrativas mais inclusivas, abordando lutas identitárias que buscam questionar o racismo, o discurso capacitista e o etarismo, entre outros fatores que continuam silenciando e invisibilizando mulheres atravessadas por estas opressões. O objetivo é diversificar a representatividade nos discursos feministas e assim acolher e impulsionar as diversas vozes e demandas existentes (Cerqueira & Magalhães, 2017).

A preocupação em aumentar a representatividade de mulheres invisibilizadas resgata o conceito de “interseccionalidade”, bastante defendido por autoras do movimento feminista negro. Em um contexto norte-americano, autoras como Audre Lorde (1984/2019), Angela Davis (1981/2016) e bell hooks (1984/2019) questionaram as dinâmicas ineficientes que ignoravam o marcador racial, os estereótipos de gênero e os privilégios de classe dentro e fora dos movimentos feministas. Outro importante contributo veio através de Kimberlé Crenshaw (1989), responsável por cunhar o termo e oferecer uma abordagem que considera que a interação entre gênero e raça se sobrepõe a partir de “avenidas” que se cruzam.

No Sul Global, especificamente no Brasil, autoras como Lélia Gonzalez (1988) e Beatriz Nascimento (1974), duas grandes referências do movimento feminista negro brasileiro, também deram os seus contributos para o debate ao abordarem em suas obras o impacto da articulação entre os atravessamentos de gênero e classe na vida de mulheres racializadas (Casemiro & Silva, 2021). Em uma perspectiva mais recente, Akotirene (2019) busca valorizar e resgatar a herança cultural de pessoas negras ao considerar que “a articulação metodológica proposta pelas feministas negras, atualmente chamada interseccionalidade, recupera as bagagens ancestrais perdidas” (p. 25).

Incorporar o conceito de “interseccionalidade” para incluir e representar todas as pessoas exige do movimento feminista da quarta vaga não só ter domínio dos conceitos, mas também tratar do tema de uma perspectiva metodológica e crítica. Pensar a interseccionalidade desta forma pode auxiliar na identificação de desigualdades existentes, além de permitir criar alternativas de mudanças possíveis (Collins & Bilge, 2021). Este é, segundo Akotirene (2019), o único caminho para alterar as relações de poder dominantes até hoje e, assim, realizar um “resgate discursivo” que foi sistematicamente negado, seja pelo gênero, pela raça, pela sexualidade ou por outros marcadores de diferenças sociais.

Nomeadamente em relação à promoção da igualdade de gênero, a “interseccionalidade” aparece como um conceito central, sem o qual não é possível ter resultados verdadeiramente expressivos para todas as pessoas (Parry et al., 2018). Para Zimmerman (2017), o movimento feminista da quarta vaga se opõe ao silenciamento de pessoas

marginalizadas e cria uma dinâmica que possibilita a visibilidade política através da promoção da diversidade e inclusão, conceitos, também, essenciais para a promoção da igualdade de gênero.

Apesar da importância da utilização das redes sociais digitais como espaço de comunicação horizontal, acolhimento e empoderamento, é necessário capacitar as mulheres para que não sejam apenas consumidoras destas tecnologias, para serem também produtoras. As interações entre máquina/técnica e humanos possuem padrões programados para excluir tudo aquilo que não se encaixa, criando uma relação que favorece quem os domina, tornando essencial que todas as mulheres ocupem lugares estratégicos e de poder através do uso pleno das tecnologias.

4. O USO DA INTERSECCIONALIDADE NO COMBATE DAS BRECHAS DIGITAIS DE GÊNERO

Apesar do uso generalizado das TIC na União Europeia, inicialmente as pessoas que mais tinham acesso a estas tecnologias eram jovens do sexo masculino e brancos (Lapa & Vieira, 2019). O conceito binário de homem e mulher, em que o primeiro sempre foi visto como superior ao segundo, estabeleceu uma hierarquia que desqualificou as mulheres no campo das ciências tecnológicas.

Em Portugal, os estereótipos de gênero, reproduzidos em manuais escolares e propaganda durante anos, perpetuaram a imagem de que a área tecnológica é uma área masculina. Fonseca et al. (2023) destacam que a ditadura do Estado Novo, que assombrou o país durante quase 50 anos, foi um dos fatores responsáveis pela perpetuação desses estereótipos e pelo atraso de políticas de gênero verdadeiramente inclusivas. Segundo as autoras, “as mulheres portuguesas viviam, portanto, numa condição de desigualdade jurídica face ao homem, de desigualdade de estatuto no seio da família e do casal, mas também em termos de direitos políticos, sociais, laborais e culturais” (Fonseca et al., 2023, p. 105). Apenas após o 25 de Abril de 1974, com a queda do regime fascista, se começou a lenta emancipação das mulheres no país.

A herança das desigualdades de gênero na sociedade portuguesa se reflete no ciberespaço e é perceptível em diferentes camadas da sociedade. Na economia, a falta de mão de obra qualificada interfere na capacidade de atender uma demanda crescente de profissionais da área tecnológica, o que pode impactar não só no desenvolvimento econômico do país, mas também na sua capacidade de digitalização (Cruz-Jesus et al., 2017).

Além da questão econômica, a ausência de diversidade na produção das TIC faz com que as tecnologias sigam a lógica de quem as criou, reproduzindo padrões de uma área ainda majoritariamente masculina (Albusays et al., 2021). O resultado são soluções tecnológicas carregadas de enviesamentos e a reprodução de discursos que, ao invés de incluir, excluem quem não se encaixa em determinados padrões.

A exemplo desta lógica, citamos o trabalho de Carrera e Carvalho (2020), cujo objetivo era compreender qual era o conceito de “família” que os algoritmos de sistemas de buscas adotavam. Ao inserirem nos mecanismos de busca as palavras “family” (família), “black family” (família negra) e “white family” (família branca), as autoras descobriram,

ao analisar mais de 2.500 imagens, que mulheres negras eram mais representadas sozinhas ou como mães solas¹ do que mulheres brancas. Isso acaba contribuindo para a imagem de solidão de mulheres racializadas. Ao pesquisarem pelo termo “family”, constataram que a grande maioria eram representações de famílias brancas (mulher, homem e filho/s). Ou seja, o algoritmo considera a branquitude como o padrão hegemônico e relega as mulheres, neste caso negras, à condição de solitárias.

Os algoritmos são treinados para reproduzir padrões criados por quem os produz. Analisar esses padrões nos auxilia a compreender como o gênero e a raça, por exemplo, são fatores determinantes para estas relações e o seu impacto no desenvolvimento e na apropriação das TIC. Esta relação é tão forte que influencia também, de maneira subjetiva, a forma como esta desigualdade afeta o emocional e a autoestima dos indivíduos, nomeadamente das mulheres (Natansohn, 2013). O impacto sociocultural desta construção androcêntrica da tecnologia relegou as mulheres a um lugar de não pertencimento e criou a brecha digital de gênero.

A brecha digital de gênero reflete essa desigualdade histórica entre mulheres e homens, tanto no acesso quanto no desenvolvimento de competências digitais das TIC. Castaño (2008, 2019) a divide em três frentes: o acesso, o uso das ferramentas tecnológicas e a produção de tecnologias. Em Portugal, a brecha digital de gênero vem sendo abordada pelas políticas públicas, ao longo dos anos, pela ótica de iniciativas voltadas para educação e emprego (Silveirinha, 2011), desconsiderando a raiz social do problema (falta de aparatos tecnológicos, ausência de acesso de qualidade, baixa literacia tecnológica a depender do gênero ou geolocalização, por exemplo; van Deursen & van Dijk, 2015). É neste contexto que observamos nos últimos anos, em Portugal, o surgimento de instituições de ciberfeminismo, que atuam no combate à desigualdade de gênero nas TIC em Portugal e que são o objeto de estudo deste trabalho.

5. METODOLOGIA

Esta investigação visa identificar se as publicações realizadas pelas instituições de ativismo tecnológico, que atuam na redução das brechas digitais de gênero em Portugal, possuem características interseccionais. Neste sentido, parte da seguinte pergunta: a interseccionalidade é refletida nas publicações destas páginas? Para tal, realizamos uma análise de conteúdo mista (Bardin, 1977/2006) em todas as publicações realizadas no primeiro semestre de 2023 (de 1 de janeiro até 30 de junho), no Instagram das páginas da Portuguese Women In Tech, As Raparigas do Código, Geek Girls Portugal e Women In Tech Portugal. Todas são instituições privadas de ativismo tecnológico em Portugal, que atuam em parceria com a Iniciativa Nacional de Competências Digitais (INCoDe.2030), principal iniciativa do Governo responsável pela promoção da igualdade de gênero nas TIC em Portugal. Os dados foram coletados manualmente nos dias 17 e 18 de julho de 2023 e inseridos em uma base de dados criada no Excel.

¹ Quando não eram representadas sozinhas, as mulheres negras eram representadas no papel de cuidadora/mãe sem a figura de um companheiro(a).

Optamos por fazer uma análise do Instagram, pois é a rede social digital mais utilizada pelas páginas analisadas. Além disso, o Instagram conta com mais de um bilhão de usuários em todo o mundo (Sprout Social, 2019). A plataforma foi criada com o intuito de que seus usuários pudessem compartilhar fotografias e vídeos com a sua rede de seguidores, tendo como característica principal a valorização de conteúdos visuais.

A análise do conteúdo foi dividida em duas partes. Na primeira, foram mapeadas todas as publicações realizadas e identificados os principais temas abordados por estas instituições. Inicialmente, essa análise não estava prevista, mas durante a pré-análise identificamos essa necessidade. O levantamento temático nos forneceu insumos para compreender de que maneira a interseccionalidade aparece associada a estes temas. Em um segundo momento, buscamos identificar se, para além do gênero, que sabemos ser abordado por estas instituições, são considerados outros fatores como:

- Raça: buscamos identificar se mulheres não brancas são representadas nas publicações por meio de imagens, nomeadamente mulheres negras.
- Idade: buscamos identificar se (a) existem publicações direcionadas para adolescentes; e (b) existem publicações voltadas para mulheres com mais de 50 anos que queiram aprender a programar ou a atuar na área tecnológica.
- Geolocalização: buscamos identificar se (a) existem formações, eventos e atividades online; e (b) existem formações, eventos e atividades físicas realizados em cidades fora do eixo Lisboa e Porto.

A escolha destas categorias está associada ao pensamento de Corrêa et al. (2018), que diz que “a interseção entre as múltiplas identidades subjugadas é fundamental para pensarmos no lugar social ocupado pelos sujeitos em suas trocas comunicativas, na construção de suas identidades e no reconhecimento das identidades dos outros” (p. 154). Entendemos, então, que o problema da desigualdade de gênero nas TIC é multifatorial e atravessa raparigas e mulheres de maneiras diferentes, conforme o contexto social e econômico em que cada uma está inserida.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. ANÁLISE DE CONTEÚDO

Foram analisadas 380 publicações, totalizando 788 imagens, das quais 20 eram vídeos (ver Tabela 1). Foram descartadas quatro publicações da página da Women In Tech Portugal, pois embora aparecessem no seu *feed*, não haviam sido postadas pela mesma e, sim, em modo colaborativo, por outras páginas.

#	PÁGINA	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES
1	Portuguese Women In Tech	111
2	As Raparigas do Código	30
3	Geek Girls Portugal	90
4	Women In Tech Portugal	153
	Total	384

Tabela 1. Quantidade de publicações e imagens analisadas por página

Acerca da distribuição dos conteúdos (ver Figura 1), observamos que eles se dividiam em cinco categorias: (a) comemorativos: postados em datas especiais; (b) informativos: divulgação de eventos, treinamentos ou de conteúdo que agregasse algum valor na formação do público-alvo; (c) empoderadores: mensagens motivadoras e de encorajamento; (d) representativos: imagens que representassem mulheres em lugar de sucesso/poder e imagens dos eventos realizados; e (e) parcerias: divulgação e agradecimento dos parceiros ou patrocinadores.

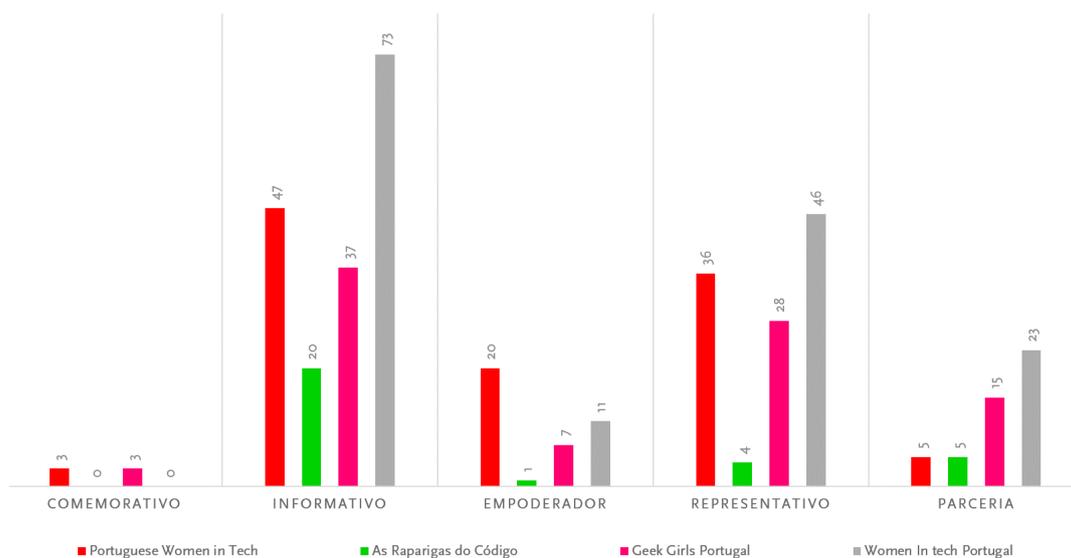


Figura 1. Distribuição dos conteúdos por categoria

As quatro páginas analisadas concentram as suas publicações em conteúdos informativos e representativos. Sendo o Instagram uma rede social de proximidade (Carvalho, 2018), onde é possível interagir diretamente com os usuários, os conteúdos representativos acabam por cumprir este papel. A partilha de fotografias de mulheres falando sobre tecnologia tem o objetivo de despertar a curiosidade e o interesse de outras mulheres e, assim, desconstruir estereótipos de gênero. A desconstrução dos estereótipos de gênero nas TIC é um dos objetivos apresentados por estas páginas como fator determinante para diminuir as brechas digitais de gênero no setor.

Já a criação de conteúdos que despertem o interesse dos usuários é importante para gerar engajamento, cuja mensuração é feita pelos comentários, curtidas, mensagens em direto e compartilhamento. As interações são usadas como um termómetro de relevância, para conduzir o algoritmo da plataforma (Phua et al., 2016), sendo essencial a utilização de uma linguagem simples, de fácil compreensão e que seja rica em informações para o público-alvo.

No exemplo da Figura 2, a publicação da página das @raparigasdocodigo apresenta informações sobre profissões nas áreas da tecnologia. Com uma linguagem simples e direta, exemplifica as principais funções e habilidades necessárias para se trabalhar naquele cargo. O texto da legenda, além de ser complementar ao da imagem, direcionando para um *link* com mais informações, também acolhe as possíveis incertezas dos seguidores, ao

dizer que “com tantas opções disponíveis no mundo IT pode tornar-se difícil saber qual é o melhor caminho escolher”. A validação de uma possível dúvida é uma mais-valia para se conectar com os seguidores do perfil. Além disso, esta, entre outras publicações das páginas aqui analisadas, são exemplos de como tornar a internet num espaço mais democrático para todos, a partir do compartilhamento de informações (Reis & Natansohn, 2021).

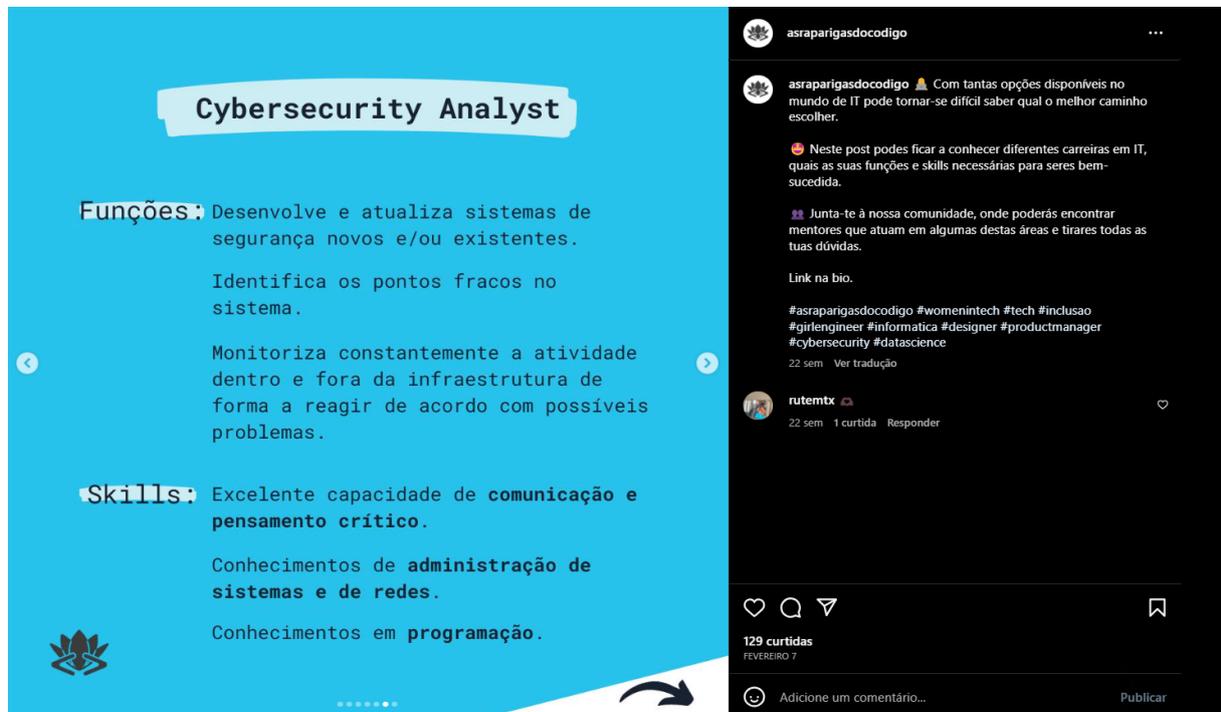


Figura 2. Post do Instagram @asraparigasdocódigo

Fonte. Retirado de *Com tantas opções disponíveis no mundo de IT pode tornar-se difícil saber qual o melhor caminho escolher* [Fotografia], por As Raparigas do Código [@asraparigasdocodigo], 2023, Instagram. (https://www.instagram.com/p/CoXEKipLYHi/?img_index=5)

Se, por um lado, os conteúdos e representações são empregados de maneira a democratizar o conteúdo e facilitar que o acesso chegue às raparigas e mulheres, por outro, identificamos em nossa análise que, apesar de se tratar do contexto português, o idioma utilizado pelas páginas era em sua maioria o inglês. Notamos, embora não fosse o nosso foco inicial, que a Portuguese Women In Tech publicou 74% do seu conteúdo em inglês e sem tradução; As Raparigas do Código publicou 100% do seu conteúdo em português; a Geek Girls Portugal publicou 58% do seu conteúdo em inglês; e a Women In Tech Portugal publicou 90% do seu conteúdo em português. No caso da Geek Girls Portugal, observamos que os conteúdos eram publicados em inglês quando o idioma oficial do evento ou atividade realizada seria neste idioma. Já a Women In Tech Portugal apresentava em suas imagens conteúdos em inglês, mas em 90% dos casos utilizava o espaço da legenda para traduzir o texto e passar a mensagem também em português.

Associamos o uso do inglês a dois fatores: o primeiro é a internacionalização destas páginas na União Europeia, o que facilita o *networking* e a troca de conhecimento; o segundo é o facto de muitos dos materiais, documentos e linguagens de programação estarem em inglês, sendo um universo construído à luz deste idioma. Porém, ainda que

64,2% dos portugueses dos 18 aos 69 anos dominem o inglês (Instituto Nacional de Estatística, 2023), a escolha da língua inglesa pode representar mais uma barreira para quem deseja ingressar nesta área e não consiga acessar esse conteúdo por não dominar totalmente esse idioma.

6.2. A INTERSECCIONALIDADE NAS PUBLICAÇÕES

6.2.1. GÊNERO E RAÇA

Nesta categoria, analisamos exclusivamente as imagens das publicações para identificar pessoas com fenótipos diferentes do branco, com foco em identificar a representação de mulheres negras. O processo de identificação foi feito a partir da análise das imagens, tendo sido considerados traços físicos característicos dos afrodescendentes. Estudar essa avenida de atravessamento é importante por dois motivos. O primeiro diz respeito ao processo imigratório pelo qual Portugal vem passando. Desde os anos 2000, Portugal vem recebendo imigrantes, principalmente dos países de língua oficial portuguesa, incluindo o Brasil (Vieira et al., 2020). Ou seja, um grupo historicamente oprimido pelo passado colonial e pelo racismo estrutural. O segundo, porque observar a presença da mulher negra é importante para romper com o imaginário de que pessoas brancas são universais (Kilomba, 2019). Quando olhamos para as questões de mulheres marginalizadas, acabamos por perceber uma necessidade ainda maior de inserirmos na nossa análise uma perspectiva interseccional, considerando, além do gênero, a raça, a classe, a religião e a nacionalidade, por exemplo (Crenshaw, 2002).

Os dados analisados (Figura 3) nos mostraram que a página da Women In Tech Portugal foi a que mais apresentou diversidade neste quesito, já que 22% de suas publicações são de mulheres com fenótipos diferentes do branco. Segue-se a Portuguese Women In Tech com 14%, As Raparigas do Código com 13% e, por último, a Geek Girls Portugal com 11%.

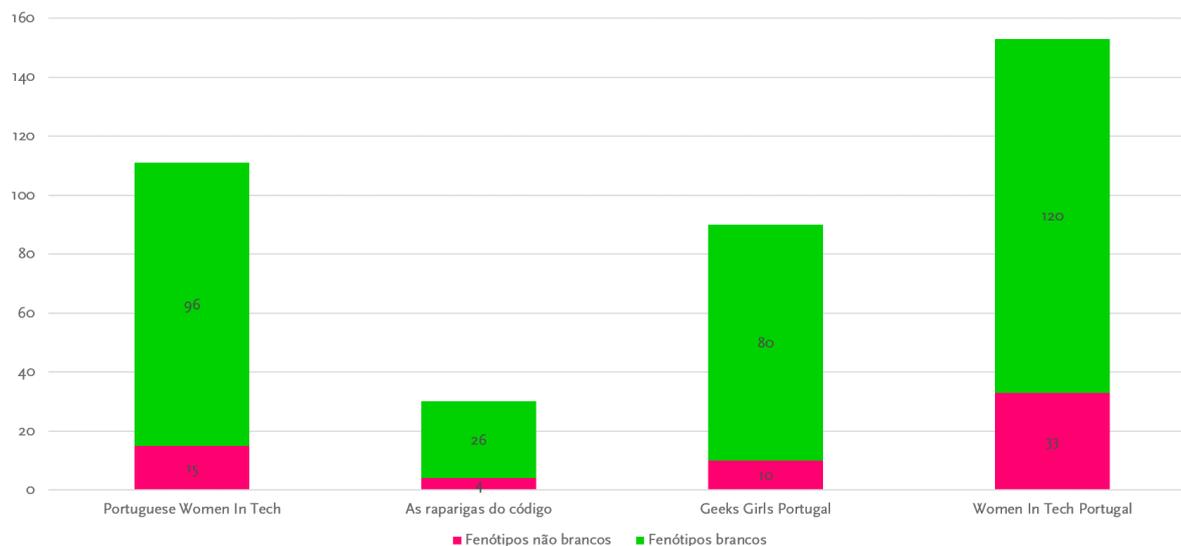


Figura 3. Representação de mulheres com fenótipos não brancos x fenótipos brancos nas publicações

Conforme o exemplo da Figura 4, observamos mulheres negras retratadas em posição de protagonismo, fugindo ao estereótipo de que mulheres negras ocupam apenas lugares à margem da sociedade. Desconstruir o imaginário de que apenas homens brancos podem ocupar locais de poder é essencial para desconstruir os estereótipos de gênero e estimular raparigas e mulheres a verem-se naquela posição. Outro ponto que julgamos interessante nas publicações da Women In Tech Portugal diz respeito ao facto de estas mulheres serem retratadas no meio de outras mulheres não brancas, fugindo ao estereótipo do “negro único” (Corrêa & Bernardes, 2018, p. 207). Ou seja, não era utilizada, salvo nas publicações que enalteciam uma mulher específica por seus contributos, a imagem de uma única mulher negra no meio de outras brancas para gerar uma falsa representatividade.

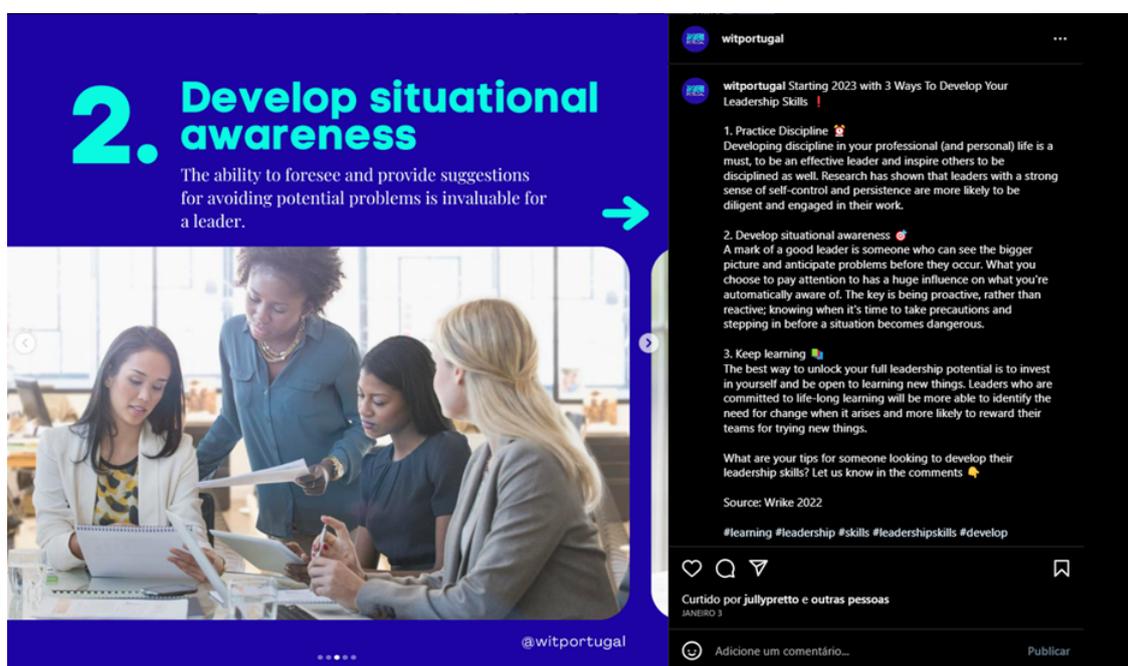


Figura 4. Post do Instagram da @witportugal

Fonte. Retirado de *Starting 2023 with 3 ways to develop your leadership skills* [Fotografia], por Women in Tech Portugal [@witportugal], 2023, Instagram.

(https://www.instagram.com/p/Cm8nvYolA92/?img_index=2)

Nota. Tradução: “2. Desenvolver consciência situacional: A capacidade de prever e sugerir formas de evitar potenciais problemas é uma qualidade inestimável para um líder”; “witportugal: A começar 2023 com 3 formas de desenvolver as suas competências de liderança: 1. Pratique a disciplina: Desenvolver disciplina na sua vida profissional (e pessoal) é essencial para ser um líder eficaz e inspirar os outros a serem disciplinados também. Estudos mostram que líderes com um forte sentido de autocontrolo e persistência têm maior probabilidade de serem diligentes e de se envolverem com o seu trabalho; 2. Desenvolva consciência situacional: Uma característica de um bom líder é a capacidade de ver o panorama geral e antecipar problemas antes que estes ocorram. Aquilo a que escolhe dar atenção tem uma grande influência naquilo de que está automaticamente consciente. O segredo está em ser proativo, e não reativo; saber quando é altura de tomar precauções e intervir antes que uma situação se torne perigosa; 3. Continue a aprender: A melhor forma de desbloquear todo o seu potencial de liderança é investir em si próprio e estar aberto a aprender coisas novas. Líderes que se comprometem com a aprendizagem ao longo da vida estão mais preparados para identificar a necessidade de mudança quando esta surge e mais favoráveis a recompensar as suas equipas por experimentarem coisas novas. Quais são as suas dicas para alguém que deseja desenvolver as suas competências de liderança? Partilhe nos comentários. Fonte: Wrike 2022”.

Porém, nas outras páginas não identificamos grande diversidade, exceto em datas comemorativas, como o Dia Internacional das Mulheres, celebrado mundialmente no dia 8 de março. As páginas da Portuguese Women In Tech, As Raparigas do Código e Geek Girls Portugal publicaram imagens em formato de desenho nesta data. Apesar de

considerarmos essencial a diversidade na representação de corpos e raças nas datas comemorativas, torna-se evidente a necessidade de aprofundarmos o debate sobre as limitações destas representações.

Os dados analisados mostram que mulheres com fenótipos diferentes do branco são sub-representadas por estas páginas. Ainda que quando representadas seja em posição de protagonismo ou compartilhando o protagonismo com outras mulheres. A invisibilização de mulheres não brancas continua refletindo a desigualdade existente na vida real.

6.2.2. GÊNERO E IDADE

O discurso das quatro páginas analisadas é de inclusão das mulheres nas áreas da tecnologia, para promover a igualdade de gênero e aumentar, conseqüentemente, a diversidade num mercado de trabalho ainda dominado por homens. Porém, ao analisarmos o conteúdo, constatamos que existe pouca diversidade relativamente à idade do público-alvo representado, sendo possível identificar uma predominância de conteúdos voltados para mulheres jovens e jovens adultas, que estejam a iniciar as suas carreiras ou que queiram redirecionar as suas carreiras para o mercado tecnológico. Esse é o principal público-alvo do Instagram, de forma que a comunicação direcionada para este público está adequada.

Buscamos identificar elementos visuais voltados para mulheres com mais de 60 anos, a fim de identificarmos se elas são representadas por estas páginas. E inferimos que são, principalmente, na página da Women In Tech Portugal, porém, quase sempre como palestrantes que irão compartilhar os seus conhecimentos. Ou seja, são representadas em lugares que passam credibilidade e confiança, o que acaba reforçando o estereótipo de que idade é sinónimo de sabedoria e excluindo a possibilidade de que mulheres mais velhas também possam estar em um local de aprendizado.

Nomeadamente em relação ao público infanto-juvenil (Figura 5), encontramos cinco publicações com imagens de adolescentes participando de alguma atividade desenvolvida especificamente para eles. Ainda que saibamos ser importante preservar a imagem de adolescentes com idade inferior a 18 anos, também não encontramos referências textuais ou mesmo atividades que fossem direcionadas aos adolescentes.

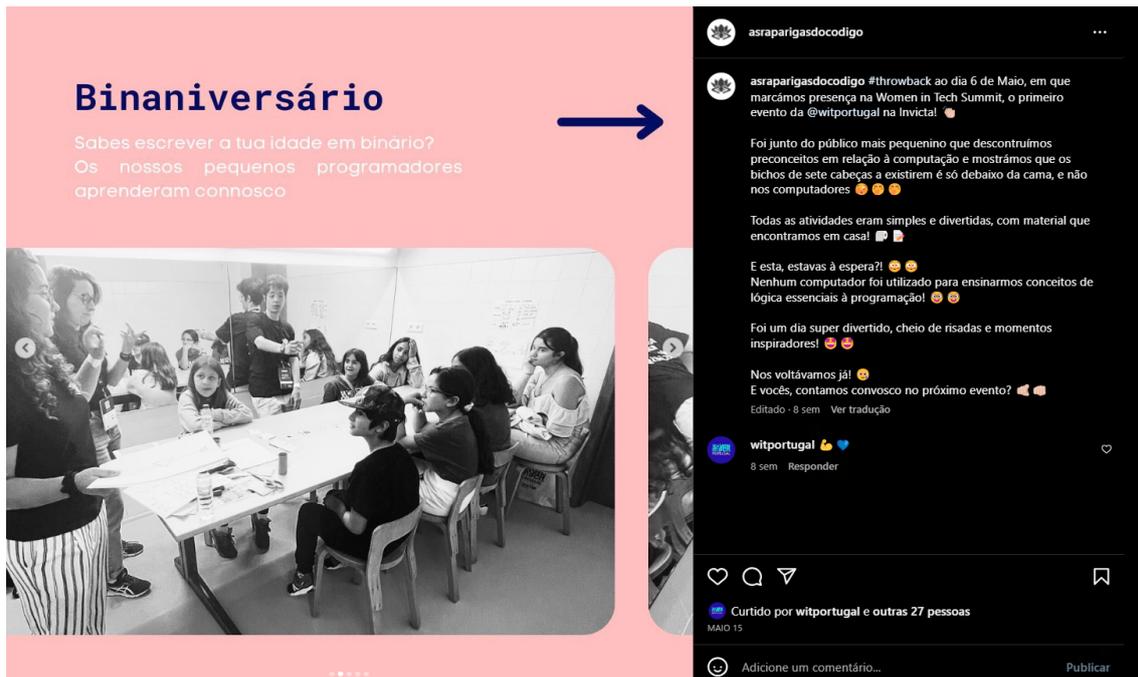


Figura 5. Publicação para o público infanto-juvenil

Fonte. Retirado de #throwback ao dia 6 de Maio, em que marcámos presença na Women in Tech Summit, o primeiro evento da @witportugal na Invicta! [Fotografia], por As Raparigas do Código [@asraparigasdocodigo], 2023, Instagram. ([https://www.instagram.com/p/CsRyWX\]szQ9/?img_index=2](https://www.instagram.com/p/CsRyWX]szQ9/?img_index=2))

A quebra do estereótipo de que a tecnologia é uma área primordialmente masculina é essencial para diminuir a brecha digital de gênero. A reprodução destes papéis sociais está enraizada nos estereótipos perpetuados pelas sociedades patriarcais (Alozie & Akpan-Obong, 2017), sendo um dos motivos apontados como transversal ao problema aqui exposto, além de ser responsável pela “segregação sectorial e discriminação das mulheres nas profissões e sectores das TIC” (Segovia-Pérez et al., 2019, p. 187). Persistem ambientes considerados masculinos, dos quais pessoas do gênero feminino foram constantemente desencorajadas a fazer parte, sendo muitas vezes consideradas incapazes.

O movimento de quebra de paradigma deve começar ainda nas escolas, quando as jovens começam a desenvolver suas habilidades e interesses. Assim, a pouca diversidade em relação à representação, ou mesmo existência, de atividades direcionadas para o público infanto-juvenil nos leva a inferir que as páginas não levam em consideração o atravessamento da idade para construir seu programa de atuação ou as suas publicações no Instagram.

Analisar a fratura geracional é essencial para compreender como as TIC são incorporadas na rotina de jovens e seniores. Pessoas que nasceram antes do advento da internet são consideradas “imigrantes digitais” e costumam apresentar mais dificuldades em se adaptar aos avanços tecnológicos. Já as pessoas que nasceram após a criação da internet são chamadas de “nativas digitais” e tendem a possuir mais facilidade em utilizar a internet e as TIC está diretamente associada com a pré-disposição de implementar o uso de novas tecnologias no cotidiano e, conseqüentemente, pode trazer mais qualidade de vida e autonomia (Berkowsky et al., 2017).

6.2.3. GÊNERO E GEOLOCALIZAÇÃO

Das publicações que continham a localização dos eventos ou treinamentos, identificamos que 27% são realizados em Lisboa e/ou no Porto, enquanto 8% são realizados online e 14% em outras cidades. Das outras cidades que encontramos, destacamos Coimbra e Aveiro, outras duas grandes cidades do país. Foi identificada apenas uma atividade realizada numa cidade do interior do país, numa escola secundária (ver Figura 6).

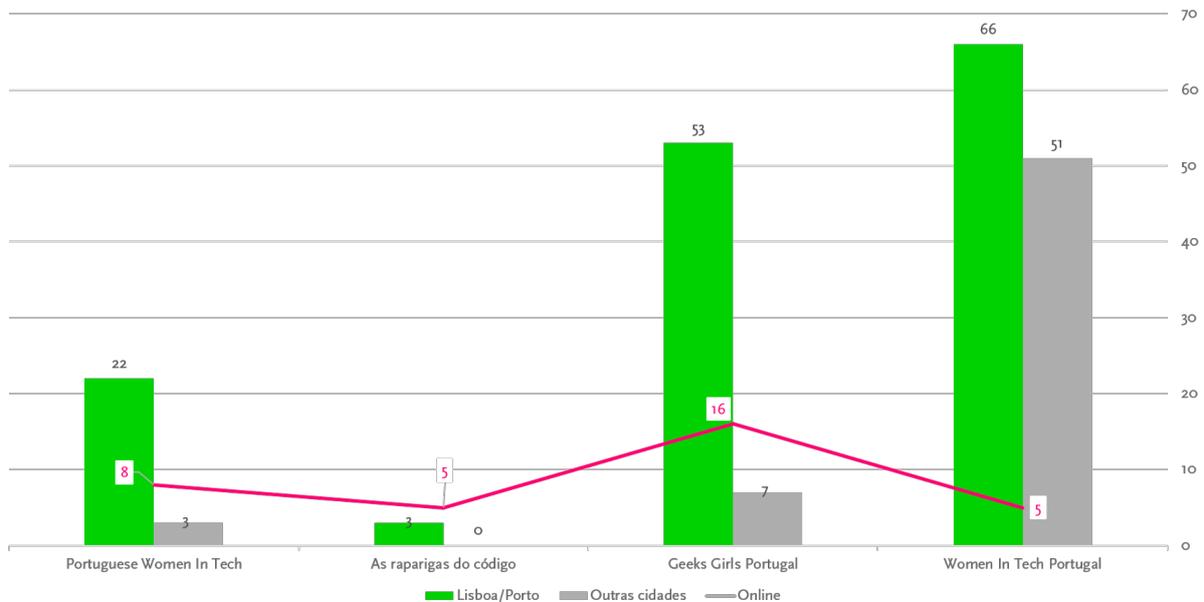


Figura 6. Cidades onde os eventos são realizados

A ausência de eventos presenciais realizados em cidades menores ou no interior do país acaba por excluir uma parte da população, que não consegue custear ou percorrer as longas distâncias que separam o interior das grandes metrópoles. Entretanto, se por um lado, os eventos presenciais não chegam ao interior, as páginas Geek Girls Portugal e Portuguese Women In Tech oferecem boa parte das suas mentorias e treinamentos de maneira remota, o que em tese possibilita que mulheres de todo o país tenham acesso aos conteúdos. Além de disponibilizá-los de maneira gratuita.

Porém, é necessário não só ter acesso à rede e às ferramentas disponibilizadas, mas também saber utilizá-las. É essencial participar tanto do processo de consumo quanto do de produção de conteúdos e, para isso, é imprescindível considerarmos vários níveis de exclusão digital, como o nível de competências, literacias e engajamentos existentes (Castaño, 2008; van Dijk & van Deursen, 2014). Desta forma, ainda que as páginas ofereçam formações online, devemos questionar e tentar aprofundar o debate sobre a eficácia destes treinamentos.

7. CONCLUSÕES

Este trabalho, de natureza exploratória, teve como objetivo verificar se existia ou não a utilização de uma comunicação interseccional nas instituições de ativismo tecnológico

que atuam na promoção da igualdade de gênero nas TIC em Portugal. A análise das publicações no Instagram de quatro instituições mostrou que, embora se observe alguns esforços para incluir mulheres de diferentes raças, idades e localizações geográficas, essas iniciativas ainda são insuficientes para promover uma comunicação verdadeiramente interseccional.

A análise das publicações das instituições de ativismo tecnológico em Portugal revelou pouca diversidade na representação de mulheres com fenótipos não brancos, com destaque para a Women In Tech Portugal, que apresentou a maior diversidade, com 22% de suas publicações incluindo mulheres não brancas. Essa instituição se destacou por representar mulheres negras em posições de protagonismo, rompendo com estereótipos de marginalização e destacando a importância de representações diversificadas para desconstruir imaginários sociais e estimular a inclusão de mulheres em locais de poder.

Por outro lado, as outras instituições analisadas (Portuguese Women In Tech, As Raparigas do Código e Geek Girls Portugal) apresentaram menor diversidade racial em suas publicações, com percentuais de 14%, 13% e 11%, respectivamente. Essa falta de diversidade, exceto em datas comemorativas como o Dia Internacional das Mulheres, evidencia uma representação limitada, que necessita de aprofundamento e ampliação. Essa limitação reflete a necessidade de uma abordagem mais consistente e contínua na inclusão de mulheres não brancas em suas comunicações.

Já a análise da idade mostrou que a maioria das publicações não possui conteúdos específicos para raparigas ou mulheres acima dos 60 anos, indicando uma possível lacuna na inclusão de diferentes faixas etárias nas discussões sobre tecnologia e empoderamento feminino. Esse aspecto é fundamental para promover a inclusão intergeracional e garantir que mulheres de todas as idades se sintam representadas e motivadas a participar do campo tecnológico.

Quanto à geolocalização, a maior parte dos eventos e atividades promovidos pelas instituições estavam concentrados nas cidades de Lisboa e Porto, refletindo uma centralização geográfica que pode limitar a participação de mulheres de outras regiões. A descentralização das atividades e a promoção de eventos online poderiam ampliar o alcance e a participação de mulheres em diferentes locais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais no acesso às TIC.

A discussão desses resultados sugere que, embora haja esforços significativos por parte das instituições de ativismo tecnológico em Portugal, ainda existem desafios consideráveis na promoção de uma comunicação verdadeiramente interseccional. A inclusão de mulheres de diferentes raças, idades e localizações geográficas é essencial para uma abordagem mais abrangente e eficaz na luta contra as desigualdades de gênero nas TIC.

Portanto, as instituições de ativismo tecnológico em Portugal devem revisar e expandir suas estratégias de comunicação para incorporar uma abordagem interseccional robusta. Isso inclui a representação contínua e diversa de mulheres de diferentes raças e idades, bem como a descentralização das atividades. Essas mudanças são fundamentais para criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, onde todas as mulheres tenham a oportunidade de se desenvolver e prosperar no campo das TIC.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do projeto Ref^a 2022.14529.BD.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C. (2017). Narrativas digifeministas: Arte, ativismo e posicionamentos políticos na internet. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 2(4), 134–152. <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2017.v2.n4.p134-152>
- Akotirene, K. (2019). *Interseccionalidade*. Polén.
- Albusays, K., Bjorn, P., Dabbish, L., Ford, D., Murphy-Hill, E., Serebrenik, A., & Storey, M.-A. (2021). The diversity crisis in software development. *IEEE Software*, 38(2), 19–25. <https://doi.org/10.1109/MS.2020.3045817>
- Alozie, N. O., & Akpan-Obong, P. (2017). The digital gender divide: Confronting obstacles to women's development in Africa. *Development Policy Review*, 35(2), 137–160. <https://doi.org/10.1111/dpr.12204>
- Amaral, I. (2012). Participação em rede: Do utilizador ao “consumidor 2.0” e ao “prosumer”. *Comunicação e Sociedade*, 22, 131–147. [https://doi.org/10.17231/comsoc.22\(2012\).1278](https://doi.org/10.17231/comsoc.22(2012).1278)
- As Raparigas do Código [@asraparigasdocodigo]. (2023, 7 de fevereiro). *Com tantas opções disponíveis no mundo de IT pode tornar-se difícil saber qual o melhor caminho escolher* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CoXEKipLYHi/?img_index=5
- Babo, I. (2018). Redes, ativismo e mobilizações públicas. Ação coletiva e ação conectada. *Estudos em Comunicação*, 1(27), 219–244.
- Ballano, S., Uribe, A. C., & Munté-Ramos, R.-À. (2014). Young users and the digital divide: Readers, participants or creators on internet? *Communication & Society*, 27(4), 147–155. <https://doi.org/10.15581/003.27.4.147-155>
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo* (L. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977)
- Berkowsky, R. W., Sharit, J., & Czaja, S. J. (2017). Factors predicting decisions about technology adoption among older adults. *Innovation in Aging*, 1(3), 1–12. <https://doi.org/10.1093/geroni/igy002>
- Boix, M., & Miguel, A. (2013). Os gêneros da rede: Os ciberfeminismos. In G. Nathanson (Ed.), *Internet em código feminino: Teorias e práticas* (pp. 15–38). La Crujía Ediciones.
- Brandt, J., & Kizer, S. (2015). From street to tweet. In A. Trier-Bieniek (Ed.), *Feminist theory and pop culture* (pp. 115–127). Sense Publishers. https://doi.org/10.1007/978-94-6300-061-1_9
- Carrera, F., & Carvalho, D. (2020). Algoritmos racistas: A hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galáxia*, (43), 99–114. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020141614>
- Carvalho, G. (2018). Redes sociais e influenciadores digitais - Uma descrição das influências no comportamento de consumo digital. *Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing*, 11(3), 288–299.
- Casemiro, D., & Silva, N. (2021). Teorias interseccionais brasileiras: Precoces e inominadas. *Revista de Ciências do Estado*, 6(2), 1–28. <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2021.33357>
- Castaño, C. (2008). La segunda brecha digital y las mujeres. *Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación (digital)*, (75), 1–11.

- Castaño, C. (2019). Revolución tecnológica y acceso de las mujeres al espacio público. *Revista Tiempo de Paz*, 134, 43–51.
- Castells, M. (2018). *O poder da identidade* (K. B. Gerhardt, Trad.). Paz & Terra. (Trabalho original publicado em 1996)
- Cerqueira, C., & Magalhães, S. (2017). Ensaio sobre cegueiras: Cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. *ex æquo*, (35), 9–20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Corrêa, L., & Bernardes, M. (2018). Quem tem um não tem nenhum: Solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. In L. G. Corrêa (Ed.), *Vozes negras em comunicação: Mídia, racismos, resistências* (pp. 203–220). Autêntica.
- Corrêa, L., Guimarães-Silva, P., Bernardes, M., & Furtado, L. (2018). Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. *Revista Eco-Pós*, 21(3), 147–169. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.20198>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1, 139–167.
- Crenshaw, K. (2002). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In *Cruzamentos: Raça e gênero* (pp. 7–19). Unifem.
- Cruz-Jesus, F., Oliveira, T., Bacao, F., & Irani, Z. (2017). Assessing the pattern between economic and digital development of countries. *Information Systems Frontiers*, 19(4), 835–854. <https://doi.org/10.1007/s10796-016-9634-1>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. Candiani, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1981)
- European Commission. (2022). *European declaration on digital rights and principles for the digital decade*. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32023C0123\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32023C0123(01))
- Ferreira, G., & Lima, J. (2020). Ciberfeminismo: Feministas tecem uma nova rede. *Diversitas Journal*, 5(3), 2263–2296. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1209>
- Fonseca, I., Barreiros, B., & Pires, C. (2023). Challenges of women's digital inclusion in the Portuguese context. *International Conference on Gender Research*, 6(1), 104–111.
- Gonzalez, L. (1988). Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, 9, 133–141.
- Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of Nature*. Routledge.
- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: Da margem ao centro* (R. Patriota, Trad.). Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1984)
- Instituto Nacional de Estatística. (2023, 17 de outubro). *Inquérito à educação e formação de adultos 2022*. INE.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.
- Lamartine, C., & Cerqueira, C. (2023). Entre ciberfeminismo e ativismo: Feminismo em Portugal no Dia Internacional Para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. *Vista*, (11), e023005. <https://doi.org/10.21814/vista.4460>
- Lapa, T., & Vieira, J. (2019). Divisões digitais em Portugal e na Europa. Portugal ainda à procura do comboio europeu? *Sociologia Online*, 21, 62–82.

- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: Ensaios e conferências* (S. Borges, Trad.). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1984)
- Martinez, F. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, (56), 1–34. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>
- Martins, M., & Nunes, M. (2019). Ciberativismo aliado ao movimento feminista: Uma análise da experiência do aplicativo penha. *Mediação*, 22(29), 111–130.
- Nascimento, M. B. (1974). Por uma história do homem negro. *Revista de Cultura Vozes*, 68(1), 41–45.
- Natansohn, G. (2013). *Internet em código feminino: Teorias e práticas*. La Crujía Ediciones.
- Parry, D., Johnson, C. W., & Wagler, F. (2018). Fourth wave feminism: Theoretical underpinnings and future directions for leisure research. In D. Parry (Ed.), *Feminisms in leisure studies* (pp. 1–12). Routledge.
- Pérez-Escoda, A., García-Ruiz, R., & Lena-Acebo, F. J. (2021). Digital gender gap and digital competence among university students. *Aula Abierta*, 50(1), 505–514. <https://doi.org/10.17811/rifie.50.1.2021.505-5014>
- Phua, J., Jin, S. V., & Kim, J. (2016). Gratifications of using Facebook, Twitter, Instagram, or Snapchat to follow brands: The moderating effect of social comparison, trust, tie strength, and network homophily on brand identification, brand engagement, brand commitment, and membership intention. *Telematics and Informatics*, 33(1), 176–187. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2016.06.004>
- Ragnedda, M. (2017). *The third digital divide: A Weberian approach to digital inequalities*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315606002>
- Recuero, R. (2014). Curtir, compartilhar, comentar: Trabalho de face, conversação e redes sociais do Facebook. *Revista Verso e Reverso*, XXVIII(68), 114–124.
- Reis, J. S., & Natansohn, G. (2021). Do ciberfeminismo... aos hackfeminismos. In G. Natansohn (Ed.), *Ciberfeminismos 3.0* (pp. 51–66). Labcom.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Santaella, L. (2004). *Navegar no ciberespaço: O perfil cognitivo do leitor imersivo*. Paulus.
- Santaella, L. (2010). *A ecologia pluralista da comunicação: Conectividade, mobilidade, ubiquidade*. Paulus.
- Segovia-Pérez, M., Figueroa-Domecq, C., Fuentes-Moraleda, L., & Muñoz-Mazón, A. (2019). Incorporating a gender approach in the hospitality industry: Female executives' perceptions. *International Journal of Hospitality Management*, 76, 184–193. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2018.05.008>
- Silveirinha, M. (2011). Mulheres, tecnologia e comunicação: Para além das receitas. *Media & Jornalismo*, 10(18), 62–83.
- Sprout Social. (2019). *Edition XV: Empower & elevate*. <https://media.sproutsocial.com/uploads/Sprout-Social-Index-2019.pdf>
- Timeto, F. (2019). Por uma teoria do ciberfeminismo hoje: Da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço. *Porto Arte*, 24(40), 1–27. <https://doi.org/10.22456/2179-8001.95974>
- van Deursen, A., & van Dijk, J. (2015). Internet skill levels increase, but gaps widen: A longitudinal cross-sectional analysis (2010-2013) among the Dutch population. *Information, Communication & Society*, 18(7), 782–797. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2014.994544>
- van Dijk, J. A. G. M., & van Deursen, A. J. A. M. (2014). *Digital skills: Unlocking the information society*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137437037>

Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A., & Margarido, C. (2020). *Migrações, minorias étnicas, políticas sociais e (trans)formações. Mediação intercultural e intervenção social*. Edições Afrontamento.

Women in Tech Portugal [@witportugal]. (2023, 3 de janeiro). *Starting 2023 with 3 ways to develop your leadership skills* [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/Cm8nvYolA92/?img_index=2

Zimmerman, T. (2017). Intersectionality: The fourth wave feminist Twitter community. *Atlantis*, 38(1), 54–70.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Micaela Cabral é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior. É mestre em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas pela mesma universidade. É bolseira de investigação da Fundação para Ciência e a Tecnologia e realiza estudos relacionados a políticas para igualdade de género nas tecnologias da informação e da comunicação em Portugal, ativismo tecnológico, comunicação em rede e comunicação estratégica.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0261-3679>

Email: micaela.larbac@gmail.com

Morada: Laboratório de Comunicação e Artes – LABCOM, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal

Sónia de Sá é docente da Universidade da Beira Interior, realiza estudos na área da televisão e novos meios, estudos de género e representações de minorias, em especial, comunidades ciganas, mulheres negras e a comunidade LGBTQ+.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0964-3630>

Email: soniasa@ubi.pt

Morada: Universidade da Beira Interior — Rua Marquês D'Ávila e Bolama 6201-001 Covilhã

Carla Cerqueira é docente da Universidade Lusófona, Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (Porto, Portugal).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6767-3793>

Email: carla.cerqueira@ulusofona.pt

Morada: Rua Augusto Rosa, nº 24, 4000-098 Porto - Portugal

Submetido: 28/05/2024 | Aceite: 19/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

“APRENDO AQUI O QUE NÃO APRENDO EM MAIS LADO NENHUM”: ANÁLISE DE UMA COMUNIDADE ONLINE NA ÁREA DA SAÚDE

Aldina Margato

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal/Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal
Concetualização, análise formal, investigação, metodologia, redação – revisão e edição

Jorge Vieira

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal
Concetualização, metodologia, redação – revisão e edição

RESUMO

Este artigo procura analisar as dinâmicas que sustentam a comunicação de uma comunidade online na área da saúde focada nos cuidadores, intitulada “Vencer Autismo”, que tinha como epicentro uma página do Facebook e um programa semanal em direto gerido por moderadores. A pesquisa privilegia a abordagem qualitativa: etnografia digital e entrevistas. O trabalho empírico decorreu durante nove meses, de setembro de 2022 a maio de 2023, tendo como fase determinante a etnografia digital realizada durante 10 semanas, a que se seguiram 10 entrevistas. A sucessiva cadeia de relações entre os elementos identificados permitiu descobrir que o conhecimento que ali se adquire é considerado raro pelos seus membros, se sustenta na experiência vivida, notando-se a valorização do aprender a fazer, da prova, a par do discurso irreverente, mas também que o contacto regular beneficia as relações e que o sentimento de inclusão atua como agregador. A confiança, outra das coordenadas estudadas, revela-se volátil — e ocorre num processo em construção — e depende de fatores mínimos, como o facto de os moderadores recusarem pronunciar-se sobre assuntos que não dominam. A transparência surge como o aspeto consensual. O papel dos moderadores é reconhecido e justificado também pela garantia da não civilidade das participações.

PALAVRAS-CHAVE

comunidade online, participação online, inteligência coletiva, inclusão online, confiança nas redes sociais

“I LEARN HERE WHAT I DON’T LEARN ANYWHERE ELSE”: AN ANALYSIS OF AN ONLINE HEALTHCARE COMMUNITY

ABSTRACT

This article aims to analyse the dynamics underlying communication within an online health community focused on carers, titled “Vencer Autismo” (Overcoming Autism). The community’s central platform was a Facebook page, supported by a weekly live programme moderated by moderators. A qualitative research approach was adopted, employing digital ethnography and interviews. The empirical study spanned over nine months, from September 2022 to May 2023, with the primary phase consisting of 10 weeks of digital ethnography, followed by 10 interviews. The analysis of the relationships between identified elements revealed that the knowledge shared within the community is viewed as rare by its members. This knowledge is based on lived experiences, with an emphasis on practical learning, testing, and irreverent discourse. Regular interactions were found to strengthen relationships, while the sense of inclusion served as a

unifying force. Trust, another key theme, was found to be volatile — and in constant development — reliant on minimal factors such as moderators refraining from commenting on topics outside their expertise. Transparency emerged as a shared value within the community. The role of moderators was also recognised, with their participation justified in ensuring that interactions remain respectful.

KEYWORDS

online community, online participation, collective intelligence, digital inclusion, trust in social networks

1. INTRODUÇÃO

As comunidades online integram a comunicação do quotidiano, compondo dimensões da vida diária, desde a parte mais pessoal, familiar, profissional, ou de interesses específicos. A sua expansão beneficiou do crescendo de aplicações de redes sociais online (RSO), que facilitam o contacto instantâneo entre várias pessoas tendo em vista um interesse comum ou objetivo.

É possível identificar comunidades online de diferentes tipologias, assentes em múltiplas plataformas e com diferentes propósitos e valores. Têm sido desenvolvidos estudos que se debruçam sobre aspetos peculiares de uma comunidade em particular (Xie et al., 2021), os seus benefícios (Hwang & Foote, 2021; Weld et al., 2024) e prejuízos (Weld et al., 2024), assim como os que lhes apontam potencialidades epistemológicas de características inovadoras, como a construção de um tipo de conhecimento que não se inscreve no senso comum nem na ciência (Zaslow, 2012).

Esta pesquisa procura perceber as dinâmicas de uma comunidade online na área da saúde, criada com o intuito de auxiliar cuidadores, privilegiando dois aspetos: a obtenção de informação e o estabelecimento de confiança. A etnografia digital foi a grande base metodológica adotada na pesquisa e a partir da qual emergiram seis categorias que se aprofundaram posteriormente, através de entrevistas: “participação”, “interatividade”, “conhecimento”, “partilha”, “credibilidade” e “confiança”.

O artigo parte do princípio de que a análise de uma comunidade online é uma abordagem de investigação social qualitativa, que faculta uma perceção sobre como as pessoas participam e interagem digitalmente, partilhando fragmentos da sua vida e trocando opiniões com o objetivo de gerar conhecimento (Vilches et al., 2023).

A comunidade online permite contactar com os comportamentos impulsivos e livres das pessoas, que fazem parte do quotidiano e que geram vínculos fortes entre os participantes, que podem ser estudados através da análise das interações, da intensidade e da qualidade das comunicações (Vilches et al., 2023), sem que se perca de vista o que defendia Goffman (1974): as pessoas vão construindo e reconstruindo o curso das interações. Como evidencia Kozinets (2020), as comunidades online são um fenómeno social único, no qual se jogam escolhas pessoais e intencionais, que se concretizam com ligações dispostas em diferentes níveis.

Dentro das comunidades da área da saúde, o subtema “cuidadores” apresentava a mais-valia de permitir analisar a credibilidade do conhecimento e o estabelecimento de

confiança. A escolha recaiu na página do Facebook da comunidade Vencer Autismo, por esta produzir um alinhamento com conteúdos variados, em diferentes formatos, e possuir uma gestão assumida por fundadores, além de um programa semanal que permitia a interação em direto. A página de Facebook funcionava como eixo central da comunidade. A atividade da comunidade possuía ramificações num *site*, em grupos de WhatsApp privados para assuntos específicos dentro do autismo, palestras ao vivo e *workshops*.

Este artigo divide-se em seis partes. Após a introdução, apresenta-se uma revisão da literatura sobre comunidades online, novas conceções de comunidades online e exemplos de estudos que incidiram sobre as comunidades na área da saúde e dos cuidadores. Na terceira parte, descreve-se a comunidade online alvo de estudo e na quarta parte explica-se a metodologia adotada e a sequência de procedimentos aplicados. Através das entrevistas, procurou-se encontrar respostas para os temas que necessitavam de aprofundamento. Na quinta parte, apresentam-se os resultados, e na sexta, as conclusões e as possibilidades futuras de análise.

2. COMUNIDADES ONLINE

Com a expansão do uso das RSO — um marco a deter é o nascimento do Facebook, em 2004 —, a construção de comunidades online pulverizou-se. Podem concretizar-se através de modelos diversos, seja um fórum, uma página inserida numa rede social, um *site*, um blogue, um grupo de WhatsApp (Amado, 2014).

O crescimento das comunidades online beneficiou do desempenho dos algoritmos nas RSO. Depende destes a seleção do que vemos numa RSO, pois privilegiam o que um amigo publicou, excluindo outras abordagens, e ajudam a encontrar a informação que pretendemos, com um toque de familiaridade (Gillespie, 2014). Na sua vertente positiva, fornecem um meio privilegiado de conhecimento, permitem a participação no discurso social e político e a familiarização com os públicos com quem participamos. Segundo Gillespie (2014), os algoritmos transformaram-se em componentes fundamentais na aquisição de conhecimento, ainda que possam esconder, por outro lado, interesses vários, igualmente determinantes no processo de cognição.

De acordo com a plataforma GlobalWebIndex (Mander & Koch, 2020), as comunidades online tornaram-se numa fonte de informação cada vez mais confiável e essa confiança acentuou-se junto dos jovens nativos digitais. O relatório *The Era of We* (A Era do Nós) revela que estes confiam mais nas notícias que surgem em contexto partilhado do que nos espaços tradicionais.

As comunidades online têm sido alvo de estudo por diferentes áreas científicas. Recorrendo a uma pesquisa na plataforma Perish (em maio de 2024), que permite extrair artigos da Scopus, Web of Science, ou Google Scholar, por ordem cronológica, palavras-chave e autores, as primeiras 20 entradas pertencem às categorias “saúde”, “informática”, “educação”, “psicologia”, “gestão” e “marketing”. Esta pesquisa reúne, por isso, contributos interdisciplinares desde que ajustáveis ao objetivo.

As comunidades online apresentam-se cada vez mais diversas em objetivos e motivações. O que as une tem sido a possibilidade de ajudarem os participantes a alcançar

soluções úteis (Liu et al., 2020). Na comunidade Vencer Autismo observou-se as dinâmicas relacionais e, sobretudo, os benefícios para os utilizadores, no que se refere à informação, conhecimento e confiança.

Pioneiro na criação do conceito e análise das comunidades ditas "virtuais", Rheingold (1993) debruçou-se sobre a comunidade WELL, considerou que uma comunidade online possui uma identidade coerente, assente num conjunto de características: reunião de pessoas em ambiente online, discussões públicas durante tempo suficiente e partilha de sentimentos. O autor considerava que o espaço de conectividade permitia a partilha de sentimentos e a discussão com potencialidade de produção de conhecimento.

A história das comunidades online ganhou um novo capítulo com a introdução do conceito de "comunidades de prática" e a sua expansão para o universo online: as comunidades de prática online. O conceito de "comunidades de prática", criado por Wenger (1998), sublinhou a importância da interação e da troca de experiências, fazendo destas o ambiente propício para conhecer através do outro, assumindo-se que se pode gerar conhecimento através da partilha. A sua promoção tem acontecido sobretudo em contextos profissionais e no ensino.

Preece (2001) referiu que as comunidades online são importantes para os membros por permitirem a interação e a troca de informações e que o seu êxito depende dessa socialização e usabilidade. A sociabilidade conjuga objetivos e políticas e a usabilidade inclui o diálogo, o apoio, a informação e o acesso. Alguns estudos posteriores, de que são exemplo Ridings e Gefen (2004), Hwang e Foote (2021), Xie et al. (2021) e outros, que surgem referidos na secção sobre a revisão da literatura, demonstram que o propósito, as pessoas, as políticas, o diálogo e o apoio, tanto como a facilidade de navegação, foram determinantes para a satisfação dos membros. Para Ridings e Gefen (2004), os motivos principais para a participação em comunidades online são a troca de informações, o apoio, a amizade e a dimensão recreativa que proporcionam.

Mais ou menos especializadas, as comunidades online podem ser consideradas espaços onde acontece a partilha de informação. Lévy (2000) considera que reúnem condições para o surgimento de uma "inteligência coletiva", o que, no seu entender, remete para um conjunto de saberes partilhados através da memória, baseados no reconhecimento mútuo, do que resulta a aprendizagem. A comunidade assume relevância porque é nela que se vai processando a negociação constante. A inteligência coletiva apresenta-se então como uma estratégia rica para resolver problemas na era da vulgarização da internet (Lévy, 2000). Além de Lévy, Castells (2002), Tapscott e Williams (2006), Surowiecki (2014) e Malone e Bernstein (2022) também se debruçaram sobre o conceito, tendo em conta este padrão interpretativo.

Kozinets (2020) considerou que o mundo complexo da comunidade online não reflete apenas as experiências vividas, transforma-se num fenómeno social único. A sua complexidade deve-se ao facto de ser escolhida por pessoas, por vezes temporariamente, e em graus diversos. São espaços "transnacionais e locais" (Rokka & Moisaner, 2009). Na linha de Bauman (2000), Kozinets defende a natureza das comunidades líquidas, instáveis, imprevisíveis. No grupo de pesquisas que sublinham os potenciais de

construção de conhecimento encontram-se autores como Benkler (2006), para quem a partilha pode oferecer autonomia e liberdade. Gorbis (2013), por exemplo, considera que as comunidades online podem incorporar eixos estruturais de futuro.

2.1. O CONSUMIDOR INTERATIVO

Para enquadrar o que se considera estrutural nas comunidades online, Bruns (2014) assinala que a internet introduz a possibilidade de “produsage”, que se baseia no pressuposto de que o consumidor também é produtor — “prosumer” — um conceito introduzido por Toffler (1980), que previa que o impacto da tecnologia proporcionaria a queda das barreiras entre consumidor e produtor e valorizaria a participação e a colaboração. Bruns (2014) considera que os consumidores não são meramente passivos, são também produtores de informação e o seu papel pode ser flexível, contribuindo e modificando conteúdos, em constante adaptação e num modelo de colaboração.

O pressuposto de Bruns (2014) alicerça o seu conceito de “comunidade online”. O autor distingue uma comunidade online de um grupo online, entre outras categorias de públicos, tendo em conta o nível de interação e os valores. No grupo, a conexão pode surgir à volta de um tópico, a coesão é fraca e as exigências de participação também. Na comunidade online, o núcleo principal dos utilizadores está altamente envolvido e há uma partilha de valores, práticas e conhecimentos sólidos. Bruns (2014) deteta ainda, além do núcleo principal, outros núcleos ou camadas de participantes, que, à medida que se distanciam, revelam um menor comprometimento. Portanto, a comunidade possui uma estrutura mais complexa que envolve um centro e a periferia. A comunidade online é entendida como mais uma parcela da esfera pública fragmentada, constituída por uma rede de públicos, revelando a vantagem de representar um grupo unido pelos interesses que juntam essas pessoas, com regras próprias e práticas definidas.

Bruns e Bahnisch (2009) analisaram as dinâmicas das comunidades online e explicaram que o facto de funcionarem por níveis de participação facilita a colaboração dos mais descomprometidos. Outra das particularidades tem a ver com a possibilidade equitativa de participação, independente da habilidade, em que cada utilizador pode dar uma contribuição útil. No campo dos sentimentos, sublinha como esta sensação de partilha acerca do conteúdo gerado facultava também um sentimento de propriedade. Os autores recomendam, por isso, que os gestores de *sites* e RSO devem respeitar estas dinâmicas próprias das comunidades online. Sugere, entre outros aspetos, que seja o mais aberto possível a novos utilizadores e que se incentive a comunidade a separar o que é bom do que é mau e, à medida que a comunidade define os seus valores e objetivos, se promova a criação de líderes. Refere que a comunidade muda com o tempo e que é importante saber acompanhar e incentivar essas mudanças.

A propósito do conceito de “consumidor”, também Couldry (2004) considera que o novo ecossistema aniquilou a separação nítida entre consumidor e cidadão. O consumidor produtivo terá de ser visto no enquadramento do espaço público de conexão e participação. Nos novos média, a ideia de participação ganha outros contornos com

Carpentier (2020), que distingue três categorias: "acesso", "interação" e "participação" propriamente dita. O acesso refere-se à possibilidade de serem ouvidos. Esta etapa corresponde às oportunidades geradas para que essa comunicação ocorra. Os leitores até podem ser ouvidos, mas não possuem qualquer poder para decidir o que será e como será produzido. O segundo nível, a interação, consiste na articulação de relações sociocomunicativas dentro da esfera mediática, possibilitando a criação de coprodução de conteúdos em grupo ou em comunidade, mas a decisão final continua à mercê das organizações de média. A participação, por seu lado, pressupõe que os cidadãos não sejam só interlocutores e coprodutores, mas codecisores e criadores. Este novo consumidor tem ainda de lidar com uma economia da atenção transformada num bem escasso e fluido. O indivíduo consome e interage entre plataformas e é afetado por novas tecnologias e mudanças algorítmicas (Myllylahti, 2019). Além disso, é preciso observar onde este contacto com os média acontece. Uma vez que a divisão tradicional do tempo diário entre trabalho, casa e tempo livre está a perder importância, o consumo de média ocorre em tempo híbrido (Kowalski & Jung, 2021).

Um estudo realizado por Hwang e Foote (2021), que se debruçou sobre a participação em comunidades online do Reddit, evidenciou que a participação em comunidades de pequena dimensão traz benefícios acrescidos aos participantes, mais conhecimento, confiança e apoio. A confiança, por seu lado, depende do conhecimento das pessoas de uma comunidade, assim como da partilha de interesses comuns, revela uma análise que observou a participação em dois jornais hiperlocais, produzidos em comunidade (Gonçalves et al., 2024).

As pequenas comunidades também costumam estar associadas a temas hiperespecíficos e a um propósito singular. E ainda que nem todos os membros tenham o mesmo envolvimento, esse facto faz delas comunidades com uma natureza muito própria, reforçando o potencial de interação. Nestas comunidades de nicho, as expectativas são altas, uma vez que os participantes esperam delas informação de elevada qualidade, visto que estão associadas à presença de peritos e, em consequência, são tidas também como mais eficazes (Hwang & Foote, 2021).

2.2. CONHECIMENTO E CONFIANÇA

Na área da saúde, ganham relevo o potencial informativo e a confiança e daí a importância de se perceber as motivações, o processo de aquisição de conhecimento e que mais-valias são a esse respeito identificadas. Reuniu-se, por isso, alguns contributos que juntam estudos na área da saúde, em particular sobre cuidadores. Em dois estudos de caso de Portugal sobre comunidades na área da saúde (Guilherme, 2013; Pestana, 2010), o principal atrativo identificado para aderir a uma comunidade foi obter e trocar informação e uma das mais-valias é ser o local ideal para fazer perguntas específicas a estranhos (Pestana, 2010). Ridings et al. (2022), por exemplo, valorizam nas comunidades virtuais o facto de poderem permitir acesso a informação sobre tópicos específicos; aspeto que, sublinham, fomenta a proximidade entre os membros da comunidade

sobretudo quando se trata de temas na área da saúde e, em consequência, estabelecimento de confiança.

Um estudo de Lupton (2016) sobre uma comunidade focada na gravidez e na maternidade evidencia a importância dos detalhes, a par de outros aspetos, como, por exemplo, o facto de a informação ser imediata, regular, poder entreter, ser personalizada, prática, profissional, reconfortante e imparcial, e de permitir a participação e a criação do utilizador. A análise de uma comunidade de mães com filhos com transtorno sensorial conclui que a comunicação colaborativa pode gerar um outro tipo de conhecimento, que não é nem médico, nem mero conselho, possibilitando uma nova epistemologia, baseada na partilha do relato vivido (Zaslow, 2012).

Além da vantagem associada ao conhecimento particular e diferenciador, alguns estudos evidenciam o papel do apoio emocional. Uma pesquisa sobre a comunidade de esclerose lateral amiotrófica (Guilherme, 2013) acrescenta que o apoio emocional se sobrepõe, no decorrer da participação, à motivação informativa, apesar de os membros da comunidade não se darem conta disso. A conclusão alinha-se com um outro estudo sobre a partilha de conhecimento nas comunidades online de mães (Xie et al., 2021), que deduziu que o apoio emocional se revela, em alguns momentos, mais necessário do que a informação. A compilação de estudos elaborada por Xie et al. (2021) sobre comunidades de mães conclui que estas valorizam sobretudo os relatos baseados na experiência e que têm também tendência a aceitar o que é mais popular na comunidade.

No que diz respeito à credibilidade, vários contributos apontam fatores indispensáveis para que esta exista em contexto de comunidade online, como, por exemplo, as fontes de informação, o estilo de apresentação e as evidências de apoio (Zhao et al., 2024). Outra abordagem refere a importância da percepção de utilidade. Considera-se que a maior qualidade da informação, associada à compreensão pelo consumidor, contribui para a credibilidade desta. Os consumidores baseiam-se, portanto, nos sinais do nível de conhecimento da fonte e no sistema "boca a boca" digital, mas também no entendimento da utilidade que a informação tem. A percepção da utilidade da informação afeta significativamente a sua adoção e funciona como um incentivo para que a informação seja aceite (Gerashi et al., 2023).

Um dos aspetos que contribuem para a consolidação das comunidades é o sentimento de confiança, cuja construção depende da relação com o outro e da capacidade de o incluir no seu universo de referência (Matos-Silva et al., 2012). A confiança torna-se significativa quando os membros reconhecem as organizações e os profissionais (Zhao et al., 2024). Um outro estudo revela que a presença de moderadores pode ser uma peça-chave na promoção de confiança e que o humor pode ser um contributo na negociação da confiança (Lovatt et al., 2017). A propósito da confiança, acrescenta-se que, de acordo com o *Digital News Report Portugal* (Relatório de Notícias Digitais Portugal; Cardoso et al., 2024), o aspeto mais importante para confiar nos meios noticiosos é a transparência. É o elemento mais mencionado pelos inquiridos portugueses (79%).

3. COMUNIDADE VENCER AUTISMO

A comunidade Vencer Autismo foi criada em 2010, por um casal que tem uma filha autista. Estava associada a uma organização não-governamental e possuía um *site* e uma página no Facebook, a partir dos quais se desenvolviam palestras e oficinas. Esta pesquisa debruçou-se sobre a atividade da página do Facebook, com 240.000 seguidores em 2022.

Quando arrancou esta análise, havia uma emissão regular do programa *Café Vencer*, que permitiu observar as dinâmicas entre os membros ao vivo. O direto contava com moderação do gestor da comunidade, licenciado em Gestão de Empresas, e de profissionais das áreas das ciências da educação e da psicologia.

Os gestores da página foram contactados e informados do trabalho em curso, nomeadamente da observação não participante, mostrando-se recetivos à colaboração na pesquisa. Numa das edições do programa semanal deu-se a conhecer a investigação e fez-se um apelo à participação na mesma. Foi ainda garantida a confidencialidade e codificação dos elementos recolhidos em qualquer fase da investigação para evitar qualquer forma de identificação, acautelando os dados pessoais. Todos os intervenientes viram a sua identificação preservada, ou seja, os seus nomes nunca são revelados, apenas se mencionam a partir de uma identificação numérica. Refira-se que o grupo funcionava na altura em acesso aberto, sem exigir informação alguma a quem quisesse dele fazer parte.

A popularidade da página testemunhava-se pela quantidade de seguidores, mas também pelo reconhecimento exterior. O seu fundador visitou o Parlamento Europeu, em 2022, a convite de uma eurodeputada, com o objetivo de relatar a sua experiência. Em meados de 2023, a comunidade ganha um formato paralelo que implicava a subscrição.

A Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento do Autismo (<https://www.appda-lisboa.org.pt/>) descreve o autismo como uma perturbação do desenvolvimento do sistema nervoso, que se manifesta com sintomatologia diversa, e que, muitas vezes, demora a ser identificada na infância. Entre os sinais encontram-se o défice de reciprocidade social e emocional, a reduzida partilha de interesses, emoções e afetos e as limitações na compreensão e no uso da linguagem. Ou seja, implica dificuldades de comunicação e interação social. Existem também níveis diversos, segundo indica a associação. O acompanhamento das crianças depende muito dos progenitores, no que toca a diagnósticos e terapias a aplicar através do Serviço Nacional de Saúde, e as respostas podem não se revelar suficientes, segundo os entrevistados.

De acordo com um dos entrevistados, cuidador de uma criança autista, o apoio institucional e educativo é escasso.

O nosso filho ficou referenciado no Serviço Nacional de Saúde e passou a ter terapia da fala ou ocupacional. Mas é pouco para o que é necessário. O que a saúde e o Estado nos dá é pouco. Por isso é que estes grupos são muito ativos. (Entrevistado 3)

Esta análise debruçou-se sobre as dinâmicas comunicacionais e não se propõe a explorar a dimensão médica nem a do apoio institucional.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa privilegiou uma metodologia qualitativa, conjugando etnografia digital e entrevistas. Primeiro, procedeu-se à monitorização de toda e qualquer tipo de comunicação realizada através da página Vencer Autismo no Facebook, durante nove meses, de setembro de 2022 a maio de 2023, no que pode ser encarado como um processo exploratório de documentação, seguindo-se a aplicação da etnografia digital, que foi ganhando detalhe num espaço temporal de 10 semanas. O limite temporal para a análise ocorreu quando se considerou que a informação recolhida se estava a revelar saturada (Burrell, 2017). Após essa etapa, realizaram-se 10 entrevistas semiestruturadas, duas a moderadores e oito a membros da comunidade, a partir das quais foi possível validar e apurar aspetos de natureza privada.

Observámos e registámos todos os formatos adotados na comunicação, assim como os conteúdos e as interações. A primeira fase da pesquisa procurou ir ao encontro do que poderia ser o "campo do trabalho" estrategicamente mais interessante para analisar, um dos passos sugeridos por Burrell (2017).

Durante 10 semanas, de 1 de outubro a 8 de dezembro, recolhemos dados em detalhe, tanto quanto possível, pela observação não participante do desenrolar das dinâmicas. Linha mestra deste trabalho foi a atitude de abertura em relação aos pormenores do que se designa por "cultura digital", especialmente os bens comuns criativos e outras formas de partilha e a colaboração digital (Pink et al., 2015). Esta análise incidiu sobre uma página de Facebook em acesso aberto, o que poderá ter causado a algum participante a necessidade de algum decoro na conduta.

Numa fase exploratória, dedicou-se especial atenção aos protagonistas; rastros online: textuais, gráficos, outros elementos audiovisuais; interações; e consocialidade: ou seja, o que se partilha (Kozinets, 2020). A recolha considerou as novas linguagens e símbolos, rotinas e rituais, a forma como se contam as histórias, a partilha de crenças, valores e relações de poder, ligações com outras plataformas, outras iniciativas online, vídeos populares e anúncios.

Para a elaboração das entrevistas, fez-se uma reflexão prévia sobre que modelo seria apropriado para descortinar temas tão amplos quanto subjetivos. Na linha de Braun e Clarke (2006) e de Ferreira (2014), definiu-se dois caminhos: privilegiar a análise temática (Braun & Clarke, 2006) e a entrevista compreensiva (Ferreira, 2014).

Foram realizadas 10 entrevistas através da plataforma Zoom, sendo as primeiras duas aos moderadores principais. Os outros entrevistados foram convocados através da página do Facebook e do programa semanal. Aceitaram participar pais, sobretudo mães, avós e professores de alunos autistas. O perfil profissional reúne professores, assistentes técnicos, administrativos, engenheiros (Tabela 1). Todos os entrevistados foram informados acerca da confidencialidade das respostas e o consentimento informado foi entendido e aceite.

ENTREVISTADOS	IDADE	PROFISSÃO	REGIÃO	PARENTESCO
Entrevistado 1	50 anos	Gestão	Norte	Pai
Entrevistado 2	33 anos	Comunicação	Norte	Conhecido
Entrevistado 3	43 anos	Engenharia	Norte	Pai
Entrevistado 4	44 anos	Assistente técnico	Centro	Mãe
Entrevistado 5	38 anos	Engenharia	Centro	Mãe
Entrevistado 6	54 anos	Ensino	Madeira	Conhecido
Entrevistado 7	58 anos	Assistente técnico	Centro	Avó
Entrevistado 8	42 anos	Assistente técnico	Lisboa	Mãe
Entrevistado 9	34 anos	Administração	Centro	Sobrinho
Entrevistado 10	39 anos	Ensino	Algarve	Conhecido

Tabela 1. Descrição dos entrevistados

Os temas principais das entrevistas emergiram da etnografia digital. As perguntas basearam-se em seis dimensões de análise: “participação”, “interatividade”, “aquisição de conhecimento”, “partilha”, “credibilidade” e “confiança”, que foram agregadas aos pares. Durante a realização da conversa, a regra foi dar tempo ao entrevistado para que ganhasse à-vontade e avaliasse ele próprio a sua conexão pessoal aos temas.

5. RESULTADOS

5.1. MONITORIZAÇÃO DA PÁGINA VENCER AUTISMO NO FACEBOOK

Durante a primeira análise da página, notou-se a utilização frequente de *emojis* de coração azul e de símbolos de oração e o facto de a partilha exercida através dos comentários na página privilegiar o relato da experiência pessoal. A troca de mensagens entre os membros permitiu ainda verificar que alguns pais criaram outros grupos no WhatsApp, com o propósito de tratarem temas específicos, cujo objetivo seria facilitar respostas urgentes. Sobressaiu o papel dos moderadores na condução da emissão semanal *Café Vencer* e a empatia que transparecia entre estes e alguns dos membros. De notar a boa receção aos que se iam juntando ao programa.

De 1 de outubro a 8 de dezembro de 2022, a atividade da página foi monitorizada através de um calendário editorial, dividido pelo número de publicações semanais, distribuição de produção e categorias de *post*. Concluiu-se que houve uma publicação quase diária (Tabela 2). Ou seja, o utilizador da página obteve informação a um ritmo regular. Os dias com maior número de mensagens foram quarta-feira, altura em que se realiza a edição do *Café Vencer*, seguindo-se quinta e sexta-feira. O mais fraco foi domingo. Na distribuição por categorias de *posts*, o mais comum é o anúncio das atividades (Tabela 3 e Figura 1), seguindo-se as mensagens protagonizados pela equipa que assegura a página, com especial destaque para o fundador. As suas narrativas baseiam-se em testemunhos pessoais e possuem *storytelling*.

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
0	1	1	0	3	1	0
0	1	1	3	2	2	0
0	1	2	2	3	3	0
0	2	1	1	2	2	0
0	1	1	2	2	2	0
0	1	1	2	2	1	1
2	3	0	3	1	1	0
0	1	3	2	1	2	0
1	1	0	2	0	1	1
0	1	1	2	1	0	0

Tabela 2. Número de publicações

10 SEMANAS	
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES (POSTS)	CATEGORIAS
80	Anúncios de atividades internas: <i>Café Vencer</i> , palestras gratuitas e pagas, <i>workshops</i>
	Anúncios externos
	Programas semanais
	Explicações sobre autismo/gráficas
	Vídeos protagonizados por equipa
	Outros: vídeos com humor, inquéritos, sessões de fotos

Tabela 3. Distribuição da produção

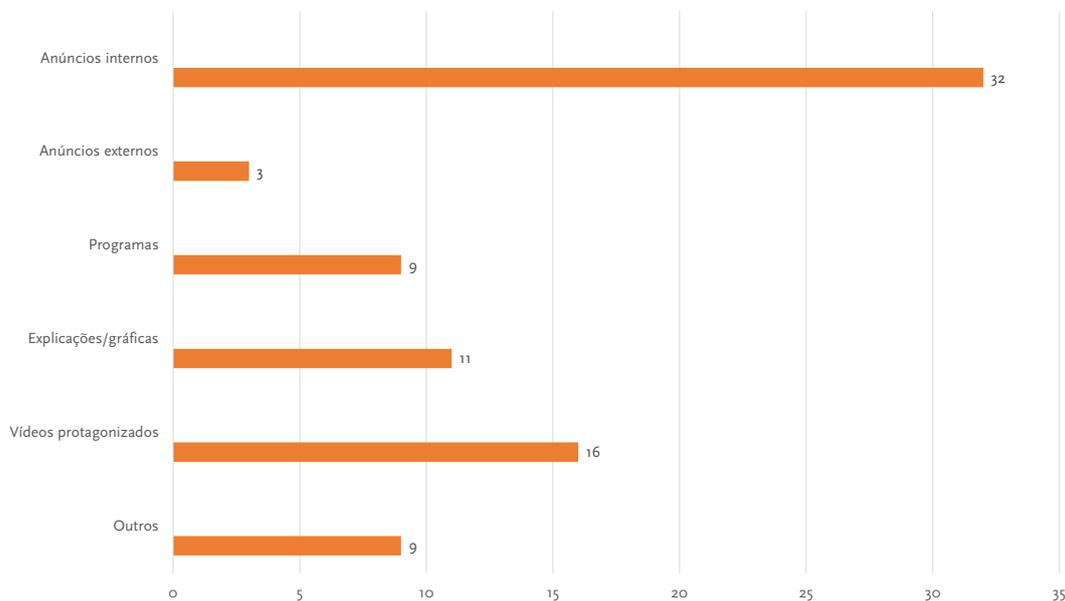


Figura 1. Distribuição por categorias em 10 semanas

A comunicação da página Vencer Autismo contou ainda com o recurso a narrativas informativas simples (Figura 2), que muitas vezes exploram um problema na área do autismo em modelo de pergunta e resposta rápida. Para o efeito, segundo apurado a partir das entrevistas, contrataram-se profissionais na área do design. Houve, portanto,

preocupação em simplificar a mensagem e, ao mesmo tempo, torná-la atrativa e ligeira, subtraindo alguma carga negativa ao tema.



Figura 2. Exemplo de anúncio gráfico

Fonte. Retirado de *Sabemos que algumas crianças podem ter atraso na fala e que muitas desenvolvem esta competência mais tarde do que a média* [Fotografia], por Vencer Autismo [@associacaovencerautismo], 2022, Facebook. (<https://www.facebook.com/associacaovencerautismo/posts/pfbido37YznrAogaPcHoPTMJ2qpXGoKzNFh2YkhkvGp8Aevj42UxM99D363pmcwGwd4Zn5fl>)

5.2. ANÁLISE DO PROGRAMA CAFÉ VENCER

Em simultâneo, realizou-se a análise minuciosa de 10 edições do programa *Café Vencer*, emitidas entre 12 de outubro de 2022 e 4 de janeiro de 2023. No programa respondeu-se a questões enviadas durante a semana e a perguntas surgidas no decorrer do direto (Figura 3).



Figura 3. Etapas do programa

As respostas foram fornecidas pelos moderadores e outros participantes. Os moderadores são identificados como "Moderador 1" e números seguintes e os participantes com igual designação numérica ("Participante 1", por exemplo). Durante as sessões, os moderadores foram rodando, mantendo-se, no entanto, sempre em dupla. A técnica mais regular, formada em Ciências da Educação, fazia, por vezes, par com uma psicóloga. Participaram ainda o fundador da página e outros profissionais ligados à organização. O programa começa com uma nota de receção dos participantes, evocando o nome da pessoa, e os primeiros minutos servem para desbloquear a conversa. Se alguém declara a proveniência, os outros imitam o comportamento e é revelado que estavam a participar pessoas de vários pontos do país, da Covilhã ao Porto e do estrangeiro:

Inglaterra e Suíça. É também regra não ficarem perguntas por responder. Durante a pesquisa, apenas se detetou uma pergunta sem esclarecimento.

Quanto à posição dos moderadores, revelaram-se cautelosos e não se manifestaram sobre temas polémicos, como a medicação e o uso de canábis. Evitaram dar resposta sobre áreas científicas que não dominam: “não tenho conhecimento, nem estudos. Não tenho também experiências de outros para partilhar sobre este assunto” (Moderador 1). Um outro exemplo foi quando uma mãe contou que o café ajudava a acalmar o filho, o que suscitou discussão no grupo. Alguns pais confirmaram a relação causa e efeito, mas outros declararam o contrário. Durante a emissão, as moderadoras admitiram não conhecer a resposta correta (Moderadora 1 e Moderadora 2).

Analisou-se ainda a ligação dos gostos com os comentários e concluiu-se que quem se manifesta com *like*, costuma participar nas conversas, revelando envolvimento (Figura 4).

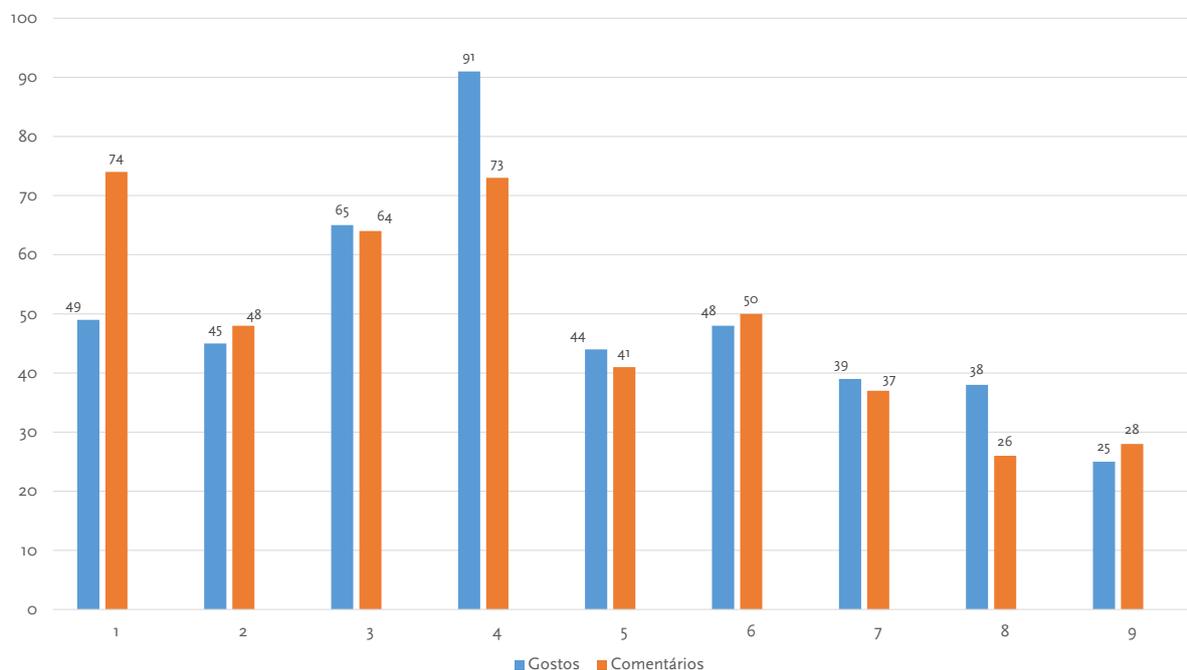


Figura 4. Reações dos participantes

O envolvimento dos participantes na comunidade foi visível através da presença de comentários em várias publicações, ou seja, há membros bastante ativos que participam regularmente de diferentes maneiras. Daí o comentário proferido por uma das moderadoras: “X não falha um *Café [Vencer]*” (Moderadora 1).

Pelo teor das conversas, conclui-se que uma parte dos participantes assistiu anteriormente a palestras e participou em *workshops*, o que traduz a ligação a eventos presenciais. Os comentários são quase sempre acompanhados por *emojis* — os símbolos mais utilizados são o coração azul, o símbolo da fé e o símbolo de gratidão —, acrescentando emotividade às declarações verbais.

No que respeita ao conteúdo, os testemunhos sobre experiências dos moderadores foram os que originaram mais comentários, provando que são eles o motor da

comunicação. O programa de maior assistência foi o que contou com a presença de uma jovem autista, filha do fundador. Apesar do autismo, a jovem entrou na universidade e é um exemplo de superação.

A linha principal da comunicação incidiu sobre estratégias concretas para lidar com os problemas do quotidiano, como, por exemplo, conseguir que a criança tome banho. Os participantes regulares acrescentam informação à fornecida pelos moderadores, convertendo-se num segundo plano informativo. Como propunha Bruns (2014), podem distinguir-se patamares de participação. O tema das agressões foi um dos que desencadearam uma forte participação. A exposição dos temas dramáticos surgiu com frenesim e participações que revelavam a identificação e a empatia: "o meu filho também é assim. Eu tentaria que não estivesse muito próximo desse colega" (Participante 1).

As publicações protagonizadas pelos moderadores que vivem os desafios do autismo são as que suscitam mais participação e essa reação acontece sobretudo diante das manifestações da experiência vivida, a fazer lembrar o conceito proposto pelo filósofo Merleau-Ponty (1976) na obra *Phénoménologie de la Perception* (Fenomenologia da Percepção). A descrição dos casos concretos, e a conseqüente resolução dos problemas, compuseram outro ponto alto das emissões. Por fim, de notar a transmissão de gratidão, como declarou um dos membros: "ajudaram-me muito, disseram coisas em que não tinha pensado, tão bom! Até me sinto mais leve e animada. Muito, muito grata" (Participante 2).

5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No que se refere aos principais motivos para a participação nesta comunidade, as respostas deambularam entre a necessidade de apoio, a procura de conhecimento e a resposta imediata à resolução de problemas. Os dois primeiros pontos tinham sido já assinalados num estudo sobre a comunidade de esclerose lateral amiotrófica (Guilherme, 2013), que conclui que — inicialmente — a motivação dos participantes é procurar conhecimento, mas que *a posteriori* o apoio emocional ganha relevância e até se sobrepõe. A análise das entrevistas permitiu, porém, acrescentar elementos à dimensão do "apoio". Para os participantes, a companhia, a aceitação, a compreensão, o sentimento de integração e de respeito revelam-se determinantes: "o convívio que proporciona com outros pais foi muito importante, não estamos sozinhos. Sentimos que ninguém nos entende e ali há uma base de entendimento comum" (Entrevistado 3) e "muitas vezes estes pais não têm ninguém com quem falar sobre estes problemas. Sentem-se sozinhos" (Entrevistado 6).

Alguns cuidadores afastaram-se dos amigos e da família devido aos comportamentos dos filhos, pouco aceites socialmente. Falam com mágoa da falta de compreensão dos familiares e amigos e é precisamente essa compreensão e sentimento de inclusão que obtêm na comunidade: "para os pais que têm dificuldade em manter os amigos que não querem lidar com a criança autista ou os que se autocensuraram, foi muito bom sentirem-se compreendidos" (Entrevistado 8).

Simultaneamente, disseram ter aprendido estratégias para lidar com o preconceito: “esta participação ajudou-me combater o estigma [autismo]” (Entrevistado 4). Um dos entrevistados valorizou também o sentimento de respeito que foi sentindo: “estarem ali pessoas que respeitam o autismo é o mais importante que retiro desta participação” (Entrevistado 5).

O tom positivo do programa traduz uma forma de encarar o autismo que merece elogios. Vários pais mencionam que este convívio lhes permitiu ter esperança, ter um alento sobre a situação difícil: “as pessoas sentem-se perdidas. E então sugerimos formas de fazer e surge a esperança” (Entrevistado 3); “falam de uma esperança ao fundo do túnel” (Entrevistado 4).

A respeito da interação, a maior parte dos membros reconhece que ouve mais do que se expressa. Como refere Carpentier (2020), a participação pode acontecer em diferentes níveis, do simples acesso à reação e participação com efeito. Sentem-se, porém, chamados a intervir sempre que se identificam com o testemunho e consideram que podem ajudar. Outro aspeto valorizado é a resposta rápida para os problemas, pois no âmbito do autismo, uma dúvida pode surgir a qualquer momento.

Na análise da categoria “conhecimento” sobressai a valorização da forma como este é transmitido, sendo elogiada a linguagem simples, concreta e a informação útil, baseada na experiência e focada na solução: “estamos a falar de um conhecimento simples, útil. Não é um conhecimento teórico. Tem a vantagem de apresentar um conjunto de soluções para a nossa criança” (Entrevistado 9); “é muito importante ouvir ‘já passei por essa situação’” (Entrevistado 8); “eu já estive aí e fiz isto e aquilo e funcionou” (Entrevistado 3).

O facto de algumas sugestões serem consideradas diferentes das instruções fornecidas por fontes convencionais — médicos, terapeutas — agrada a alguns membros da comunidade. A abordagem alternativa é interpretada como um conhecimento além do óbvio: “é mais do que informação complementar. Tudo o que aprendi e consegui pôr em prática foi através da Vencer Autismo. A partilha entre pais é tão grande que a informação revela-se preciosa” (Entrevistado 3).

Aprendemos como manter a cabeça fria durante a birra. Aprendi que era importante a criança aceitar-me, que era preciso criar uma relação comigo e que, para isso, era preciso dar algum tempo. E que as respostas podem também não ser *mainstream*. (Entrevistado 6)

“Não tem de haver procedimentos politicamente corretos para tratar estes assuntos” (Entrevistado 6).

Ainda no que respeita ao conhecimento, os entrevistados enaltecem sobretudo os detalhes dos procedimentos, sublinhando que o que resulta da aprendizagem é algo de muito específico e raro: “aprendemos com a experiência dos outros, mas de uma forma muito subtil, a partir de pequenas coisas” (Entrevistado 10).

Encontrei ali conhecimento que não encontrei em lado nenhum. Conhecimento útil, que consiste em ensinar a fazer. Esse tipo de conhecimento nasce da reunião em grupo, da partilha de experiências. Hoje perdeu-se esse hábito da reunião e essas reuniões podem ser produtivas em termos de aprendizagem. (Entrevistado 6)

Acrescenta que lhe agrada o facto de se dar liberdade aos pais em termos de opções: "é um espaço para os pais refletirem e aplicarem os ensinamentos à sua maneira. Dá um certo conforto" (Entrevistado 6).

A questão da credibilidade, assim como a confiança na informação, parecem sustentar-se na experiência pessoal do fundador e na aplicação dos ensinamentos. O tema da confiança foi, porém, o que mereceu mais tempo de reflexão aos entrevistados. Sublinhe-se o ceticismo inicial e o facto de a considerarem um processo em construção: "comecei a confiar quando começou a fazer sentido aquela troca de informação de pais. E, depois, claro, quando confirmamos resultados. Os resultados dão confiança" (Entrevistado 8); "houve uma desconfiança inicial. Fomos [com o marido] analisando. Participo em dois outros grupos de pais" (Entrevistado 5).

Alguns inquiridos referiram que lhes agradou que os moderadores tivessem assumido não dominar todos os temas. Sublinharam ainda que lhes reconhecem autenticidade e transparência na informação. Destacaram, nomeadamente, o facto de estes serem claros quanto às palestras e *workshops* que exigiam pagamento: "os moderadores não dão opinião sobre medicação. Não tentam influenciar. Não falam com certezas absolutas. O que sugerem pode funcionar ou não. Os moderadores conseguem transmitir bem a autenticidade" (Entrevistado 4).

Primeiro espreitei e analisei a página. Percebi que transmitem autenticidade. Mostram-se disponíveis para ajudar e responder, o que proporciona conforto, pois percebem o que estamos a sentir. Suporte, ajuda, esclarecimento e apoio contribuem para a confiança. (Entrevistado 10)

Na parte final da análise, conjugou-se os resultados da etnografia digital com as ideias principais da análise das entrevistas (Tabela 4) e concluiu-se que o conhecimento alicerçado em procedimentos detalhados e concretos, baseados na experiência vivida, que não se encontram noutras ofertas são a grande mais-valia para esta comunidade. Essa obtenção de conhecimento não pode, no entanto, dissociar-se dos aspetos psicológicos e emotivos, como o apoio e o sentimento de inclusão.

	NETNOGRAFIA	ENTREVISTAS
Participação	Apoio e ajuda	Contrariar a solidão de ter de lidar com este problema
	Cumprimentos personalizados	Sempre bem recebidos
	Relato das suas experiências	Experiências acompanhadas com estratégias
	Problemas do quotidiano	Resposta imediata
		Ajuda a lidar com preconceito
		Ouçó mais do que participo
		Forma animada para abordar autismo
Interatividade	Desfazer dúvidas	Quando afeta as pessoas
	Validar testemunhos	Simpatia e empatia dos moderadores
	Perguntam que temas querem ver tratados	Ganhar competências
Conhecimento	Linguagem simples	Soluções exequíveis, acessíveis
	Informação útil	Ensinar a fazer
	Identificação com problema	Respostas pouco convencionais
	Episódios muito especiais	Soluções para problemas concretos
		Confirmar resultados
Partilha	Situação emotiva	Informação surpresa
	Ensinar a fazer	Pode ser feita por outros canais (e.g., WhatsApp)
	Protagonizadas por autistas	Replicar líderes
Confiança	Fraco questionamento	Desconfiança inicial. Confiança como processo em construção
	Experiência pessoal dos fundadores	Relatos da experiência vivida e da superação com provas
	Comportamento dos moderadores	Não se pronunciam sobre temas que não são científicos
	Temas polémicos vistos com cautela	Moderadores não se manifestam sobre temas relativos a outros tratamentos
		Não julgam ninguém
		Discurso de incivilidade é excluído com gentileza
	Conjugação com palestras e oficinas	Explicação rápida sobre preços
Credibilidade	Informação clara	Confirmação fácil noutras fontes

Tabela 4. *Relação entre etnografia digital e entrevistas*

Desta pesquisa resultaram pistas para outros temas a explorar no futuro. Uma delas diz respeito à forma como os moderadores lidaram com o “discurso inapropriado”.

Primeiro, os moderadores responderam, referindo que aquele espaço não era adequado para o comentário. Em caso de insistência, desvalorizavam a participação.

6. CONCLUSÃO

Este estudo permite deduzir que a experiência vivida funciona como "cola" para a comunicação estabelecida entre os membros desta comunidade online na área da saúde, protagonizada por cuidadores. Este ponto é determinante em dois domínios: a experiência vivida funciona como base da atratividade, do conhecimento partilhado e construído, e sustenta a informação singular que se descobre e desenvolve. Para os membros da comunidade, um dos benefícios que extraem da participação é este contacto com uma forma de conhecimento que não encontram noutra tipo de informação, médica ou psicológica; conhecimento que é detalhado, concreto, útil, que aponta para soluções e que se apresenta com resposta célere. Esse conhecimento surge ainda com uma linguagem facilmente compreensível e de uma forma animada, abrindo espaço para a esperança.

Esta pesquisa conclui que a parte cognitiva não se dissocia das dimensões psicológicas e emotivas, relacionadas com o apoio e a aceitação pelos outros. Estes dois aspectos são apurados no decorrer das entrevistas. Aos aspetos emotivos, relacionados com apoio — fruto da identificação com os problemas — e o contrariar da solidão, junta-se o fator inclusão. A aceitação pelos pares, descrita em tom intimista no decorrer das conversas, eleva a importância destas comunidades online para os seus membros. Nestes encontros online, os membros da comunidade não sofrem de estigma e preconceito e aprendem a lidar com os obstáculos da socialização criados pelos comportamentos dos filhos. Seja pelo apoio, seja pela inclusão, a emotividade entrelaça-se com o conhecimento, funcionando conjugados.

A atividade de acompanhamento produzida por esta página, nomeadamente através de publicações de forma regular e a bom ritmo, cativa e mantém a atenção dos membros da comunidade e funciona como elemento agregador. A acessibilidade constante, sublinhada pela capacidade de resposta dos moderadores, é indicada como indispensável ao eficaz funcionamento da comunidade online. O recurso a uma linguagem simples, materiais gráficos de fácil leitura e a narrativas com humor contribuem para melhorar a comunicação.

O estabelecimento da confiança revela-se um processo flexível, moldável, que depende de vários fatores que se vão conjugando. Esta vai sendo testada a cada nova resposta. Em caso de dúvida, os membros recorrem a outros meios para validar as informações. Aos membros da comunidade agrada, por exemplo, que os moderadores reconheçam que não dominam o conhecimento sobre determinado assunto e que estes privilegiam, em qualquer caso, uma explicação transparente e rápida, que possa evitar dúvidas e desconfianças.

De notar ainda alguns aspetos subtis apresentados como mais-valias pelos seus membros, como a perceção de que estão a ser livres nas escolhas que fazem sobre as

estratégias para atuar junto dos familiares ou alunos autistas e o facto de gostarem de aplicar conhecimentos “fora da caixa”, como se tal traduzisse que estão a ir além do óbvio e do convencional.

Esta análise abriu espaço de interesse para futuras investigações, nomeadamente sobre o papel dos moderadores e os modelos a adotar para evitar um discurso incivilizado, e, ainda, sobre a importância do sentimento de inclusão em comunidades específicas.

REFERÊNCIAS

- Amado, P. M. R. (2014). *Participação ativa no desenvolvimento de comunidades online* [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro].
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom*. Yale University Press.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Bruns, A. (2014). Beyond the producer/consumer divide: Key principles of produsage and opportunities for innovation. In M. A. Peters, T. Besley, & D. Araya (Eds.), *The new development paradigm: Education, the knowledge economy and digital futures* (pp. 51–65). Peter Lang.
- Bruns, A., & Bahnisch, M. (2009). *Social media: Tools for user-generated content: Social drivers behind growing consumer participation in user-led content generation. Volume 1 - State of the art*. Smart Services CRC Pty.
- Burrell, J. (2017). *The fieldsite as a network: A strategy for locating ethnographic research*. Routledge.
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2024). *Digital news report Portugal 2024*. Obercom.
- Carpentier, N. (2020). Media and participation. In J. Servaes (Ed.), *Handbook of communication for development and social change* (pp. 195–216). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2014-3_47
- Castells, M. (2002). *The internet galaxy: Reflections on the internet, business and society*. Oxford University Press.
- Couldry, N. (2004). The productive ‘consumer’ and the dispersed ‘citizen’. *International Journal of Cultural Studies*, 7(1), 21–32. <https://doi.org/10.1177/1367877904040602>
- Ferreira, V. S. (2014). Artes e manhas da entrevista compreensiva. *Saúde e Sociedade*, 23(3), 979–992. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300020>
- Gerashi, M. K., Bakhshnezhad, R., & Nosrati, S. (2023). The effect of information quality and source credibility on information adoption in online communities. *New Marketing Research Journal*, 12(4), 151–176. <https://doi.org/10.22108/nmrj.2023.135304.2777>
- Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167–193). The MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9042.003.0013>
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis. An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.

- Gonçalves, A., Grupillo, A., & Victor Melo, P. (2024). Participação e confiança na comunicação comunitária: Os casos do Vela Notícias e do Jornal da Aldeia. *Comunicação e Sociedade*, 45, e024004. [https://doi.org/10.17231/comsoc.45\(2024\).4813](https://doi.org/10.17231/comsoc.45(2024).4813)
- Gorbis, M. (2013, 11 de novembro). *Revitalizing communities through magic, awe, and inspiration*. Stanford Social Innovation Review. https://ssir.org/articles/entry/revitalizing_communities_through_magic_awe_and_inspiration
- Guilherme, I. T. (2013). *Apoio a doentes e cuidadores em comunidades virtuais de saúde: O caso da comunidade online ELA Portugal* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa].
- Hwang, S., & Foote, J. D. (2021). Why do people participate in small online communities? *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, 5, 1–25. <https://doi.org/10.1145/3479606>
- Kowalski, T., & Jung, B. (2021). Hybrid time as a critical new variable in media consumption – Context of the attention economy. *Zeszyty Prasoznawcze*, 64(2), 9–21. <https://doi.org/10.4467/22996362PZ.21.008.13473>
- Kozinets, R. V. (2020). *Netnography: The essential guide to qualitative social media research*. SAGE.
- Lévy, P. (2000). *Collective intelligence: Man's emerging world in cyberspace*. Perseus.
- Liu, X., Min, Q., Wu, D., & Liu, Z. (2020). How does social network diversity affect users' lurking intention toward social network services? A role perspective. *Information & Management*, 57(7), 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.im.2019.103258>
- Lovatt, M., Bath, P. A., & Ellis, J. (2017). Development of trust in an online breast cancer forum: A qualitative study. *Journal of Medical Internet Research*, 19(5), e175. <https://doi.org/10.2196/jmir.7471>
- Lupton, D. (2016). The use and value of digital media for information about pregnancy and early motherhood: A focus group study. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 16, 1–10. <https://doi.org/10.1186/s12884-016-0971-3>
- Malone, T. W., & Bernstein, M. (2022). *Handbook of collective intelligence*. Mitpress.
- Mander, J., & Koch, J. (2020). *The era of we*. Globalwebindex; Reddit.
- Matos-Silva, M. S., Abreu, R. A. S., & Nicolaci-da-Costa, A. M. (2012). Como satisfazer nossas necessidades de interagir online em diferentes níveis de intimidade? Um estudo sobre a comunicação nas comunidades virtuais. *Interações em Psicologia*, 16(2), 217–226. <https://doi.org/10.5380/psi.v16i2.24662>
- Merleau-Ponty, M. (1976). *Phénoménologie de la perception*. Gallimard.
- Myllylahti, M. (2019). Paying attention to attention: A conceptual framework for studying news reader revenue models related to platforms. *Digital Journalism*, 8(5), 567–575. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1691926>
- Pestana, S. (2010). *Saúde web 2.0 – O papel das comunidades virtuais de doentes na área da saúde: Um estudo de caso para Portugal* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].
- Pink, S., Horst, H., Lewis, T., Hjorth, L., & Postill, J. (2015). *Digital ethnography: Principles and practice*. SAGE.
- Preece, J. (2001). Online communities: Usability, sociability, theory and methods. In R. Earnshaw, R. Guedi, A. van Dam, & T. Vince (Eds.), *Frontiers of human-centered computing, online communities and virtual environments* (pp. 263–277). Springer.

- Rheingold, H. (1993). *The virtual community: Finding connection in a computerized world*. Addison-Wesley Longman Publishing.
- Ridings, C. M., & Gefen, D. (2004). Virtual community attraction: Why people hang out online. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 10(1), Artigo JCMC10110. <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2004.tb00229.x>
- Ridings, C. M., Gefen, D., & Arinze, B. (2002). Some antecedents and effects of trust on virtual communities. *The Journal of Strategic Information Systems*, 11(3-4), 271-295. [https://doi.org/10.1016/S0963-8687\(02\)00021-5](https://doi.org/10.1016/S0963-8687(02)00021-5)
- Rokka, J., & Moisander, J. (2009). Environmental dialogue in online communities: Negotiating ecological citizenship among global travellers. *International Journal of Consumer Studies*, 33(2), 199-205. <https://doi.org/10.1111/j.1470-6431.2009.00759.x>
- Surowiecki, J. (2014, 18 de maio). *The collective intelligence of the web*. The New Yorker. <https://www.newyorker.com/tech/annals-of-technology/the-collective-intelligence-of-the-web>
- Tapscott, D., & Williams, A. D. (2006). *Wikinomics: How mass collaboration changes everything*. Portfolio.
- Toffler, A. (1980). *The third wave*. William Morrow.
- Vilches, M., García, S., & Román, J. (2023). La producción de discursos sociales en entornos digitales: La comunidad digital como metodología de investigación social. *Teknokultura, Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 20(2), 183-194. <https://doi.org/10.5209/tekn.83473>
- Weld, G., Zhang, A. X., & Althoff, T. (2024). Making online communities 'Better': A taxonomy of community values on Reddit. *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, 18(1), 1611-1633. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v18i1.31413>
- Wenger, E. (1998). *Communities of practice: Language, learning, and meaning*. Cambridge University Press.
- Xie, J., He, Z., Burnett, G., & Cheng, Y. (2021). How do mothers exchange parenting-related information in online communities? A meta-synthesis. *Computers in Human Behavior*, 115, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106631>
- Zaslow, E. (2012). Revalorizing feminine ways of knowing: The challenge to biomedical epistemology in an online mothers' health communities. *Information, Communication & Society*, 15(9), 1352-1372. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.638653>
- Zhao, Y., Zhang, L., Zeng, C., Chen, Y., Lu, W., & Song, N. (2024). Factors influencing online health information credibility: A meta-analysis. *Aslib Journal of Information Management*. Publicação online antecipada. <https://doi.org/10.1108/AJIM-05-2023-0155>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Aldina Margato é aluna de doutoramento em Ciências da Comunicação no Instituto Universitário de Lisboa. Faz parte do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia e tem participado em projetos europeus como o Observatório Ibérico de Media Digitais, *Com-Boost – Valor Público* e *Boost Comunicacional dos Fundos Europeus* e o *Descodificando Algoritmos*. Leciona, na categoria de assistente convidada, na licenciatura em Jornalismo do Instituto Superior Miguel Torga. É jornalista há mais de 20 anos, foi editora adjunta de

"Cultura e Sociedade" no *Jornal de Notícias* e colaborou dois anos com o *Expresso*. Possui duas licenciaturas, uma em Filosofia e outra em Jornalismo; e mestrado em Jornalismo e Comunicação pela Universidade de Coimbra.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8908-1975>

Email: aldina_margato@iscte-iul.pt

Morada: CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício 4, Sala 125, Av. das Forças Armadas, nº40, 1649-026 Lisboa

Jorge Vieira é professor auxiliar no Instituto Universitário de Lisboa. É doutorado em Sociologia, é membro da direção do mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação e do Laboratório para a Inovação na Academia. Faz parte da comissão científica do Departamento de Sociologia e do Doutoramento em Ciências da Comunicação. Além da docência e da gestão académica, desenvolve investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia enquanto investigador integrado, tendo participado em vários projetos nacionais e internacionais. Recebeu o prémio Pacote de Oliveira – Prémio Nacional de Excelência para Teses de Doutoramento em Universidades Portuguesas, em 2017.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1130-3731>

Email: jorge_vieira@iscte-iul.pt

Morada: CIES-Iscte, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício 4, Sala 125, Av. das Forças Armadas, nº40, 1649-026 Lisboa

Submetido: 16/09/2024 | Aceite: 18/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

FABULAÇÕES DO ANTROPOCENO EM *PLAYLISTS* DE *DARK AMBIENT* NO YOUTUBE

Marcelo Bergamin Conter

Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Concetualização, análise formal, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, supervisão, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Ana Christina Cruz Schittler

Departamento de Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Análise formal, curadoria dos dados, investigação, redação do rascunho original

Paulo Henrique Costa Albani

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Alvorada, Brasil

Análise formal, curadoria dos dados, investigação, redação do rascunho original

RESUMO

Encontram-se no YouTube diversas *playlists* de *dark ambient* apocalíptico, produzidas por músicos amadores. Na trilha visual, imagens estáticas ou *gifs* animados apresentam cidades em ruínas, geralmente sem presença humana. As peças musicais que integram a trilha sonora são compostas por meio de software de edição de áudio, compondo a textura sonora por meio de drones graves, pouca variação dinâmica e melódica e ausência de elementos percussivos. Se Murray Schafer (1977/2001) chamava atenção para a poluição sonora que acometia o tempo presente, aqui provocamos de forma diferente: como os sons das *playlists* de *dark ambient* apocalípticas imaginam o porvir? Que fabulações de futuro emergem dessas expressões artísticas? Partimos da premissa de que nestas expressões não constam respostas para as catástrofes que virão — pelo contrário, elas expressam a complexidade do tempo presente em nossa incapacidade de lidar com elas. Propomos observar a produção sónica que decorre destas relações materiais. O nosso método de análise observa os comentários postados pelos usuários nas *playlists* publicadas no YouTube. Os comentários expressam afetos dos espectadores das *playlists*, que se sentiram impelidos a compartilhar sua experiência particular de escuta. Por vezes, expressam que as músicas lhes geraram sensação de solidão, ou de melancolia, ou até sensações contraditórias como alegria e tristeza ao mesmo tempo; em outras, conectam a experiência audiovisual com momentos passados da própria vida. Compreendemos o agenciamento criado pela soma dos comentários, do vídeo e das sonoridades como escutas expandidas, isto é, produção de comunicação, de signos que fabulam distopias do passado, presente e futuro em conexão com a temática do antropoceno.

PALAVRAS-CHAVE

fabulação, *dark ambient*, semiótica, YouTube, antropoceno

FABULATIONS OF THE ANTHROPOCENE IN DARK AMBIENT PLAYLISTS ON YOUTUBE

ABSTRACT

YouTube hosts numerous dark ambient apocalyptic playlists created by amateur musicians. These playlists often feature static images or animated GIFs depicting ruined cities, typically devoid of human presence. The accompanying soundtracks, produced using audio editing software, are characterised by low-pitched drones, minimal dynamic and melodic variation, and an absence of percussive elements. While Murray Schafer (1977/2001) highlighted the problem of noise pollution in contemporary society, we pose a different question: how do the sounds of apocalyptic dark ambient playlists imagine the future? What fabulations of the future emerge from these artistic expressions? We argue that these works do not offer solutions to impending catastrophes; rather, they reflect the complexity of the present and our inability to confront it. We propose to examine the production of signs arising from these material relationships. Our analysis focuses on user comments on these YouTube playlists, which reveal the affective responses of listeners compelled to share their listening experiences. Some describe feelings of loneliness, melancholy, or paradoxical emotions such as simultaneous joy and sadness, while others relate the audiovisual experience to personal memories. We conceptualise the interaction between the comments, visuals, and sounds as expanded listening, that is, a communicative process that generates signs and constructs dystopias of the past, present, and future in relation to the anthropocene.

KEYWORDS

fabulation, dark ambient, semiotics, YouTube, anthropocene

1. INTRODUÇÃO

O período da pandemia de COVID-19 e a necessidade de reclusão que nos forçou a estudar e trabalhar em casa por horas a fio, diante de nossos computadores e celulares, causaram diversas mudanças de comportamento. Em especial, para o que interessa no presente texto, afetou algumas práticas de escuta musical. Na tentativa de tornar o ambiente de trabalho/estudo caseiro mais acolhedor, recorreu-se a *playlists* publicadas no YouTube por usuários muitas vezes anônimos. Diante disso, desenvolvemos uma pesquisa que observou *playlists* de longa duração do YouTube, alinhados à ideia de música ambiente como um conceito amplo, para além do gênero *ambient music* (Eno, 1978), na intenção de compreender os processos de significação que estão ocorrendo neste contexto de escuta musical contemporâneo. Fazemos esta aproximação especialmente a partir das notas de encarte do disco *Ambient 1: Music For Airports* (Ambiente 1: Música Para Aeroportos), de Brian Eno (1978), para quem a “*ambient music* deve ser capaz de acomodar vários níveis de atenção sem forçar nenhuma deles em particular; ela deve ser tão ignorável quanto interessante” (para. 5).

Dentre os vários gêneros que circularam neste período, o *dark ambient* nos despertou curiosidade. Há diversos elementos sonoros nas músicas desse gênero que correspondem às três qualidades recorrentes da *ambient music* elencadas por Adkins (2019): fragilidade, ruído e atmosfera. Em síntese, o autor sugere que um dos diferenciais da *ambient music* é a presença de sons residuais da reprodução fonográfica de mídias analógicas,

como ruídos de fitas magnéticas gastas e discos de vinil arranhados. Já as peças de *dark ambient* que investigamos são compostas por meio de software de edição digital, compondo a textura sonora por meio de drones graves, pouca variação dinâmica e melódica e ausência de elementos percussivos. Há também a inserção de ruídos que parecem saídos de filmes de terror ou de ficção científica, o que explica a adição do adjetivo “dark” (sombrio). As *playlists* que se encontram no YouTube contam com peças instrumentais de longa duração, intensificando o clima de desolação: por vezes, utilizam-se imagens de cidades formadas na era da União Soviética, situadas em regiões inóspitas devido ao frio extremo, ou ainda imagens similares que remetem ao imaginário que vem sendo criado diante das especulações do antropoceno¹ (Moore, 2016/2022), do capitalismo tardio e da precarização do trabalho (Crary, 2013/2016). Trata-se de material publicado a partir de 2020, contendo títulos como *You’re the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* — Você É a Última Pessoa na Terra Durante um Inverno Nuclear (Playlist); Figura 1; *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* — Inverno Nuclear (Várias Horas de *Dark Ambient*), Figura 2; *Lost in an Empty Place | Dreamcore, Emptycore Playlist* (Perdido em um Espaço Vazio | Playlist de *Dreamcore, Emptycore*; Figura 3); ou *Ground Zero | 2 Hours Post Apocalyptic Lo-Fi Dark Ambient Mix* (Marco Zero | 2 Horas de *Dark Ambient Lo-Fi Pós-Apocalíptico*”; Figura 4). Nota-se pelas imagens a recorrência de prédios abandonados, cidades esvaziadas e clima adverso (neve severa, tempestades, etc.).

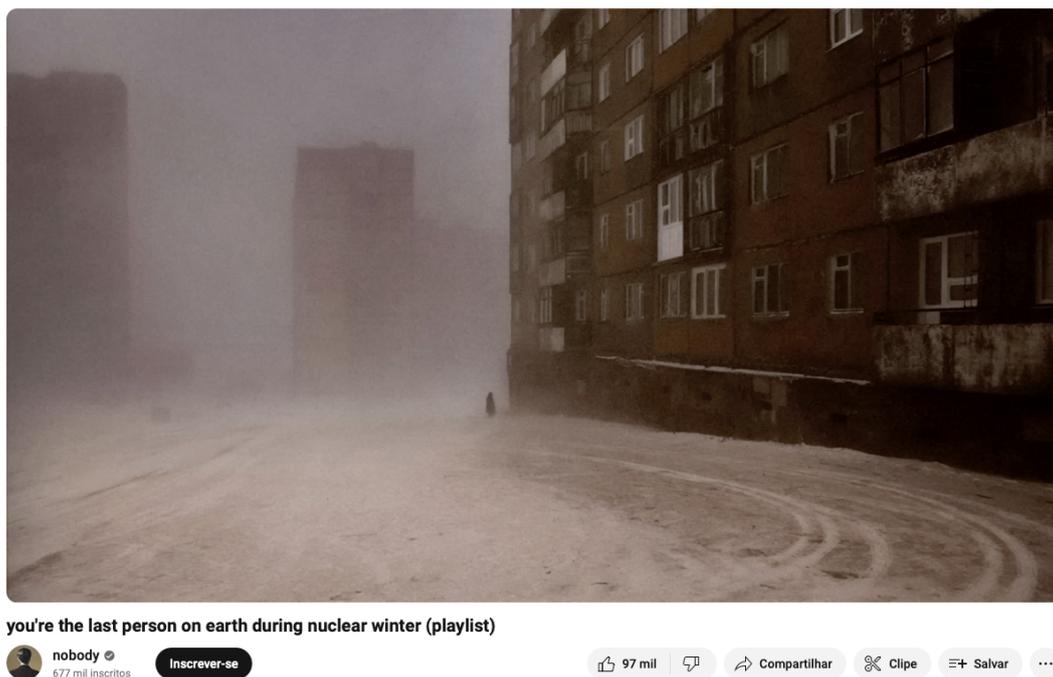


Figura 1. *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter*

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Video], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtlo4>)

¹ O termo “antropoceno” foi criado pelo biólogo Eugene F. Stoermer e tem circulado após o químico Paul Crutzen tê-lo recuperado, no intuito de reconhecer que a interferência humana na superfície terrestre é tal que teríamos ultrapassado o holoceno e adentrado uma nova era geológica, em que a humanidade seria o principal agente de mudança do clima e da geologia terrestre.



Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)

Iron Cthulhu Apocalypse 74,1 mil inscritos

Figura 2. Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)

Fonte. Retirado de Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours) [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

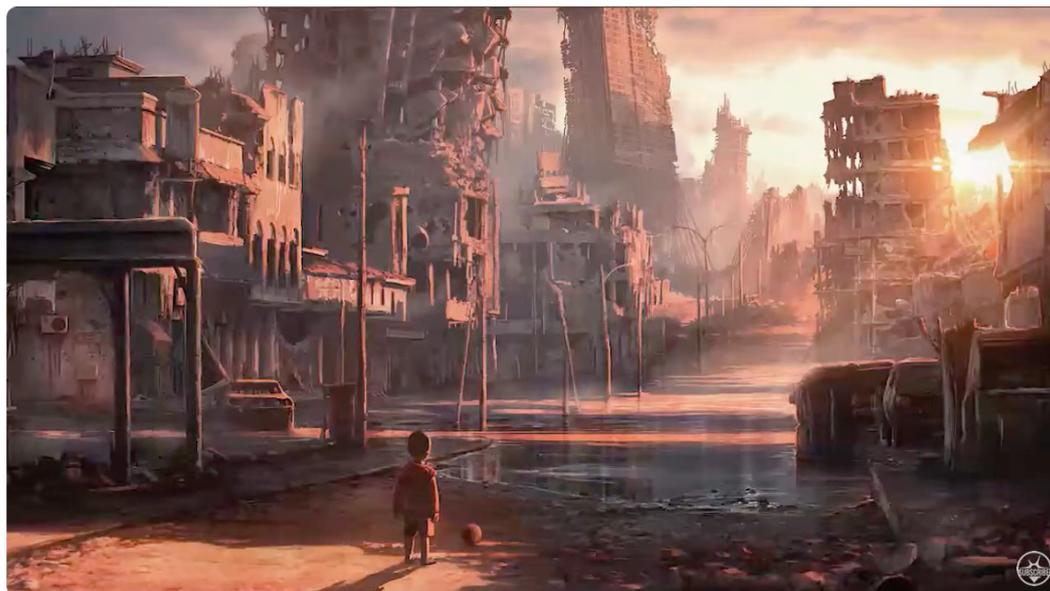


lost in an empty place | dreamcore, emptycore playlist

m3ta 22,1 mil inscritos

Figura 3. Lost in an Empty Place | Dreamcore, Emptycore Playlist

Fonte. Retirado de Lost in an Empty Place | Dreamcore, Emptycore Playlist [Vídeo], por m3ta [@m3ta_], 2022, YouTube. (https://www.youtube.com/watch?v=ZYjFfoH_gaw)



Ground Zero | 2 Hours Post Apocalyptic Lo-Fi Dark Ambient Mix



Inscrever-se

650



Compartilhar



Valeu



Salvar



Figura 4. Ground Zero | 2 Hours Post Apocalyptic Lo-Fi Dark Ambient Mix

Fonte. Retirado de *Ground Zero | 2 Hours Post Apocalyptic Lo-Fi Dark Ambient Mix* [Vídeo], por Forgotten Dawn [@ForgottenDawn], 2020, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=luQsVA3E5PE>)

Estes casos despertaram curiosidade, pois em oposição ao que proporcionam outros gêneros de música de fundo que são populares no YouTube, como o *lo-fi hip hop* (Landarini, 2021; Winston & Saywood, 2019), o *dark ambient* não oferece escapismo — ao invés disso, desenvolve um mergulho sonoro e visual que sugere ao ouvinte fabulações de futuros, presentes e passados distópicos, valendo-se de sonoridades que intensificam essas reflexões, tais como drones de frequência grave e ruídos que remetem a ferros sendo retorcidos.

As *playlists* de *dark ambient* também chamam a atenção por criarem um ponto de vista ao ouvinte (“você é a última pessoa da Terra durante um inverno nuclear”). Parece estar se formando aqui um outro modo de escuta de *ambient music*, resguardando similaridades com a que foi proposta por Brian Eno (2013): “imersão era realmente o ponto: estávamos fazendo música para nadar, para flutuar, para nos perdermos por dentro” (p. 95). Especificamente no caso de *Music For Airports*, ele queria fazer

um tipo de música que prepara você para a morte — que não fica toda animada e alegre e finge que você não está nem um pouco apreensivo, mas que faz você dizer para si mesmo: “na verdade, não é grande coisa se eu morrer”. (p. 96)

Conscientes da potência semiótica das obras mapeadas, propomos investigar as interpretações que os usuários realizam na escuta de *playlists* de *dark ambient*, manifestando-as em forma de comentários publicados nas páginas do YouTube onde estes

materiais estão disponibilizados. Temos como objetivo compreender as semioses afetivas das sonoridades que decorrem do *dark ambient* contemporâneo por meio de escutas expandidas (Lucas, 2022), bem como reconhecer signos de fabulações distópicas, que emergem em tais escutas, traduzidas na forma de comentários, utilizando como referência as matrizes da linguagem do pensamento de Santaella (2019). Partimos da premissa de que nas escutas expandidas de *dark ambient* expressas nos comentários do YouTube não constam respostas para as catástrofes climáticas — mas expressam-se ali a complexidade do tempo presente e a nossa incapacidade de lidar com as catástrofes, o que pode contribuir para lidarmos afetivamente com as condições que o antropoceno está impondo ao planeta. A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos e o arcabouço teórico, para em seguida discutir a análise do *corpus*.

2. ESCUTAS EXPANDIDAS, MATRIZES SEMIÓTICAS E ETNOGRAFIA DIGITAL

Propomos observar a produção sógnica que decorre das relações materiais estabelecidas entre as *playlists* de *dark ambient*, a interface do YouTube e o que seus ouvintes/usuários expressam na secção de comentários, por meio de duas etapas metodológicas: a primeira, apoiada na etnografia digital, lida com a seleção e mapeamento dos comentários; a segunda, apoiada na semiótica, une o conceito de “escutas expandidas” de Lucas (2022) com as matrizes semióticas do pensamento de Santaella (2019).

A etnografia digital é entendida como uma descrição de indivíduos, grupos ou culturas em seu próprio ambiente, em um longo período (Skågeby, 2010). Inspirados pela dissertação de Taís Severo (2020) e sua incursão pelos embates entre os públicos trans no Reddit, apoiamo-nos na etnografia digital, na condição de *lurkers*, ao observar as interações nos comentários das *playlists* estudadas. Inspirando-se em Hine (2000), Severo (2020) propõe que na etnografia digital “o pesquisador não deve nem aceitar os textos como verdade direta, nem dispensá-los como relatos distorcidos. Ao contrário, precisa usar sua competência para interpretar os textos como artefatos culturais pertencentes a um contexto” (p. 125). Reconhecemos, ainda, que algoritmos, regras e mesmo proprietários de canais do YouTube estabelecem padrões para que certos comentários ganhem mais evidência que outros: há a possibilidade de criar filtros para excluir palavras obscenas, posicionamentos políticos, palavras-chave, dentre outras opções, fazendo com que certos comentários fiquem à espera de aprovação antes de serem publicados (YouTube Help, s.d.). Tais decisões, no entanto, não recaem integralmente no arbítrio do “emissor” — isto é, do proprietário do canal ou dos programadores do YouTube —, pois as decisões que estes tomam quanto ao que pode ou não passar pelos filtros é influenciada por uma ideia média sobre como a opinião pública reagiria, dependendo do enfoque ou grau de intensidade dos filtros. A perspectiva da etnografia digital, por fim, valida estes comentários, que são a expressão de uma comunidade virtual de pessoas anônimas, de diferentes nacionalidades e perspectivas, que aprova ou reprova os comentários uns dos outros por meio dos botões “gostei” e “não gostei”, bem como respondendo aos comentários.

Com isso em mente, partimos para a segunda etapa, a de consolidar um método para analisar os comentários selecionados, partindo do conceito de “escutas expandidas”, conforme proposto por Lucas (2022). Em sua tese, o autor destaca que não temos acesso a cada escuta individualizada a não ser quando traduzida em outros signos, sejam eles verbais, visuais ou de outra qualidade. Logo, a percepção que temos dessas experiências é construída por meio dos signos que se manifestam no conjunto gerado pelo contexto da obra e pela produção de significados realizada por mentes intérpretes geradoras de interpretantes. “Se uma escuta se torna comunicável, é porque podemos também investigar a produção dessa comunicabilidade” (Lucas, 2022, p. 15).

Sendo assim, é por meio dos comentários publicados pelos usuários do YouTube que investigamos os interpretantes produzidos pela escuta desses sons. Buscamos compreender as singularidades que emergem dessas experiências, levando em conta que cada escuta de *dark ambient* se encontra imersa em um território específico, explorando subjetividades na construção sonora, mas reconhecendo que a escuta e suas significações se fazem coletivamente. Apesar de publicados utilizando-se de pseudônimos, borramos seus nomes das imagens que extraímos do YouTube de modo a preservar a identidade dos usuários.

Ainda conforme Lucas (2022), cabe reconhecer que os comentários dos usuários se apresentam como *traduções da escuta*, e não *transmissões da escuta*. Com isto, o autor quer dizer que não é possível termos acesso à escuta de outra pessoa, somente aos signos dessa escuta.

Finalmente, para interpretar tais comentários como o resultado e o elo de uma cadeia de tradução, e perceber quais são as qualidades, formas ou leis que regulam sua maneira de ser, inspiramo-nos na esquematização das três matrizes da linguagem e pensamento propostas por Santaella (2019), para compreender como se organizam os comentários. Santaella divide-as em sonora, visual e verbal, nas quais reconhece, respectivamente, o predomínio de signos em primeiridade, secundidade e terceiridade. Assim, reconhecemos que há nas trilhas musicais instrumentais que compõem as *playlists*, devido à sua natureza sonora, a capacidade de surpreender, de sensibilizar, de desenvolver qualissignos; já na trilha visual, há sinsignos que remetem diretamente ao imaginário dos futuros distópicos, das ficções científicas e especulativas, devido à sua natureza visual; finalmente, será por meio da matriz verbal que compreenderemos os signos que emergem dos comentários, pois estes, como já dissemos, apresentam-se como a expressão de escutas expandidas, resultantes da relação estabelecida entre mentes interpretantes e material audiovisual, onde reconhecemos o predomínio dos legissignos, dos argumentos, das narrativas, das fabulações distópicas. São, portanto, traduções da escuta em texto escrito.

Assim como ocorre na obra de Peirce (2017), nas matrizes de Santaella (2019), de cada elemento que forma uma tríade uma tríade secundária se forma e assim sucessivamente. A matriz verbal, por sua vez, abre-se em descrição, narração e dissertação.

A descrição na matriz verbal é “pura e simples indicação daquilo que aparece de uma coisa, das notas que por si mesmas se revelam algo” (Mora, 1969, como citado em Santaella, 2019, p. 292). Existe aqui um tratar das qualidades, um aprofundamento no objeto em si. Já a narração,

em discurso verbal se caracteriza como o registro linguístico de eventos ou situações. Mas só há ação onde existe conflito, isto é, esforço e resistência entre duas coisas: ação gera reação e inter-ação germina o acontecimento, o fato, a experiência. (Santaella, 2019, p. 322)

Pode entender-se a narração como os acontecimentos seguidos entre si, ligados no agora ou no devir. A dissertação apresenta o campo das formulações ancoradas por uma lei no verbal, elas necessitam de um devir-criativo, da capacidade de concatenação das ideias, descrições, narrativas: envolve uma semiose constante com o *raciocínio*, uma mesclagem com a descrição e narrativa; aqui se padronizam os *conceitos* de facto como *universais*. Na matriz verbal de Santaella (2019), não existe um melhor agrupamento de categorias e subcategorias que levam o raciocínio e o tratamento dos signos de terceiridade ao limite que o agrupamento dissertativo.

É por meio destas categorias da matriz verbal que analisamos as traduções da escuta expressas nos comentários. Mas antes é preciso situar as questões políticas, culturais, históricas e de pensamento que estão permeando os processos fabulatórios de tais comentários, como veremos a seguir.

3. ANTROPOCENO E FABULAÇÕES DISTÓPICAS

O antropoceno representa uma possível nova era que compreende a humanidade como um agente geológico. Apesar dos dissensos no entendimento sobre quando deve ser o marco temporal², vamos abordar o antropoceno como um conceito guarda-chuva para pensar sobre todas essas alterações que dizem respeito às mudanças climáticas. Com frequência, somos lembrados de tais mudanças em noticiários, documentários, filmes de ficção científica, mas na maior parte das vezes a perspectiva é demasiado ancorada no pensamento corporativista e conservador. Stengers e Pignare (2005) comentam que o capitalismo é uma espécie de cosmopolítica que captura a potência de pensar e agir por conta própria. Na televisão, nos acordos internacionais (como o acordo de Paris de 2015 — COP 21 e as publicações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas; gov.br, s.d.), o tempo das catástrofes está sempre projetado em um futuro que nunca chega — quando acontece no presente, é compreendido como uma amostra do que vem por aí, mesmo que seja bastante evidente que já estamos vivenciando a tragédia anunciada, se considerarmos o aumento de intensidade das enchentes, queimadas, desertificações, epidemias, entre outros.

Donna Haraway (2016/2023) critica o termo “antropoceno”, pois este credita a responsabilidade da crise ambiental global a todos os humanos e a autora considera que deveria ser direcionado a determinados grupos sociais, no caso, os mais privilegiados e poderosos. Destaca ainda que o termo confere uma visão centrada no Homem, na qual este seria o principal agente da mudança do planeta, fato que a autora desconsidera, já

² Há disputas na academia quanto ao marco temporal desta suposta era, variando deste o sedentarismo (início das plantações) até os primeiros testes nucleares; há disputas também quanto ao nome da era: *capitaloceno*, *chthuluceno*, *manthropocene* (implicando a interferência do patriarcado) entre outros (cf. Moore, 2016/2022).

que relaciona a transformação com interações complexas entre humanos e não-humanos, ecossistemas e outras espécies.

A autora propõe, ainda, a importância das fabulações diante deste contexto, ao permitirem perceber o mundo de uma forma diferente, mais sensíveis aos agentes não-humanos e mais-que-humanos que coabitam o planeta (Haraway, 2016/2023). A maneira de contar histórias ao mundo ajuda a fabricar esse mundo, o que a autora relaciona com o conceito de “simpoiese” — a produção de mundo contínua, alianças, composições de mundo, devir “com”, na presença de outros, junto com outros, nunca sozinhos.

Diante disso tudo, Haraway (2016/2023) introduz o conceito de “chtulhuceno”, propondo resistir ao cinismo e derrotismo que marcam o antropoceno e o capitoleceno, uma vez que se sabemos quem agiu (antropos/capitalismo), sabemos o que pode ser feito. Chtulhuceno traz menção a povos não modernos, povos indígenas, seres da ficção (em especial tentaculares e habitantes do submundo, micorrizodais), permanência de seres em lugares inóspitos, relação com outros seres de dependência, ficção científica, fatos científicos, imaginações, outras possibilidades de composição.

Nos parece, de saída, que as *playlists* de *dark ambient* que mapeamos no presente texto operam partindo de propostas similares às de Haraway (2016/2023). Mais especificamente, as fabulações das *playlists* nos remetem ao seu conceito de *SF*, que abrange vários conceitos: *science fiction* (ficção científica), *string figures* (figuras de corda), *speculative fabulation* (fabulações especulativas), entre outros. Este conceito questiona as fronteiras entre a realidade e a ficção, as relações entre humanos e não-humanos e as construções que moldam essas relações com a tecnologia, além de desenvolver uma visão crítica de problematizações e desafios perante o pragmatismo que envolve o *dark ambient* e as normas já “estabelecidas” no modo de escuta, oferecendo uma reflexão crítica sobre as relações de poder e as possibilidades de transformação social. Vejamos, a seguir, que narrativas do antropoceno surgem nos comentários dos usuários.

4. FABULAÇÕES DISTÓPICAS EM ESCUTAS EXPANDIDAS DE *DARK AMBIENT*

A análise incidiu nos comentários que encontramos em nossa etnografia digital, realizada nas *playlists* dos vídeos *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)*, *Songs for an Empty World*³ (Músicas Para um Mundo Esvaziado) e *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)*. Inspirados na matriz semiótica do pensamento de Santaella (2019), com destaque para a matriz verbal, construímos uma estrutura semelhante para analisar os processos de fabulação que se desenvolvem nos comentários publicados em vídeos de *dark ambient*.

Como veremos, há fabulações que se arranjam pela iconicidade, cuja classe denominamos “descrições fabulatórias”; outras, por meio da indicialidade, “narrativas fabulatórias”; e, finalmente, por meio do simbólico, “dissertações fabulatórias”. Cabe destacar que nenhum comentário analisado será unicamente descritivo, narrativo ou dissertativo. Primeiro, porque essas categorias são acumulativas: a dissertação contém

³ <https://www.youtube.com/watch?v=fitYe3TkhTc>.

descrição e narração; a narração, por sua vez, contém descrição; segundo, porque os comentários, como veremos, oscilam entre essas categorias.

A seguir, organizamos os comentários partindo daqueles em que as descrições são o elemento mais relevante da tradução da escuta, em seguida, progredimos para aqueles em que predominam a narração e, finalmente, a dissertação. As descrições fabulatórias guardam semelhança àquelas compreendidas por Santaella (2019) em todas as modalidades e submodalidades semióticas que tratam do qualissigno, do icônico, do remático, tendo-se em mente que integram a matriz verbal, ou seja, são traduzidas e descritas textualmente. A ênfase nas descrições é sempre uma tentativa de expressar sensações, emoções e surpresas que se formalizaram na relação do ouvinte com as *playlists* de *dark ambient*. Como podemos ver nos comentários a seguir (Figura 5 e Figura 6), um clima de tristeza ou melancolia evocado pelas peças sonoras das *playlists* geram um efeito positivo em vários ouvintes.



Figura 5. Às vezes é bom ouvir...

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Vídeo], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtlo4>)

Nota. Tradução: "Às vezes é bom ouvir essas *playlists* melancólicas que são mais calmantes do que deprimentes".

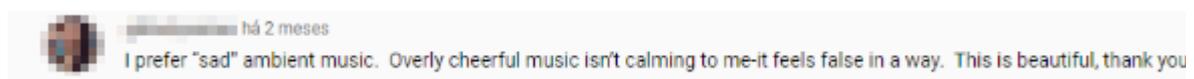


Figura 6. Prefiro música ambiente "triste"

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Vídeo], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtlo4>)

Nota. Tradução: "Prefiro música ambiente 'triste'. Música excessivamente alegre não é calmante para mim – parece falsa de certa forma. Isso é lindo, obrigado".

Há diversos comentários como estes, em que os usuários traduzem suas reações emotivas, mas sem estabelecer aí uma relação explícita entre tais emoções e as temáticas apocalípticas das *playlists*, o que nos indica a necessidade de futuras investigações sobre este tema, pois parece se tratar de um sintoma dos desafios do tempo presente. Para este trabalho, interessam-nos aqueles em que questões relativas à temática do antropoceno aparecem de forma mais clara textualmente. Nossa expectativa era a de encontrar comentários descrevendo ou discutindo as propriedades sonoras das peças musicais, no entanto o que se encontra em abundância são comentários que ou expressam o que o usuário sente ao ouvir ou fabulam distopias, como veremos a seguir.

Outra descoberta curiosa foi que a trilha visual chama bastante a atenção de muitos dos usuários, a ponto de haver uma quantidade significativa de comentários que fazem referência apenas às imagens (Figura 7). No senso comum, espera-se certo desinteresse por elas, visto que essas *playlists* muitas vezes são utilizadas como som de fundo enquanto se realizam outras tarefas.



Figura 7. *Eu amo lugares desolados...*

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Eu amo lugares desolados por algum motivo, são confortáveis para mim, já que não sobrou mais nada, posso apenas sentar e apreciar a paisagem”.

Mais uma vez, nota-se a contradição em sentir prazer diante de imagens de desolação. Além de casos como os três mencionados, que são comentários curtos, há outros casos em que os usuários produzem comentários mais longos (Figura 8), já tentando enunciar observações mais complexas.

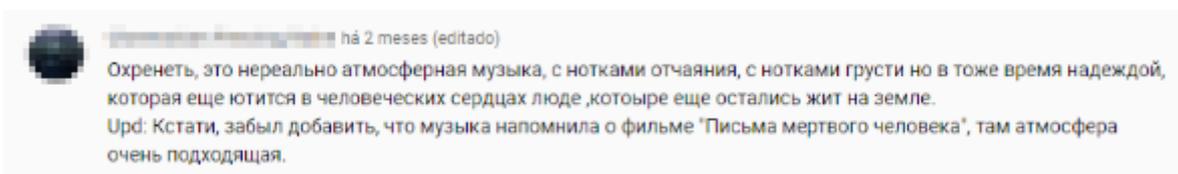


Figura 8. *Esta é uma música atmosférica...*

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Vídeo], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtl04>)

Nota. Tradução: “Esta é uma música atmosférica irreal, com notas de desespero, com notas de tristeza, mas ao mesmo tempo esperança, que se amontoa nos corações humanos das pessoas que ainda estão vivas na terra. Atualização: a propósito, esqueci-me de acrescentar que a música me lembrou o filme ‘Cartas de um Homem Morto’, a atmosfera lá é muito adequada”.

O autor do comentário começa expressando sensações conflitantes, ora desespero e tristeza, ora esperança na humanidade, e encerra relacionando a atmosfera da *playlist* com a do filme *Cartas de um Homem Morto* (de Konstantin Lopushansky, 1986), um filme soviético que imagina um futuro distópico após conflitos nucleares, tendo assim claras semelhanças com a proposta da obra analisada.

Nos comentários da Figura 9, nota-se novamente uma expressão contraditória de sentimentos, pois o autor do comentário descreve, de um lado, sensações de melancolia e desespero, mas, de outro, uma estranha beleza diante da desolação, uma perspectiva *espinosista* (Spinoza, 1677/2017) que reconhece o medo como uma paixão alegre.

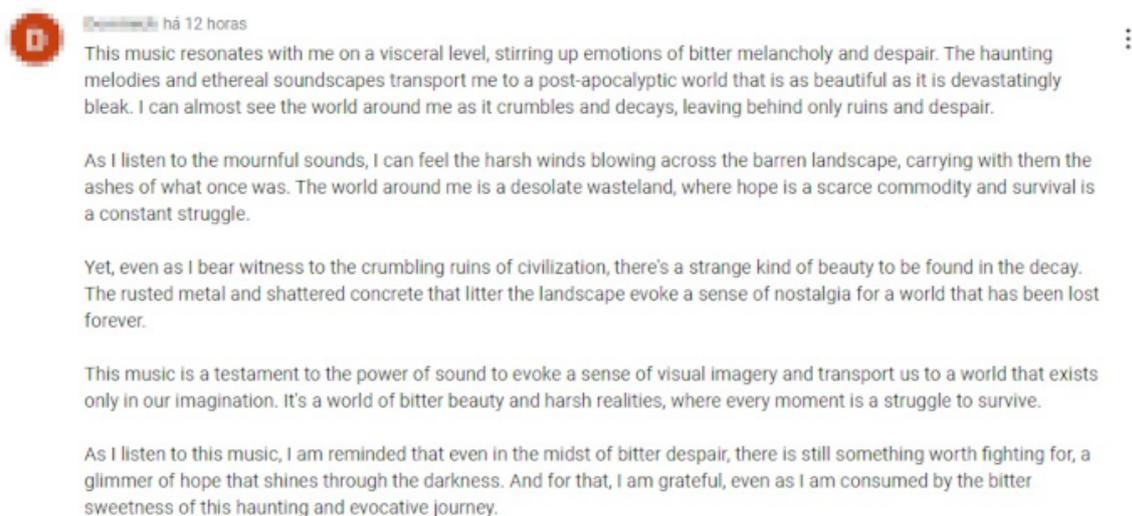


Figura 9. Essa música ressoa comigo...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Essa música ressoa comigo em um nível visceral, despertando emoções de amarga melancolia e desespero. As melodias assustadoras e as paisagens sonoras etéreas me transportam para um mundo pós-apocalíptico que é tão bonito quanto devastadoramente sombrio. Quase posso ver o mundo ao meu redor desmoronando e decaindo, deixando para trás apenas ruínas e desespero. Enquanto ouço os sons tristes, posso sentir os ventos fortes soprando pela paisagem árida, carregando consigo as cinzas do que já foi. O mundo ao meu redor é um deserto desolado, onde a esperança é um bem escasso e a sobrevivência é uma luta constante. No entanto, mesmo enquanto testemunho as ruínas da civilização, há um estranho tipo de beleza a ser encontrado na decadência. O metal enferrujado e o concreto quebrado que cobrem a paisagem evocam uma sensação de nostalgia por um mundo que foi perdido para sempre. Esta música é uma prova do poder do som para evocar uma sensação de imagem visual e nos transportar para um mundo que existe apenas em nossa imaginação. É um mundo de amarga beleza e duras realidades, onde cada momento é uma luta para sobreviver. Ao ouvir essa música, lembro-me de que, mesmo em meio ao amargo desespero, ainda há algo pelo qual vale a pena lutar, um vislumbre de esperança que brilha na escuridão. E por isso sou grato, mesmo enquanto sou consumido pela doçura amarga desta jornada assombrosa e evocativa”.

Não há aí, ainda, a construção de uma narrativa sequencial, de causa e efeito, apenas uma composição de elementos qualitativos, como seria de se esperar de descrições. O agrupamento destes elementos sígnicos permite ao leitor estabelecer relações e, com isso, fabular. Encontramos muitos casos similares, em que usuários fazem desse ato seu ponto chave, dissecando um cenário por eles mesmos fabulado, se imaginando a caminhar por espaços e temporalidades fictícias. A partir dessas qualidades se formam as descrições.

O autor do comentário da Figura 9 faz reflexões acerca das sensações provocadas pelo som, que se aproximam do conceito de “espasmo” (Guattari, s.d, como citado em Berardi, 2020), quando aquele descreve o que se aproximaria de um fim do mundo, destacando sensações do que seria um colapso provocado pelo capitalismo, associando-o com destruição, sentimentos de desesperança e, paralelamente, propondo resistência a tudo isso. Para Berardi (2020), “[n]o espasmo, o som desmorona em ruído, em um emaranhado de vozes inaudíveis. E a música é a busca vibracional por uma conspiração possível que esteja além dos limites da ordem” (p. 143). Logo, podemos associar o espasmo ao comentário da Figura 9, em que persiste essa contradição entre o caos e o equilíbrio, por meio do resgate da esperança no meio da desordem, com as afirmações positivas que relacionam passado, presente e futuro.

Quando os comentários passam a imaginar narrativas a partir de sua experiência de escuta, as descrições irão operar como uma *sequencialidade* para melhorar ou ancorar o *andamento* dos “planos”, “quadros”, “momentos” desta narrativa específica. Interessa reconhecer a capacidade dos ouvintes de elaborar narrativas que são traduções da escuta das *playlists*, em alguns casos até mesmo fazendo referência ao fazer narrativo de outras linguagens, como o cinema de ficção. O comentário da Figura 10 exemplifica bem a questão.

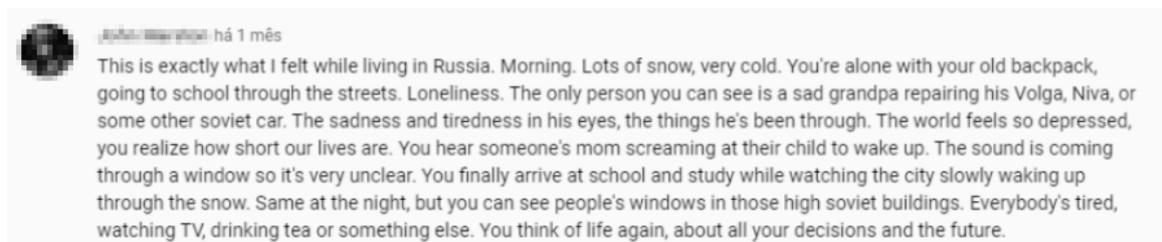


Figura 10. Foi exatamente isso...

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Vídeo], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=RgmQ-yXtlo4>)

Nota. Tradução: “Foi exatamente isso que senti enquanto morava na Rússia. Manhã. Muita neve, muito frio. Você está sozinho com sua mochila velha, indo para a escola pelas ruas. Solidão. A única pessoa que você pode ver é um avô triste consertando seu Volga, Niva ou algum outro carro soviético. A tristeza e o cansaço em seus olhos, as coisas pelas quais ele passou. O mundo se sente tão deprimido, você percebe como nossas vidas são curtas. Você ouve a mãe de alguém gritando a seus filhos para que acordem. O som está vindo por uma janela então não é muito nítido. Você finalmente chega na escola e estuda enquanto assiste a cidade acordando lentamente através da neve. O mesmo ocorre à noite, mas você consegue ver as janelas das pessoas naqueles prédios soviéticos altos. Todos estão cansados, vendo televisão, bebendo chá ou algo do tipo. Você pensa novamente na vida, sobre todas as suas decisões e sobre o futuro”.

Essa narrativa apresenta um certo grau de cinematismo (Eisenstein, 2002): o trecho que observa “tristeza e cansaço” nos olhos, por exemplo, insinua um plano de detalhe. Há uma dimensão descritiva cumulativa, como ocorre em todo fenômeno semiótico, mas aqui nota-se uma predominância do caráter narrativo sobre o descritivo.

Nos chamou atenção também o fato de a narrativa propor a descrição de uma experiência pessoal passada. No comentário da Figura 10, imagina-se um senhor soviético “triste”, que conserta seu antigo carro. Urge no autor do comentário a necessidade de fabular um evento ordinário que ocorre em tempos passados.

Mais comum do que fabulações derivadas de imagens do passado são narrativas que imaginam tempos distópicos e apocalípticos, geralmente projetando futuros desoladores (Figura 11).

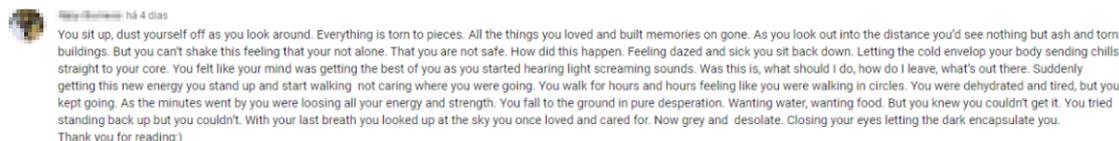


Figura 11. Você se senta...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Você se senta, limpa a poeira enquanto olha em volta. Tudo está feito em pedaços. Todas as coisas que você amou e construiu memórias se foram. Ao olhar para longe, você não verá nada além de cinzas e prédios destruídos. Mas você não pode se livrar desse sentimento de que não está sozinho. Que você não está seguro. Como isso aconteceu. Sentindo-se atordoado e enjoado, você se senta. Deixando o frio envolver seu corpo, enviando calafrios diretos para o seu núcleo. Você sentiu como se sua mente estivesse levando o melhor de você quando começou a ouvir sons leves de gritos. Foi isso, o que devo fazer, como saio, o que há por aí. De repente, recebendo essa nova energia, você se levanta e começa a andar sem se importar para onde estava indo. Você anda por horas e horas sentindo como se estivesse andando em círculos. Você estava desidratado e cansado, mas continuou. Com o passar dos minutos, você foi perdendo toda a sua energia e força. Você cai no chão em puro desespero. Querendo água, querendo comida. Mas você sabia que não conseguiria. Você tentou se levantar, mas não conseguiu. Com seu último suspiro, você olhou para o céu que uma vez amou e cuidou. Agora cinza e desolado. Fechar os olhos deixando a escuridão te envolver. Obrigado por ler :)”.

O futuro aqui fabulado é detalhadamente descrito, através da referência a “cinzas e prédios destruídos”, mas antes importa assinalar um prédio que é visto, ou até um caminho a se seguir sem muito objetivo em um *mundo destruído, cinza, vazio*. Em outro comentário similar (Figura 12), o autor do comentário dirige-se ao leitor como se este compartilhasse da fábula distópica, novamente com um certo grau de cinematismo.

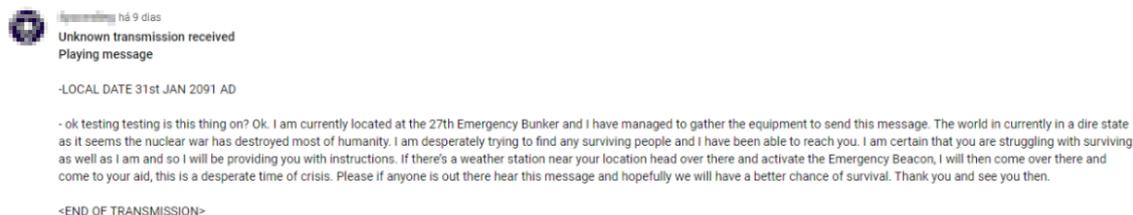


Figura 12. Transmissão desconhecida recebida...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Transmissão desconhecida recebida/Reproduzindo mensagem/- DATA LOCAL 31 DE JANEIRO DE 2091 DC /- ok, testando, testando, essa coisa está ligada? Ok. Atualmente estou localizado no 27.º Bunker de Emergência e consegui reunir o equipamento para enviar esta mensagem. O mundo está atualmente em um estado terrível, pois parece que a guerra nuclear destruiu a maior parte da humanidade. Estou tentando desesperadamente encontrar qualquer pessoa sobrevivente e consegui entrar em contato com você. Tenho certeza de que você está lutando para sobreviver tanto quanto eu e, portanto, fornecerei instruções. Se houver uma estação meteorológica perto de sua localização, vá até lá e ative o Farol de Emergência, irei até lá e irei ajudá-lo, este é um momento desesperador de crise. Por favor, se alguém estiver por aí, ouça esta mensagem e esperamos ter uma chance melhor de sobrevivência. Obrigado e até lá”.

Os próximos comentários (Figura 13, Figura 14, Figura 15, Figura 16, Figura 17 e Figura 18) apresentam uma predominância de dissertações fabulatórias. Temos então análises, críticas e argumentos sobre as catástrofes, mas que começam a se afastar da mera descrição ou narrativa inspirada a partir das *playlists*. Ou seja, quanto mais os ouvintes se dirigem para a simbolização em seus comentários, mais se afastam das sensações evocadas pela escuta propriamente dita, indo em direção a uma discussão sobre o papel da humanidade na Terra.

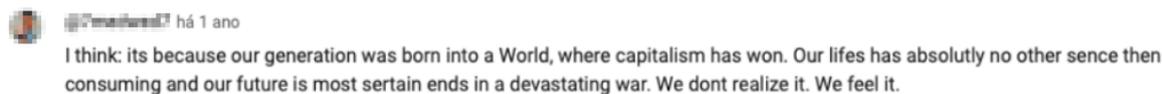


Figura 13. É porque nossa geração...

Fonte. Retirado de *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter (Playlist)* [Vídeo], por nobody [@nobodyplaylists], 2022, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtlo4>)

Nota. Tradução: “Eu penso: é porque nossa geração nasceu em um mundo onde o capitalismo venceu. Nossas vidas não têm absolutamente nenhum outro sentido além de consumir e nosso futuro é quase certo, termina em uma guerra devastadora. Nós não percebemos isso. Nós sentimos isso”.

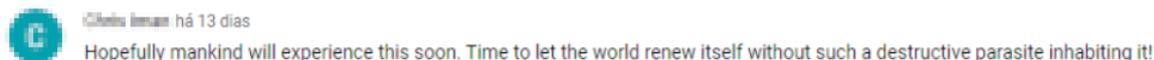


Figura 14. Espero que a humanidade...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Espero que a humanidade experimente isso em breve. Hora de deixar o mundo se renovar sem que um parasita tão destrutivo o habite!”.



Figura 15. Creio que falta...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Creio que falta pouco para que nossa sociedade mude de uma forma radical e desconhecida”.

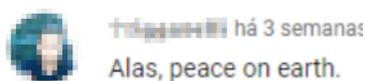


Figura 16. Infelizmente...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “Infelizmente, paz na Terra”.

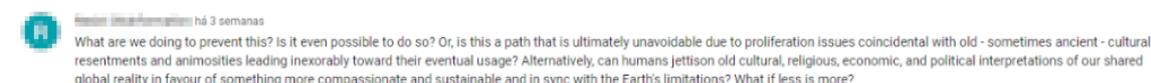


Figura 17. O que estamos fazendo...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “O que estamos fazendo para evitar isso? É mesmo possível fazê-lo? Ou este é um caminho que é inevitável devido a problemas de proliferação coincidentes com velhos — às vezes antigos — ressentimentos e animosidades culturais que levam inexoravelmente ao seu uso final? Alternativamente, os humanos podem descartar velhas interpretações culturais, religiosas, econômicas e políticas de nossa realidade global compartilhada em favor de algo mais compassivo e sustentável e em sincronia com as limitações da Terra? E se menos for mais?”.



Figura 18. Tão verdade...

Fonte. Retirado de *Songs for an Empty World* [Vídeo], por Cryo Chamber [@cryochamberlabel], 2020, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=fitYe3TkhTc>)

Nota. Tradução: “Tão verdade. Destruiremos a vida aqui antes que um número suficiente de nós compreenda”.

Parece haver em vários desses comentários um certo tom de autodepreciação, compreendendo nossa espécie como um grande parasita na Terra, cuja aniquilação irá restabelecer tempos pacificados para o planeta. Como acontece no comentário da Figura 19.

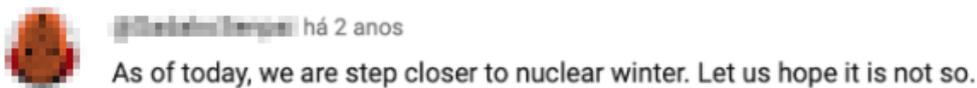


Figura 19. A partir de hoje...

Fonte. Retirado de *Nuclear Winter (Multiple Dark Ambient Hours)* [Vídeo], por Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse], 2019, YouTube. (<https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>)

Nota. Tradução: “A partir de hoje, estamos um passo mais perto do inverno nuclear. Esperamos que não seja assim”.

Destacamos nesses comentários associações advindas da escuta, que relacionam a ideia de fim do mundo à humanidade como principal agente, sugerindo que o apocalipse será resultado ora do capitalismo, ora do nosso parasitismo (extração descontrolada dos recursos naturais). No entanto, embora estes argumentos tomem forma em decorrência da escuta, expressam pouca ou até nenhuma relação direta com a música que integra a trilha sonora das *playlists*, em comparação com a descrição dos vídeos e as imagens na trilha visual.

De todo modo, essas provocações que se encaminham para um contexto hipotético permitem compreender que as preocupações levantadas pelos ouvintes direcionam para pontos em comum, que são a tradução de uma semiose da escuta coletiva e que se sobrepõe às outras expressões de escuta expandida que vimos anteriormente (a descrição e a narrativa fabulatória), conectando sensações a processos de produção de significação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os comentários antes destrinchados, é possível perceber modos diferentes de lidar com as temáticas sugeridas pelas *playlists* de *dark ambient* ou até com questões apocalípticas, como guerras mundiais e crises climáticas. Algo que vale frisar é que, nos comentários analisados, apresentam-se pelo menos duas maneiras de reagir diante de possíveis futuros distópicos: a “derrotista”, que encara os possíveis desastres como fatos consumados; e a “reativa”, que tenta formular linhas de fuga ou soluções para os problemas. É interessante apontar que essas linhas são contraditórias entre si, mas decorrentes da escuta de um mesmo material, o que demonstra a produção de semioses afetivas da música ambiente contemporânea em operação.

Ao nos propormos lidar com os comentários a partir de uma adaptação das matrizes da linguagem e do pensamento de Santaella (2019), a nossa expectativa era a de que os comentários fossem oferecendo progressivamente interpretações mais complexas das sonoridades. No entanto, o que acabou por se evidenciar foi outra situação: são raros os comentários que fazem observações analíticas sobre as trilhas musicais no nível dissertativo. Inversamente, quando os comentários versam sobre as sonoridades, raramente se aproximam de temáticas apocalípticas. Cabe salientar uma última vez que essas categorias não são rígidas e apartadas uma das outras: um mesmo comentário pode contar com todas as categorias acumuladas em si, pelo que interessou-nos reconhecer qual era a categoria predominante na tradução da escuta feita por cada comentarista. Como a análise evidenciou, as descrições fabulatórias apresentaram sensações, emoções e afetos que os sons sugerem aos ouvintes; as narrativas elaboraram cenários, espaços e estruturas urbanas imaginárias por meio do arranjo sequencial de descrições fabulatórias; e as dissertações elaboraram reflexões simbólicas sobre o futuro da Terra e da humanidade diante das catástrofes, por meio do acúmulo de narrativas e descrições rearranjadas como leis gerais. Nos casos em que há a predominância de interpretação de fenômenos em primeiridade e secundidade (descrição e narração), encontramos mais comentários pensando sobre as crises planetárias de forma reativa, enquanto no simbólico, os comentários pareceram tender mais para um posicionamento de que não há mais nada que se possa fazer para evitar as catástrofes que virão.

Boa parte dos comentários que têm predominância de narrativas fabulatórias pareceram evocar elementos comuns ao cinema de ficção científica. A possibilidade do fim do mundo, seja em um futuro distante ou próximo, pelos motivos mais variados, sejam totalmente ficcionais ou baseados em eventos verificáveis da natureza não provocados ou provocados pela humanidade, é um tema corriqueiro no universo das produções cinematográficas, como, por exemplo: *Alien — O Oitavo Passageiro* (Ridley Scott, 1979), *Armageddon* (Michael Bay, 1998), *O Dia Depois de Amanhã* (Roland Emmerich, 2004), *2012* (Roland Emmerich, 2009), *Guerra dos Mundos* (Byron Haskin, 1953) e séries como *The Walking Dead* (Frank Darabont, 2010) e *The Last of Us* (Bruce Straley e Neil Druckmann, 2013). Essa temática constante, muito provavelmente, influencia a percepção da escuta dessas *playlists* por parte dos usuários, pois proporciona uma simulação de trilha sonora extra diegética fílmica desses eventos distópicos para o próprio cotidiano do espectador das *playlists*. Além disso, a forma como o contexto é organizado nos comentários parece relacionar-se a uma sequência cinematográfica, como se descrevesse uma série de planos. Os diversos efeitos utilizados no gênero *dark ambient*, como drones, *samples*, entre outros, desenvolvem uma textura sonora, que estimula o suspense e a tensão, que é recorrente em filmes e séries de ficção científica. Com essas sonoridades representativas de suspense e terror já consolidadas no cinema, podemos pensar nos agenciamentos advindos dessas conexões entre o cinema de terror, o suspense e o *dark ambient*, pois músicos e usuários, provavelmente, tiveram a experiência cinematográfica previamente ao contato com o gênero musical, produzindo a associação de ambos.

Não é possível aferir com base no nosso método de pesquisa, mas nos parece que isto pode ser resultado de uma cultura de escuta funcionalista da música que vem

tomando forma no YouTube, com *playlists* contendo títulos que indicam como as músicas devem ser consumidas (música para trabalhar, para relaxar, para dormir, para malhar, para estudar, etc., como bem se nota em *playlists* de *lo-fi hip hop*). Assim, títulos como *You're the Last Person on Earth During Nuclear Winter* ou *Songs for an Empty World*, acompanhados de imagens como as que apresentamos no início deste artigo (Figura 1, Figura 2, Figura 3 e Figura 4) já direcionam o ouvinte para determinados significados.

Assim, os comentários analisados parecem elaborar-se a partir de hábitos anteriores de escuta, demonstrando como não há escuta isolada e individual, dado que esta sempre é resultado de hábitos culturais que perpassam as mentes interpretantes. Portanto, o ato de escutar se dá por meio de signos e resulta em signos: como conceituado por Lucas (2022), todos os comentários estudados são escutas expandidas.

Por fim, é importante ressaltar a associação intrínseca entre a música contemporânea, o antropoceno, as fabulações elaboradas pela ficção científica e as múltiplas formas de afetos percebidos por meio das escutas das *playlists* e dos relatos presentes nos comentários analisados. Compreendemos que, provavelmente, muitos dos autores dos comentários não têm conhecimento do conceito de “antropoceno” e das mudanças de paradigma ontoepistemológicos nele implicadas, mas o resultado do agenciamento — promovido pela relação entre as *playlists* e a tradução da escuta em texto — expressam os sintomas denunciados pelo antropoceno como uma ferramenta teórico-especulativa para compreensão do mundo que habitamos e da forma como nele vivemos e nos expressamos.

Fabular, como vimos com Haraway (2016/2023), é também fabricar o mundo. Dessa forma, o *dark ambient* se revela uma poderosa forma de comunicação e expressão cultural, já que captura e comunica preocupações da sociedade moderna, desencadeando reflexões sobre o contexto atual e estimulando debates sobre as possíveis consequências que podem advir na hipótese de um futuro incerto. A relação que estabelecemos entre a semiótica, os afetos, a escuta expandida e o antropoceno fortalecem a necessidade de romper com a objetificação dos agentes não-humanos e de compreender a agência da semiose no aumento da razoabilidade concreta, na capacidade de os signos em primeiridade surpreenderem, arrebatarem, criarem sentido (Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação, 2020). Sendo assim, é relevante considerar-se que a escuta desses sons desempenha um papel fundamental para que os sons do porvir possam ser outros, levando-nos a repensar as implicações e os desafios em relação ao fim dos tempos.

AGRADECIMENTOS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- Adkins, M. (2019). Fragility, noise and atmosphere in ambient music. In M. Adkins & S. Cummings (Eds.), *Music beyond airports: Appraising ambient music* (pp. 119–146). University of Huddersfield Press.
- Berardi, F. (2020). *Asfixia: Capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem* (H. do Amaral, Trad.). Ubu.

- Crary, J. (2016). *24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono* (J. Toledo Jr., Trad.). Ubu. (Trabalho original publicado em 2013)
- Cryo Chamber [@cryochamberlabel]. (2020, 11 de abril). *Songs for an empty world* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=fitYe3TkhTc>
- Eisenstein, S. (2002). *O sentido do filme* (T. Ottoni, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1942)
- Eno, B. (1978). *Ambient #1 music for airports* [Álbum]. E.G. Records; Polydor; PVC.
- Eno, B. (2013). Ambient music. In C. Cox & D. Warner (Eds.), *Audio culture: Readings in modern music* (pp. 94–97). Bloomsbury.
- Forgotten Dawn [@ForgottenDawn]. (2020, 3 de julho). *Ground Zero | 2 hours post apocalyptic lo-fi dark ambient mix* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=luQsVA3E5PE>
- gov.br. (s.d.). *Relatórios especiais do IPCC*. Retirado a 22 de dezembro de 2023, de <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc>
- Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação. (2020). *Semiótica crítica e as materialidades da comunicação*. Editora da UFRGS.
- Haraway, D. (2023). *Ficar com o problema: Fazer parentes do chthuluceno* (A. L. Braga, Trad.). N-1 Edições. (Trabalho original publicado em 2016)
- Hine, C. (2000). *Virtual ethnography*. SAGE.
- Iron Cthulhu Apocalypse [@IronCthulhuApocalypse]. (2019, 25 de novembro). *Nuclear winter (multiple dark ambient hours)* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=cRzQuPvLjdU>
- Landarini, S. (2021). “Sou só uma pessoa triste”: Fluxos sonoros sensoriais no lofi hip hop [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Lucas, C. B. (2022). *Escutas expandidas e a produção comunicacional de escutas musicais* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Moore, J. W. (Ed.). (2022). *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo* (A. Xerxenesky & F. S. Silva, Trads.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2016)
- m3ta [@m3ta_]. (2022, 28 de outubro). *Lost in an empty place | dreamcore, emptycore playlist* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=ZYjFfoH_9aw
- nobody [@nobodyplaylists]. (2022, 6 de agosto). *You're the last person on earth during nuclear winter (playlist)* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=R9mQ-yXtlo4>
- Peirce, C. S. (2017). *Semiótica* (J. T. C. Neto, Trad.). Perspectiva.
- Santaella, L. (2019). *Matrizes da linguagem e pensamento: Sonora, visual, verbal*. Iluminuras.
- Schafer, R. M. (2001). *A afinação do mundo: Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: A paisagem sonora* (M. T. Fonterrada, Trad.). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1977)
- Severo, T. (2020). *IN/VISIBILIDADES: A constituição dos mundos trans nos transgender studies e nas comunidades do Reddit* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Skågeby, J. (2010). Online ethnographic methods: Towards a qualitative understanding of virtual community practices. In B. Daniel (Ed.), *Handbook of research on methods and techniques for studying virtual communities: Paradigms and phenomena* (pp. 410–428). Information Science Reference.

Spinoza, B. (2017). *Ética* (T. Tadeu, Trad.). Autêntica Editora. (Trabalho original publicado em 1677)

Winston, E., & Saywood, L. (2019). Beats to relax/study to: Contradiction and paradox in lofi hip hop. *IASPM Journal*, 9(2), 40–54. [https://doi.org/10.5429/2079-3871\(2019\)v9i2.4en](https://doi.org/10.5429/2079-3871(2019)v9i2.4en)

YouTube Help. (s.d.). *Learn about comment settings*. Retirado a 20 de março de 2024, de <https://support.google.com/youtube/answer/9483359?hl=en>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Marcelo Bergamin Conter é professor de Teorias da Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1413-8903>

Email: marcelo.conter@ufrgs.br

Morada: Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil. CEP: 90040-060

Ana Christina Cruz Schittler é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Edital Instituto Federal do Rio Grande do Sul 12/2023). É graduada em Administração de Empresas/Análise de Sistemas — Faculdades Rio-Grandenses. É graduanda em Artes Visuais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3674-5061>

Email: anacshtlr@gmail.com

Morada: Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha - Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil. CEP: 90040-060

Paulo Henrique Costa Albani é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Edital Instituto Federal do Rio Grande do Sul 12/2023). É aluno de 4.º ano do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo no Instituto Federal do Rio Grande do Sul — Campus Alvorada.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6850-2727>

Email: paulo.albani@aluno.alvorada.ifrs.edu.br

Morada: Rua Prof. Darcy Ribeiro, 121 - Campos Verdes, Alvorada - RS - Brasil. CEP: 94834-413

Submetido: 03/05/2024 | Aceite: 19/12/2024



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

“O MESMO RIGOR, O MESMO PLURALISMO”: ANÁLISE DA “PARCERIA TRANSATLÂNTICA” ENTRE OS JORNAIS *PÚBLICO* E *FOLHA DE S. PAULO*

Thaís Braga

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

RESUMO

Com base na premissa de que, por meio do discurso jornalístico, é possível reconhecer os sentidos socialmente partilhados, bem como as disputas simbólicas de poder, este artigo objetiva identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A perspectiva normativa é aqui revista, pois sua tradicional associação à democracia dos Estados Unidos da América não se aplica a todas as sociedades. A partir de um estudo de caso mais amplo, selecionou-se o editorial publicado conjuntamente pelos jornais *Público* (Portugal) e *Folha de S. Paulo* (Brasil), em 9 julho de 2020, para a análise do fenômeno. Sob o guarda-chuva teórico-metodológico dos estudos do discurso, aplicou-se a técnica da análise crítica do discurso. Os resultados mostram que o discurso jornalístico luso-brasileiro atravessa cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus. De maneira alargada, *Público* e *Folha de S. Paulo* unem-se para ampliar a sua força no campo jornalístico. Entretanto, por mais que se almeje uma irmandade entre Portugal e Brasil, as particularidades político-institucionais de cada país abalam a fantasia criada. O caso também aponta para estratégias que os jornais tradicionalmente impressos têm adotado para reafirmar sua qualidade noticiosa, sobretudo diante dos mídias digitais e da desinformação.

PALAVRAS-CHAVE

análise crítica do discurso, Brasil, democracia, metajornalismo, Portugal

“THE SAME RIGOUR, THE SAME PLURALISM”: AN ANALYSIS OF THE “TRANSATLANTIC PARTNERSHIP” BETWEEN *PÚBLICO* AND *FOLHA DE S. PAULO* NEWSPAPERS

ABSTRACT

This paper is based on the premise that, through journalistic discourse, socially shared meanings and symbolic power disputes can be recognised. It aims to identify and understand how normative commitment manifests within Portuguese-Brazilian journalistic discourse. The normative perspective is examined here, as its traditional association with democracy in the United States does not necessarily apply to all societies. For this analysis, a broader case study was conducted, focusing on the editorial published jointly by *Público* (Portugal) and *Folha de S. Paulo* (Brazil) on July 9, 2020. Under the theoretical-methodological framework of discourse studies, critical discourse analysis was applied. The results indicate that Portuguese-Brazilian journalistic discourse spans five key axes: digital information, the idealisation of journalism as an advocate of democracy, migration issues, the Portuguese language, and European objectives. Broadly, *Público* and *Folha de S. Paulo* are collaborating to strengthen their position in the journalistic field. However, despite their aspiration for an alliance between Portugal and Brazil, the political and institutional particularities of each country undermine this ideal. The case also highlights

strategies adopted by traditionally printed newspapers to reaffirm their journalistic credibility, particularly in the face of digital media and misinformation.

KEYWORDS

critical discourse analysis, Brazil, democracy, meta-journalism, Portugal

1. INTRODUÇÃO

Numa acepção mais básica, o discurso jornalístico convoca um outro a observar a sociedade por dentro, pois ambos — jornais/jornalistas e audiência — não estão dissociados dela (V. França, 1998). Pelo contrário, a produção noticiosa molda-se a partir de acontecimentos públicos — isto é, a partir de questões que interessam à coletividade — apreendidos por um conjunto complexo de fatores profissionais, organizacionais, tecnológicos, políticos, econômicos e culturais (Belair-Gagnon, 2019; Deuze & Witschge, 2018). As notícias, como construção simbólica, não equivalem a um espelho, mas sim representam dada realidade — por isso, são um lugar de luta permanente (Couldry & Andreas, 2017; Martins, 2017). Esta perspectiva posiciona o jornalismo como uma entidade provisória, pois seu conjunto de práticas institucionalizadas insere-se numa teia de discursos sobrepostos e/ou conflitantes (Carlson, 2016). A aceitabilidade de qualquer representação dependerá de uma compreensão cultural mais ampla de formas expressivas válidas que estão abertas à contestação.

Assim, é importante compreender o ambiente discursivo em que o jornalismo se desenvolve — suas condições de produção, os atores envolvidos e os processos interpretativos que impactam diretamente na qualidade da comunicação —, sobretudo em países como Brasil e Portugal, que possuem relações históricas, cujas redes de poder cultural e político não só se mantiveram, como se multiplicaram (T. França & Padilla, 2019; Vargas et al., 2017); porém atualmente são posicionados como semiperiféricos (Borges & Afonso, 2018), ocupando espaços ambíguos no sistema econômico mundial. O primeiro, ex-colônia portuguesa, atua de forma ligeiramente imperialista diante de países sul-americanos e africanos; o segundo, antiga potência imperial, é visto como “colonizador subalterno”, oprimido na política europeia (Scalabrin Müller et al., 2023).

Sem a pretensão de generalizar os resultados, o artigo¹ objetiva identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A partir de um estudo de caso mais amplo, selecionaram-se os jornais *Público* (Portugal) e *Folha de S. Paulo* (Brasil) para a análise do fenômeno. Uma vez que ambos têm ofertado a partilha de assinaturas digitais (<https://login.folha.com.br/assinatura/jornalpublico>), é possível encontrar pistas sobre como são construídos os

¹ Este artigo resulta parcialmente da tese *Narrativas Jornalísticas Sobre o Dia do Fogo na Amazônia (2019-2020): O Caso da Folha de S. Paulo (Brasil) e do Público (Portugal)*, desenvolvida no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Uma versão preliminar do artigo foi discutida no Grupo de Trabalho Jornalismo e Sociedade do “XIII Congresso da Sopcom”, que decorreu em Braga, entre 24 e 26 de janeiro de 2024.

sentidos sociais acerca de temas semelhantes, bem como quais estratégias estão a ser utilizadas pelos jornais tradicionalmente produtores de edições impressas para reafirmar a sua força no campo jornalístico (Bourdieu, 2005). Esta premissa vai ao encontro do que aponta Franklin (2012): em vez de desaparecer, os jornais tradicionalmente produtores de edições impressas têm se mostrado cada vez mais integrados às mudanças impostas pelo ambiente digital, adaptando-se editorial e financeiramente para acomodar inovações em tecnologias midiáticas e mudanças nos requisitos do mercado.

Inicialmente, discutir-se-á a natureza normativa do jornalismo em sua relação com a democracia. Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos, com ênfase na técnica da análise crítica do discurso, que será utilizada para o exame do editorial publicado conjuntamente pelos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* em 9 de julho de 2020. Com este trabalho, espera-se contribuir para os estudos de jornalismo, principalmente para as análises comparadas luso-brasileiras. A *Folha de S. Paulo* é um jornal centenário e dispõe de extensa bibliografia sobre a sua trajetória, marcada por diferentes posicionamentos político-editoriais. O *Público*, por sua vez, com pouco mais de três décadas de funcionamento, surgiu num contexto de liberdade após a Revolução dos Cravos (1974) como resultado de um esforço planejado, na maior parte, por jornalistas até então vinculados ao jornal *Expresso*. Em concordância com Moisés de Lemos Martins (Carvalho, 2019), compartilhar a língua portuguesa, por si só, pouco significa, se não se desenvolverem projetos e trabalhos comuns. Neste sentido, responde-se aqui ao desafio apontado por Oliveira e Paulino (2017): perceber o que é comum ao jornalismo português e brasileiro a partir da consciência de que as ambiências socioculturais são díspares.

2. (META)JORNALISMO E DEMOCRACIA: UMA VISADA CRÍTICO-NORMATIVA

Uma das principais características do jornalismo, quando examinado sob as lentes da comunicação, é a sua consciência normativa (Carlson et al., 2018). A partir da ideia de construção social da realidade, a adesão a um padrão universal de comportamento dá sentido e legitima a prática jornalística, recusando-se a aceitar, de maneira automática, que as notícias cumprem um papel indispensável nas sociedades democráticas. A ênfase na "consciência" trata a norma como um arranjo complexo e recíproco entre o ideal e a prática, apontando para uma reconciliação entre o que foi aceite como dogma e o que é fluido e sujeito à transformação de muitas forças diferentes. Este entendimento permite que os estudos de jornalismo transitem entre o que McNair (1998) chama de "paradigma normativo" (que expressa o ideal ou como as coisas deveriam ser) e "crítico" (cujas abordagens concentra-se em como as coisas são, bem como nas lacunas entre o que é real e o que é ideal).

Inicialmente, a perspectiva normativa revela-se como alternativa ao comunismo, no qual a mídia é utilizada como ferramenta para suprimir a democracia. Num segundo momento, é justificada como forma de combater outros inimigos: o terrorismo internacional, algumas vezes vinculado ao fundamentalismo religioso ou outros movimentos "extremistas" ou revolucionários (McQuail, 2010). Ainda numa visada histórica, que

reflete sobre o crescimento do Estado-nação e o espírito do nacionalismo, é recorrente a referência a Carey (2007), para quem as origens do jornalismo são as mesmas das formas republicanas ou democráticas de governança. Ou seja: sem jornalismo, sem democracia.

A teoria normativa da comunicação explica como o discurso público deve ser conduzido para que uma comunidade ou nação encontre soluções para seus problemas (Christians et al., 2009). Em outras palavras, tenta explicar como certas formas de discurso público — por exemplo, o discurso jornalístico — levam a boas decisões coletivas. Sua característica mais fundamental reside na relação entre a concepção de democracia em uma sociedade particular e os papéis concretos dos atores no discurso público. Neste sentido, democracia significa soberania popular, a qual se define mediante dois critérios básicos: igualdade e liberdade.

Em Hanitzsch (2019), percebe-se que a maioria dos papéis normativos dos jornalistas deriva de uma visão que enfatiza a potencial contribuição do jornalismo para o funcionamento adequado da democracia. Por isso, espera-se que a mídia forneça vigilância e informações sobre acontecimentos potencialmente relevantes e seus contextos; comentários, orientações e conselhos sobre questões complexas; os meios para acesso, expressão e participação política; contribuam para a consciência compartilhada; ajam como críticos e vigilantes para responsabilizar os poderosos. Da mesma forma, Thomas (2019) considera o jornalismo não apenas central para o funcionamento de uma democracia, mas também o vê como um agente de controle e mudança social.

Para Martins (2010), enquanto prática discursiva, o jornalismo funda o espaço público alargado, de forma que a experiência coletiva e o discurso tornam-se indissociáveis. O autor defende que o jornalismo tem como razão de ser o exercício da cidadania e a construção da memória pública, apenas se justificando como capacitação para uma prática mais sustentada de participação cívica. Além disso, dispõe de valores que sustentam a ordem democrática: a liberdade, a justiça social, a equidade e o bem público.

Traquina (2005) afirma que a democracia não pode ser imaginada como um sistema de governo sem liberdade. Neste sentido, o jornalismo assume o papel de informar o público sem censura, bem como, num quadro de divisão do poder entre os poderes, a responsabilidade de ser o guardião do governo. No seio da teoria normativa, a liberdade no exercício do jornalismo torna-se útil aos cidadãos que buscam se informar o suficiente para desempenhar suas responsabilidades cívicas. Dissociados, por defeito, dos laços políticos, os jornais devem servir aos leitores, apresentando-lhes fatos, e não opiniões.

A natureza normativa do jornalismo constitui a base da sua identidade profissional, isto é, distingue os jornalistas de outros profissionais na indústria, bem como define a maneira como se avalia, se critica e se julgam outros jornalistas e diferentes formas de jornalismo (Mesquita, 2023). No entanto, é um entendimento aberto a interpretações e suas regras e normas mudam de acordo com construções ideológicas e contextos culturais. Hanitzsch (2019) aponta que o paradigma normativo do jornalismo se articula dentro das noções ocidentais de democracia, que enfatizam a liberdade e a liberdade individual. Thomas (2019) destaca que suas considerações acerca da utilidade como âncora normativa do jornalismo restringem-se a uma estrutura democrática de governo.

É certo que a relação entre o jornalismo e a democracia resulta nomeadamente dos Estados Unidos da América, entre o final do século XIX e o início do século XX (Hallin & Giles, 2005). Contudo, o jornalismo desenvolveu-se “além do estágio em que um país pode assumir o paradigma certo para todos os outros países” (Josephi, 2013, p. 445).

Schudson (2011) não nega a importância do jornalismo para a democracia — pelo contrário, o estatuto do seu trabalho é seminal nas teorias democráticas da profissão —, entretanto defende que o jornalismo, por si só, não representa, tampouco cria a democracia. Para Zelizer (2017), embora historicamente o jornalismo tenha sido necessário para a democracia, o contrário não se aplica, dado que a ideia de democracia como tábuas de salvação do jornalismo não foi apoiada na prática. Isso não nega o fato de que ser jornalista em sociedades democráticas pode ser menos perigoso do que ser jornalista em regimes não democráticos. Entretanto, a autora sugere que o jornalismo, de alguma forma, floresceu em lugares onde a democracia não.

De acordo com McQuail (2010), o paradigma normativo do jornalismo pressupõe um tipo de “boa sociedade”, que seria democrática, liberal, plural, consensual, ordenada e bem-informada. As desigualdades socioeconômicas não são essencialmente problemáticas ou injustas, uma vez que as tensões e conflitos podem ser resolvidos pelos meios institucionais existentes. Contudo, o autor reconhece que esta visão pressupõe uma sociedade idealizada — o chamado “modo de vida ocidental” —, logo não contempla as contradições vividas pelos países em desenvolvimento ou de Terceiro Mundo.

Albuquerque (2005, 2019b) concorda que, nas últimas décadas do século XX, o jornalismo estadunidense estabeleceu-se como um padrão quase universal em relação ao qual o jornalismo de outros países é avaliado. Na maioria dos casos, a influência é avaliada positivamente, pois se associa a valores como profissionalismo, independência e democracia. No modelo empírico proposto por Brüggemann et al. (2014), Portugal faz parte de um sistema mediático ocidental, que inclui Bélgica, Holanda, Irlanda e Estados Unidos. Todavia, a classificação não contempla países como o Brasil.

Essas nuances reforçam a necessidade de se refletir sobre o que é o jornalismo — num sentido crítico/descritivo — e o que o jornalismo deveria ser — num sentido normativo. A análise da produção discursiva dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* tem sido utilizada em estudos recentes, no entanto, inova-se aqui ao evocar o exame metajornalístico — isto é, do jornalismo sobre o jornalismo —, de forma a criticar os códigos, as convenções e as circunstâncias da sua construção (Deuze, 2001, 2003). Este tipo de discurso parece ter ganho mais força no ambiente digital, dado que a capacidade e a vontade de refletir publicamente sobre si e de ser abertamente autocrítico são geralmente bem-vistas. O jornalismo torna-se “meta” quando discute o seu trabalho em um produto noticioso, como os editoriais e a imprensa especializada. Há ainda formas contemporâneas de clamar pela autoridade jornalística, como os *podcasts* (Perdomo & Rodrigues-Rouleau, 2022). A autopercepção, especialmente do papel social e do poder relativo, molda as interações do jornalista com outros atores públicos (Moon, 2021) — o que acaba por conduzir à reinterpretção da natureza normativa do jornalismo ao longo do tempo. Da mesma forma, o metajornalismo proporciona a estabilização do campo por meio de experiências e o discurso emerge do processo em que os jornalistas

dão sentido ao mundo e situam o seu papel nele (Perreault, Perreault, & Maares, 2022; Perreault, Tandoc, & Caberlon, 2023).

A seguir, a proposta dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* será objeto de análise crítica a partir do editorial publicado em 9 de julho de 2020. Antes, apresenta-se o método de investigação.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla, este estudo apoia-se na metodologia da análise do discurso, que representa um guarda-chuva, cuja estrutura (suas hastes) abriga diferentes correntes epistemológicas (Guimarães et al., 2020). É certo que o dispositivo de análise tem sofrido constantes alterações, em concordância com a própria natureza da disciplina — que admite o discurso como uma materialidade em contínuo movimento. Por isso, de maneira específica, dialoga-se com os estudos críticos, que admitem o discurso como um evento sociocognitivo complexo, que envolve atores sociais num contexto específico (tempo, lugar, circunstâncias). Busca-se, assim, compreender não apenas o texto, mas a ambiência mais ampla (van Dijk, 2017).

A “parceria transatlântica” entre o *Público* e a *Folha de S. Paulo* configura-se como um estudo de caso, pois é ilustrativa da produção jornalística e fornece pistas sobre a sociedade luso-brasileira de forma descritiva, em profundidade e não confirmatória (Gerring, 2004). Por meio de uma amostragem não probabilística de casos típicos, selecionou-se o editorial intitulado “Carta aos Leitores do *PÚBLICO* e da *Folha de S. Paulo*”. Como técnica complementar de recolha de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo, que participou de forma ativa da criação do *Público*, e com o atual secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Vinícius Mota. A técnica mostrou-se útil, por envolver poucas pessoas e suscitar a profundidade de informações (Guion et al., 2011).

Operacionalizou-se a análise crítica do discurso (ver Tabela 1), admitindo que a maneira como foram construídas as estruturas do discurso jornalístico podem influenciar modelos mentais específicos e representações genéricas da audiência (van Dijk, 1998, 2015). A partir de superestruturas esquemáticas gerais — isto é, excertos estrategicamente posicionados (de acordo com hierarquia, códigos e convenções jornalísticas) no editorial assinado por Manuel Carvalho e Sérgio Dávila, os respectivos diretores do *Público* e da *Folha de S. Paulo* na altura —, discutir-se-ão, na seção seguinte, as macroestruturas semânticas, que representam o significado global do discurso. Não se consideraram o quinto, nem o sexto parágrafos do editorial, dado que continham informações repetidas — e o enquadramento foge ao escopo deste trabalho. Assim, identificou-se que o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro a partir de cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus.

	SUPERESTRUTURAS	MACROESTRUTURAS
Submanchete	"Ler sem restrições as edições digitais" "É um gesto original – primeira parceria transatlântica"	Informação digital
Primeiro parágrafo	"Se há um enorme oceano que nos separa, há também uma língua, uma cultura e um código de valores que nos aproximam" "Compromisso com a democracia, o Estado de direito ou pela nossa devoção aos direitos humanos"	Idealização
Segundo parágrafo	"Jornalismo baseado no rigor, na independência, no pluralismo, na rejeição do sensacionalismo e na valorização do sentido de serviço público"	
Terceiro parágrafo	"Enormes comunidades de portugueses que vivem no Brasil ou de brasileiros que habitam em Portugal"	Migração
Quarto parágrafo	"Dimensão universal da língua de Camões ou de Machado de Assis ou da cultura que essa língua comum projecta" "Os desafios europeus, os riscos ambientais, as crises da pandemia ou as ameaças à democracia"	Língua portuguesa Objetivos europeus

Tabela 1. Superestruturas e macroestruturas da "Carta aos Leitores do PÚBLICO e da Folha de S. Paulo"

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. INFORMAÇÃO DIGITAL

A última década do século XX marcou a transição digital para a *Folha de S. Paulo*, que deixou de ser apenas um jornal produtor de edições impressas para se tornar um grupo mediático fornecedor de conteúdos em diferentes formatos e plataformas por meio do portal Universo On-Line (UOL), que é uma *holding* controlada por Luiz Frias, o atual *publisher* da *Folha de S. Paulo* (Aguiar, 2016). Por seu turno, desde 1995, o *Público* disponibiliza o seu conteúdo em um portal da internet. As trajetórias digitais de ambos os periódicos se entrelaçaram em 2014, quando o *Público* passou a apresentar uma versão brasileira do seu *site* (<https://www.publico.pt>) no domínio do UOL. No período mencionado, era possível acessar o sítio <https://www.publico.uol.com.br>. A aproximação entre os dois refinou-se com a partilha de assinaturas digitais, em vigor desde 2020.

A atual iniciativa conjunta dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* reitera o posicionamento de Franklin (2012), de que os periódicos não se resumem à publicação de edições em papel, tampouco estão em vias de desaparecimento. É certo que ambos mantêm suas tiragens impressas, porém igualmente mostram sua força no ambiente digital — com a criação de *podcasts* e de perfis na mídia social. Os dois jornais estão entre os líderes de audiência nos seus respectivos países no segmento de publicações diárias. Segundo o Índice Verificador de Comunicação, em julho de 2023, *Folha de S. Paulo* era o jornal mais consumido do Brasil, com 796.088 exemplares pagos. Deste número, mais de 94% (752.019) referia-se à circulação digital. Por sua vez, dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação apontam que, no segundo trimestre de 2023, a circulação paga digital do *Público* foi de 47.227 exemplares, enquanto a circulação impressa foi de 10.256 (pouco mais de 21% da digital).

O’Sullivan et al. (2017) apontam que a materialidade do objeto impresso e as estruturas culturais construídas em torno dele funcionam como uma matriz que facilita a inovação, permitindo que os jornais coexistam com a mídia digital. Em concordância, Mesquita (2023) assinala que a produção de informação por diferentes atores sociais — o que antes da disseminação das tecnologias de informação e comunicação era domínio dos jornalistas e das redações (Deuze & Witschge, 2018) — forçam a mídia tradicional a produzir um jornalismo alinhado aos valores normativos, promovendo a mudança e a transformação social. Isto mostra que o *Público* e a *Folha de S. Paulo* estão dispostos a competir pela audiência, sobretudo a digital, demarcando-se a partir de certos princípios. Apesar de limitada pelo acesso à internet, a partilha de assinaturas digitais não constitui uma falha, e sim uma mais-valia para os dois jornais — que são alçados a um patamar internacional ou, pelo menos, luso-brasileiro, justamente num espaço onde a desinformação² tende a ocorrer de maneira mais frequente. O argumento da internacionalização pode naturalmente ser desafiado, uma vez que, de acordo com o jornalista e professor universitário Joaquim Fidalgo, o cosmopolitismo é uma das características fundamentais do *Público*, ou seja, o que ocorre no estrangeiro é frequentemente destacado nas manchetes, independentemente do segmento (economia, política, sociedade, cultura, desporto, etc.) desde a sua criação, em 1990. Da mesma forma, a *Folha de S. Paulo* apoia-se nas agências de notícias e em alguns correspondentes para perceber os principais acontecimentos do mundo.

O mais provável é que, para o periódico português, o acesso ao conteúdo da *Folha de S. Paulo* seja importante não apenas para a audiência, mas também para os próprios jornalistas — que têm no jornal brasileiro um canal de fontes de informação. Isto é relevante para cobrir temas mais amplos a Portugal e Brasil — como as questões ambientais —, sobretudo quando há limitações de recursos humanos e financeiros. Para o periódico brasileiro, a partilha de assinaturas digitais destaca-se pelo caráter simbólico, no sentido de demarcar-se dos seus concorrentes nacionais. Quando surgiu, em 1921, a *Folha de S. Paulo* procurava dialogar com leitores da classe média urbana, a exemplo de funcionários públicos, de pequenos comerciantes e de uma parcela da classe operária; da mesma forma, seguia um viés urbanístico em oposição aos demais periódicos, como o *Estadão*, que tratavam predominantemente dos interesses da oligarquia agrária (Souza, 2019). Ainda hoje permanece como característica do sistema midiático brasileiro a concentração da propriedade por grupos familiares — no caso, a *Folha de S. Paulo* pertence à segunda geração da família Frias (Azevedo, 2006). A parceria com o *Público* aproxima-a do jornalismo normativo e de práticas mais comprometidas socialmente. Mesquita (2023) argumenta que, mesmo em contextos menos democráticos ou em democracias em desenvolvimento — como o Brasil —, o papel e a função cívica do jornalismo, os seus compromissos éticos com a democracia, a pluralidade e o acesso à

² A expressão “fake news”, popularizada pela eleição presidencial nos Estados Unidos da América, em 2016, possui ampla aceção, podendo significar desde notícias fabricadas que circulam pelos mídias sociais até ao descrédito genérico dos meios de comunicação social (Quandt et al., 2019). Neste estudo, em concordância com L. Wu et al. (2019), opta-se por referir à “desinformação” (*misinformation*) de forma extensiva a fim de incluir todas as informações falsas ou imprecisas divulgadas pelos mídias sociais, independente de terem sido deliberadamente criadas ou não.

informação, e a sua adesão a papéis e normas profissionais são generalizados. Assim, a iniciativa luso-brasileira parece dar à *Folha de S. Paulo* a chance não de escapar da disputa interna, mas sim de se fortalecer nela, pois passa a olhar as questões nacionais e internacionais sob o ponto de vista europeu.

4.2. IDEALIZAÇÃO

A referência à originalidade da partilha de assinaturas digitais reafirma o compromisso normativo do *Público* e da *Folha de S. Paulo*. Diante da proliferação de fontes online de conteúdo, muitas de confiabilidade e veracidade desconhecidas, a autorreflexão e a transparência no processo de produção jornalística revelam-se diferenciais no mercado da informação (McNair, 2017). Porém, igualmente se percebe uma apresentação romantizada como defensores da democracia. Em concordância com o posicionamento de que não necessariamente jornalismo e democracia são equivalentes (Hanitzsch, 2019; McQuail, 2010; Schudson, 2011; Thomas, 2019; Zelizer, 2017), a crítica de Nerone (2013) é aqui adequada: a evocação ao caráter normativo do jornalismo beira a fantasia, já que as normas idealizam o que agentes perfeitos fazem em situações perfeitas. Nesta matéria, Eldridge (2017) explica que, ao falar de si por meio de retratos típicos ideais e de valores enaltecidos (quase como sinônimos de "heróis" e de representantes do "bem"), os jornalistas oferecem o que têm de melhor ao público: a sua "visão dominante".

Convém lembrar que a *Folha de S. Paulo* teve diferentes proprietários ao longo do seu centenário. Nas primeiras décadas após sua fundação, em 1921, permaneceu sem grande importância, tampouco comprometida com a democracia, chegando a apoiar o golpe militar de 1964 e adotando uma atitude aquiescente e discreta até quase o fim do período ditatorial (Albuquerque, 2019a). Isto porque, em termos ideológicos, o jornal brasileiro refletia a concordância entre o empresariado e o Governo militar em combater as ideias comunistas (Dias, 2012). Essa postura mudou entre 1983–1984, quando o periódico se envolveu na campanha Diretas Já — um movimento popular em favor do restabelecimento das eleições diretas para a Presidência. Entretanto, essa transformação ocorreu por razões mercadológicas, pois os donos da *Folha de S. Paulo* da altura, Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, perceberam que o jornal só poderia prosperar num regime democrático. Assim, reestruturou-se como um jornal de resistência no período de redemocratização.

Quando a *Folha de S. Paulo* se une ao *Público* e declara publicamente o seu compromisso com a democracia, é preciso atenção para o fato de que, talvez, seu compromisso principal seja consigo própria. Isto porque, apesar de se mostrar apartidária, independente e pluralista, o jornal brasileiro adota posicionamentos próprios na cobertura de determinadas questões (Paixão Marcos, 2018) — especialmente em temas internos. Em relação ao ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019–2021), claramente foi opositora, sobretudo na cobertura da pandemia de COVID-19, quando, juntamente com outros veículos de comunicação social (portal g1 e UOL, além dos jornais *O Globo*, *Extra*, *Estadão*), consolidou o número de casos e de mortes em decorrência da doença, após o Governo

Federal dificultar o acesso aos dados. Todavia, as críticas aos Governos do Partido dos Trabalhadores, que estiveram à frente do executivo nacional entre 2003 e 2016, em certa medida, contribuíram para a animosidade das eleições majoritárias de 2018, da qual Bolsonaro saiu vitorioso.

O compromisso normativo do *Público* mostra-se mais sólido, apesar de o jornal português também ser vinculado ao capital privado, o grupo Sociedade Nacional de Estratificados (Sonae)³. Isto porque a ideia de criação de um jornal diário partiu de um grupo de jornalistas que já trabalhava no semanário *Expresso*, mas que buscava a modernização da imprensa em Portugal, a exemplo de outros países da Europa. Ou seja, os valores partiram de dentro (dos profissionais) para fora (os investidores). Além disso, o contexto possibilitado pela Revolução dos Cravos — que deu fim ao Salazarismo (1933–1974) em Portugal e, diferente da América Latina ou da Espanha, não decorreu de um plano ou da concretização de acordos de elite (Rezola, 2008) — atesta fiabilidade ao discurso normativo do *Público*. Em entrevista, Joaquim Fidalgo afirmou que o líder da Sonae na altura, Belmiro Mendes de Azevedo, via como um bom negócio a independência do *Público* — tal como mencionado acerca da adesão da *Folha de S. Paulo* à democracia. No entanto, a separação entre o jornalismo e os lucros foi demarcada desde o princípio:

na primeira edição do jornal, foi publicado um texto conjunto — a nossa magna carta — em que se declarou formalmente os papéis de cada um, dos jornalistas e do investidor. O senhor Belmiro de Azevedo contava-nos que havia pessoas dentro do grupo Sonae que ficavam aborrecidas com algumas matérias incômodas que nós fazíamos, ao que ele respondia que não podia se meter no trabalho do *Público*. A única coisa que pedia é que sempre fossem ouvidas as duas partes – podíamos “falar mal” do grupo, entretanto também tínhamos que ouvir a versão deles dos fatos. Neste aspecto, foi uma história exemplar, da qual muita gente tinha dúvidas. (Joaquim Fidalgo, comunicação pessoal, 21 de outubro, 2020)

Ainda na categoria “idealização”, quando se referem ao oceano Atlântico — no sentido de que a distância física não é impedimento para a aproximação entre Portugal e Brasil —, *Público* e *Folha de S. Paulo* trazem à tona a lembrança das expansões ultramarinas. Embora, para o lado português, a memória histórica possa ser mais bem vista, não se pode esquecer que esse contexto sócio-histórico inclui o genocídio dos povos indígenas, o comércio transatlântico de escravos, a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 e o processo atípico de independência no Brasil (Scalabrin Müller et al., 2023). A tentativa de estreitar os laços entre os dois países, sem o reconhecimento adequado de que essa relação é atravessada por consequências sociais, políticas e econômicas de um passado colonial, desafia o compromisso normativo defendido pelos periódicos. Afinal, os jornalistas brasileiros enfrentam maior vulnerabilidade do que os

³ A empresa Público Comunicação Social S.A. faz parte da *sub-holding* Sonaecom.

portugueses — por mais que, de maneira geral, os jornalistas trabalhem num ambiente precário, dadas as relações burocráticas da redação, os prazos e o relacionamento com as fontes de informação. Enquanto a edição de 2023 do ranking mundial de liberdade de imprensa⁴ posiciona Portugal como o nono país mais seguro para o exercício da profissão, com liberdade robusta para que os jornalistas possam conduzir suas reportagens sem restrições — ainda que alguns possam enfrentar ameaças de grupos extremistas —, o Brasil ocupa a 92.^a posição. Na cobertura ambiental, os jornalistas de países de Terceiro Mundo ou em desenvolvimento correm maior risco de prisão, assassinato, agressão, ameaças, sequestro, autoexílio, ações judiciais e assédio do que os jornalistas que cobrem outros temas (Freedman, 2020). Durante a pandemia de COVID-19, enquanto os jornalistas portugueses lidavam com os desafios do teletrabalho (Miranda et al., 2021), os brasileiros (sobretudo as mulheres jornalistas) eram diretamente atacados pelo ex-Presidente Bolsonaro com insultos, humilhações e ameaças vulgares (Nicoletti & Flores, 2022). Portanto, a conjuntura político-institucional de cada país coloca à prova a normatividade do jornalismo luso-brasileiro.

4.3. MIGRAÇÃO

Conforme já apontado, o jornalismo internacional é uma das características do *Público*, que frequentemente destaca o que se passa nos Estados Unidos — o centro das atenções por excelência nas notícias internacionais (H. Wu, 2000) — e nos principais centros da Europa. Em entrevista, Joaquim Fidalgo afirmou que o Brasil não se encaixa propriamente nas preocupações do jornal português. Nos primeiros anos após a sua criação, quando o Brasil se encaminhava para o fim da ditadura militar, o *Público* costumava destacar o plano cultural brasileiro, impulsionado pelas telenovelas. Nos dias de hoje, há mais interesse em questões político-econômicas, e não apenas culturais. Segundo Fidalgo, “o fato de haver cada vez mais brasileiros em Portugal acaba por criar um interesse maior, não por ser o Brasil, mas por ser o que está mais presente na vida cotidiana dos portugueses” (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2020).

T. França e Padilla (2019) apontam que, desde o final dos anos 1970, há um fluxo migratório do Brasil para Portugal. A onda de imigração mais recente está em curso desde 2016, impulsionada pela recuperação econômica portuguesa em contraposição à crise político-econômica brasileira, que se iniciou com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (2011–2016). Dados de 2022 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras indicam que, dos 781.915 imigrantes regulares em Portugal, os brasileiros representam a maior comunidade: 239.744 pessoas (30,7% do total de estrangeiros). Poder-se-ia afirmar que, em concordância com Thomas (2019), a iniciativa dos jornais *Público* e *Folha de S. Paulo* ajuda as pessoas a se orientar para o mundo ao seu redor. Porém, sendo a economia um importante preditor das notícias internacionais (H. Wu, 2000), é possível que a vantagem econômica advinda da imigração, além da proximidade cultural — que será discutida adiante —, justifique o interesse português na audiência brasileira.

⁴ Ver <https://rsf.org/pt-br/ranking>.

Do lado brasileiro, o êxodo de cidadãos partindo do país também pode ser motivo para que se tente perceber o que se passa em Portugal e na Europa — até porque, na primeira década do século XXI, os brasileiros geralmente emigravam para os Estados Unidos (Assis, 2021). No entanto, a postura parece mais reativa do que proativa. Em entrevista, o secretário de redação da *Folha de S. Paulo*, Vinícius Mota, afirmou que as referências para o jornal brasileiro são os diários dos Estados Unidos e do Reino Unido. A parceria com o *Público* mostra-se oportuna para expandir sua audiência, pois, no campo jornalístico, há uma competição permanente para se apropriar não apenas do público, mas também das estratégias para conquistar esse público (Bourdieu, 2005). Da mesma forma que a associação luso-brasileira fortalece-a internamente, a *Folha de S. Paulo* conquista prestígio internacional — tornando-se referência de jornalismo brasileiro — por intermédio do *Público*.

4.4. LÍNGUA PORTUGUESA

A menção a expoentes da literatura luso-brasileira (Camões e Machado de Assis) reforça a ideia de uma cultura comum ligada por um patrimônio imaterial: a língua portuguesa. Afinal, a partilha do idioma e os laços coloniais são fatores culturais que influenciam o fluxo internacional de notícias (Sakurai, 2017). No entanto, as práticas e as orientações jornalísticas luso-brasileiras são determinadas pelos respectivos contextos nacionais (Novais et al., 2013). Isto significa que os jornalismo brasileiro e português resultam de experiências institucionais, sociais e culturais específicas, de forma que não se pode falar de uma comunidade jornalística “desterritorializada” ou translocal de língua portuguesa. Logo, a “parceria transatlântica” é colocada em xeque. Convém lembrar que o acordo ortográfico — em vigor desde 2015 — unifica a ortografia (não a pronúncia) entre os países lusófonos, contudo as críticas ao instrumento — pelo lado português — desafiam a ideia de uma compreensão compartilhada. Um dos argumentos contrários mais frequentes refere-se à perda do prestígio de Portugal e da língua falada em território português, como se o acordo ortográfico subjugasse a antiga metrópole ao Brasil, dado que a maior parte das alterações foi feita no português europeu (Ninitas, 2020) e que o maior número de falantes da língua portuguesa encontra-se na cidade de São Paulo — onde vivem mais de 11 milhões de pessoas, conforme o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁵, número que ultrapassa a população portuguesa.

Público e *Folha de S. Paulo* falam em “criar laços, aproximar brasileiros e portugueses, herdeiros da mesma língua e de uma raiz cultural comum”, entretanto, para o periódico português, a questão linguística é um ponto sensível. Em artigos de opinião do *Público*, ao final do texto, a mensagem “o autor é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico” manifesta a concordância com o acordo ortográfico. Ao que parece, quando o colunista não subscreve o instrumento, tal frase não é expressa. Esse posicionamento contradiz não apenas o compromisso normativo do *Público*,

⁵ <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>.

como também um dos objetivos europeus, que é o respeito pela riqueza da diversidade cultural e linguística.

4.5. OBJETIVOS EUROPEUS

Ao se comprometer em enfrentar os desafios sociais contemporâneos, *Público* e *Folha de S. Paulo* aquiescem a agenda de valores europeus, que atravessa uma questão fundamental: o bom funcionamento da democracia. Porém, não é possível traçar paralelos entre Brasil e Portugal neste sentido. Contemporaneamente, apesar do crescimento do partido Chega, cujo líder André Ventura tende a discordar das regras democráticas formais, prometendo mudar o sistema constitucional vigente (Serrano, 2020), ainda não está claro em que medida as instituições públicas portuguesas são desestabilizadas por uma liderança política que se expressa sobretudo na mídia social. O compromisso normativo dos dois jornais opõe-se claramente à postura populista de Ventura, dado que o político costuma hostilizar imigrantes e ciganos.

No entanto, conforme discutido antes, o Brasil não possui um cenário midiático pluralista, mas sim oligopólios constituídos no período autoritário (Avritzer, 2020) — e a *Folha de S. Paulo* é um deles. Albuquerque (2005, 2019b) afirma que o Brasil se apropriou da retórica e das práticas jornalísticas dos Estados Unidos — o exemplo de democracia ocidental —, adaptando-as (em vez de adotá-las) ao seu próprio ambiente cultural. Na visão do autor, a democracia brasileira era tida como a mais sólida da América do Sul, por ter sido capaz de desenvolver uma rede de sistema de prestação de contas que envolve instituições que operam nos três ramos do Governo (o Ministério Público, a mídia e as organizações da sociedade civil), bem como pela evolução positiva na mídia brasileira em direção a um comportamento mais autônomo e investigativo. Contudo, o golpe parlamentar contra a Presidente eleita Dilma Rousseff revelou que, sendo um produto da história, não há garantias de que o equilíbrio de poder que fornece a base para as democracias ocidentais dure para sempre. O Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, marcado pela sensação generalizada de que tudo era permitido e aberto à violência opressiva (Barretto Filho, 2020), exemplifica a instabilidade brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou identificar e compreender de que maneira o compromisso normativo se manifesta no discurso jornalístico luso-brasileiro. A partir da análise crítica do editorial assinado conjuntamente por *Público* e *Folha de S. Paulo* para anunciar a oferta de assinatura digitais conjuntas, perceberam-se cinco eixos: a informação digital; certa idealização do jornalismo como defensor da democracia; as questões migratórias; a língua portuguesa; e os objetivos europeus. De maneira alargada, os dois periódicos unem-se para ampliar a sua força no campo jornalístico. Entretanto, por mais que se almeje uma irmandade entre Portugal e Brasil — ou seja, uma sociedade luso-brasileira ideal, inspirada pelas teorias democráticas —, as particularidades político-institucionais de cada país abalam a fantasia criada.

A versão relativamente recente da *Folha de S. Paulo*, de defensora da democracia (a ponto de se unir a outros veículos de comunicação social para contestar as informações falsas do ex-Presidente Jair Bolsonaro, durante a pandemia), não apaga o seu passado, no qual compactuou com a ditadura militar; tampouco o seu presente, que gira em torno dos interesses da família Frias, proprietária do jornal. A associação com o *Público* eleva o seu prestígio a um patamar internacional, no entanto é preciso atenção para que a busca pela qualidade da comunicação não caminhe para a arrogância, sobretudo na crítica a questões internas. Em comparação, o fato de o *Público* ter sido criado após a Revolução dos Cravos garante mais fiabilidade ao compromisso assumido. Porém, é evidente que o interesse no Brasil, em certa medida, desafia o orgulho nacional, conforme se observou na controversa adesão ao acordo ortográfico pelos jornalistas portugueses.

Para entender o campo jornalístico, é preciso atentar para o grau de autonomia do campo e, dentro do campo, o grau de autonomia dos veículos de comunicação social (Bourdieu, 2005). As nuances luso-brasileiras não invalidam o compromisso normativo assumido por *Público* e *Folha de S. Paulo*. Pelo contrário, evidencia-se a importância de olhar para os jornais tradicionalmente produtores de edições impressas a fim de perceber as estratégias que utilizam para reafirmar sua qualidade noticiosa, sobretudo diante da mídia digital e da desinformação. O foco no impresso presta-se mais facilmente à comparação entre os diferentes contextos socioculturais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

REFERÊNCIAS

- Aguiar, S. (2016). *Territórios do jornalismo: Geografias de mídia local e regional no Brasil*. Editora PUC-Rio; Vozes.
- Albuquerque, A. de. (2005). Another "Fourth Branch": Press and political culture in Brazil. *Journalism*, 6(4), 486–504. <https://doi.org/10.1177/1464884905056817>
- Albuquerque, A. de. (2019a). Journalism and multiple modernities: The *Folha de S. Paulo* reform in Brazil. *Journalism Studies*, 20(11), 1546–1562. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1528881>
- Albuquerque, A. de. (2019b). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906–923. <https://doi.org/10.1177/1464884917738376>
- Assis, G. D. O. (2021). "Estar aqui, estar lá": Novas configurações familiares e afetivas na migração de brasileiros para Europa. *Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 6, 1212–1229. <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p1212>
- Avritzer, L. (2020). A crise da democracia e a ascensão do populismo de direita no Brasil. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo - Teorias e casos* (1.ª ed., pp. 145–156). Edmeta.

- Azevedo, F. A. (2006). Mídia e democracia no Brasil: Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 12(1), 88–113. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>
- Barretto Filho, H. T. (2020). Bolsonaro, meio ambiente, povos e terras indígenas e de comunidades tradicionais. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, 29(2), 1–9. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe178663>
- Belair-Gagnon, V. (2019). Sociology of news work. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–8). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0031>
- Borges, R., & Afonso, A. (2018). Why subaltern language? Yes, we speak Portuguese! Para uma crítica da colonialidade da língua na mobilidade estudantil internacional. *Comunicação e Sociedade*, 34, 59–72. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2935](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2935)
- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 29–47). Polity Press.
- Brüggemann, M., Engesser, S., Büchel, F., Humprecht, E., & Castro, L. (2014). Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of Western media systems. *Journal of Communication*, 64(6), 1037–1065. <https://doi.org/10.1111/jcom.12127>
- Carey, J. W. (2007). A short history of journalism for journalists: A proposal and essay. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 12(1), 3–16. <https://doi.org/10.1177/1081180X06297603>
- Carlson, M. (2016). Metajournalistic discourse and the meanings of journalism: Definitional control, boundary work, and legitimation. *Communication Theory*, 26(4), 349–368. <https://doi.org/10.1111/comt.12088>
- Carlson, M., Robinson, S., Lewis, S. C., & Berkowitz, D. A. (2018). Journalism studies and its core commitments: The making of a communication field. *Journal of Communication*, 68(1), 6–25. <https://doi.org/10.1093/joc/jqx006>
- Carvalho, C. A. (2019). Moisés de Lemos Martins: "O português é uma língua não só de comunicação, mas também de culturas, pensamento e conhecimento". *MATRIZES*, 13(1), 93–106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p93-106>
- Christians, C. G., Glasser, T. L., McQuail, D., Nordenstreng, K., & White, R. A. (2009). *Normative theories of the media: Journalism in democratic societies*. University of Illinois Press.
- Couldry, N., & Andreas, H. (2017). *The mediated construction of reality*. Polity Press.
- Deuze, M. (2001). Understanding the impact of the internet: On new media professionalism, mindsets and buzzwords. *EJournalist*, 1(1).
- Deuze, M. (2003). The web and its journalisms: Considering the consequences of different types of newsmedia online. *New Media & Society*, 5(2), 203–230. <https://doi.org/10.1177/1461444803005002004>
- Deuze, M., & Witschge, T. (2018). Beyond journalism: Theorizing the transformation of journalism. *Journalism*, 19(2), 165–181. <https://doi.org/10.1177/1464884916688550>
- Dias, A. B. (2012). *O presente da memória: Uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda"* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. DSpace. <http://hdl.handle.net/1884/27381>
- Eldridge, S., II. (2017). Hero or anti-hero? *Digital Journalism*, 5(2), 141–158. <https://doi.org/10.1080/21670811.2016.1162105>

- França, T., & Padilla, B. (2019). Imigração brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2), 207–237. <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>
- França, V. R. V. (1998). *Jornalismo e a vida social: A história amena de um jornal mineiro*. Editora UFMG.
- Franklin, B. (2012). The future of journalism: Developments and debates. *Journalism Studies*, 13(5–6), 663–681. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2012.712301>
- Freedman, E. (2020). In the crosshairs: The perils of environmental journalism. *Journal of Human Rights*, 19(3), 275–290. <https://doi.org/10.1080/14754835.2020.1746180>
- Gerring, J. (2004). What is a case study and what is it good for? *American Political Science Review*, 98(2), 341–354. <https://doi.org/10.1017/S0003055404001182>
- Guimarães, G. T. D., Paula, M. C., & Hirai, W. G. (2020). Discourse analysis applied to qualitative research: Methodological perspective in debate. *New Trends in Qualitative Research*, 4, 40–54. <https://doi.org/10.36367/ntqr.4.2020.40-54>
- Guion, L. A., Diehl, D. C., & McDonald, D. (2011). *Conducting an in-depth interview*. University of Florida.
- Hallin, D. C., & Giles, R. (2005). Presses and democracies. In G. Overholser & K. H. Jamieson (Eds.), *Institutions of American democracy: The press* (pp. 4–16). Oxford University Press.
- Hanitzsch, T. (2019). Journalistic roles. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–9). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0029>
- Joseph, B. (2013). De-coupling journalism and democracy: Or how much democracy does journalism need? *Journalism*, 14(4), 441–445. <https://doi.org/10.1177/1464884913489000>
- Martins, M. de L. (2010). Jornalismo e sonho de comunidade. In M. Oliveira (Ed.), *Metajornalismo - Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso* (pp. 9–13). Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/1822/30049>
- Martins, M. de L. (2017). *A linguagem, a verdade e o poder: Ensaio de semiótica social*. Edições Húmus.
- McNair, B. (1998). *The sociology of journalism*. Arnold.
- McNair, B. (2017). After objectivity? Schudson's sociology of journalism in the era of post-factuality. *Journalism Studies*, 18(10), 1318–1333. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1347893>
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory*. SAGE.
- Mesquita, L. (2023). Collaborative journalism and normative journalism: Lessons from Latin American journalism. *Análisi*, 68, 27–44. <https://doi.org/10.5565/rev/analisi.3541>
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). Jornalistas em tempo de pandemia: Novas rotinas profissionais, novos desafios éticos. *Comunicação e Sociedade*, 39, 287–307. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Moon, R. (2021). When journalists see themselves as villains: The power of negative discourse. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 98(3), 790–807. <https://doi.org/10.1177/1077699020985465>
- Nerone, J. (2013). The historical roots of the normative model of journalism. *Journalism*, 14(4), 446–458. <https://doi.org/10.1177/1464884912464177>
- Nicoletti, J., & Flores, A. M. M. (2022). Violência contra jornalistas no canal de Jair Bolsonaro no Youtube. *Brazilian Journalism Research*, 18(1), 4–35. <https://doi.org/10.25200/BJR.v18n1.2022.1438>

- Ninitas, M. S. (2020). "Troca de galhardetes". Para o estudo da violência verbal na polémica sobre o acordo ortográfico em Portugal. *Revista de Estudos da Linguagem*, 28(4), 1873–1912. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.28.4.1873-1912>
- Novais, R. A., Moreira, S. V., & Silva, L. (2013). Brothers in arms? Portuguese and Brazilian journalistic worlds compared. *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 76–95. <https://doi.org/10.25200/BJR.v9n1.2013.486>
- Oliveira, M., & Paulino, F. O. (2017). Serviço público de média em Portugal e no Brasil: Problemas e desafios da pesquisa comparada. *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 6(2), 56–67. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v6.n2.2017.317>
- O'Sullivan, J., Fortunati, L., Taipale, S., & Barnhurst, K. (2017). Innovators and innovated: Newspapers and the postdigital future beyond the "death of print". *Information Society*, 33(2), 86–95. <https://doi.org/10.1080/01972243.2017.1289488>
- Paixão Marcos, P. S. M. (2018). Linha editorial no jornalismo brasileiro: Conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. *Revista Alterjor*, 17(1), 90–108.
- Perdomo, G., & Rodrigues-Rouleau, P. (2022). Transparency as metajournalistic performance: *The New York Times'* Caliphate podcast and new ways to claim journalistic authority. *Journalism*, 23(11), 2311–2327. <https://doi.org/10.1177/1464884921997312>
- Perreault, G., Perreault, M. F., & Maares, P. (2022). Metajournalistic discourse as a stabilizer within the journalistic field: Journalistic practice in the Covid-19 pandemic. *Journalism Practice*, 16(2–3), 365–383. <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1949630>
- Perreault, G., Tandoc, E., & Caberlon, L. (2023). Journalism after life: Obituaries as metajournalistic discourse. *Journalism Practice*, 1–18. <https://doi.org/10.1080/17512786.2023.2202642>
- Quandt, T., Frischlich, L., Boberg, S., & Schatto-Eckrodt, T. (2019). Fake news. In *The international encyclopedia of journalism studies* (pp. 1–6). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0128>
- Rezola, M. I. (2008). The military, 25 April and the Portuguese transition to democracy. *Portuguese Journal of Social Science*, 7(1), 3–16. https://doi.org/10.1386/pjss.7.1.3_1
- Sakurai, T. (2017). Cultural factors in the flow of international news: A review of the literature. *SHS Web of Conferences*, 33, Artigo 00008. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20173300008>
- Scalabrin Müller, M., Cabecinhas, R., & Santos Silva, D. (2023). Cultural journalism in Brazil and Portugal. *Brazilian Journalism Research*, 19(1), e1546. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n1.2023.1546>
- Schudson, M. (2011). *The sociology of the news*. W. W. Norton and Company.
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal. *Media & Jornalismo*, 20(37), 221–239. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12
- Souza, S. M. B. de. (2019). *Jornalismo e mobilidade: Características do app do jornal Folha de S. Paulo* [Monografia de graduação, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório UFT. <http://hdl.handle.net/11612/1905>
- Thomas, R. J. (2019). Helpfulness as journalism's normative anchor: Addressing blind spots and going back to basics. *Journalism Studies*, 20(3), 364–380. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1377103>
- Traquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são*. Insular.
- van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: A multidisciplinary approach*. SAGE.

- van Dijk, T. A. (2015). Critical discourse analysis. In D. Tannen, H. E. Hamilton, & D. Schiffrin (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (2.ª ed., pp. 466–485). Wiley Blackwell.
- van Dijk, T. A. (2017). *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na análise crítica do discurso*. Edições Húmus.
- Vargas, C., Sarmiento, C., & Oliveira, P. (2017). Cultural networks between Portugal and Brazil: A postcolonial review. *International Journal of Cultural Policy*, 23(3), 300–311. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1056175>
- Wu, H. (2000). Systemic determinants of international news coverage: A comparison of 38 countries. *Journal of Communication*, 50(2), 110–130. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02844.x>
- Wu, L., Morstatter, F., Carley, K. M., & Liu, H. (2019). Misinformation in social media. *ACM SIGKDD Explorations Newsletter*, 21(2), 80–90. <https://doi.org/10.1145/3373464.3373475>
- Zelizer, B. (2017). *What journalism could be*. Polity Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Thaís Braga é doutorada em Ciências da Comunicação. É jornalista na Universidade Federal do Pará e investigadora colaboradora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Integra os grupos de pesquisa Hermenêutica e Comunicação — HERMENECOM, Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense — NARRAMAZÔNIA e Mídia e Violência: Percepções e representações na Amazônia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2505-7367>

Email: thaislcbraga@gmail.com

Morada: Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Submetido: 11/11/2023 | Aceite: 23/01/2025



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.